



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE  
NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



**WESLEI SANTOS ALMEIDA**

**O RIO PIAUÍ E A PRÁTICA DA PESCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO  
BAIRRO PORTO D'AREIA, NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA-SERGIPE**

**São Cristóvão- SE**

**2024**

**WESLEI SANTOS ALMEIDA**

**O RIO PIAUÍ E A PRÁTICA DA PESCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO  
BAIRRO PORTO D'AREIA, NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA-SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), pela Universidade Federal de Sergipe, como exigência para obtenção do título de mestre em Ensino de Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ambiente e Sociedade

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Maria de Jesus Santos

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Katinei Santos Costa

**São Cristóvão- SE**

**2024**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A447r Almeida, Weslei Santos.  
O Rio Piauí e a prática da pesca na comunidade quilombola do bairro Porto D'Areia, no município de Estancia-Sergipe / Weslei Santos Almeida; orientadora Márcia Maria de Jesus. – São Cristóvão, SE, 2024.  
266 f.; il.

Dissertação (mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Meio ambiente. 2. Pesca artesanal. 3. Comunidades de escravos fugitivos. 4. Tradição (Filosofia). 5. Cultura popular. 6. Piauí, Rio (SE). I. Jesus, Márcia Maria de, orient. II. Título.

CDU 502.1(813.7)



WESLEI SANTOS ALMEIDA

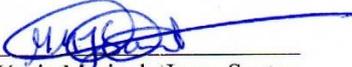


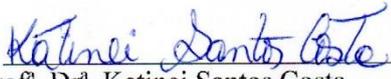
PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS  
CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PROFCIAMB)

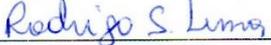
Ata da Sessão de Defesa da Dissertação de  
WESLEI SANTOS ALMEIDA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, com início às 15:30 horas, realizou-se no Auditório de Geografia (Campus São Cristóvão), a sessão pública de defesa de dissertação do aluno Wesley Santos Almeida, sob o título: "O RIO PIAUÍ E PRÁTICA DE PESCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BAIRRO PORTO D'AREIA NO MUNICÍPIO DE ESTANCIA-SERGIPE", presidida pela Orientadora do aluno, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria de Jesus Santos, e a presença da coorientadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katinei Santos Costa. A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria de Jesus Santos passou a palavra ao candidato para proceder a apresentação do seu trabalho. Logo após, o primeiro examinador, Prof. Dr. Rodrigo Santos de Lima, arguiu o candidato que teve igual período para a sua defesa. O mesmo aconteceu com a segunda examinadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana de Oliveira Santos Batista, o fato se repetiu com a terceira examinadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shiziele de Oliveira Shimada. Em seguida, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria de Jesus Santos, orientadora da aluna, teceu comentários sobre o trabalho apresentado. Encerrados os trabalhos, a banca examinadora retirou-se do recinto para deliberar. A mesma decidiu **APROVAR** o trabalho de dissertação, considerando que o mesmo atende aos requisitos da Instrução Normativa nº 01/2018 do PROFCIAMB/UFS. Nada mais havendo a tratar, eu, Márcia Maria de Jesus Santos, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pela banca examinadora e pelo aluno.

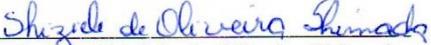
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 21 de março de 2024.

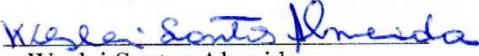
  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria de Jesus Santos  
-Presidente/Orientador-

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katinei Santos Costa  
-Coorientadora-

  
Prof. Dr. Rodrigo Santos de Lima  
-1<sup>a</sup> Examinador Externo-

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana de Oliveira Santos Batista  
-1<sup>a</sup> Examinadora Interna-

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shiziele de Oliveira Shimada  
-2<sup>a</sup> Examinadora Interna-

  
Weslei Santos Almeida  
-Discente-



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE  
NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



**DECLARAÇÃO DE VERSÃO FINAL**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Wesley Santos Almeida, referente ao Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais da Associada Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCIA MARIA DE JESUS SANTOS  
Data: 08/05/2024 10:54:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Maria de Jesus Santos (Orientadora)

Profciamb /UFS-Campus de São Cristóvão

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** KATINEI SANTOS COSTA  
Data: 07/05/2024 16:32:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Katinei Santos Costa (Coorientadora)

Profciamb/UFS-Campus de São Cristóvão



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL  
PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PROFCIAMB)



É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cessão de direitos para publicação eletrônica, empréstimo e reprodução desta Dissertação com finalidade de estudos e pesquisas científicas.

  
Wesley Santos Almeida

Mestrando do Proficiamb/UFS

Documento assinado digitalmente



MARCIA MARIA DE JESUS SANTOS

Data: 08/05/2024 10:56:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Maria de Jesus Santos (Orientadora)

Proficiamb/UFS-Campus de São Cristóvão

Documento assinado digitalmente



KATINEI SANTOS COSTA

Data: 07/05/2024 16:34:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Katinei Santos Costa (Coorientadora)

Proficiamb/UFS-Campus de São Cristóvão

## **AGRADECIMENTOS**

Um longo percurso de dois anos está sendo concluído. Agradeço primeiramente a Deus, por colocar pessoas especiais no meu caminho durante essa jornada. Concluo essa pesquisa com a certeza de que a gente nunca deve querer se aventurar em um desafio sozinho; é preciso ter pessoas que, em algum momento, ouçam as nossas indecisões, as angústias e nos ajudem nas dificuldades do percurso.

São muitas pessoas que tenho que agradecer, mas algumas contribuíram significativamente para que eu chegasse até o fim desse processo. Agradeço a minha família, esposa e filhos, pela paciência de me verem horas a fio lendo e escrevendo, limitando-os da minha presença, muitas vezes reclamada pelo meu filho mais novo. Não posso esquecer dos meus colegas de turma, todos eles, que fizeram desse percurso mais suave e menos difícil, por meio das longas conversas pelo aplicativo de mensagens.

De maneira especial, agradeço a todos os professores do PROFCIAMB, que ministraram as aulas e contribuíram diretamente para esse desfecho. Dentre todos os professores, ressalto a importância das minhas orientadoras, Márcia e Katinei, duas mulheres maravilhosas que com maestria foram me conduzindo ao caminho certo da pesquisa. Não tenho palavras suficientes para agradecer-las, mas quero que saibam que tenho muito carinho e admiração por vocês.

Nesse percurso encontrei pessoas que me estenderam a mão e deram apoio à pesquisa, como José Ailton e Wellington Quilombola, que intermediaram o contato com os pescadores e marisqueiras; sem eles teria mais dificuldade de realizar este trabalho. Também estendo minha sincera gratidão aos pescadores, pescadoras e marisqueiras que se dispuseram e doaram um pouco de seus tempos para contribuir com esta pesquisa, em especial ao João, que me levou para conhecer o estuário do rio e estive disposto, nos finais de semana, dando muitas informações sobre o trabalho na pesca e da dinâmica da maré.

Por fim, dedico esta pesquisa ao meu falecido pai, José Paixão, amante da pesca, e a minha mãe, Valdete Almeida, filha de pescador. São minhas referências na vida e a eles devo minha formação e a pessoa que sou hoje.

## RESUMO

A pesca artesanal é amplamente praticada no território brasileiro. Essa atividade extrativista é realizada por comunidades tradicionais ribeirinhas e litorâneas que sobrevivem e sustentam suas famílias a partir da captura e venda de peixes, crustáceos e moluscos. O mercado interno brasileiro é abastecido, majoritariamente, por pescados oriundos da pesca artesanal. De maneira similar a outros estados do país, em Sergipe a pesca também é uma fonte de renda para muitas famílias, a exemplo do objeto desta pesquisa. O objetivo geral foi analisar o trabalho da pesca na relação sociedade-natureza, com foco na interação dos pescadores e marisqueiras quilombolas do bairro Porto D'Areia com o rio Piauí, no município de Estância-SE. A metodologia é de abordagem qualitativa-quantitativa e tem como método o estruturalismo. A coleta de dados foi realizada por meio de observações diretas e entrevistas. Esta pesquisa revelou que os pescadores entrevistados são detentores de saberes e técnicas tanto de produção de petrechos quanto de pescaria. A labuta desses homens e mulheres é marcada por baixos rendimentos, trabalho exaustivo e pela incerteza da captura de pescados. Constatou-se que a atividade pesqueira no estuário do rio Piauí está sob risco devido a diferentes fatores, dentre eles, pode-se destacar o avanço da aquicultura e a contaminação por efluentes domésticos e industriais que provocam a mortandade de peixes, crustáceos e moluscos. As marisqueiras e os pescadores do quilombo resistem às ameaças externas que pairam sobre a atividade; lutam para manter a prática da pesca e conservar o que lhes é essencial à vida, o rio. O produto atrelado a esta pesquisa são histórias em quadrinhos (HQs) que abordam sobre os aspectos e interações socioambientais da comunidade quilombola. Esse material foi confeccionado por estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Gumercindo Bessa (CEGB), situado no bairro, via projeto didático-pedagógico em parceria com o Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância). O produto educacional (HQs) tem um impacto significativo e direto na comunidade escolar local, uma vez que o material será disponibilizado às escolas para serem utilizados pelos professores do CEGB e da Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado. Essas HQs serão fundamentais para o aprimoramento das habilidades de leitura e para a abordagem de temas relevantes, como racismo, comunidades quilombolas e a interação entre sociedade e natureza. Além disso, o processo de produção do produto técnico é replicável e pode ser aplicado por docentes e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, a diferentes temáticas. Dentro desse contexto, esta dissertação contribui para Ciência e sociedade ao realizar análises e reflexões no âmbito da interação entre sociedade e natureza em uma comunidade tradicional pesqueira quilombola; configura-se como uma potencial referência para investigações futuras e se constitui, igualmente, como fonte de conhecimento para professores e estudantes que buscam uma compreensão sistemática da população pesquisada.

Palavras-chave: Pesca artesanal; comunidade quilombola; relação sociedade-natureza; interações socioambientais; histórias em quadrinhos.

## RESUMEN

La pesca artesanal se practica ampliamente en territorio brasileño. Esta actividad extractiva la llevan a cabo comunidades tradicionales ribereñas y costeras que sobreviven y sustentan a sus familias mediante la captura y venta de peces, crustáceos y moluscos. El mercado interno brasileño se abastece principalmente de pescado proveniente de la pesca artesanal. Al igual que en otros estados del país, en Sergipe la pesca también es fuente de ingresos para muchas familias, como es el objeto de esta investigación. El objetivo general fue analizar el trabajo de la pesca en la relación sociedad-naturaleza, centrándose en la interacción de los pescadores y mariscadores quilombolas del barrio de Porto D'Areia con el río Piauí, en el municipio de Estância-SE. La metodología tiene un enfoque cuali-cuantitativo y utiliza como método el estructuralismo. La recolección de datos se realizó a través de observaciones directas y entrevistas. Esta investigación reveló que los pescadores entrevistados cuentan con conocimientos y técnicas tanto para la producción de artes como para la pesca. El trabajo de estos hombres y mujeres se caracteriza por bajos ingresos, trabajo agotador y la incertidumbre de pescar. Se constató que la actividad pesquera en el estuario del río Piauí está en riesgo debido a diferentes factores, entre ellos el avance de la acuicultura y la contaminación por efluentes domésticos e industriales que provocan la mortalidad de peces, crustáceos y moluscos. Los mariscadores y pescadores quilombos resisten las amenazas externas que se ciernen sobre su actividad; Luchan por mantener la práctica de la pesca y preservar lo esencial para sus vidas, el río. El producto vinculado a esta investigación son los cómics (cómics) que abordan los aspectos socioambientales y las interacciones de la comunidad quilombola. Este material fue elaborado por estudiantes de secundaria del Colégio Estadual Gumercindo Bessa (CEGB), ubicado en el barrio, a través de un proyecto didáctico-pedagógico en colaboración con el Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância). El producto educativo (HQ) tiene un impacto significativo y directo en la comunidad escolar local, ya que el material estará disponible en las escuelas para uso de los docentes del CEGB y de la Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado. Estos cómics serán fundamentales para mejorar las habilidades lectoras y abordar temas relevantes, como el racismo, las comunidades quilombolas y la interacción entre sociedad y naturaleza. Además, el proceso de producción del producto técnico es replicable y puede ser aplicado por docentes e investigadores de diferentes áreas del conocimiento, a diferentes temáticas. En este contexto, esta disertación contribuye a la ciencia y la sociedad mediante la realización de análisis y reflexiones en el ámbito de la interacción entre sociedad y naturaleza en una comunidad pesquera tradicional quilombola; Representa una referencia potencial para futuras investigaciones y también es una fuente de conocimiento para profesores y estudiantes que buscan una comprensión sistemática de la población investigada.

Palabras clave: Pesca artesanal; comunidad quilombola; relación sociedad-naturaleza; interacciones socioambientales; Cómics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação das relações entre os elementos analisados.....	23
Figura 2 - Procedimentos metodológicos.....	24
Figura 3 - Etapas da execução do projeto de produção de HQs.....	28
Figura 4 -Beneficiários do Seguro Defeso, Sergipe (2018-2022).....	44
Figura 5 - Distribuição de pescadores por gênero no Brasil e em Sergipe-2022.....	46
Figura 6 - Evolução da produção pesqueira anual, por ambiente de pesca, em Sergipe (2012-2014).....	48
Figura 7 - Ameaças às populações quilombolas no Brasil-2018.....	58
Figura 8 - Comunidades remanescentes quilombolas com certificação por região do Brasil-2023.....	61
Figura 9 - Etapas para a titulação de terras quilombolas.....	62
Figura 10 - Territórios quilombolas oficialmente delimitados no Brasil-2022.....	64
Figura 11 - População quilombola por unidade federativa-2022.....	65
Figura 12 Distribuição de população quilombola em Sergipe - 2022.....	70
Figura 13 - Bacia hidrográfica do rio Piauí.....	73
Figura 14 - Mangue nas margens do rio Piauí em Estância-2024.....	74
Figura 15 - Mangue de botão ( <i>Conocarpus erectus</i> ) - (A) e mangue vermelho ( <i>Rhizophora mangle</i> ) - (B) no estuário do rio Piauí-2024.....	75
Figura 16 - Peixes capturados no estuário do rio Piauí: tainha (A) e robalo (B) - 2024.....	76
Figura 17 - Notícias de mortes de peixes no rio Piauí, Estância-Sergipe.....	76
Figura 18 - Locais de descargas de efluentes da cidade de Estância-2023.....	77
Figura 19 - Viveiros de aquicultura na área estuarina do rio Piauí - 2023.....	80
Figura 20 - Bairro Porto D'Areia - 2024.....	83
Figura 21 - Entroncamento das ruas Lourival Batista e Joaquim de Souza (A), rua Pompeu (B), Av. Nova do Porto (C) e 1ª Travessa José Marcelino (D) - 2024.....	84
Figura 22 - Curral no Porto D'Areia-2024.....	85
Figura 23 - Margem esquerda do rio Piauí no Porto D'Areia-2022.....	86
Figura 24 - Ruínas dos antigos trapiches (A), Cruzeiro (B), capela São Pedro (C) e o Cristo (D) - 2024.....	86
Figura 25 - Monumentos em processo de deterioração-2024.....	88
Figura 26 - Despejo de esgoto no riacho Jambre – 2024.....	91

Figura 27 - Reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas de Sergipe no Ministério Público de Sergipe - 2023.....	92
Figura 28 - Fachada da Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado - 2024.....	93
Figura 29 - Organização social do trabalho na pesca - 2023.....	95
Figura 30 - Duração de horas diárias de trabalho por entrevistado - 2023.....	97
Figura 31 - Luzinha, local de apoio de pescadores em terras de Santa Luzia do Itanhy - 2023.....	97
Figura 32 - Capivara, local de apoio de pescadores em Estância -2023.....	97
Figura 33 - Caranguejos, local de apoio de pescadores em Estância - 2023.....	98
Figura 34 - Informações dos pescadores da média de quilogramas que conseguem capturar por mês nas pescarias.....	105
Figura 35 - Formas de venda dos pescados-2023.....	107
Figura 36 - Sururu pronto para a venda-2024.....	108
Figura 37 - Guaiamuns em engorda - 2024.....	109
Figura 38 - Peixes na secagem ao Sol-2023.....	109
Figura 39 - Embarcações no Porto D'Areia - 2024.....	112
Figura 40 - Motor de rabeta (A), remo de 2,5 metros (B) e pescador em operação de motor (C) -2023.....	113
Figura 41 - Tipos de redes de pesca.....	114
Figura 42 - Técnica de pesca com redinha - 2024.....	116
Figura 43 - Captura de ostra (A), coleta de aratu (B) e jereré (C).....	118
Figura 44 - Confeção de redes e jereré (2023-2024).....	119
Figura 45 - Covo produzido com garrafas pets para capturar camarão (A) e uma ratoeira de PVC para pegar guaiamum (B) - 2024.....	120
Figura 46 - Apresentação geral do gênero história em quadrinhos (A) e atividade proposta (B) - 2023.....	131
Figura 47- Algumas HQs pesquisadas, lidas e analisadas pelos estudantes -2023.....	131
Figura 48 - Líder quilombola em apresentação inicial sobre o quilombo Porto D'Areia- 2023.....	132
Figura 49 - Apresentação aos discentes do Memorial a Céu Aberto de Estância-2023.....	133
Figura 50 - Representação do Chico Surdo, criador do barco de fogo-2023.....	134
Figura 51 - Representação da Dona Bezué, antiga parteira - 2023.....	134
Figura 52 - Roda de conversa com os pescadores e marisqueiras na sede da Associação Quilombola - 2023.....	136

Figura 53 - Oficina de produção de HQs no IFS - 2023.....	138
Figura 54 - Estudantes na realização da escrita de enredo e definição dos personagens-2023..	140
Figura 55 - Pesquisador em diálogo com os discentes sobre as HQs- 2023.....	140
Figura 56 - Produções realizadas com os discentes - 2023.....	141
Figura 57- Montagem dos painéis para a exposição das produções -2023.....	142
Figura 58 - Apresentação das HQs no Colégio Estadual Gumercindo Bessa-2023.....	143
Figura 59 - Apresentação das HQs no IFS (Campus Estância) - 2023.....	144

## LISTA DE TABELA

Tabela 1- Número de pescadores registrados no Brasil e em Sergipe por faixa etária.....	45
Tabela 2 - População quilombola por regiões no Brasil.....	63
Tabela 3 - Percentual de população quilombola residente em território oficial no Nordeste.	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro geral das comunidades quilombolas de Sergipe.....	69
Quadro 2 - Peixes, crustáceos e moluscos capturados no estuário do rio Piauí.....	101
Quadro 3 - Objetivos do projeto.....	126
Quadro 4 - Estrutura das etapas da produção de HQs.....	126
Quadros 5 - Planejamento detalhado da execução do projeto de produção de HQs.....	127

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEGB- Colégio Estadual Gumercindo Bessa;

CNS- Conselho Nacional de Saúde;

CNSA-Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos;

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;

CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas;

Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura;

FC- Constituição Federal;

FCP- Fundação Cultural Palmares;

IAS- Instituto Água e Saneamento;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IFS-Instituto Federal de Sergipe.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

MPSE- Ministério Público de Sergipe;

RGP - Registro de Pescador Profissional;

SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;

SISRGO-Sistema Informatizado de Registro Geral da Atividade Pesqueira;

UFS-Universidade Federal de Sergipe;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DA METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
1.1 Caminhos da pesquisa .....	23
<b>2 SOCIEDADE MODERNA E POVOS TRADICIONAIS: DESAFIOS E DIÁLOGOS NA RELAÇÃO COM A NATUREZA.....</b>	<b>29</b>
2.1 Concepções de natureza e a relação da sociedade urbano industrial com o ambiente .....	30
2.2 Povos tradicionais, cultura, território e a biodiversidade .....	34
2.3 A pesca no Brasil e a necessidade da conservação dos ecossistemas fluviomarinho.....	38
2.3.1. No balanço do mar e no remanso da maré: a pesca costeira em Sergipe .....	43
2.3.2. Os meandros do trabalho da pesca artesanal .....	49
<b>3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA .....</b>	<b>53</b>
3.1 Quilombo: lugar de refúgio e resistência.....	54
3.2 Reconhecimento e titulação de terras quilombolas no Brasil: desafios, avanços e reflexões .....	59
<b>4 A TEIA DE RELAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PESQUEIRA DO BAIRRO PORTO D'AREIA COM O RIO PIAUÍ .....</b>	<b>72</b>
4.1 . Um olhar sobre o estuário do rio Piauí: desafios e perspectiva para a pesca artesanal ....	73
4.2. Tecendo resistência: aspectos socioambientais da comunidade quilombola Porto D'Areia .....	82
4.3. Pescar e mariscar: o desvelamento do trabalho dos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia.....	94
4.4 Ambiente, produção, comercialização e renda.....	101
4.5 Entre redes e remos: a arte da pesca artesanal no Porto D'Areia .....	111
<b>5 HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA EDUCATIVA: INTEGRAÇÃO,PESQUISA E DIÁLOGO NA COMUNIDADE PESQUEIRA QUILOMBOLA PORTO D'AREIA .....</b>	<b>122</b>
5.1 Histórias em quadrinhos como recurso didático-pedagógico: da leitura à criação autoral. ....	123
5.2. Projeto de ensino e educação em ciências ambientais: uma integração de saberes na produção de HQs .....	125

5.3 Comunidade quilombola, ambiente e educação: a experiência da produção de HQs com os discentes do CEGB .....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>161</b>
APÊNDICE-A .....	162
APÊNDICE-B .....	246
APÊNDICE-C .....	251
APÊNDICE-D .....	254
APÊNDICE-E.....	257
APÊNDICE-F.....	260
APÊNDICE-G .....	263
APÊNDICE-H.....	266

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada no quilombo do Porto D'Areia, no município de Estância-Sergipe, onde os pescadores praticam a pesca artesanal na área estuarina do rio Piauí. A localidade tem relevância histórica para o município, visto que esteve atrelada ao desenvolvimento socioeconômico da cidade. Desde o século XVIII até a terceira década do XX, o porto servia de ponto de embarque e desembarque de mercadorias e de pessoas; era o nó que conectava o dinâmico povoamento estanciano com as outras cidades de Sergipe e do Brasil (Oliveira, 2021); é atualmente o local de partida e chegada dos pescadores que vivem na comunidade.

A comunidade quilombola está situada à margem esquerda do rio e na porção sudeste do perímetro urbano. Na orla do curso fluvial, é possível encontrar redes de pesca estendidas debaixo das árvores, pescadores que fazem reparos nas ferramentas de trabalho e embarcações de pequeno porte atracadas no porto, fato que indica a considerável dinâmica pesqueira do local. Isto posto, a dissertação versa sobre o trabalho da pesca artesanal no tocante à relação sociedade-natureza, ao evidenciar os saberes e práticas de pesca, a organização social e econômica, e ainda sobre como as ações antropogênicas interferem no ambiente pesqueiro.

Esta pesquisa foi motivada, inicialmente, pelo interesse pessoal e afinidade com temas relacionados às comunidades tradicionais e suas relações com a natureza. A escolha da temática da pesca e do quilombo para esta dissertação decorreu da constatação da carência de informações sistemáticas e acessíveis à sociedade sobre a comunidade quilombola Porto D'Areia, especialmente referente ao trabalho na pesca. Isso proporcionou uma excelente oportunidade para realizar um estudo que trouxesse visibilidade ao trabalho de homens e mulheres que dependem do rio Piauí para sustentar suas famílias.

O questionamento principal que norteou a elaboração da pesquisa foi: Como são estabelecidas as relações dos pescadores quilombolas do Porto D'Areia com o rio Piauí no contexto da pesca artesanal, no que se refere à interação com o ambiente e à organização social e econômica no trabalho da pesca? A partir dessa indagação, surgiram as seguintes questões:

- Como estão estabelecidas as relações entre os sujeitos e o ambiente do rio no cotidiano pesqueiro?

- Qual a estrutura da comunidade pesqueira em termos de organização social e econômica?
- Na pesca, como estão estabelecidas as relações e as condições de trabalho?
- Quais são as técnicas e os instrumentos utilizados na atividade pesqueira?
- Como as intervenções socioculturais têm desencadeado processos de degradação ambiental que inviabilizam a manutenção da pesca?
- Quais são os desafios socioambientais enfrentados e as formas de resistência da comunidade quilombola?
- De que forma as histórias em quadrinhos, elaboradas por estudantes da comunidade quilombola, contribui para o ensino das ciências ambientais e na compreensão das interações socioambientais local?
- Quais parcerias podem ser firmadas para implementação e execução do projeto didático-pedagógico para a produção das HQs?

Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar o trabalho da pesca artesanal na relação sociedade-natureza, com foco na interação dos pescadores e das marisqueiras quilombolas do bairro Porto D'Areia com o rio Piauí, no município de Estância - SE. Os objetivos específicos são:

- Analisar a relação dos pescadores e das marisqueiras com o rio, no cotidiano pesqueiro;
- Identificar a organização socioeconômica, as relações e as condições de trabalho da pesca artesanal;
- Verificar como as intervenções socioculturais têm desencadeado os processos de degradação ambiental que inviabilizam a manutenção da pesca;
- Identificar os aspectos socioambientais da comunidade quilombola.
- Produzir um material didático-pedagógico, em formato de história em quadrinhos, que contemple as especificidades socioambientais do Porto D'Areia.
- Estabelecer parceria estratégica com o Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância) e a comunidade quilombola para a implementação e execução do projeto didático-pedagógico para a confecção do produto.

Esta pesquisa evidencia as demandas da comunidade em questão, oferecendo a ela informações sistematizadas em relação à atividade pesqueira e aos aspectos socioambientais do quilombo. Os resultados desta pesquisa possibilitam à comunidade pleitear soluções, junto às autoridades, para os problemas identificados ou angariar recursos materiais e financeiros que beneficiem a atividade pesqueira. A pesquisa registra e analisa o trabalho na pesca e evidencia

os enfrentamentos dessa comunidade tradicional quilombola de expressiva representatividade no município de Estância. A disponibilização desta pesquisa no banco de dados de dissertações da Universidade Federal de Sergipe tornará seus resultados acessíveis ao público, órgãos de estado e para pesquisadores interessados nessa temática, podendo ser utilizados para fins acadêmicos ou para implementação de políticas públicas.

Ademais, a pesquisa tem o intento de contribuir para o conhecimento e reflexão teórica nas Ciências Ambientais, especificamente no que diz respeito à relação sociedade-natureza estabelecida em comunidades tradicionais pesqueiras. Salienta-se que esta tem desdobramento no Ensino das Ciências Ambientais, por estar atrelada a um produto educacional criado pelos estudantes do Colégio Estadual Gumercindo Bessa sob a orientação dos pesquisadores<sup>1</sup>, via projeto pedagógico. A partir das experiências em sala de aula e da constatação da falta de materiais que abordassem o contexto socioambiental local, decidiu-se desenvolver um recurso paradidático com elementos derivados da pesquisa, apresentados em forma de histórias em quadrinhos, para suprir essa carência e contribuir para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade pesquisada.

Dessa maneira, a presente pesquisa firma-se como potencial referência, tanto para investigações futuras relacionadas às práticas tradicionais, ao trabalho na pesca, ao manejo ambiental de pescadores e marisqueiras, à resistência quilombola, quanto para a área da educação, principalmente voltada à execução de projetos de ensino ou que tenha finalidade didático-pedagógica.

A metodologia é de abordagem qualitativa-quantitativa e tem como método o estruturalismo de Lévi-Strauss (Thiry-Cherques, 2006). A coleta de dados foi realizada por meio de observações diretas (com registros fotográficos) e entrevistas com o uso de roteiro semiestruturado. No que diz respeito às entrevistas, foram seguidas as orientações das Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Destarte, a dissertação está estruturada em cinco capítulos: o primeiro versa sobre os fundamentos do método de pesquisa estruturalista de Lévi-Strauss e os procedimentos metodológicos empregados, tais como as técnicas de coletas de dados, instrumentos de captura de informações e técnicas de análise. Desta maneira, descreve a metodologia adotada, desde a

---

<sup>1</sup> Os pesquisadores são o mestrando e as orientadoras que participaram efetivamente do projeto pedagógico para a confecção das HQs.

seleção dos participantes até a análise e interpretação dos dados, fornecendo assim as etapas dos processos envolvidos na condução da pesquisa.

No segundo capítulo, é discutida a relação sociedade-natureza, povos e comunidades tradicionais, pesca artesanal e conservação ambiental. Nele, é feita a análise de como a sociedade humana, com suas diversas culturas, possui relações distintas com o ambiente, as quais podem causar, conseqüentemente, sua degradação ou ajudar na sua conservação. É também feita uma abordagem sobre os povos e comunidades tradicionais e a relação deles com a natureza, baseada no respeito aos limites da capacidade de regeneração dos ecossistemas. Dessa maneira, será debatido sobre a pesca artesanal, no que tange à produção, à geração de renda, à relação de trabalho na atividade pesqueira e como a prática artesanal contribui para a conservação ambiental.

No terceiro capítulo, esta pesquisa explora o contexto das comunidades quilombolas; aborda aspectos fundamentais, como as legislações que as envolve, o processo de autorreconhecimento e certificação, suas lutas e resistências históricas, a relação intrínseca com a natureza e a distribuição espacial tanto em âmbito nacional quanto no específico cenário de Sergipe. Uma atenção especial foi dedicada à análise do decreto n.º 4887/2003, que regula a identificação, certificação, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Além disso, foram discutidas as nuances das lutas de resistência ao longo do tempo, destacando tanto os eventos históricos quanto as dinâmicas contemporâneas. O capítulo também apresenta dados demográficos da população quilombola no Brasil e em Sergipe, utiliza informações provenientes do IBGE, fornecendo uma visão abrangente e embasada sobre esse importante segmento da sociedade.

No quarto capítulo, são apresentadas as características ambientais do estuário do rio Piauí, bem como são delineados os fatores que contribuem para a degradação desse ecossistema; também é discutido sobre os impactos das intervenções antrópicas na atividade pesqueira. Posteriormente, é realizada uma análise detalhada da prática da pesca artesanal dos quilombolas, em que se aborda a organização socioeconômica, as habilidades técnicas envolvidas, as condições de trabalho, como ocorre a transmissão dos saberes tradicionais e a intrínseca relação com a natureza; além de direcionar atenção para os aspectos e interações socioambientais do bairro Porto D'Areia.

O quinto capítulo aborda a confecção do produto educacional, que se concentrou na criação de histórias em quadrinhos (HQs), dedicadas aos aspectos socioambientais do quilombo

do Porto D'Areia. Apresenta também como a integração entre o Colégio Estadual Gumercindo Bessa, o Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância) e a comunidade local possibilitou a produção do material educativo. Além disso, destaca como a participação ativa dos estudantes na confecção das HQs os aproximou de seu espaço de vivência, permitindo-lhes entender a dinâmica socioambiental local.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação desse modo de vida tradicional, bem como inspirem iniciativas educacionais que fortaleçam a conexão entre a comunidade local e o ambiente em que vivem.

**CAPÍTULO I**  
**NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DA METODOLOGIA**



Fonte: registro de campo, 2023.

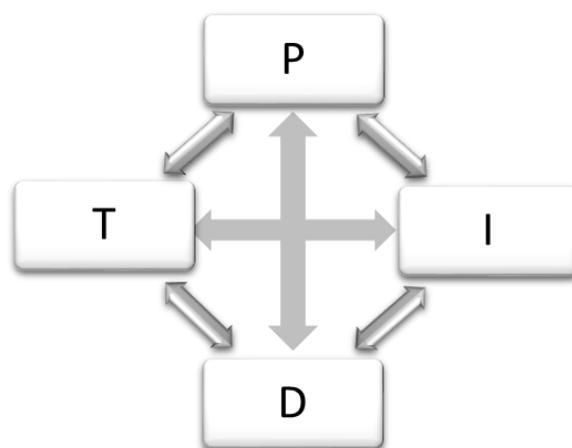
## 1.1 Caminhos da pesquisa

A pesquisa adotou o estruturalismo como método científico, que tem Lévi-Strauss como seu principal teórico. De acordo com Thiry-Cherques (2006, p.145), “O objeto do estruturalismo é o conjunto das relações interdependentes de fenômenos determinados.” Gil (2002) explica que o método opera no sistema concreto, abstrato e novamente concreto. No estruturalismo, o pesquisador estabelece um modelo a partir da abstração da realidade. A estrutura manifesta-se por meio de elementos que se inter-relacionam e são interdependentes; destaca-se dessa forma a importância das relações para essa abordagem (Richardson, 1999).

O estruturalismo como método de pesquisa tem a preocupação de analisar os fenômenos no momento em que eles acontecem. É um método sincrônico e não se prende ao historicismo em suas análises. Na perspectiva estruturalista, os elementos não são analisados isoladamente e só têm importância nas interligações relacionais (Thiry-Cherques, 2006; Richardson, 1999). “Os elementos estão ligados de maneira sistemática; a modificação de um deles arrasta consigo uma variação combinada com outros e, como consequência, uma transformação do modelo” (Universidade de São Paulo, 2003, p.57).

A partir desses pressupostos, realizou-se uma análise das relações intrínsecas entre os pescadores<sup>2</sup> (P), a dinâmica natural do rio (D), o trabalho na pesca (T) e as interferências antrópicas no ecossistema do estuário do rio Piauí. (Figura 1)

Figura 1- Representação das relações entre os elementos analisados

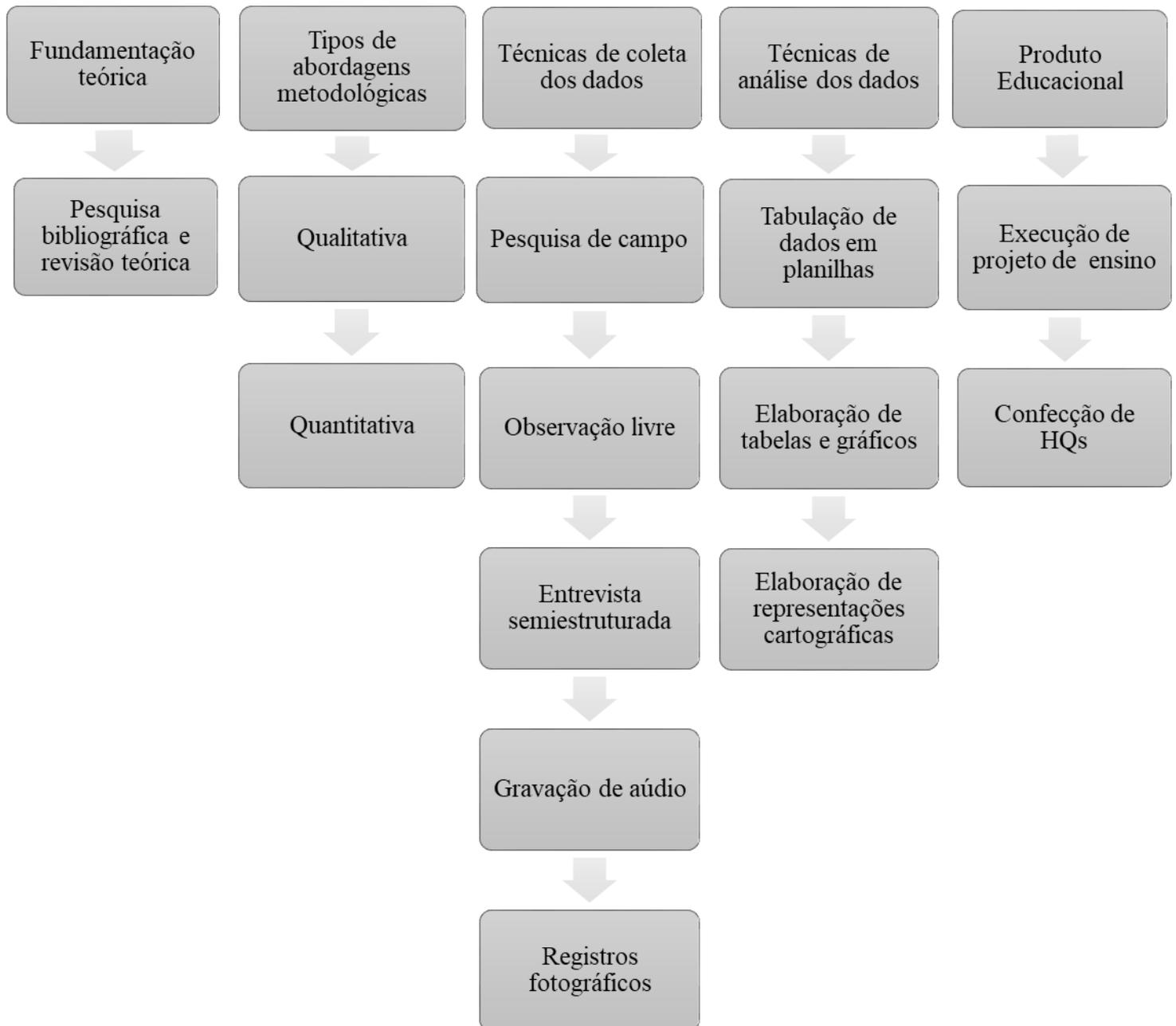


Fonte: adaptado de RICHARDSON et al. 1999.

<sup>2</sup> Pescadores refere-se aos sujeitos que trabalham com a pesca, independentemente do gênero e dos tipos de pescados capturados.

Segundo Fontana e Rosa (2023), uma pesquisa precisa ter metodologia e técnicas adequadas para atender aos propósitos e características do trabalho investigativo. Desta maneira, buscaram-se metodologias mais adequadas que permitissem a obtenção de respostas às questões levantadas, como os procedimentos metodológicos apresentados (Figura 2).

Figura 2 - Procedimentos metodológicos



Fonte: organizado pelo autor, 2023.

Esta pesquisa incluiu revisão de literatura com base em artigos científicos, dissertações, teses e livros que versavam sobre a relação entre sociedade-natureza, comunidade tradicional

quilombola, o trabalho da pesca artesanal e a produção pesqueira artesanal no Brasil e em Sergipe. Para Echer (2001), a realização de uma revisão bibliográfica é um passo fundamental para um bom desenvolvimento de uma pesquisa. Isso fornece ao pesquisador um conhecimento teórico necessário para compreender os conceitos e as metodologias relevantes para uma investigação.

Quanto à abordagem de pesquisa, optou-se pela qualitativa-quantitativa, por entender que a utilização de ambas permite uma análise mais acurada da realidade. A literatura sobre métodos e técnicas de pesquisas científicas mostra que as abordagens qualitativa e quantitativa são complementares, como consideram Souza e Kerbauy (2017).

As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares. Logo, a literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quáli-quantitativa e/ou mista de uma nova abordagem metodológica (Souza; Kerbauy, 2017, p.40).

Paranhos *et al.* (2016) destacam que investigações que utilizam métodos mistos permitem ao pesquisador maximizar as análises das informações coletadas. Assinalam que a integração quali-quantitativo culmina em uma pesquisa de resultados robustos. Nesse sentido, Minayo e Minayo-Gómez (2003) apresenta as diferenças entre abordagens quantitativa e qualitativa: a primeira observa o que é visível e concreto; já a segunda permite compreender as interações sociais e analisar fenômenos que não são mensuráveis numericamente.

Como técnicas de coleta de dados foi utilizada a pesquisa de campo, por meio de observação direta no bairro e do ambiente do rio, bem como das ações laborais dos pescadores e marisqueiras, como e onde costumeiramente pescam, os instrumentos que utilizam na captura de pescados e a forma que se organizam na execução do trabalho. “É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados” (Queiroz; Vali; Souza; Viera, 2007, p.277).

Elegeu-se também, como procedimento de obtenção de informações, a entrevista<sup>3</sup> com roteiro semiestruturado, o que permitiu, ao mesmo tempo, fazer uma análise qualitativa-quantitativa, bem como possibilitou maior liberdade nas respostas dos participantes. Nessa etapa, a abordagem aos pescadores e às marisqueiras realizou-se por agendamento prévio de entrevista. Para tal, um membro do quilombo foi o intermediário entre os sujeitos da pesquisa

---

<sup>3</sup> Além dessa forma de coleta de dados primários, recorreu-se ao banco de informações do IBGE, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

e o pesquisador. Em vista disso, no dia 17 de outubro de 2022, foi estabelecido contato com o líder comunitário quilombola para expor a proposta de pesquisa, a fim de facilitar a posterior aproximação do pesquisador com os demais membros da comunidade, como preconizado por Marconi e Lakatos (2017). Nessa perspectiva, Elias, Sartori e Almeida (2021) entendem que:

[...] a entrevista pode ser mais do que um instrumento de coleta de dados, pode ser compreendida como sendo um espaço e momento de trocas de experiências através do diálogo com a captura de conhecimento e, conseqüentemente, construção de novos conhecimentos-frutos da interação entre entrevistador e entrevistados (Elias; Sartori; Almeida, 2021, p.3).

Para melhor condução da entrevista, o roteiro foi organizado nos seguintes tópicos: informações pessoais (idade, gênero, escolaridade e estado civil), identidade sociocultural, trabalho e regulação na atividade pesqueira, saberes tradicionais da arte de pesca, produção-comercialização de pescados e conhecimentos da dinâmica natural da maré.

Foram entrevistados 20 indivíduos, que são pescadores e marisqueiras quilombolas do bairro Porto D'Areia, na faixa etária a partir de 18 anos, em que a pesca era a principal fonte de renda. Devido à natureza qualitativa da pesquisa, o número de participantes não foi um fator de validação dos resultados, já que o objetivo principal era investigar e compreender um contexto específico, conforme indicado por Franser e Gondin (2004). Deste modo, participaram 12 homens e 8 mulheres indicados pelo líder da comunidade quilombola que se enquadravam no perfil estabelecido pelo pesquisador<sup>4</sup> e que aceitaram, voluntariamente, contribuir com a pesquisa.

Os sujeitos que se dispuseram a participar, após os esclarecimentos sobre a pesquisa, foram convidados a assinar o termo de consentimento livre esclarecido e de autorização para o uso de imagem e depoimento. É importante salientar que foi respeitado o tempo disponível e a livre vontade de colaborar ou não com esta, como recomendam as Resoluções n.º466/2012<sup>6</sup> e 510/2016<sup>7</sup> do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Com o roteiro de entrevista em mãos, os questionamentos foram realizados e as informações foram anotadas e, ao mesmo tempo, gravaram-se os áudios para capturar os dados

<sup>4</sup> Pescadores e marisqueiras quilombolas do Porto D'Areia, maiores de idade, em que a pesca fosse a principal fonte de renda.

<sup>6</sup> RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

<sup>7</sup> RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

da maneira mais fidedigna possível. A comunidade foi bastante receptiva à presença do pesquisador, apresentando informações para além das perguntas que estavam no roteiro de entrevista, fato que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Além dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados já citados, foram empregados equipamentos eletrônicos (celular e computador) para a gravação de voz, registros fotográficos, tabulação dos dados, confecção de tabelas, gráficos e representações cartográficas. Os registros em voz, quando necessário, foram transcritos literalmente e os dados quantitativos foram convertidos em linguagem gráfica que permitiram realizar análises do objeto de estudo.

Para a elaboração dos gráficos, foram utilizados os recursos do programa Excel e, para a confecção das representações cartográficas, recorreu-se ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), software QGIS na versão 3.28. As bases de informação e dos arquivos *Shape* para a elaboração dos mapas foram extraídos do IBGE e do Atlas Digital da Secretaria de Recursos Hídricos de Sergipe.

O produto educacional foi desenvolvido por meio de um projeto de produção de histórias em quadrinhos, em que se deu ênfase a questões socioambientais da comunidade alvo. A execução do projeto contou com a participação de 25 estudantes<sup>8</sup> do Ensino Médio do Colégio Estadual Gumercindo Bessa, instituição situada na área de pesquisa. Para a confecção das HQs, foi necessário munir os estudantes com conhecimentos sobre o Porto D'Areia e técnicas para a elaboração das histórias em quadrinhos. Em vista desses propósitos, contou-se com a colaboração de pescadores, marisqueiras e do líder quilombola<sup>9</sup>, e firmou-se uma parceria com o Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância) que, sob a orientação da professora doutora Márcia Maria de Jesus Santos e a participação dos discentes do curso de Edificações, ministraram a oficina de criação de HQs.

Para a execução do projeto, foi necessário solicitar autorização do Colégio Estadual Gumercindo Bessa com vistas a aplicar a ação didático-pedagógica e a confecção das HQs com os seus estudantes. Além disso, como exigido pelo Comitê de Ética, a participação dos discentes ocorreu mediante informes dos objetivos, riscos e benefícios do projeto. Assim sendo, cientes

---

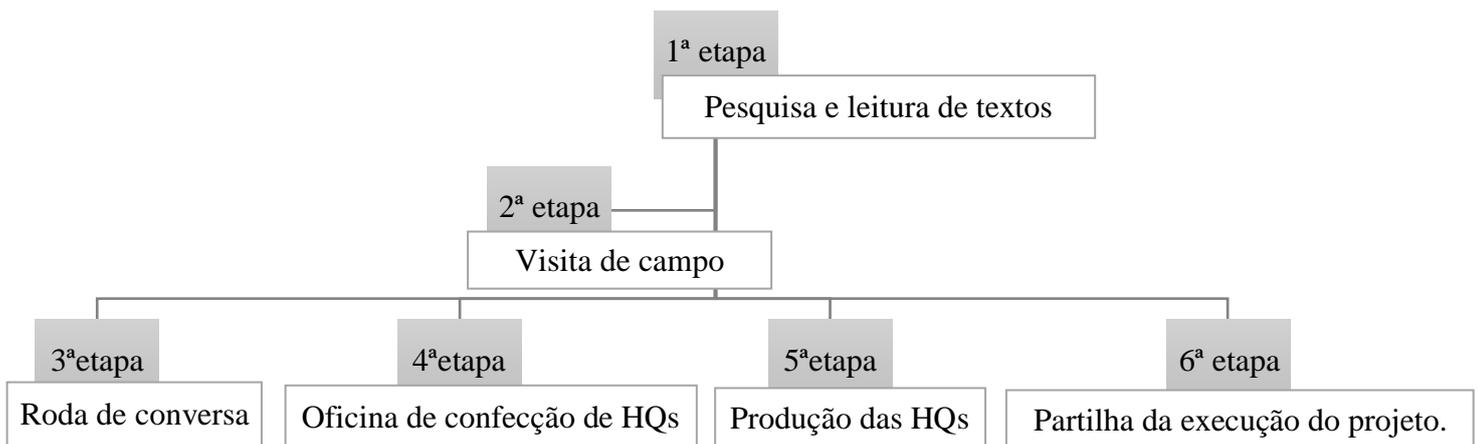
<sup>8</sup> O público alvo do projeto foi, preferencialmente, estudantes do ensino médio que moravam no bairro Porto D'Areia. Devido à natureza educativa do projeto, permitiu-se a participação de estudantes que não viviam na comunidade, mas que demonstraram interesse em participar. Essa decisão deu-se também pelo fato de o rio Piauí ter uma importância histórica, de ser utilizado como área de lazer e fonte de renda para diversas comunidades ribeirinhas em Estância. Desta forma, o projeto foi concebido com a compreensão de que seus resultados educacionais poderiam ir além da área delimitada para a pesquisa.

<sup>9</sup> A visita de campo guiada pelo líder quilombola e a roda de conversa com os pescadores proveu de conhecimentos locais os discentes.

de como seria desenvolvido a ação pedagógica, foi necessária a autorização dos pais dos estudantes menores de 18 anos, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (assinatura dos pais ou responsável legal) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (assinatura do estudante e pais ou responsável legal) para que pudessem participar.

O projeto foi estruturado em seis etapas didáticas, o que possibilitou que os discentes elaborassem suas histórias em quadrinhos (Figura 3).

Figura 3 - Etapas da execução do projeto de produção de HQs



Fonte: organizado pelo autor, 2023.

Para a elaboração das histórias em quadrinhos foi utilizado instrumental que auxiliou nas construções das histórias, na caracterização dos personagens e dos cenários. Além disso, recorreu-se ao uso de computador, aplicativos e programas online gratuitos, como o *Pixton*, *Canva* e *Sketch* câmera, para produzir as HQs.

Os procedimentos metodológicos descritos foram fundamentais para a condução da pesquisa e confecção do produto educacional, oferecendo uma estrutura que permitiu a coleta sistemática de dados, a análise criteriosa das informações obtidas e a elaboração de um material educacional alinhado às necessidades identificadas. Espera-se contribuir para o avanço do conhecimento na área e para a promoção de práticas pedagógicas voltadas ao ensino das ciências ambientais.

**CAPÍTULO II**

**SOCIEDADE MODERNA E POVOS TRADICIONAIS: DESAFIOS E DIÁLOGOS NA**

**RELAÇÃO COM A NATUREZA**



Fonte: registro de campo, 2023.

## 2.1 Concepções de natureza e a relação da sociedade urbano-industrial com o ambiente

A interação entre sociedade e natureza é um tema amplamente explorado por diversas áreas científicas e debatido em diferentes âmbitos da sociedade civil. Esta questão desperta o interesse de pesquisadores da sociologia, antropologia, geografia, biologia e engenharias, entre outras. Revela, dessa maneira, o seu caráter intrinsecamente interdisciplinar.

Para abordar a interação entre sociedade e natureza, é imprescindível explorar o conceito de natureza. Segundo Ribeiro e Cavassan (2013), é fundamental reconhecer a polissemia do termo “natureza” e a complexidade que envolve essa palavra, frequentemente empregada de maneira genérica e descompromissada com seus diversos significados. Para esses autores, a natureza é:

Entidade real factível de ser percebida. Trata-se de uma realidade oferecida ao conhecimento e passível de pensamento, mas que dele independe. Constituída por elementos que podem não estar direta e imediatamente em reação com um organismo. [...]. Pode ser entendido como o que da natureza é conhecido pelo sistema social, o que está no horizonte perceptível humano. Uma construção humana historicamente construída. (Ribeiro; Cavassan, 2013, p. 71).

Desta forma, compreende-se que o conceito de natureza provém da realidade interpretada e representada pela abstração humana. A sociedade ocidental entende o mundo (natureza) a partir da lógica da produção capitalista e segundo as relações que se estabelecem a partir de distintos interesses sociais, econômicos e até das técnicas disponíveis. Carvalho e Sampaio (2006), ao fazerem uma análise de um artigo de Hannah Arendt, destacaram que a natureza, para os gregos pré-socráticos, era tudo que existia por si, a *physis*.

A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto. Trata-se, pois, de um conceito que nada tem de estático, que se caracteriza por uma dinamicidade profunda, genética. (Gonçalves ,2006, p.30).

Para os filósofos antigos, a *physis* era o cosmo vivo, o organizador do mundo, dotado de inteligência, que estava em movimento cíclico eterno. O ser humano fazia parte desse corpo natural, como organismo e espécie animal, submetido à condição de nascer, reproduzir e morrer. No que tange à definição de natureza, Ribeiro e Cavassem (2013) expõem que, para o filósofo Lenoble (2002), a natureza é resultado da abstração humana; já para Whitehead (1993), ela é a interpretação e a representação das coisas que existem no mundo concreto.

Cony Farias (2001) destaca que no antigo mundo grego existiam diferentes entendimentos do que era natureza. Na leitura que a autora fez de Carl Sagan (1983) e Sahtouris

(1991), havia duas vertentes de pensamento: o mundo compreendido pelos filósofos milésios, que funcionava em um sistema de desequilíbrio e reequilíbrio (ordem-desordem-ordem), sempre em movimento; e o cosmo dos pensadores eleatas, que é perfeito, é equilibrado e harmônico; é imutável tal qual a matemática (tem ordem, tem padrão e leis).

O período Renascentista (séculos XVI e XVII) caracterizou-se pela retomada das atividades comerciais nas cidades e o modo feudal de produção era gradativamente substituído pelo sistema capitalista. A ciência desse período teve avanços significativos em comparação ao período medieval; expandiram-se as fronteiras de domínio colonial das metrópoles europeias que invadiram a América e espoliaram as riquezas naturais. Nessa época, tinha-se uma concepção mecanicista, utilitarista e economicista da natureza, conforme afirma Moraes (1999), parafraseando Duarte (1985) e Formigari (1981):

As concepções de natureza na Europa renascentista baseavam-se na crença dominante da natureza como entidade exterior, sujeita a regularidades regidas por leis mecânicas, desvendadas pela razão, por meio da matemática. Para Galileu, Deus era geômetra como em Platão. A natureza estaria escrita na linguagem matemática (Cony Faria, 2015, p.108.).

Nesse período histórico existiam correntes distintas de pensamento que circulavam e que influenciavam na maneira como a sociedade usufruía dos bens extraídos da natureza, como cita Cony Farias (2015, p.109.), “[...] O convívio entre a visão de uma natureza racional e mecânica e uma natureza orgânica persistia, embora com predominância da primeira. Os dualismos estariam também presentes no pensamento geográfico da época.” O etnocentrismo dos dominadores promovia forçadamente a ação “civilizadora”, alterando as relações e organizações socioculturais dos povos nativos. No Novo Mundo havia uma grande diversidade étnica; muitos desses grupos humanos tinham uma relação simbiótica com o ambiente, como citado por Moraes (2011, p.76-77.):

A referida concepção tem como pressuposto a existência de uma mentalidade [...] observada no homem pré-histórico e em algumas sociedades indígenas ainda hoje existentes, bem como em traços de pensamento não-científico. Possui como prerrogativa básica a existência de uma lógica binária, em que as coisas são ou não são, não existindo o acaso, mas um superdeterminismo mágico decorrente da fragilidade da consciência mítica.

As metrópoles europeias apossaram-se das terras da América e fincaram as bases do capitalismo com toda a lógica de produção e de exploração, fato que provocou mudanças na relação que era de reverência para utilitarista. A lógica cartesiana, que era disseminada a partir da prática cotidiana do trabalho, produção e da exploração da mão de obra, incutiu na sociedade

a visão da natureza como recurso econômico. O mundo ocidental europeu construiu, durante os séculos XVI e XVII, as bases sólidas para a Revolução Industrial do século XVIII, que intensificou a produção, o consumo e a exploração dos bens naturais.

Nos anos subsequentes à Primeira Revolução Industrial, a corrente científica de Descartes ganhava maior adesão e assim:

[...] a natureza é vista como um recurso, isto é, um meio para se atingir um fim. Na condição de sujeito, o homem passa a ser visto como o centro do mundo, em oposição à natureza, que se tornou mero objeto a ser transformado, pois como agente de transformação, o homem deve ser concebido como externalidade em relação à natureza (Moraes, 2011, p.83.).

O pensamento newtoniano, que se baseava em uma natureza regida por uma lógica divina, foi perdendo força entre os cientistas. A racionalidade nos moldes de Descartes ganhava corpo diante de uma sociedade cujo interesse principal era a expansão da produção industrial e a massificação do consumo (Cony Farias, 2015). Essa natureza não tem relação com o humano e, a partir desse momento histórico, tornou-se um objeto a ser explorado; a humanidade difere das outras espécies devido à cultura e pela capacidade de intervenção sobre o ambiente em que vive. Para Gonçalves (2006, p.95).

[...] o homem é um ser que por natureza produz cultura; esta é a sua especificidade natural. Diferentemente do pensamento corrente, os homens ao longo da história criam normas, regras e instituições não para evitar cair no estado de natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza não somente em função dos estímulos advindos do meio ambiente, mas também das relações que os homens estabelecem entre si.

Ao produzir cultura, a espécie humana está reproduzindo nada mais que a própria propensão natural. O autor entende que as intervenções no ambiente são artifícios que a inteligência humana permite realizar; portanto, é natural. Cony Farias (2015, p.117) diz: “[...] Torna-se cada vez mais claro que, enquanto a separação entre sociedade e natureza é bastante antiga, o capitalismo, juntamente com os sistemas de conhecimento associados à sua emergência, tornou mais aguda essa separação, estabelecendo tendências a uma ruptura. ”

Na contemporaneidade, o que se entende por natureza está próximo da tradição hebraico-cristã, na qual a *natura* serve à humanidade. Essa corrente de pensamento tem como marco histórico o período medieval e que se caracterizava por não abrigar as qualidades da *physis*; ou seja, a natureza é desprovida de vida, inteligência e de autonomia. A ordenação do cosmo é comandada pelo Deus Criador que governa a natureza. Dessa forma, essa abstração da realidade contribuiu para a construção sociocultural do mundo industrializado instaurado em meados do século XVIII (Carvalho; Sampaio, 2006).

Leff (2006) explica que a ciência desenvolvida durante a modernidade foi responsável pelo divórcio da espécie humana com a natureza. O sistema de crescimento econômico e de produtividade infinita que não considera a lei da entropia expõe o sistema terra ao colapso, pois a velocidade de emissão de poluentes no ar, a quantidade de químicos lançados no solo e na água estão acima da capacidade de recuperação natural do planeta. A produção e o consumo que se instalaram no mundo são responsáveis pela crise ambiental provocada pela civilização ocidental.

Apesar da hegemonia do modelo de sociedade que se configurou a partir da Revolução Industrial, ainda há comunidades que têm uma relação de uso da natureza pautada na extração do necessário para a obtenção de renda e para o sustento familiar. Muitas dessas comunidades tradicionais têm baixo impacto sobre os ecossistemas, como bem explicita Sahotra Sarkar (1999):

[...]A presença de seres humanos em si não é necessariamente prejudicial à biodiversidade. Grupos humanos, particularmente aqueles que não usam tecnologias invasivas e vivem em uma região por muitas gerações, muitas vezes são partes integrais dos ecossistemas e podem ter pouco ou nenhum impacto negativo na biodiversidade (Sahotra Sarkar, 1999, p. 408).

As comunidades tradicionais são mantenedoras do equilíbrio ecológico, visto que desde muito tempo apropriam-se dos recursos disponibilizados pelos ecossistemas sem causar grandes impactos no ambiente usado. A relação dessas populações tradicionais com os ecossistemas difere daquela que a sociedade clássica urbana-industrial-capitalista mantém com os elementos da natureza, isto é, vai além do interesse economicista e de acumulação de capital. Há uma relação simbiótica entre essas comunidades e os ecossistemas – o biofísico fornece o necessário à sobrevivência e os grupos sociais são responsáveis pela conservação do ambiental, pois as comunidades respeitam os ciclos da natureza ao praticarem o extrativismo (Toledo, 2001).

Pode-se, dessa maneira, apreender que as mudanças na concepção de natureza e as diferentes relações que a humanidade estabeleceu com o que é classificado como natural estão correlacionadas às condições técnicas e das estruturas sociais em momentos históricos específicos. Os pensamentos filosóficos e científicos também tiveram uma grande contribuição no estabelecimento de diferentes formas de relações e de usos da sociedade ocidental com o ambiente.

## 2.2 Povos tradicionais, cultura, território e a biodiversidade

O decreto n.º 6040/2007 define que povos tradicionais são grupos que se reconhecem como parte integrante de um coletivo que historicamente se estabeleceu em determinada base física em meio às lutas e resistências para garantir a reprodução de sua cultura, o direito ao território, à conservação dos recursos naturais, entre outros. A sensação de unidade é a estrutura invisível que torna os sujeitos participantes de um grupo mais engajados e agregados em termos identitários. Desta maneira, as comunidades tradicionais carregam consigo a herança de seus ancestrais, que é de viver da natureza e produzir natureza (Sparemberge; Colaço, 2011).

Segundo Gonçalves (2006), a cultura ocidental de tradição europeia nega a condição de sujeitos pertencentes à natureza, por entender que são dotados de cultura. Porém, a cultura faz parte da natureza humana. Então, sendo a cultura natural à espécie humana, essa nada mais é que uma condição que a própria natureza lhe permitiu. Alguém já ouviu falar de alguma sociedade humana desprovida de cultura? Certamente não. Mas só essa distinção fez com que uma parte da sociedade entendesse que o natural é tudo aquilo que não é humano. Nessa mesma perspectiva, Brumatti expõe:

[...] a noção da complexidade do ser humano em relação aos outros animais e, ainda, na sociedade ocidental, fortalece o seu poder de controle e dominação sobre a natureza. O processo civilizador levou à negação da dimensão instintiva da vida humana e, coube à razão, como atributo exclusivo do homem, a garantia da singularização dos seres humanos e ao seu distanciamento (Brumatti, 2014, p.283).

Esse pensamento foi o que predominou no período da expansão e dominação europeia na América. Os povos nativos eram classificados como primitivos, selvagens, indolentes e desprovidos de qualquer traço civilizatório, devido à proximidade dos grupos humanos aos ecossistemas (Gonçalves, 2006). Há relatos de que Humboldt, em expedição na América entre os séculos XVIII e XIX, disse que os povos do continente eram comparados a mendigos sentados em sacos de ouro, associando a imensidão de riquezas naturais não exploradas economicamente (Acosta, 2019). Essa visão de mundo, em que os recursos naturais devem ser utilizados na geração de lucro ou acumulação de riqueza, permite compreender como opera a relação sociedade-natureza no sistema capitalista.

Na modernidade, a natureza foi dominada pela ciência e pela produção, sendo tratada como objeto. Essa abordagem ignorou sua complexidade e organização ecossistêmica, a reduziu meramente a recurso passível de ser explorado, uma mercadoria dotada de valor econômico e subordinada à produtividade (Leff, 2006). Para Castro (1998), grupos econômicos consideram um desperdício manter florestas de pé. Em vista disso, conflitos por terras são

comuns em áreas de uso de povos tradicionais devido à invasão de garimpeiros, de madeireiros e de grileiros.

Nesse sentido, Brito (2012) expõe que, na sociedade capitalista, as relações entre seres humanos, natureza e trabalho são influenciadas por imperativos econômicos e uma competitividade exacerbada, característica desse sistema. Este modelo de sociedade, fundamentado na busca por acumulação de capital, gera desigualdades, bem como privilegia quem detém o poder econômico. Diante disso, os seres humanos não se apresentam igualmente diante da natureza, e tal prerrogativa repercute na disparidade de poder no processo produtivo associado ao trabalho, entendido como a atividade humana de mediação com a natureza para criar as condições de existência.

Na lógica contrária à sociedade moldada no padrão capitalista, há os povos tradicionais, que têm uma relação de uso dos recursos naturais de modo geral sustentável. As comunidades tradicionais são responsáveis por impedir o avanço da degradação ambiental em alguns ecossistemas. Além disso, contribuem para o adensamento da flora e da fauna. Conforme Toledo (2001):

A importância dessas áreas ocupadas por esses povos e comunidades para fins de conservação é evidente. [...] O melhor exemplo da notável superposição dos povos e comunidades tradicionais sobre as áreas biologicamente ricas é o caso dos remanescentes das florestas tropicais e a presença desses moradores na América Latina, na Bacia do Congo e outros países da Ásia tropical como Filipinas, Indonésia e Nova Guiné. A presença importante desses povos e comunidades no Brasil, Indonésia e Congo, que detém mais de 60 por cento das florestas tropicais do mundo, é digna de nota (Toledo, 2001, p.6).

Little (2003) corrobora com a citação acima ao afirmar, no sentido ambiental, que os territórios dos grupos sociais, caracterizados como tradicionais, são sustentáveis ecologicamente, pois mesmo ao ocupar determinadas áreas por longos períodos, as intervenções não resultaram em predação dos ecossistemas.

O marco legal que ampara e caracteriza os povos tradicionais no Brasil é o decreto n.º 6040 de 07 de fevereiro de 2007. Esse decreto, além de dar a definição de povos tradicionais, também assegura a essas populações o direito ao usufruto dos recursos naturais, bem como a conservação e a manutenção dos ecossistemas utilizados como fonte de renda e sustento.

Diegues *et al.* (2000) classificam os povos tradicionais em dois grupos: os indígenas e não indígenas; os primeiros são os povos nativos, cujos ancestrais viviam no Brasil antes da chegada dos portugueses e ainda mantêm a língua originária; já o segundo grupo, apesar de ter uma forte influência cultural indígena, a língua falada é o português. As semelhanças entre eles

estão na íntima relação com a natureza, os costumes e os modos de produção que contribuem para a conservação dos recursos utilizados na geração de renda ou para a subsistência da comunidade.

Os saberes, as técnicas e os elementos socioculturais das sociedades e das culturas tradicionais sugerem abordagens mais apropriadas para a ocupação do espaço e enfatizam a importância de um manejo ambiental sustentável. Em áreas do território brasileiro, ainda não afetadas pela devastação, são encontradas populações indígenas ou comunidades rurais tradicionais que dependem da conservação da biodiversidade para sua sobrevivência. Enquanto isso, a expansão da grande agropecuária e práticas extrativistas predatórias promovem um padrão de ocupação territorial e exploração de recursos naturais que resulta em degradação ambiental e impactos sociais consideráveis. Esse processo não apenas ameaça a sustentabilidade dessas comunidades, mas também gera consequências negativas para todo o país (Arruda, 1999).

Ao analisar comparativamente a sociedade extirpada da natureza e os povos tradicionais, Pereira *et al.* (2010) dizem que a interligação entre o ambiente natural e humano focada na interação entre saberes ancestrais e preservação dos recursos ambientais, através dos aportes da etnoconservação, conduz a repensar a concepção de natureza como uma construção cultural de determinadas sociedades, tendo em vista que outras sociedades concebem a natureza como algo externo e distante, que de forma inadvertida ignoram sua própria integração ao tecido natural.

Enquanto na sociedade globalizada o ser humano é apartado da natureza devido à cultura, nas comunidades tradicionais a cultura pode ser entendida como o resultado da combinação do que se chama de natural e social. No que diz respeito à relação entre cultura e natureza, Gregori e Araújo (2016) explicam que a interconexão entre esses dois entes está presente desde os primeiros estágios do desenvolvimento linguístico-simbólico humano, quando as capacidades de imaginação e abstração foram expandidas. Isso possivelmente levou à formulação do conceito de “civilização”. Além disso, os autores ressaltam que, nas comunidades tradicionais, a conexão entre o ambiente e os recursos naturais vai além das necessidades práticas, como alimentação, moradia e medicina, mas abrange também aspectos simbólicos e identitários. Esses elementos fortalecem o sentimento de pertencimento ao grupo e a coesão social.

As comunidades ou os povos tradicionais estão inseridos em base física que corresponde ao território. Este é o espaço da convivência com os seus, é o chão de onde extraem o sustento, é local da moradia e da segurança. O espaço delimitado por essas comunidades estabelece-se a partir do uso cotidiano e difere do território positivista, cartesiano, de dominação hegemônica do Estado, por ser carregado de significação e identidade. Milton Santos (1999) diz o seguinte sobre o território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999, p.8).

A territorialidade dos grupos sociais antecede ao território, pois o uso coletivo dos recursos biofísicos da área ocupada, controlada e que se identificam é convertido em território (Little, 2003). Entende-se que, antes da própria delimitação territorial de uma dada superfície, existe a territorialidade. Não haverá território definido se não existir um grupo social que vive e se apropria de um espaço a partir dos usos, pertencimento e identidade. (Bonnemaison, 2002).

Moraes *et al.* (2017) ressaltam que o território, convencionalmente associado à delimitação geográfica onde um povo tem relação de apropriação e o Estado exerce soberania, tornou-se mais complexo. Fatores relacionados às tradições, crenças e cultura de uma comunidade devem ser considerados não apenas pelos acadêmicos, mas também pela sociedade em geral. Especial atenção deve ser dada à esfera política, de onde advêm políticas públicas e diretrizes legislativas. Essa ampliação do conceito de território destaca a necessidade de compreender as nuances culturais que desempenham um papel vital na identidade e coesão das comunidades.

No entanto, na contramão das legislações que protegem os territórios dos povos originários e tradicionais, interesses econômicos e políticos se sobrepõem aos regulamentos. Isso se manifesta em concessões ou modificação das leis para viabilizar a exploração em áreas anteriormente proibidas. Segundo Almeida (2012):

A reconceituação de território, consoante as interpretações sociológicas sobre as transformações sociais na primeira década do século XXI, tem sido marcada por novos critérios de classificação, que aparentam empreender uma volta ao passado, refletindo uma conhecida e dúbia combinação entre fatores ambientais e econômicos. Incorporados pelas ações governamentais mais recentes, [...]flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em commodities minerais e agrícolas (Almeida, 2012, p.63).

A criação de marcos legais que reconhecem os direitos das comunidades sobre seus territórios representa um avanço significativo na proteção de suas formas de vida. No entanto, a realidade mostra que, quando essas comunidades são forçadas a abandonar seus territórios, enfrentam desarticulação social e ficam sujeitas a condições de vida precárias (Pimentel; Ribeiro, 2016).

Avanços e retrocessos em relação à proteção das populações tradicionais parecem ser uma constante no Brasil. Governos e grupos políticos alinhados ao empresariado rural frequentemente se opõem às conquistas legislativas dos povos tradicionais e originários, propondo leis que retiram direitos anteriormente conquistados. Além disso, não garantem de maneira efetiva a implementação do que está estabelecido nos regulamentos, gerando, dessa maneira, um cenário de vulnerabilidade para essas comunidades.

Essas são atitudes que inviabilizam gradativamente a reprodução sociocultural dessas populações. O desmonte da legislação ambiental, “passando a boiada”<sup>11</sup>, provoca sérios impactos ambientais e conflitos socioambientais, como bem expõem Cordeiro *et al.* (2022): “Os conflitos socioambientais se multiplicam desde 2018, tanto em diferentes biomas, quanto impactando diferentes grupos sociais cujo território significa tanto o acesso aos recursos para sobrevivência, quanto sua identidade” (Cordeiro *et al.*, 2022, p. 275).

Os ataques contra diversas populações tradicionais se manifestam de múltiplas formas e de diversas origens, indo desde a perda legal de seus territórios até ameaças de morte contra líderes. Estes grupos, de maneira inevitável, buscam preservar seu direito natural ao pleno uso de seus territórios, seja para plantio, extração de recursos da flora ou para usufruir das águas para beber, banhar-se e pescar.

### **2.3 A pesca no Brasil e a necessidade da conservação dos ecossistemas fluviomarinhos**

A pesca, uma atividade extrativista muito antiga, é praticada tanto com finalidade comercial quanto não comercial. Apesar do crescimento da aquicultura<sup>12</sup> desde os anos 1990, a maior parte da produção mundial ainda provém da pesca extrativista. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 2018:

---

<sup>11</sup> Essa expressão refere-se ao um momento da história política brasileira em que o Ministério do Meio Ambiente, durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, promoveu um discurso de expansão da exploração econômica em ambientes e territórios de povos tradicionais que eram protegidas pela legislação brasileira.

<sup>12</sup> De acordo com a Embrapa, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos, geralmente em um espaço confinado e controlado.

A aquicultura representou 46 por cento da produção total e 52 por cento do pescado para consumo humano. A China continua sendo um grande produtor de pescado, respondendo por 35% da produção global de pescado em 2018. Excluindo a China, uma parcela significativa da produção em 2018 veio da Ásia (34%), seguida pelas Américas (14%), Europa (10%), África (7%) e Oceania (1%) (FAO, 2020, p.2).

De acordo com o relatório Situação Mundial da Pesca e da Aquicultura 2020, a produção global de pescado foi de aproximadamente 179 milhões de toneladas. Desse quantitativo, 159 milhões foram destinados para o consumo humano e os 22 milhões restantes não tiveram finalidade alimentícia. Além disso, o relatório destaca que, de 1961 a 2017, houve aumento do consumo aparente de pescado (alimentar) em uma média de 3,1% ao ano. O texto coloca como consumo aparente, por ser só uma média e dessa forma não corresponde à real ingestão de alimentos em termos globais.

A partir desses dados recentes da FAO, pode-se inferir que a pesca e a aquicultura são atividades econômicas significativas, bem como têm um importante papel na segurança alimentar, visto que a produção pesqueira é utilizada para suprir as necessidades alimentícias e de renda de famílias no mundo inteiro. Segundo informações da FAO, o consumo de pescado tem obtido crescimento contínuo desde 1990; contudo, o aumento no consumo não significa que o acesso à proteína oriunda da pesca ou da aquicultura seja equitativo, pois a desigualdade inerente ao capitalismo exclui parcela da população mundial.

As principais razões para este crescimento na curva de consumo são: (a) o incremento populacional; (b) o aumento da renda familiar, principalmente das classes médias emergentes de países em desenvolvimento e (c) a busca por uma alimentação mais saudável, cada vez mais presente nos países de primeiro mundo. Dado o aumento de consumo, os estoques naturais vêm diminuindo e a demanda atual já não é atendida (Oliveira; Costa; Almeida, 2021, p.15961).

No tocante à pesca de captura, a FAO distingue dois tipos: a pesca de águas marinhas e a pesca de águas interiores; a primeira representa 87,4% e a segunda 12,6% na produção global mundial. O Brasil, por ter diversas bacias hidrográficas, destaca-se mundialmente na pesca de águas interiores. Entre os 25 maiores produtores de pescados desse tipo, o país ocupa a 13ª posição no ranking. Já no que tange às águas marinhas, apesar da produção significativa, não ocupa as primeiras colocações. A pesca artesanal tem maior participação na produção pesqueira em comparação à pesca industrial e à aquicultura (FAO, 2022).

O relatório da FAO 2020 enfatizou que a agência não tem dados atualizados da produção pesqueira brasileira, uma vez que desde 2014 o país não reporta informações. Dessa maneira, são feitas estimativas considerando os últimos números enviados. Ximenes (2021, p.4) diz que

“não existem estatísticas nacionais atualizadas sobre o volume de pescas marinhas e continentais no Brasil”. Segundo esse autor, semelhante ao que ocorreu com a produção mundial, houve uma estagnação da pesca por captura que resultou no crescimento vertiginoso da aquicultura no país.

Em 2014, Adriano Prysthon da Silva alertou para o problema do apagão de dados referentes à pesca de captura, sobretudo da pesca artesanal. A falta de informação impossibilita, em certa medida, a atuação de fiscalização, manejo e fomento das práticas pesqueiras. O autor destaca:

Portanto, o ordenamento do setor passa necessariamente pela construção de uma base de dados contínua e, sobretudo, unificada da pesca artesanal. No entanto, os conflitos entre instituições governamentais e a segregação de responsabilidades emperram o desenvolvimento de uma política unificada para o monitoramento e estatística. Um caminho mais árduo, porém, de efetivos resultados, é considerar, também nas estatísticas, a diversidade cultural e saberes tradicionais das comunidades pesqueiras, o que facilitaria as coletas de dados contínuos e de qualidade sob a perspectiva das comunidades pesqueiras. Tal consideração reflete diretamente na gestão dos recursos pesqueiros. A aquisição de informações de forma participativa, além de tornar o processo mais confiável, traz uma série de benefícios, pois: (i) fornece bases para promover pesquisas com apoio local, (ii) ampara a implementação de medidas corretas de ordenamento de acordo com as necessidades dos pescadores, (iii) fornece instrumentos legais de desenvolvimento das comunidades de forma sustentável e participativa, (iv) fortalece as políticas pesqueiras nacionais e o associativismo local, (v) aumenta o grau de envolvimento das comunidades em suas próprias decisões, (vi) fortalece a cidadania, entre outros (Silva, 2014, p.20).

Diegues (2004) também discute sobre o abandono da pesca de pequena escala pela gestão pública brasileira. O autor atribui esse panorama às diversas visões equivocadas que os tecnocratas têm em relação à pesca, sobretudo artesanal, ao considerá-la como uma atividade rudimentar com pescados de baixa qualidade; ao considerar que os pescadores são indolentes; que é um modelo de pesca ineficiente e não rentável e que a pesca artesanal está em processo de extinção em favor da aquicultura. O menosprezo por parte dos Estados em gerir o setor pesqueiro de captura faz com que não se tenham dados reais do percentual de participação da pesca na economia brasileira.

Mesmo com a escassez de dados, em 2020 a FAO publicou um relatório que trouxe as seguintes informações: cerca de 99,2% dos pescadores brasileiros trabalham na pesca artesanal e de subsistência; das capturas, 60% é oriunda da pesca de pequena escala e, desses percentuais, 65% é proveniente do mar e de estuários. Em levantamentos realizados de 2013 até 2017, calculou-se uma produção aproximada de 560 mil toneladas capturadas em estuários, lagos,

baías e no mar; desse total, 87,5% são de peixe, 10,3% de crustáceos e 2,5% de moluscos (FAO, 2020).

Os levantamentos de dados sobre a pesca mundial por parte da FAO evidenciam o esgotamento do setor pesqueiro de captura, inicialmente com a estagnação e posteriormente com queda de produção. A expansão urbana nos ambientes litorâneos e a pesca predatória (sobrepesca) provocam degradação sobre os ecossistemas marinhos e fluviais. Silva (2014) destaca que a partir de 1950 houve um aumento significativo da exploração dos recursos pesqueiros, sobretudo pela pesca industrial, que provocou a exaustão dos estoques e a redução da produção a partir de 1995. A sobrepesca “não apenas causa impactos negativos na biodiversidade e no funcionamento do ecossistema, mas também reduz a produção de peixes, o que posteriormente leva a consequências sociais e econômicas negativas” (FAO, 2020, p.54).

Não é somente a pesca predatória a responsável pela queda do estoque pesqueiro natural, mas também o avanço da aquicultura, que nos últimos 30 anos tem contribuído para a degradação dos ambientes de reprodução das espécies valorizadas economicamente, bem como das que são importantes na cadeia ecológica. “Perderam-se meios de subsistência onde mangues de berçários de peixes foram substituídos por viveiros de aquicultura de curta duração” (Spalding; Leal 2021, p. 11). No Brasil, áreas de manguezais, ao longo dos anos, têm sido devastadas e as águas atingidas por contaminantes da aquicultura, principalmente em decorrência da produção de camarão.

Mesmo causando tantos impactos, a carcinicultura é uma das atividades que mais cresce ao longo da costa, em particular nos apicuns, devido à farta disponibilidade de água e saídas para o oceano. Os apicuns são caracterizados por uma floresta de halófitas e por uma zona de transição (ecótono) na parte terrestre do manguezal. São áreas arenosas com vegetação escassa e entrecortadas por uma extensa (Leão; Leite; Fumi, 2018, p.66).

Os autores supracitados destacam que as principais atividades econômicas que provocam degradação no ecossistema estuarino são a aquicultura de camarão, agricultura do arroz e da cana-de-açúcar, a exploração de madeira para lenha de fornalhas das indústrias de cerâmica, a indústria pesqueira de arrasto, que captura vários organismos em fase de desenvolvimento, a implementação de áreas urbanas, industriais e turísticas e as mudanças climáticas. Diegues (2004) também destaca esses problemas como as principais causas da degradação nas áreas costeiras.

Além disso, o uso crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, para a implantação de polos químicos, petroquímicos, minerometalúrgicos, levou a poluição dos estuários, com o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal. A especulação imobiliária, expulsando os pescadores

artesanais de suas praias, algumas vezes de maneira violenta, contribuiu para uma desorganização social crescente e para um empobrecimento ainda maior das comunidades dos pequenos produtores litorâneos (Diegues, 2004, p.131-132).

Conforme afirmam Leão, Leite e Fumi (2018), nas áreas estuarinas brasileiras a pesca é a atividade econômica predominante. Nesses ambientes, são capturados caranguejos, mariscos, peixes e camarões. Na pesca, a mão de obra utilizada é preponderantemente familiar e é uma atividade tradicional e ancestral transmitida de uma geração para outra. A comercialização dos pescados é realizada, principalmente, mediante atravessadores e são geralmente vendidos no mercado local. Outras atividades também estão relacionadas à pesca, como a confecção de apetrechos e o beneficiamento de pescados. Segundo Ribeiro e Martins (2022):

Além da economia, a pesca também desempenha um papel significativo nas comunidades costeiras e ribeirinhas no Brasil, contribuindo para a identidade dessas comunidades ao transmitir conhecimentos e tradições ancestrais, conservando a cultura local. Essas comunidades costeiras também auxiliam na preservação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas marinhos, visto que a pesca artesanal desenvolvida por elas tende a ser menos impactante que a pesca industrial, com o uso de técnicas menos invasivas, evitando a pesca excessiva e a captura de espécies não desejadas ou ameaçadas. Ainda assim, essas comunidades costeiras não são participantes ativas na elaboração de políticas públicas, apesar de sua contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento econômico local (Ribeiro; Martins, 2022, p.1).

Práticas pesqueiras sustentáveis são indispensáveis para recompor os estoques e regredir os déficits de produção tanto em águas marinhas quanto as do interior, não só devido a uma motivação comercial, mas sobretudo em relação à produção de alimentos e à obtenção de renda, imprescindíveis às comunidades locais de diversos países, (FAO, 2020). Dessa forma, é necessária a gestão ambiental, a partir de dispositivos legais que permitam que os Estados monitorem e manejem adequadamente os estoques pesqueiros nos respectivos domínios territoriais. Em termo de gestão, Dias, Zamboni, Canton (2022) dizem que:

Países como Estados Unidos, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, África do Sul, Canadá, Austrália e Argentina aparecem sempre muito bem posicionados nesses rankings de melhores gestões da pesca. Países da América do Sul e Central, África e Sudeste Asiático, por outro lado, se mostram extremamente defasados (Dias; Zamboni; Canton, 2022, p.16).

No Brasil, a lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre o desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca (especifica instrumentos de gestão ambiental, próprios das atividades pesqueiras). O dispositivo legal enfatiza, sobretudo, a necessidade de preservação e conservação dos diversos ecossistemas aquáticos que são indispensáveis à reprodução dos animais que vivem em lagos, rios, em estuários e no mar. Também regulamenta sobre a

ordenação, o fomento e a fiscalização das atividades pesqueiras, bem como o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem atividades pesqueiras nas mais diversas comunidades (Brasil, 2009).

Segundo essa mesma lei, no ordenamento de áreas pesqueiras, deve-se considerar as necessidades específicas dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura de base familiar, para garantir a conservação dos ecossistemas, bem como a manutenção da pesca. A atividade pesqueira sustentável dar-se-á a partir da gestão do acesso e do uso dos recursos, do estabelecimento de áreas que devem ser protegidas, da participação popular, da educação ambiental, da capacitação dos trabalhadores, controle e fiscalização, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, da existência de banco de dados sobre o setor pesqueiro e de fornecer os subsídios (Brasil, 2009).

A literatura científica, os documentos internacionais sobre o meio ambiente e a legislação brasileira ressaltam a importância da pesca de pequena escala na sustentabilidade ambiental. A prática da pesca artesanal é sustentável em si, como bem explicita Diegues (2004), ao dizer que os pescadores respeitam os ciclos da natureza (condições da maré) e a sazonalidade de algumas espécies de pescado; por isso, a intensidade do trabalho e o tempo de captura são determinados pelo ritmo do natural.

A pesca de captura tem sofrido baixas no Brasil e no mundo, resultado da sobrepesca e da degradação dos ecossistemas costeiros (marinhos e fluviomarinho), conforme levantamento da FAO. Esse cenário é um forte risco à segurança alimentar de comunidades e famílias que sobrevivem da renda gerada a partir da pesca, sobretudo a de pequena escala. A má gestão pública brasileira resulta em ausência de dados da produção pesqueira, falta de investimento e de monitoramento das condições dos ecossistemas necessários à manutenção da atividade pesqueira.

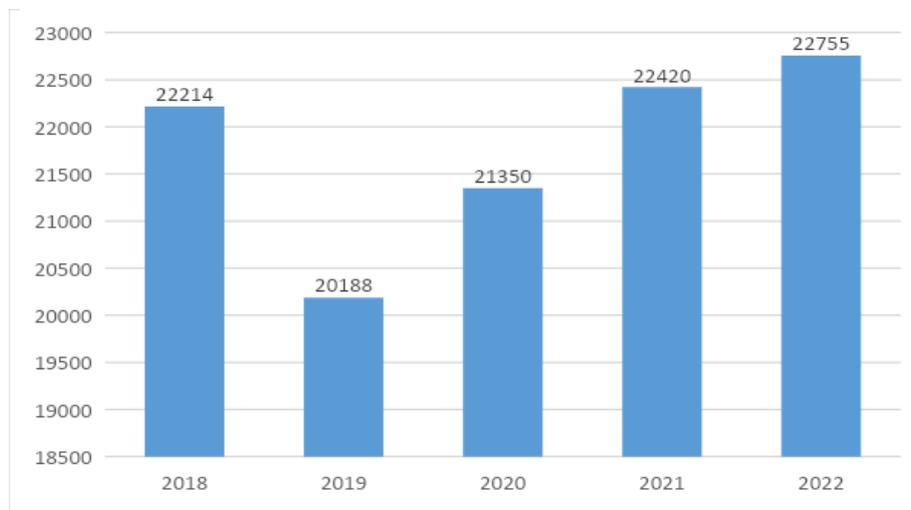
### 2.3.1. No balanço do mar e no remanso da maré: a pesca costeira em Sergipe

Assim como ocorre em extensas porções do litoral brasileiro, a atividade pesqueira nos estuários e nas águas marítimas é uma prática comumente observada em Sergipe. A cultura pesqueira nesse estado explicita-se na culinária local, que tem no caranguejo seu símbolo mais expressivo, embora conte também com outras iguarias valorizadas nas mesas dos sergipanos, como o sururu, o aratu, o guaiamum, entre outros.

O estado de Sergipe tem uma costa com extensão de 163 km<sup>2</sup> (Vilar; Santos, 2011). A pesca no estado é predominantemente artesanal e a captura dos pescados é realizada principalmente no mar e nos estuários dos rios. Em Sergipe, em 2014, o número de pessoas ocupadas em atividades pesqueiras marítimas e estuarinas era de 2.010 (26%) e 5.723 (76%), respectivamente (Araújo et al., 2014).

Dados mais recentes mostram que em Sergipe há 29.502 pescadores profissionais artesanais, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2022). O pescador que tem o Registro Geral de Pesca (RGP) tem direito ao Seguro Defeso<sup>13</sup> quando está impedido de trabalhar em decorrência do período da reprodução das espécies, conforme a lei n.º 10779/2003 (Brasil, 2003). Em 2022, o total de pescadores beneficiados pelo Seguro Defeso foi de 22.775 (Figura 4).

Figura 4 – Beneficiários do Seguro Defeso, Sergipe (2018-2022)



Fonte: BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal, 2023.

Os dados da figura 4 correspondem ao valor global de pescadores habilitados nesses anos para receberem o benefício, independentemente se a pesca é realizada em estuários, nas águas interiores dos rios ou no mar. Essas informações mostram um aumento de 2,899% nas concessões do seguro no período entre 2018 a 2022.

A faixa etária com o maior número de pessoas que trabalham na pesca é de 40 a 59 anos, tanto no Brasil como em Sergipe (CONAB, 2022). A seguinte característica etária foi registrada no estado e no país (tabela 1):

<sup>13</sup> Conforme a Previdência Social, o seguro defeso é um benefício de um salário mínimo concedido ao pescador que tem o RGP e está impedido de pescar, devido à reprodução da espécie que é seu principal meio de sustento.

Tabela 1- Número de pescadores registrados no Brasil e em Sergipe por faixa etária

	< 20 ANOS	20-39 ANOS	40-59 ANOS	60-69 ANOS	≥ 70 ANOS
<b>BRASIL</b>	16	291.209	537.342	131.998	15.429
<b>SERGIPE</b>	0	8.759	16.997	3.468	278

Fonte: CONAB, 2022.

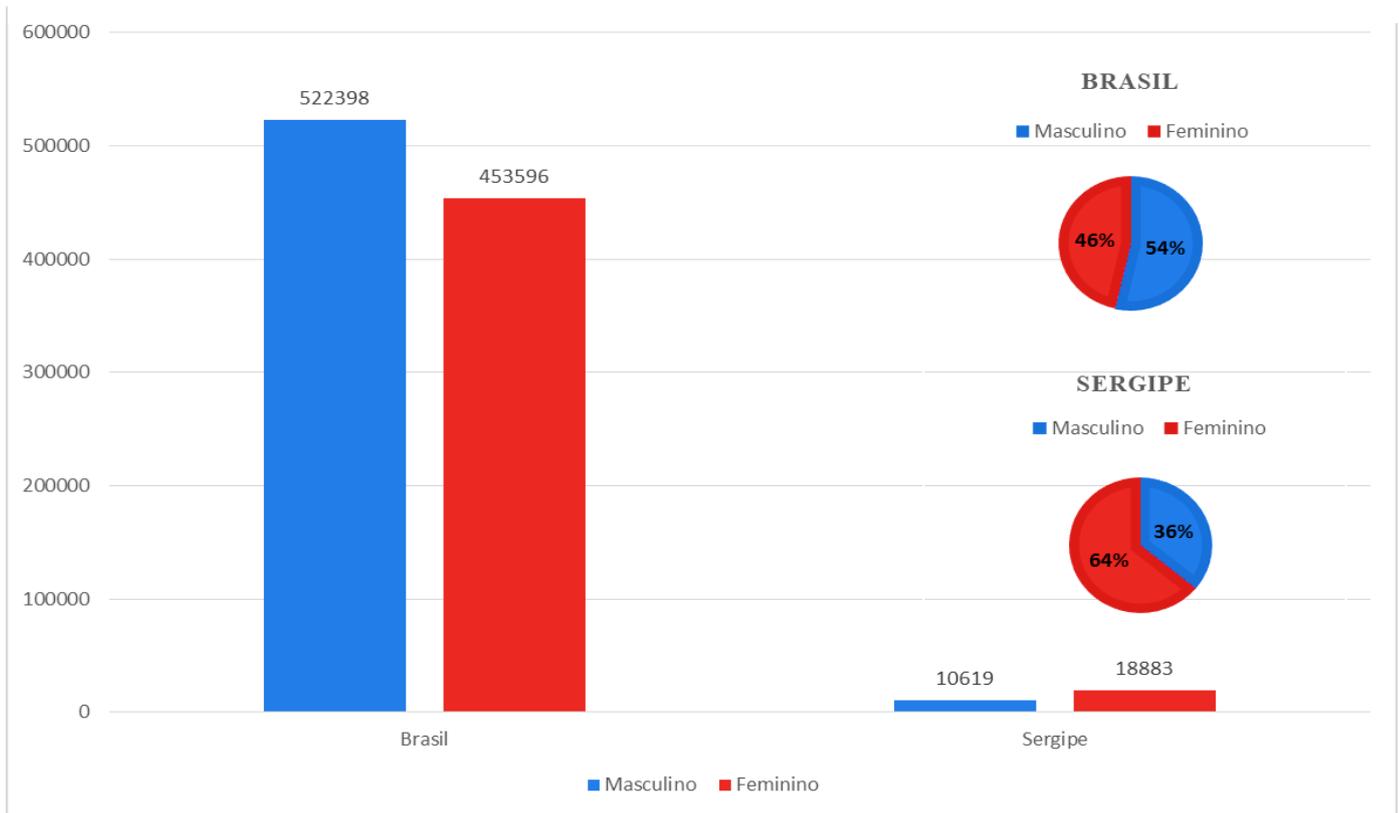
A partir da tabela 1, pode-se constatar que há uma reduzida população jovem envolvida com a pesca no Brasil e em Sergipe. Em termos percentuais, no estado, somente 30% estão na faixa entre 20 e 39 e 0% abaixo de 20 anos. Isso indica uma tendência de envelhecimento dos trabalhadores da pesca.

O mesmo boletim aponta que no estado de Sergipe o número de mulheres que trabalham na pesca é superior ao quantitativo de homens, sendo 18.883 para 10.619, respectivamente.

Quanto ao gênero, cerca de 53,5% (522.398) dos pescadores são do sexo masculino, e 46,5% (453.596) do sexo feminino[...]. Considerando nacionalmente, a proporção entre os gêneros é mais igualitária. A maior disparidade entre gêneros está na Região Sudeste, com 74.127 registros de pescadores profissionais, sendo que 70,5% são homens e apenas 29,5% são mulheres. A Região Nordeste apresenta maior predominância feminina, com destaque para Sergipe (64,0%), Maranhão (57,4%), Alagoas (57,2%), Bahia (56,3%) e Pernambuco (55,5%) (CONAB, 2022, p.75).

No Brasil, o número de pescadores do gênero masculino e feminino está próximo, a diferença é de 68.802 (8%) de homens a mais que o número de mulheres que exercem a atividade. Já no estado de Sergipe, há uma inversão na predominância do gênero. Assim sendo, há 8.264 mulheres (28%) a mais do que homens que trabalham na pesca. Em relação ao número absoluto e relativo (percentual) de pescadores, no Brasil e em Sergipe, a representatividade por gênero apresenta-se conforme está explicitado na figura 5.

Figura 5 - Distribuição de pescadores por gênero no Brasil e em Sergipe-2022



Fonte: CONAB, 2022.

De acordo com Figueiredo e Prost (2011), o labor feminino nas atividades pesqueiras está historicamente associado aos processos de beneficiamento de pescados, bem como às tarefas de reparo e fabricação das redes de pesca. Mesmo tendo um importante papel na pescaria, é geralmente considerada uma atividade extensiva das obrigações domésticas. Assim, em referência ao trabalho da mariscagem, Araújo argumenta:

[...] a pesca dos moluscos, assim como a do crustáceo aratu, é executada por uma parcela numerosa da população, geralmente mulheres, que tem acesso ao recurso a pé ou em pequenas embarcações próprias ou cedidas (emprestadas). E, por sua importância sociocultural, devem ser alvo de especial interesse de estudos e projetos para valorização, sustentabilidade e otimização da produção (Araújo *et al.*, 2014, p.32).

Pode-se perceber que na organização social do trabalho da pesca existe divisão de tarefas a partir do gênero. Esse fato foi também citado por Jacques Laberge (2000, p.52), que afirma que “as mulheres pescadoras são marisqueiras, isto é, colhem nos mangues, ostras, sururus, siris e caranguejos”. Há várias pesquisas acadêmicas que dão evidência ao trabalho feminino na pesca; porém, durante muito tempo as mulheres foram invisibilizadas pelos pesquisadores na execução do ofício de pescar (Alencar, 1993).

O predomínio de mulheres na atividade pesqueira, em Sergipe, já havia sido destacado por Santos e Souza (2019), os quais registraram que, na época, elas compunham 61,99% do contingente total de pessoas envolvidas nesse setor. Essa constatação é corroborada pelos dados mais recentes, que indicam uma participação mais expressiva das mulheres entre os pescadores, que atingiu 64% do total em 2022 (CONAB, 2022).

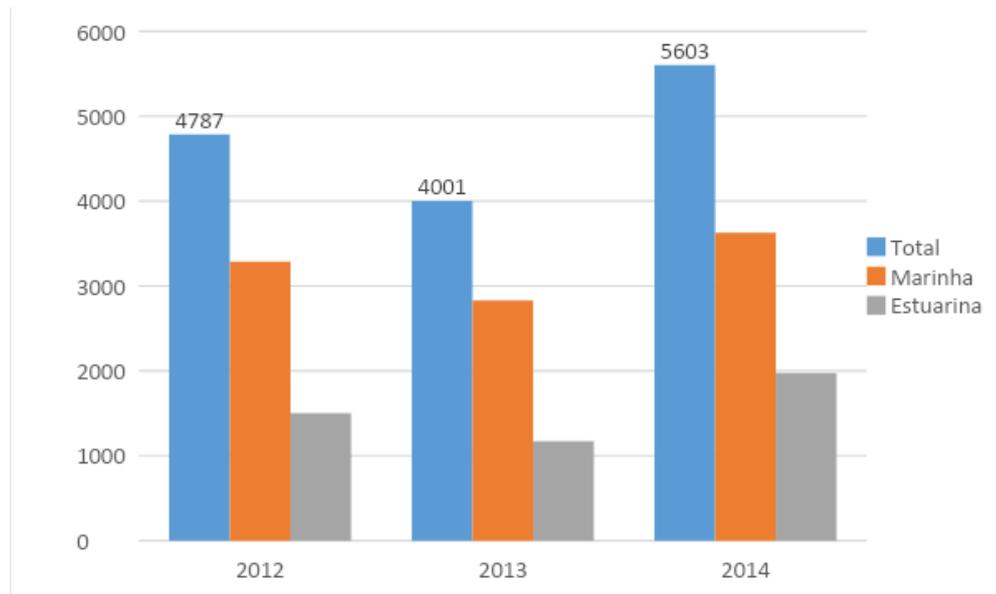
Quanto ao perfil socioeconômico, algumas publicações de pesquisas realizadas em comunidades pesqueiras sergipanas indicam uma população de baixa escolaridade, de baixo poder aquisitivo e que estão em situação de vulnerabilidade social (Alves, 2016; Rezende *et al.*, 2015). Em pesquisa realizada por Nunes (2011), no então povoado Mosqueiro, os pescadores e as marisqueiras, preponderantemente, afirmaram que não queriam que seus filhos seguissem o ofício de pescador ou marisqueira. Isso ocorre em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas, decorrentes dos baixos rendimentos obtidos com as pescarias, o que torna ainda mais desafiador viver exclusivamente com a renda proveniente da pesca.

No tocante às embarcações, em Sergipe, em 2023, apenas 121 unidades estavam oficialmente cadastradas no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SISRGP (2023). Desse total, 115 embarcações são de pequeno porte, enquanto 6 são classificadas como de médio porte. Porém, sabe-se que o número de embarcações existentes é superior ao registrado no sistema, visto que, em levantamento realizado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 2014, o número total da frota era de 3.047, distribuídas entre 2.819 canoas e 228 lanchas.

Os pescadores de Sergipe utilizam uma variedade de equipamentos de pesca, sendo a rede de arrasto e as linhas os principais (SISRGP, 2023). Além desses, pode-se citar outros petrechos amplamente utilizados, como redes de emalhar, covos, tarrafas, ratoeiras, entre outros (Duarte *et al.*, 2017; Santa Fé *et al.*, 2013; Souza, 2015).

Em relação à produção pesqueira no estado de Sergipe, as informações encontram-se desatualizadas; os últimos dados foram sistematizados e divulgados em 2014. Nesse período, foram registrados os seguintes volumes de captura (Figura 6):

Figura 6 - Evolução da produção pesqueira anual, por ambiente de pesca, em Sergipe (2012-2014)



Fonte: Boletim Estatístico da Pesca nos Litorais de Sergipe e Bahia, 2014.

Segundo o que demonstra a figura 6, o volume de pesca marinha foi superior, em anos consecutivos, à pesca estuarina. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo diante dessa disparidade, a área pesqueira estuarina destaca-se pelo expressivo contingente humano envolvido e contabilizou 5.723 pessoas ativas, em contraste com as 2.010 registradas na área marinha, conforme os dados do boletim.

Dessa forma, em termos de percentual, o primeiro ambiente (estuário) é responsável por 74% das ocupações e o segundo (mar) somente por 26%. Essa informação demonstra a importância dos estuários para o sustento das comunidades pesqueiras ou de pescadores autônomos com suas famílias. Sendo assim, é mister uma maior atenção, sobretudo, da administração pública do Estado de Sergipe e dos municípios costeiros em relação à conservação dos ecossistemas estuarinos, os quais são alvos de degradação ambiental.

É importante ressaltar que o trabalho na pesca em Sergipe encontra-se em risco, sobretudo nos estuários, devido ao avanço da expansão urbana desordenada, despejo de esgoto nos rios, contaminação química, expansão de viveiros aquícolas, entre outros (Jesus *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2019; Souza *et al.*, 2023). Essa situação poderá agravar a condição socioeconômica dessa população tradicional que sobrevive da renda gerada com a pesca.

Embora a pesca artesanal desempenhe um papel significativo e seja vital para o sustento de diversas famílias em Sergipe, observa-se uma lacuna de informações. A falta de dados

sistematizados e atualizados ressalta a carência de atenção e investimentos adequados na promoção e na preservação dessa importante atividade. É necessário que sejam tomadas medidas efetivas para valorizar e sustentar a pesca artesanal, reconhecendo seu impacto socioeconômico e ambiental, que seja garantido assim um apoio a essa atividade por parte das autoridades públicas.

### 2.3.2. Os meandros do trabalho da pesca artesanal

A pesca artesanal é historicamente praticada na extensa faixa costeira do Brasil, rica em biodiversidade. Os ambientes das práticas de pesca são diversos, como lagos, baías, estuários, rios e no mar (Alencar, 1993). A legislação brasileira classifica a pesca em: pesca comercial (pesca artesanal e industrial) e não comercial (pesca científica, amadora e de subsistência). A lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, no artigo 8º, define cada uma dessas:

[...] artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; [...] industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; [...] científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; [...] amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto; [...] subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (Brasil, 2009, p.4).

A pesca artesanal e a industrial, na legislação, estão na mesma classificação, mas existem grandes diferenças, sobretudo no que se refere à capacidade de captura de pescado, aos tipos de embarcações, às técnicas e aos instrumentos utilizados, bem como à relação com o ambiente (Silva; Medeiros; Silva, 2009). Diegues (2004) trata sobre as formas de organização da produção pesqueira e diz que:

Tendo-se em vista as diversas combinações dos fatores produtivos em relações sociais de produção, constatamos que elas assumem formas possíveis e algumas sub-formas: (a) a produção pesqueira de autossubsistência ou primitiva; (b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; (c) a produção pesqueira capitalista. No interior da pequena produção mercantil, identificamos ainda duas sub-formas: (a) a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores; e (b) a pequena produção dos pescadores artesanais. No interior da produção pesqueira capitalista encontramos duas sub-formas: a produção dos armadores de pesca e a produção das empresas de pesca (Diegues, 2004, p. 152).

Os tipos de pescas diferenciam-se em suas finalidades e nas formas de organização, como se pode inferir pela citação acima. A pesca artesanal está enquadrada na pequena produção mercantilista simples com as seguintes características: venda maior que

autossustentâncias, propriedade individual dos instrumentos de produção, o pagamento da parceria da pesca é proporcional ao investimento na atividade, grupos de pescadores independentes, apetrechos semimecanizados e o conhecimento é repassado a partir da tradição (Diegues, 2004). Nesse sentido, Barbosa *et al.* afirmam que:

A pesca artesanal, embora menos tecnicizada e rentável que a pesca industrial, permite uma maior valorização do saber popular e um contato mais direto do pescador com o ambiente natural, ampliando o conhecimento sobre a classificação, a história natural, o comportamento e a biologia das espécies, além da utilização dos recursos naturais da região de forma sustentável (Barbosa *et al.*, 2022, p.5)

Esse saber popular não é desprovido de técnicas ou aleatório; é proveniente de conhecimento adquirido a partir da prática e transmitido de uma geração a outra. Assim sendo, Cidreira, Fragoso e Rodrigues (2019) afirmam que os conhecimentos sobre os melhores pontos de pesca, os instrumentos necessários para capturar o pescado e o reconhecimento da dinâmica da maré são transmitidos pelos pais para os filhos. De igual maneira, Moreno e Carvalho (2014) afirmam que o trabalho na pesca artesanal requer essencialmente um conhecimento da dinâmica do ambiente em que se realiza tal atividade extrativista.

Quando se refere à questão trabalho, a lógica operante, de modo geral, não se submete ao entendimento que normalmente se tem sobre outras atividades laborais ou até outros setores econômicos que estão baseados na relação capital-trabalho, já que, segundo Ramalho (2020):

[...] o mundo do trabalho pesqueiro não foi capturado e interferido na mesma medida que outros setores econômicos, outras artes, devido ao modo peculiar que o desenvolvimento capitalista assumiu nas regiões costeiras de muitas localidades e às mediações societárias (políticas, culturais, ambientais) presentes no cotidiano dos trabalhadores pesqueiros. Ao não ser capturada em igual medida ou plenamente, a sociabilidade do trabalho ainda continua assumindo eixo central no fazer desses profissionais. Então, a lógica de compreender o seu trabalho como arte e como liberdade - como fazem atualmente os pescadores suapenses e as práticas de sociabilidade geradas pelos marítimos, têm no passado sua raiz importante e que é capaz de ainda oferecer pistas valiosas para se entender o tempo presente, o ser e o fazer-se mestre pescador (Ramalho, 2020, p.320).

Na mesma perspectiva, Gomes, Lima e Freitas (2014) afirmam que o trabalho na mariscagem (pesca artesanal) é baseado na autonomia, haja vista que o ritmo da produção não é determinado pela figura de um patrão e que não é subjugado à venda da força de trabalho. A liberdade no trabalho está expressa no próprio saber-fazer, “compreende o controle dos processos de confecção e conserto dos instrumentos e conhecimento da mariscagem” (Gomes; Lima; Freitas, 2014, p.138).

A autonomia do trabalho na pesca artesanal não significa que ela não tenha sofrido interferência do capitalismo ou que os pescadores estejam imunes às consequências desse

sistema econômico. Entretanto, é evidente que o trabalho pesqueiro resiste frente ao modelo urbano-industrial de trabalhar, pois o pescador ainda é gestor do próprio tempo. Para os pescadores, o trabalho fora da pesca artesanal tem significado de subordinação, de atividade árdua e de dependência, ou seja, a perda da liberdade. A lógica está em uma desnecessidade do trabalho (tempo livre necessário), principalmente devido à característica da atividade que é bastante extenuante; isso demonstra um respeito ao próprio corpo e uma concepção de trabalho humanizado (Ramalho, 2015).

O ofício de pescador ainda preserva o trabalho como arte que se perpetua a partir da tradição e do ensinamento dos mestres pescadores (Ramalho, 2008). E como tal, os petrechos são tradicionalmente produzidos pelos próprios pescadores. No entanto, na atualidade, uma parte do material é comprada da indústria (Pinto; Mourão; Alves, 2021). Ainda no que tange aos equipamentos e às técnicas utilizadas na pesca, os diferentes ambientes pesqueiros exigem dos pescadores expertises específicas, como bem ressaltam Silva e Aguiar (2011): “Como a pesca artesanal é determinada pela relação do ser humano com o meio ambiente, há uma grande variabilidade de técnicas para execução da tarefa pesqueira” (Silva; Aguiar, 2011, p.359).

Algo que tem ocorrido e que põe em risco a continuidade da cultura pesqueira artesanal é o envelhecimento dos pescadores e a falta de reposição de mão de obra jovem, uma vez que os filhos ou netos de pescadores não têm a intenção de seguir o ofício dos pais e avós. Os baixos rendimentos contribuem para que os filhos dos pescadores não se vejam na mesma profissão que os pais, conforme expõem Campos, Timóteo e Arruda (2019).

Não apenas os jovens abandonam a pescaria como meio de obtenção de sustento familiar, já que diante das dificuldades financeiras e das necessidades de prover a família, pescadores experientes passam a se dedicar a outras atividades, de acordo com Capellesso e Cazella (2011).

[...] Diante da baixa produção, os pescadores relatam que o abandono da atividade está cada vez mais evidente. Embora as causas da queda na produção não sejam exatamente as mesmas, situação similar é relatada nas entrevistas com pescadores das três lagoas. Diante das dificuldades, os pescadores da Lagoa do Mirim apontam que o "seguro defeso" - política pública que paga um salário mínimo mensal aos pescadores artesanais para não capturar determinada espécie em certo período de interesse reprodutivo - tem contribuído para reduzir o abandono da atividade, [...] (Capellesso; Cazella, 2011, p.23).

Além das causas do abandono, já citadas, De Paula (2021) afirma que um forte risco à manutenção da cultura pesqueira artesanal é a degradação ambiental provocada pela “modernização” cuja lógica do uso da natureza é inversa em relação a de quem vive da arte da

pesca e explica o “[...] avanço das atividades industriais, da expansão da cidade e de seus impactos, da implementação de projetos do agronegócio e do funcionamento de mineradoras. Essas atividades provocam impactos ambientais quando afetam o ambiente, ao ponto de extinguirem o território pesqueiro [...]” (De Paula, 2021, p.133).

No Brasil, os desafios da pesca artesanal são diversos e perpassam o envelhecimento dos pescadores, a baixa reposição de mão de obra jovem, motivada pelos baixos rendimentos e a ameaça constante da degradação ambiental. A falta de dados atualizados é outro problema, que indica pouca atenção ao setor pelo Estado. Infere-se que, para preservar essa rica cultura pesqueira, é necessário tomar medidas efetivas, reconhecer o valor socioeconômico e ambiental da pesca artesanal, bem como as autoridades devem firmar compromisso sério para enfrentar e superar essas questões.

**CAPÍTULO III**  
**COMUNIDADES QUILOMBOLAS: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA**



Fonte: registro de campo, 2023.

### 3.1 Quilombo: lugar de refúgio e resistência

A existência dos quilombos no Brasil está intrinsecamente relacionada ao regime escravista que vigorou do século XVI até próximo à última década do século XIX<sup>14</sup>. Estima-se que desembarcaram no Brasil quatro milhões de pessoas na condição de mão de obra escrava, segundo Reis (2000). Ao chegarem à colônia portuguesa da América, eram obrigados a trabalhar nas lavouras de monoculturas de exportação ou na mineração.

Segundo Leite (2008), a palavra quilombo, na etimologia bantu, significa abrigo de guerreiro. De acordo com esse autor, a utilização do termo era frequente em documentos oficiais da administração colonial para se referir aos locais onde os escravizados ficavam escondidos quando conseguiam fugir das fazendas onde realizavam trabalhos forçados. Reis (2000) afirma:

Os escravos, principalmente os nascidos na África, revoltaram-se com muita frequência, em movimentos grande e pequeno, ora longamente planejados e visando à abolição geral, ora por meio de golpes mais modestos que previam punir um senhor ou feitor mais tirano. As fugas representaram um estilo mais constante de rebeldia, tanto por aqueles que as empreenderam como aventura individual, misturando-se à massa negro-mestiça livre, como pelos que se juntaram para formar quilombos, os quais floresceram em grande número, em cada lugar onde a escravidão fincou raízes, fosse no mato, na montanha ou nas vizinhanças de fazendas e vilas, pequenas e grandes cidades. Ainda mais frequente seria a chamada resistência cotidiana, caracterizada pelo fingimento de doenças, o trabalho malfeito, as estratégias de negociação para extrair pequenas vantagens, materiais e outras, dos senhores (Reis, 2000, p.84).

Como explicita o autor supracitado, a resistência ao trabalho escravo foi uma constante durante esse período e a principal forma eram as fugas e o estabelecimento de mocambos. De acordo com Moura (1986), o primeiro registro da palavra quilombo em documentos oficiais portugueses é do ano de 1559. Conforme esse autor, o quilombo significava contraordem que punha em risco o sistema social vigente tanto no período colonial quanto no império. Dessa maneira, era disseminada a ideia de que a existência de quilombos era uma grave ameaça à segurança da população geral, como cita Da Silva e Da Silva (2014):

Muitas vezes a presença dos quilombos significava medo para a população local que acusava os quilombolas de diversas questões. Os proprietários de escravos apontavam que além do prejuízo econômico sofrido quando seus escravos fugiam para quilombos, ficavam a mercê dos negros que faziam tocaias, atacando-os em viagens e roubando-os (Da Silva; Da Silva, 2014, p.194).

---

<sup>14</sup> Oficialmente, a escravidão teve fim no Brasil a partir da Lei nº. 3.353, de 13 de maio de 1888 e foi assinada pela princesa imperial regente Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon.

Pode-se inferir que, de maneira intencional, a elite escravista influenciava o imaginário coletivo negativamente em relação às condutas morais e éticas dos habitantes dos mocambos; por essa razão, deveriam ser denunciados e reprimidos.

Em referência à formação dessas áreas habitadas por africanos e seus descendentes, Lira e Neto Ribeiro (2016, p. 42) dizem que “algumas comunidades se formaram mediante doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas [...]; da compra de terras pelos próprios escravos [...]; [...] pela prestação de serviço de guerra, lutando contra insurreições ao lado de tropas oficiais”.

A necessidade de repensar o conceito de quilombo surge da constatação de que muitas comunidades negras não atendiam aos critérios legais estabelecidos para a concessão do título de terra. Esse cenário deveu-se, em grande parte, ao surgimento de diversas comunidades após a abolição da escravatura, as quais não se enquadravam na classificação anteriormente existente. Dessa forma, para abarcar essa diversidade temporal e social, foi imperativo ressignificar o termo quilombo, ajustando-o à realidade dessas comunidades que não se alinhavam aos parâmetros prévios estabelecidos pela legislação. Por isso, de acordo com Dalt e Brandão (2011), houve uma ressemantização da palavra quilombo<sup>15</sup>. Ao contrário do que se entendia no passado, o quilombo não é somente terras ocupadas historicamente por escravos fugitivos, mas também áreas tradicionalmente habitadas e utilizadas por ex-escravos alforriados ou que se tornaram livres a partir da abolição da escravatura.

Ainda no que tange à ressemantização, houve uma transição no uso do vocábulo “quilombo” para o “remanescente de comunidade de quilombo”, que ocorreu de 1950 até a inserção de “remanescente e comunidade” à palavra quilombo no artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Carvalho e Lima (2013) explicam que entre 1950 e 1960 a palavra quilombo era atrelada à resistência cultural sob o ideário da afirmação da cultura negra e de resistência política aos ditames da ordem dominante. Já a partir de 1970, o sentido torna-se mais amplo, ao entender que o quilombo era uma forma de resistência negra, englobando o contexto cultural e político, o combate ao racismo e as diferentes formas de opressão à população negra.

As lutas em prol da reparação histórica direcionada à população afrodescendente e a sensibilização e adesão de grupos políticos às questões quilombolas permitiram que, pela

---

<sup>15</sup> Ato ou efeito de dar, ou adquirir, um novo sentido. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/ressemantiza%C3%A7%C3%A3o>.

primeira vez, esse grupo social tivesse o direito de acesso à terra garantido na Constituição Federal de 1988. O artigo 68 versa que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos” (Brasil, 1988). A partir do referido artigo, houve um amplo debate sobre o que estava implícito e explícito na lei, sobre o que era o quilombo e quais elementos seriam utilizados como critérios para o reconhecimento de remanescentes das comunidades quilombolas.

Sobre esse assunto, Chagas (2001) destaca que havia naquele momento uma importante necessidade de interpretação correta da expressão “remanescentes de comunidade de quilombo” e que um dos principais problemas era a permanência de todos os estereótipos em relação aos quilombos. Conforme o autor, isso inviabiliza o direito ao título de terra a um maior número de aquilombados, visto que ainda estava cristalizada a concepção do quilombo como um local geograficamente isolado e de difícil acesso onde se abrigavam os escravos fugitivos.

Os quilombos diferenciam-se em suas formas de vida, cultura, trabalho e até mesmo onde estão localizados (áreas rurais ou urbanas). Essa diversidade também dificultava a definição de critérios para reconhecer áreas quilombolas, conforme Domingues e Gomes (2013). Em decorrência disso, o itinerário legislativo de criação de decretos e projetos de lei foi longo até alcançar uma compreensão da complexidade da realidade dos quilombos do Brasil e chegar a um consenso de redação de um decreto de normativas que fossem realmente benéficos ao reconhecimento das terras ocupadas por comunidades de negros que se identificavam como remanescentes de quilombo.<sup>16</sup>

Após amplos debates, foi estabelecido o decreto n.º 4887/2003, que regulamenta as diretrizes para o reconhecimento, demarcação de território e concessão de títulos de terras aos quilombolas. Segundo Arruti (2009), o referido decreto rompe com a perspectiva da descendência direta e da existência de artefatos antigos como requisito necessário para a identificação e reconhecimento, demarcação do território e titulação de terras quilombolas.

O decreto n.º 4887/2003 considera remanescentes de comunidade quilombola os grupos étnicos que se auto determinam como tal e reconhecem a ancestralidade negra comum, principalmente, em relação às lutas contra as opressões sofridas no passado ou na atualidade.

---

<sup>16</sup> Antes do decreto n.º 4887/2003 vigorou o projeto decreto 3912/2001, estabelecido pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e tramitavam paralelamente os projetos de lei de autoria da senadora Bendita da Silva e do deputado Alcides Modesto. As propostas dos dois legisladores foram fundidas e constituí o regramento que vigora até os dias de hoje.

Nessa perspectiva, a identidade e a memória coletiva, bem como a história em comum, são os parâmetros para requerer a certificação de comunidade quilombola, conforme a portaria n.º 57/2022 da Fundação Cultura Palmares. Contudo, é importante frisar que, mesmo com esses dispositivos legais, a luta para ter as terras tituladas é penosa, pois além de passar por um longo processo de burocracias do Estado, ainda há conflitos com latifundiários, que não aceitam a desapropriações ou que não respeitam os limites das terras já tituladas.

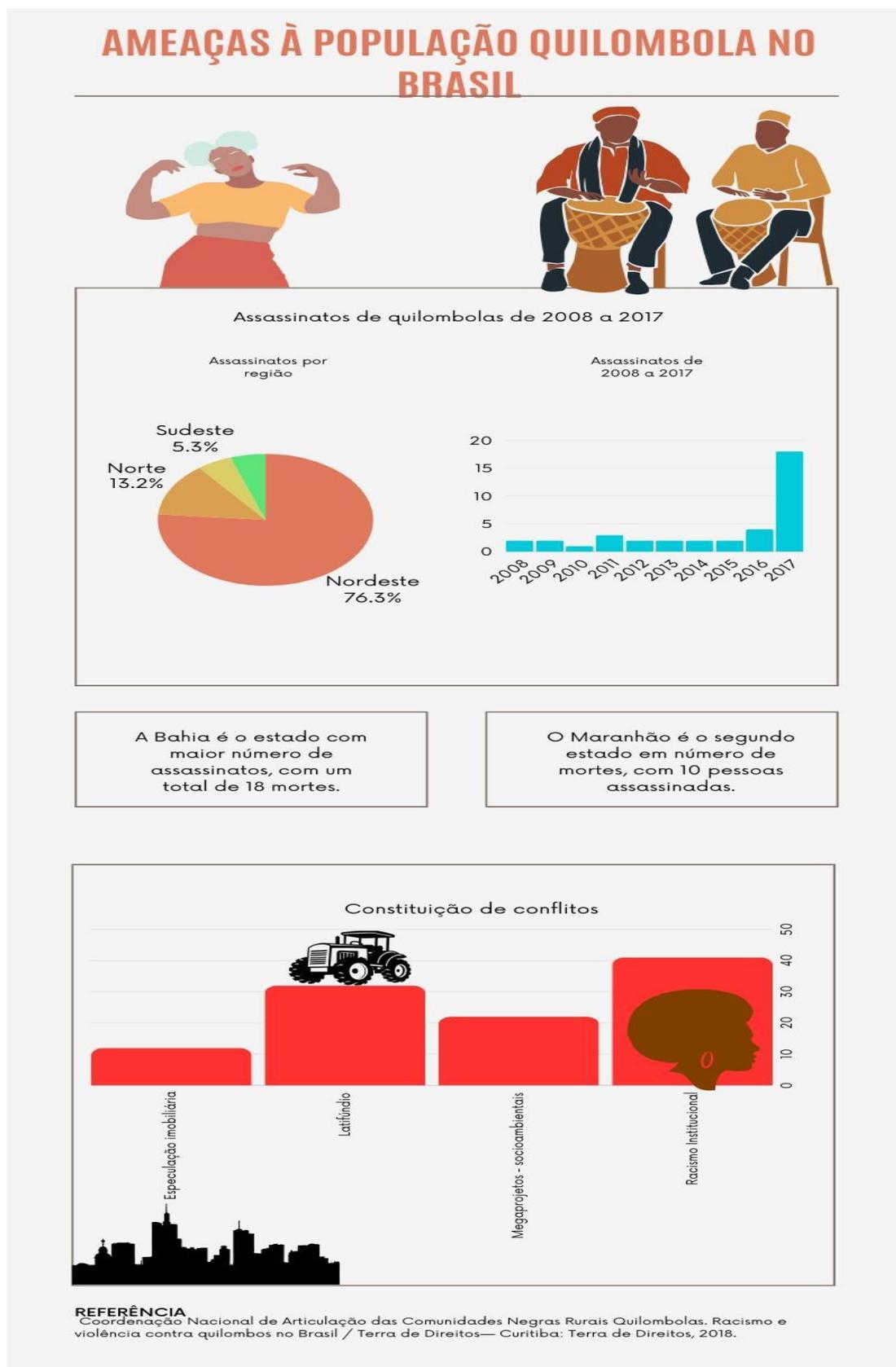
As lutas para resistir aos avanços de empreendimentos econômicos que se apoderam dos territórios e dos recursos naturais é um dos principais enfrentamentos das comunidades quilombolas na atualidade. Scalco e Gontijo (2012) explicam que há uma relação de harmonia e de dependência em relação ao meio ambiente e aos recursos naturais por parte das comunidades de quilombo. “Neste sentido, em todas as comunidades pesquisadas há uma vegetação nativa preservada, rios e córregos com boa qualidade de água, dentre outros fatores ambientais, que estão associados também às práticas cotidianas destas comunidades” (Scalco; Gontijo, 2012, p.5).

No que diz respeito a questões de conflitos socioambientais, a especulação imobiliária (para erigir casas de veraneio) e de construção de empreendimentos de lazer (Resorts) nas áreas litorâneas, têm sido graves as ameaças aos modos de viver e produzir dos quilombos situados nesses solos que são objetos de cobiça dos agentes do capital, segundo Penna-Firme e Brondízio (2017). O relatório produzido pela CONAQ<sup>17</sup> (2017) destaca que as populações quilombolas do Brasil estão vulneráveis a múltiplas formas de opressão e violência, inclusive assassinato (Figura 7).

---

<sup>17</sup> Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Figura 7 - Ameaças às populações quilombolas no Brasil-2018



Fonte: CONAQ, 2018.

Em uma pesquisa conduzida por Lacerda e Mendes (2018) sobre os quilombos de Sergipe, verificou-se que resistência é uma palavra recorrente no meio quilombola, visto que a luta é constante para garantir o direito do acesso à terra e continuar a usufruir os recursos naturais que tradicionalmente utilizam. Nesse sentido, Soares (2018) afirma que os remanescentes de quilombos, em maior ou menor grau, estão sob ameaças dos latifúndios e do avanço do agronegócio sobre ecossistemas que são meios de sobrevivência de diversas comunidades. Enfatiza ainda que os conflitos em alguns casos resultam em assassinatos de lideranças quilombolas.

A luta e a resistência fazem parte do cotidiano dos remanescentes de comunidades quilombolas e se expressa na busca de garantir seus territórios para preservar suas formas de criar, fazer e viver. No passado e no presente, as comunidades quilombolas lutam e resistem frente às opressões das estruturas de poder que insistem em destruí-las.

### **3.2 Reconhecimento e titulação de terras quilombolas no Brasil: desafios, avanços e reflexões**

A conquista de direitos dos povos quilombolas foi resultado dos movimentos negros e de uma longa luta por reconhecimento e justiça. Esses movimentos foram fundamentais para chamar a atenção da sociedade e das autoridades para as demandas específicas das comunidades quilombolas. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) que a questão das comunidades remanescentes quilombolas ganhou destaque. O texto da Carta Magna (CF/1988) trouxe os fundamentos para formulação de instrumentos legais que permitissem o acesso à terra e às políticas públicas essenciais (saúde, educação, habitação, entre outros) aos remanescentes quilombolas. Além do artigo 68, que dedica uma atenção especial a essa população, outros trechos da legislação reconhecem a pluralidade étnica e as especificidades dos modos de criar, fazer e viver das populações tradicionais do Brasil, a exemplo dos quilombolas. Assim está redigido no artigo 216 da CF:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...]§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (Constituição Federal, 1988).

As produções culturais, formas de se organizar em sociedade, os saberes e modos de viver das populações quilombolas fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, conforme a CF/1988. Em vista disso, o Estado deve assegurar meios para a reprodução e preservação da cultura quilombola.

Vale ressaltar que a concessão de terras para a população quilombola não foi assunto pacífico, em decorrência das forças antagônicas que contestavam a legitimidade das comunidades que requeriam o reconhecimento de reminiscência de comunidade de quilombo, ocasionado, sobretudo, pelas diferentes interpretações que faziam do artigo 68, como analisado por Arruti (2009).

As lutas dos movimentos sociais negros em prol da implementação do que estava previsto na Constituição Federal de 1988 foram intensas. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), criada em 1996, desempenhou um papel fundamental na defesa das demandas das comunidades quilombolas, especialmente no que diz respeito a pressionar aos governos estaduais e federal a elaborarem regulamentos que sistematizassem os procedimentos para o reconhecimento e titulação de terras (CONAQ, 2021).

Entretanto, as concessões de terras para os quilombolas continuavam morosas e foram dificultadas ainda mais a partir do decreto presidencial n.º 3.912/2001. Esse decreto apenas reconhecia as áreas que estavam ocupadas por quilombos em 1888 e por remanescentes até 05 de outubro de 1988. Em análise desse dispositivo legal, Souza e Brandão (2015) destacam que o documento opunha-se à tese da autodeterminação da comunidade e dava ênfase a dos remanescentes de quilombo estritamente relacionados às fugas históricas de escravizados.

O referido decreto foi revogado em 2003 e substituído por outro, o de número 4887/2003, já citado anteriormente. Conforme a CONAQ (2021), o novo dispositivo legal foi elaborado com ampla participação de lideranças quilombolas que contribuíram ativamente na construção do texto.

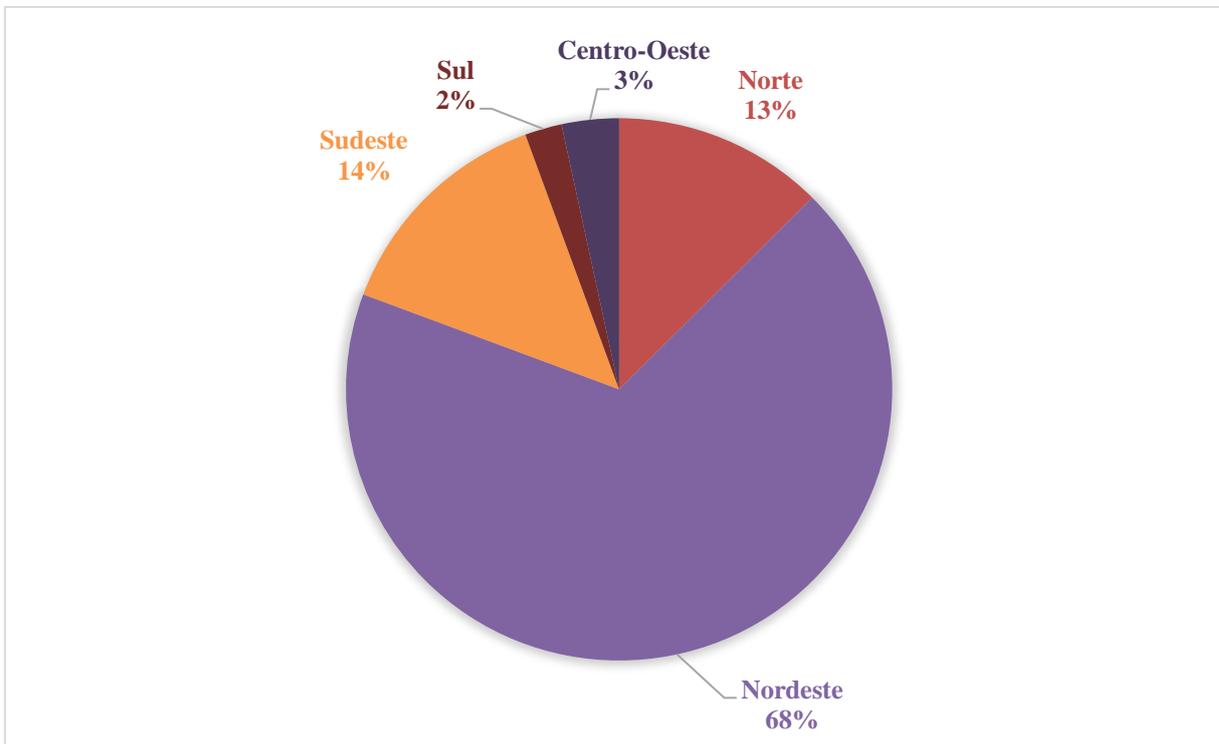
Dessa maneira, desde o estabelecimento do decreto n.º 4887/2003 até o primeiro semestre de 2023, um total de 2.929 comunidades quilombolas foram certificadas, conforme os dados da Fundação Cultural Palmares-FCP (2023)<sup>18</sup>. As informações demonstraram que 61% das

---

<sup>18</sup> Informações atualizadas até 06 de julho de 2023. Disponíveis em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>.

certidões foram emitidas para comunidades situadas na região Nordeste, 17% na região Sudeste, 10% no Norte, 7% no Sul e 5% na região Centro-Oeste (Figura 8).

Figura 8 - Comunidades remanescentes quilombolas com certificação por região do Brasil-2023



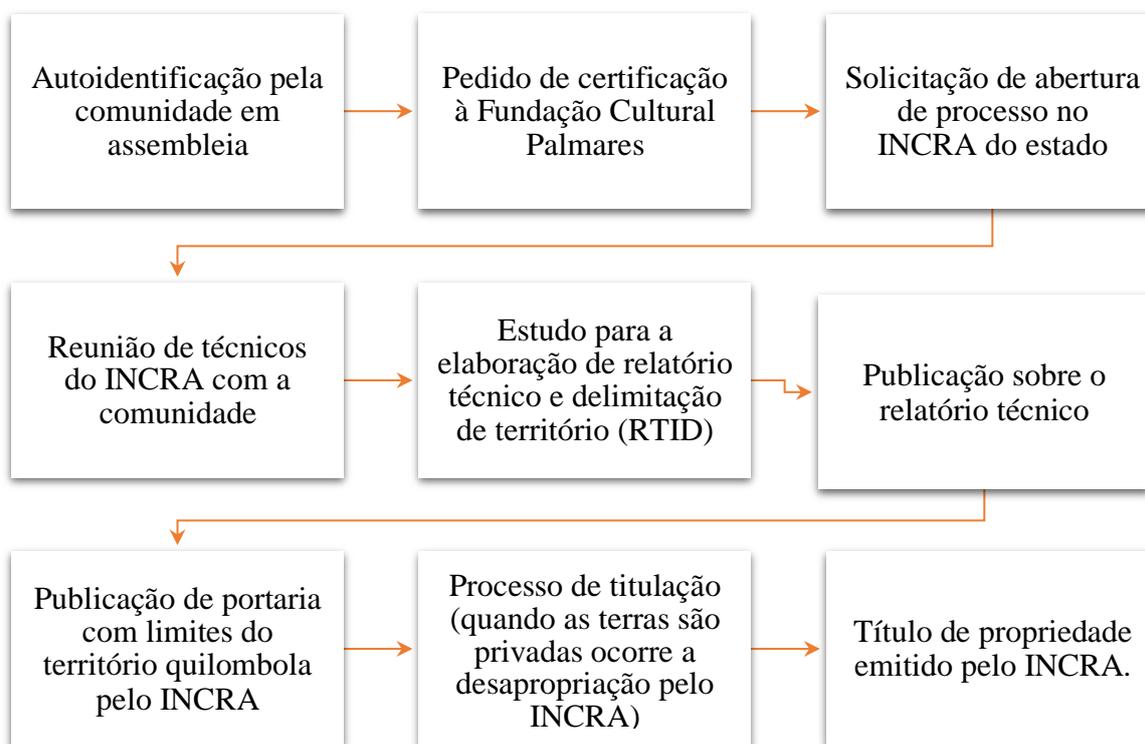
Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2023.

Sendo o Nordeste a região com maior número de certificações, pode-se considerar, além do fator histórico da escravidão, um maior engajamento dos movimentos negros para a promoção da consciência da ancestralidade negra. Em uma das publicações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2017, p.4) está expresso que “É inimaginável concebermos que uma comunidade negra rural poderia declarar-se como quilombola espontaneamente sem ter conhecimento da legislação que lhe garante direitos. [...], é necessário realizar um trabalho de conscientização desse segmento de seus direitos.”

Deste modo, para obtenção da certidão é necessário apresentar os seguintes documentos à Fundação Cultural Palmares, conforme a portaria n.º 57/2022 FCP: ata convocatória de reunião para autorreconhecimento com assinatura dos participantes, ata da assembleia de deliberação e lista de presença, o relato da história comum da comunidade com o máximo de informações possíveis e o preenchimento do requerimento de solicitação de certidão destinado ao presidente da FCP.

É importante destacar que há uma discrepância entre o número de expedições de certificações (2929) e de titulações (362). O primeiro é o aval fornecido pelo FCP, o qual permite a abertura de um processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de solicitação de titulação de terras. A diferença entre essas duas variáveis pode ser explicada por dois motivos principais: a morosidade das várias etapas do processo para a titulação e as implicações nas desapropriações de terras particulares que envolvem contestações na justiça. O processo para a concessão de terras coletivas quilombolas tem os seguintes trâmites administrativos, conforme o INCRA (2017), figura 9:

Figura 9- Etapas para a titulação de terras quilombolas



Fonte: INCRA, 2017.

Essa morosidade nas titulações é um dos fatores responsáveis por 87,41% da população quilombola do Brasil viver fora dos territórios oficialmente reconhecidos (Figura 10), conforme dados do IBGE. No último censo demográfico do Brasil, realizado em 2022, foram contabilizados 1.327.802 milhões de quilombolas, que corresponde a 0,64% da população total do Brasil. A tabela 2 indica o quantitativo de população quilombola por região administrativa.

Tabela 2- População quilombola por regiões do Brasil -2022.

<b>Brasil</b>	<b>1.327.802</b>
<b>Nordeste</b>	905.415
<b>Sudeste</b>	182.305
<b>Norte</b>	166.069
<b>Centro-Oeste</b>	44.957
<b>Sul</b>	29.056

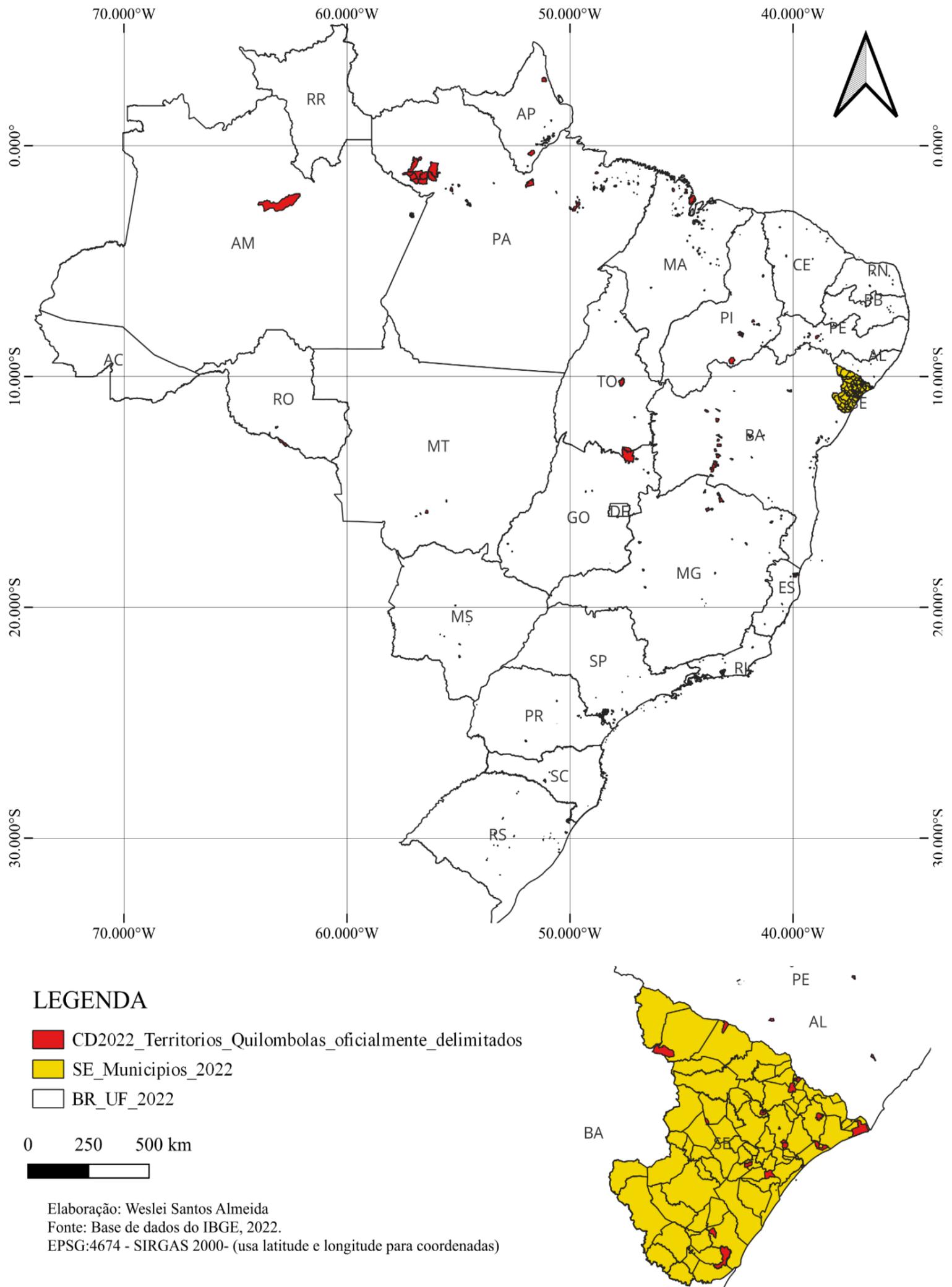
Fonte: IBGE, 2022.

Pode-se verificar pela tabela que a região com maior número de quilombolas é o Nordeste, que corresponde a 68% desse grupo populacional recenseado. Desse modo, as regiões Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul equivalem a 32% da população que se reconhece como remanescentes de quilombo. A estatística do IBGE ratificou os resultados de levantamentos anteriores da Fundação Cultural Palmares que indicavam a região Nordeste como principal reduto de população quilombola do Brasil.

Ao confrontar as informações obtidas no censo de 2022 com o primeiro censo oficial do império, realizado em 1872, no qual a população escravizada foi contabilizada, constatou-se que o número de pessoas escravas estava concentrado em maior proporção na região Sudeste, com 891.356, seguido pela região Nordeste, com 480.409. Observa-se, nessa comparação, que não há correlação direta entre o número de escravizados do período imperial com o contingente populacional que se declara quilombola por região. Em vista disso, percebe-se que o quantitativo de quilombolas por região está relacionado, sobretudo, à identidade e ao autorreconhecimento da ancestralidade negra.

Em um estudo realizado por Penna-Firme e Brondízio (2017), verificou-se que 45% da população de uma comunidade caiçara, no estado de São Paulo, notadamente remanescente de quilombo, não se reconheceu como tal. Segundo esses autores, muitos dos pesquisados declararam que ser quilombola remetia à escravidão; outros consideravam uma invenção de alguns para obtenção de benefícios dos governos que, ao tornarem-se quilombolas, deveriam obrigatoriamente aderir às religiões de matriz africana. Infere-se, deste modo, que se declarar quilombola ou não é uma questão que perpassa a consciência de qual grupo social pertence, a identidade e até construções mentais estereotipadas do que é ser quilombola.

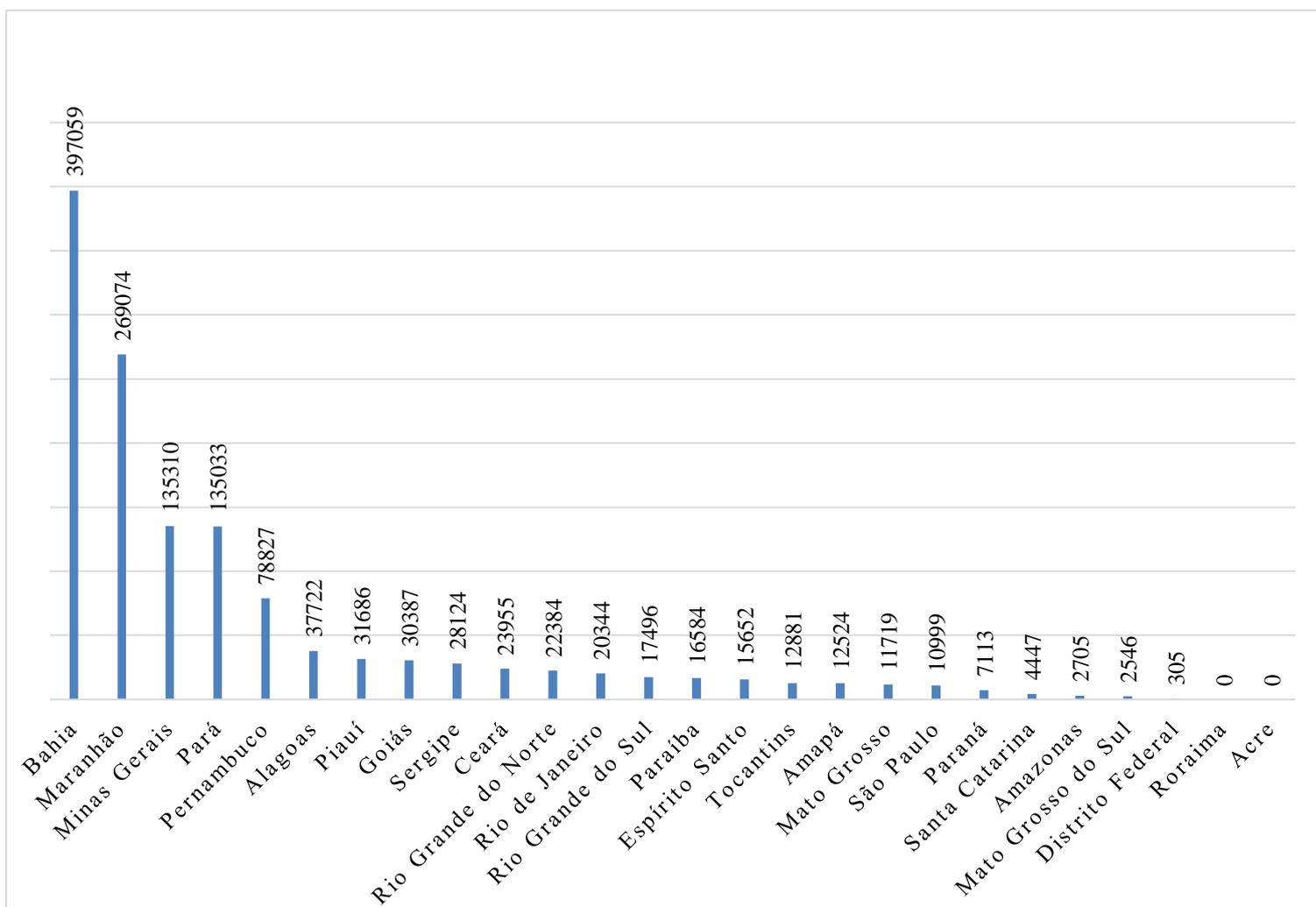
Figura 10- Territórios quilombolas oficialmente delimitados no Brasil-2022



Fonte: organizado pelo autor, 2022.

Em relação às unidades federativas, os três estados com maior população quilombola são a Bahia, Maranhão e Minas Gerais, que perfazem um total de 801,443 pessoas (60,3%), figura 11.

Figura 11 - População quilombola por unidade federativa-2022.



Fonte: IBGE, 2022.

Pode-se verificar, na figura 11, que dos dez estados que se destacam em contingente de população quilombola, sete estão no Nordeste. Historicamente, na região houve fortes resistências contra a escravidão, com fugas e formação de quilombos. Uma importante luta contra a escravidão no Brasil foi protagonizada na região Nordeste no quilombo dos Palmares, que era um grande enclave territorial que desafiava os governos coloniais da então província de Pernambuco. Segundo Edson Carneiro (1958), houve diversas iniciativas dos governadores para desarticular e destruir Palmares, mas poucas delas tiveram êxito. A Receita Real gastava

consideráveis quantias financeiras com o envio de tropas, como se pode verificar na citação do referido autor:

O ex-governador Aires de Souza de Castro, em parecer datado de 1685, dizia que continuara a guerra contra os negros, no seu tempo, "com grande trabalho pelos poucos efeitos que havia". Por sua vez, o ex-governador João de Souza, em parecer do mesmo ano, falava num arraial que, durante a sua administração, se manteve por dois anos no mato: "e, por falta de meios com que socorrê-lo, foi forçoso extingui-lo". Finalmente, o governador Caetano de Melo e Castro, em carta de 1694, calculava que a Fazenda Real tivesse consumido nas guerras dos Palmares "perto de 400 000 cruzados e os moradores e povo mais de um milhão" (Carneiro, 1958, p.77).

O autor supracitado menciona o relevo formado por serras e morros, bem como a floresta fechada, como algumas dificuldades enfrentadas pelas tropas do governo em Palmares. Segundo Lara (2021), Palmares abrigava vários quilombos ou mocambos que resistiram durante séculos às incursões do Estado e dos proprietários de terra. Ainda destaca que os núcleos de povoamento deslocavam-se frente às ameaças de invasão; porém, existia uma unidade entre eles, a representatividade do quilombo da serra da Barriga (Alagoas), que foi destruído em 1694, cujo líder, Zumbi dos Palmares, foi preso e morto em 1695.<sup>19</sup>

Como no Brasil e no Nordeste, em Sergipe foi utilizada mão de obra escrava africana na criação de gado, nas lavouras de cana-de-açúcar e nas plantações de algodão, segundo Figueiredo (2011). De acordo com Dos Santos e Dos Santos Lacerda (2022), os africanos foram trazidos para as terras sergipanas em substituição à mão de obra escrava indígena. Semelhantemente ao que ocorreu no contexto brasileiro e nordestino, houve resistência ao regime escravocrata por meio de fugas e formação de quilombos. Moura (2021) menciona Sergipe quando se refere aos movimentos de resistência quilombista:

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, e, conforme já dissemos, onde quer que o trabalho escravo se estratificasse surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela sua ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constitui, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial. Dessa forma, se o aquilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura (Moura, 2021, p.25-26).

Os quilombos em Sergipe, diferentemente de Palmares, abrigavam poucas pessoas. Além disso, havia uma forte articulação com as senzalas, pois os aquilombados eram informados das diligências das tropas do governo e os que estavam em dificuldades eram

---

ajudados pelas pessoas ainda cativas. Essa rede de apoio foi de fundamental importância para o sucesso dos quilombos em Sergipe (Moura, 1986).

Em relação à Região Nordeste, Sergipe tem o maior percentual de população em territórios quilombolas oficialmente delimitados, tabela 3.

Tabela 3- Percentual de população quilombola residente em território oficial no Nordeste - 2022.

<b>Unidade da Federação</b>	<b>Percentual de residentes em territórios quilombolas</b>
<b>Alagoas</b>	1,83%
<b>Bahia</b>	5,23%
<b>Ceará</b>	19,18%
<b>Maranhão</b>	10,79%
<b>Paraíba</b>	17,6%
<b>Pernambuco</b>	8,59%
<b>Piauí</b>	26,54%
<b>Rio Grande do Norte</b>	15,39%
<b>Sergipe</b>	<b>45,24%</b>

Fonte: IBGE, 2022.

O número expressivo de territórios quilombolas delimitados em Sergipe pode estar relacionado ao forte engajamento do movimento negro sergipano, que identifica comunidades com indícios de reminiscência de quilombo. Primeiro realiza o processo de autorreconhecimento da população e, a depender da aceitação da comunidade, inicia-se o procedimento de reivindicação de reconhecimento como comunidade quilombola, como já citado em documento do INCRA (2017). Frisa-se que, desde a Promulgação da Constituição Federal de 1988, os remanescentes de quilombos de Sergipe lutam para garantir seus territórios. O primeiro quilombo do estado a ser certificado foi o Mocambo, em Porto da Folha, em 2000. A área territorial desse quilombo é de 2.100 hectares, porém somente 704 ha foram titulados<sup>21</sup> (Carvalho, 2016).

De acordo com Arruti (2016), a referida comunidade quilombola iniciou o procedimento para o reconhecimento em 1995 e uma das principais dificuldades no processo foi a falta de documentos cartoriais e históricos sobre a existência do povoamento. Além disso,

<sup>21</sup> A titulação pode ser concedida parcialmente quando o território quilombola está assentado em mais de uma propriedade privada e algumas delas têm contestações em relação ao valor da indenização (INCRA, 2017).

cita que em Sergipe havia poucos dados sobre a formação de quilombos. Conclui ainda que as atividades econômicas no período colonial e imperial eram intensas no litoral e qualquer movimento da população escravizada era registrado oficialmente; porém no interior havia uma negligência em registrar as ocorrências e por isso quase não há tantas informações de quilombos ou notícias de fugas de escravos.

Atualmente, em Sergipe há 32 comunidades quilombolas certificadas, 21 territórios delimitados oficialmente<sup>22</sup> e 6 titulações parciais<sup>23</sup> (Fundação Cultural Palmares, 2023), (Quadro 1). Semelhantemente ao que ocorre em todo o Brasil, as comunidades quilombolas do estado convivem com diversos enfrentamentos, dentre os quais estão a luta para ter seus territórios demarcados e titulados, manter a conservação dos ecossistemas que são meios de sustento e ter acesso a serviços básicos de saúde e educação.

Em levantamento realizado pelo Ministério Público de Sergipe (2022) em 6 comunidades quilombolas (Santo Antônio Canafístula, Propriá; Caraíba, Canhoba; Ladeira, Japoatã; Brejão dos Negros e Resina, Brejo Grande e Bongue, Ilha das Flores), constatou-se que em todas faltava saneamento básico e o abastecimento de água era irregular. De acordo com esse estudo do MPSE (2022), uma reclamação frequente foi a necessidade de melhoria das escolas quilombolas ou da ausência delas nas comunidades.

Em termos de trabalho e geração de renda, em estudos realizados em diferentes comunidades quilombolas de Sergipe, constatou-se que as famílias sustentam-se economicamente da pequena agricultura, criação de animais, da pesca artesanal e da confecção e venda de artesanato. Os rendimentos dessas atividades, de modo geral, são baixos e por isso algumas famílias são assistidas pelo programa Bolsa Família e recebem cestas básicas de parcerias firmadas com entidades públicas ou privadas (Teles, 2010; Tolares *et al.*, 2015).

---

<sup>22</sup> Conforme o INCRA (2017), a publicação do reconhecimento da área delimitada do território de um quilombo é emitida no Diário Oficial da União e do estado após finalizadas as negociações públicas e privadas.

<sup>23</sup> Após a expedição do decreto de delimitação do território, tem início o processo de desapropriação das terras privadas e avaliação do valor do imóvel. Nessa fase ainda podem haver contestações judiciais sobre os valores das indenizações dos proprietários e as titulações podem ser concedidas parcialmente nas terras onde não há contestação indenizatória (INCRA, 2017).

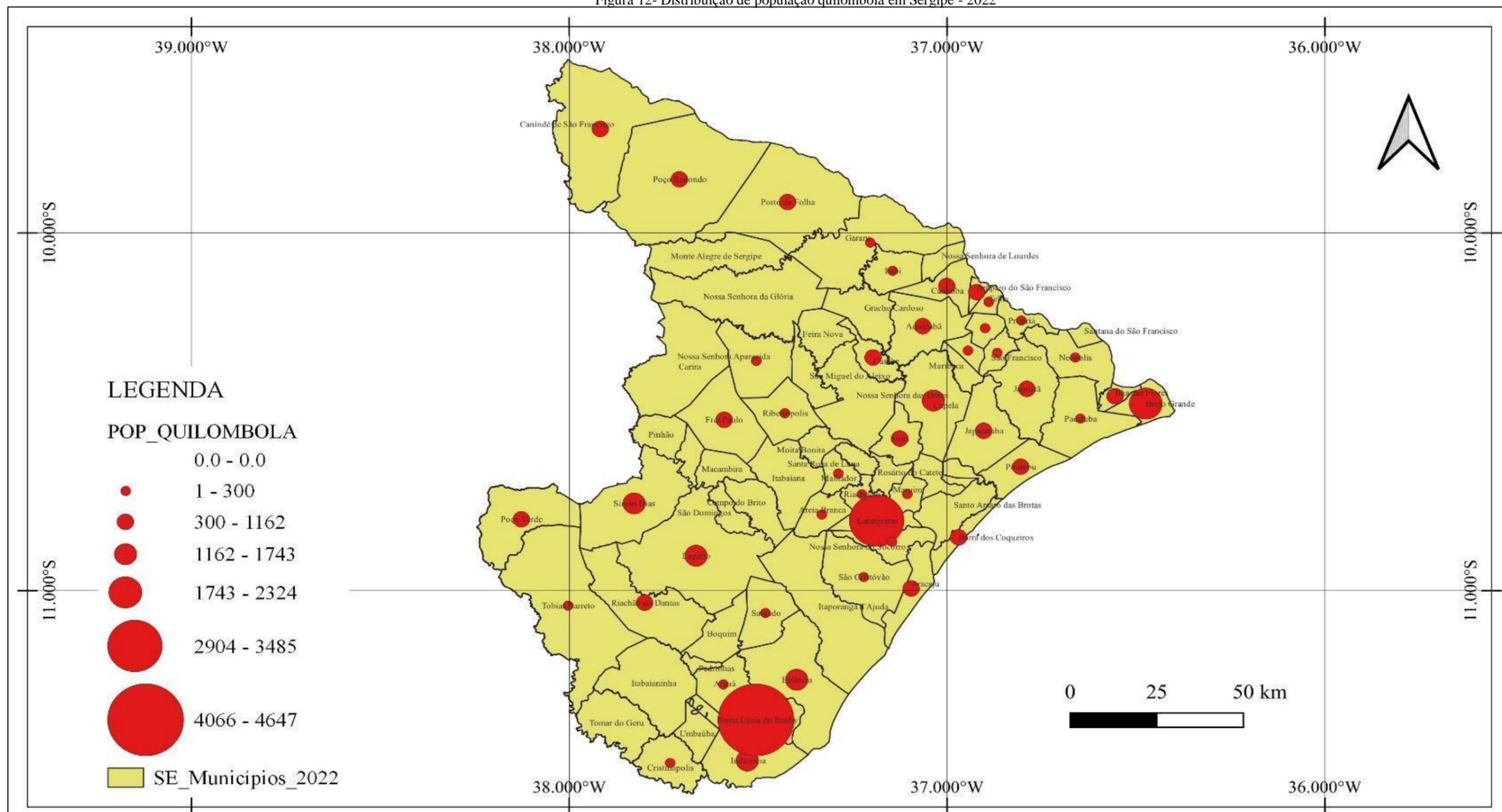
Quadro 1- Quadro geral das comunidades quilombolas de Sergipe - 2023.

Comunidades remanescentes de quilombo	Com certificação do FCP	Oficialmente delimitados	Terras tituladas
1. Alagamar	X	X	
2. Aningas	X		
3. Bongue	X	X	
4. Brejão dos Negros	X	X	Parcialmente (0,24%)
5. Campo do Crioulo/Crioulo/Madalena/Pindoba/Saco do Tigre	X		
6. Caraíbas	X	X	
7. Cajuípe	x	X	
8. Castanhal	X		
9. Catuabo	X	X	
10. Curuanha	X	X	
11. Desterro	X	X	
12. Fazenda Pirangi	X		
13. Ladeiras	X	X	
14. Lagoa do Junco	X		
15. Lagoa dos Campinhos	X	X	Parcialmente (43%)
16. Lagoa Grande	X		
17. Luzienses	X	X	
18. Maloca	X	X	
19. Mocambo-Porto da Folha	X	X	Parcialmente (34%)
20. Mussuca	X	X	
21. Pirangi	X	X	Parcialmente (56%)
22. Patioba	X	X	
23. Pontal da Barra	X	X	Parcialmente (36%)
24. Porto D´Areia	X		
25. Povoado Forras	X		
26. Povoado Forte	X	X	
27. Bela Vista/Quebra Chrifre	X		
28. Rua dos Negros	X		
29. Santo Antônio Canafistula	X		
30. Serra da Guia	X	X	Parcialmente (14%)
31. Sítio Alto	X		
32. Terra Dura e Coqueiral	X	X	

Fonte: INCRA, 2023.

No que se refere ao número total de população quilombola de Sergipe, o censo demográfico de 2022 contabilizou 28.124 pessoas quilombolas, que estão distribuídas em 46 municípios sergipanos, sendo Santa Luzia do Itanhy (4647), Laranjeiras (3316), Brejo Grande (2013) e Estância (1489) os com maiores contingentes populacionais (Figura 12).

Figura 12- Distribuição de população quilombola em Sergipe - 2022



Elaboração: Weslei Santos Almeida  
 Fonte: Base de dados do IBGE, 2022.  
 Sistema de referência de coordenadas (SRC)  
 EPSG:4674 - SIRGAS 2000

Os quatro municípios que têm a maior população quilombola no estado estão no litoral, fato relacionado às importantes atividades econômicas que se desenvolveram nessa área, como a criação de gado e a produção de cana-de-açúcar; ambas utilizaram a mão de obra escrava. Nesse aspecto, Figueiredo (1958) afirma que Sergipe, antes de produzir cana-de-açúcar, foi um grande curral de gado da Bahia, que se estendia de Estância (Estância pertenceu ao atual município de Santa Luzia de Itanhy até 1848) ao rio São Francisco. Segundo esse autor, no registro histórico da emancipação política de Sergipe, estava descrito que a província tinha bons pastos e gados, além de muitos indígenas e negros.

De acordo com Oliveira (2021), em Estância a economia desenvolveu-se a partir da exploração da mão de obra escrava e, assim como em outras localidades do litoral sergipano, as fugas de cativos eram frequentes. Além disso, ressalta que em 1851 a população preta e parda, segundo o censo realizado pelo governo provincial, era composta por 54% de indivíduos livres e 22% de escravos.

Como garantido por lei, dois povoamentos estancianos requereram a certificação de comunidade quilombola e o direito de titulação das terras onde vivem tradicionalmente, a Curuanha e a Porto D'Areia. Essas comunidades não estão em locais isolados ou de difícil acesso; por isso, infere-se que esses quilombos não foram formados por escravos fugidos, mas por pretos e pardos que já nasceram livres, ex-escravos alforriados ou que foram libertos após a lei Áurea.

O remanescente de quilombo Curuanha é uma comunidade rural que sobrevive da agricultura, enquanto o Porto D'Areia é um quilombo urbano que ainda mantém a tradição da pesca artesanal no rio Piauí. Como já foi mencionado neste capítulo, as comunidades quilombolas, na sua maioria, sustentam suas famílias através da agricultura, do extrativismo e da produção artesanal. Nesse sentido, é inerente a esses povos tradicionais a dependência da natureza e, portanto, a manutenção dos ecossistemas utilizados é fundamental para a perpetuação das formas de criar, fazer e viver dessa população.

**CAPÍTULO IV**  
**A TEIA DE RELAÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PESQUEIRA DO**  
**BAIRRO PORTO D'AREIA COM O RIO PIAUÍ**

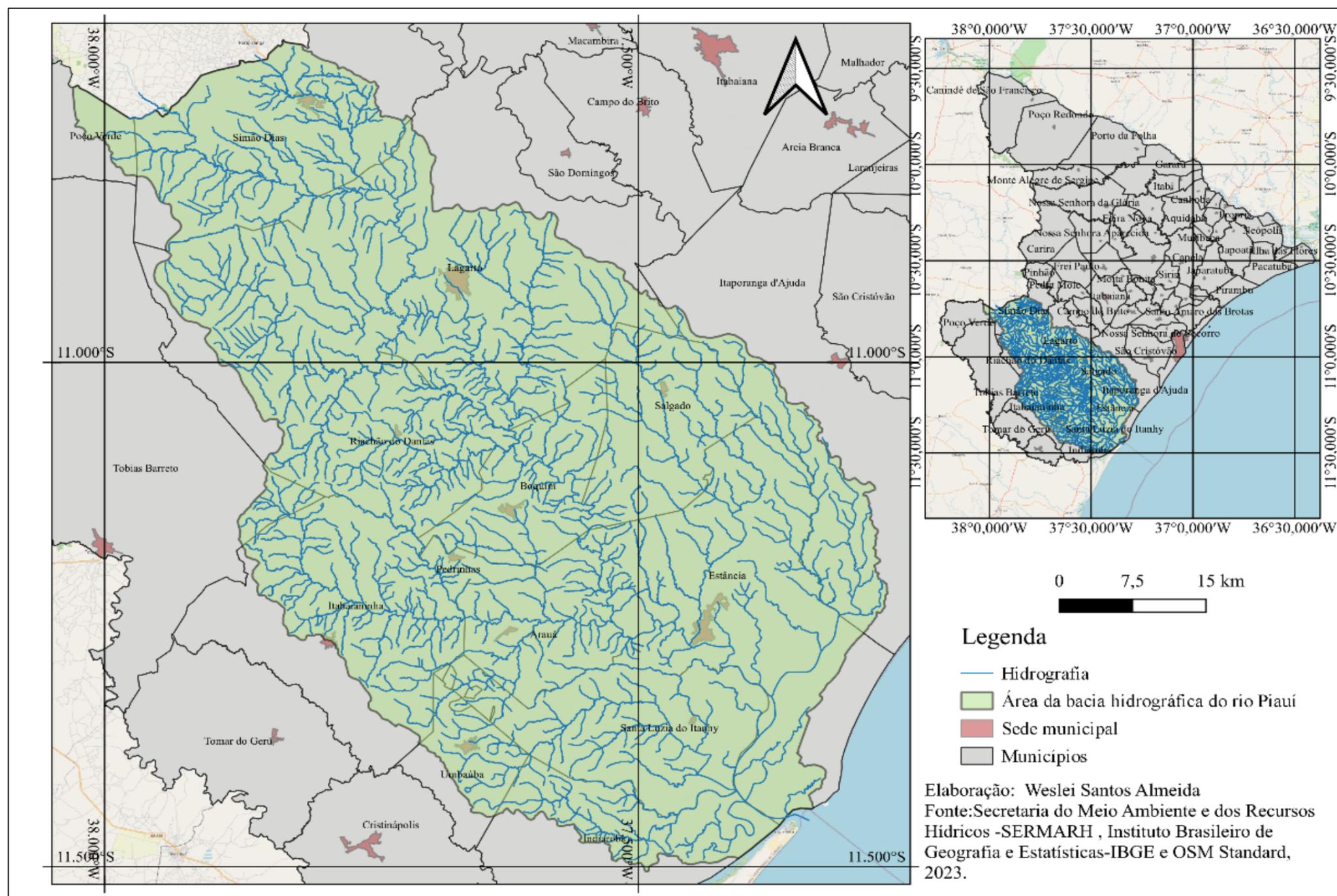


Fonte: registro de campo, 2023.

#### 4.1. Um olhar sobre o estuário do rio Piauí: desafios e perspectiva para a pesca artesanal

O estuário do rio Piauí é o *loco* do trabalho dos pescadores artesanais do Porto D'Areia. Esse ambiente é meio de sustento de muitas famílias que obtêm renda com a venda de crustáceos, moluscos e peixes capturados no manguezal. A bacia do rio Piauí (Figura 13) tem uma extensão aproximada de 4.175 km<sup>2</sup> e drena terras de municípios do centro-sul sergipano. A nascente do curso fluvial principal aflora na serra dos Palmares, em território baiano, adentra as terras sergipanas e percorre, aproximadamente, 150 km até desaguar no oceano Atlântico, conforme dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH,2023).

Figura 13- Bacia hidrográfica do rio Piauí



Fonte: Atlas digital dos recursos hídricos de Sergipe, 2023.

O referido rio tem a desembocadura no estuário<sup>24</sup> Mangue Seco, que, segundo vários autores, constitui-se em um complexo estuarino resultante da confluência dos rios Real, Piauí e Fundo (Carvalho; Fontes, 2006; SEMARH, 2015; Souza e Couto, 2002). De acordo com Vale e Novelli (2018):

Esses estuários são os mais ricos em manguezais e em produção de peixes e caranguejo-uçá, [...]. Aqui os manguezais ocupam vastas áreas ao longo da bacia estuarina, com maior desenvolvimento no sistema hidrográfico Piauí-Real-Fundo. Como é comum ao longo de toda a costa de Sergipe, canais de maré correm paralelamente à linha de costa, ocupando as depressões intercordões onde os manguezais encontram ambiente propício ao seu desenvolvimento (Vale; Novelli, 2018, p. 45).

O complexo estuarino Piauí-Real-Fundo mantém uma densa floresta de mangue, mesmo diante das ações degradantes das atividades humanas (Figura 14). Segundo Nanni *et al.* (2005), o ecossistema manguezal está presente em áreas de clima tropical e subtropical, é um ambiente de transição entre o continente e o oceano que está associado à foz de rios.

Figura 14 - Mangue nas margens do rio Piauí em Estância-2024



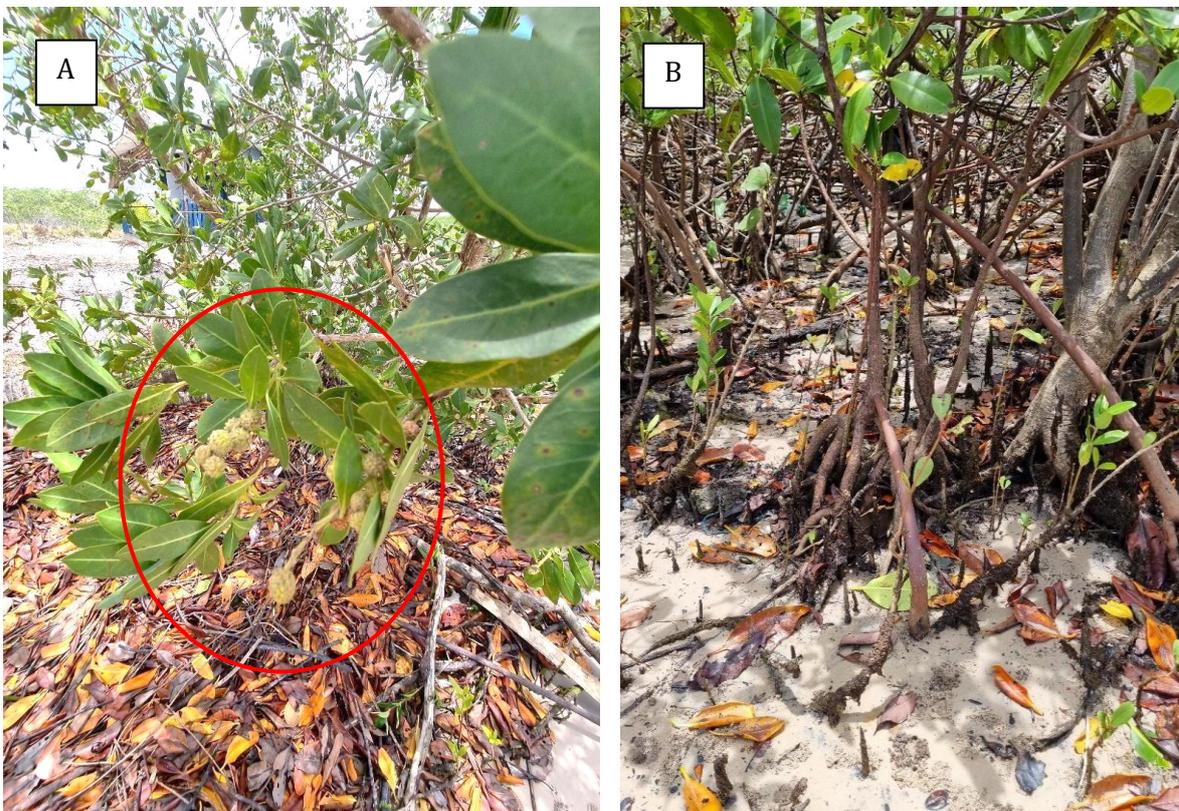
Fonte: registro de campo, 2024.

<sup>24</sup> De acordo com Guerra (1987, p.174), “Os estuários representam porções finais de um rio, estando sujeitos aos efeitos sensíveis das marés. Por conseguinte, o estuário de um rio é a parte vizinha da costa invadida pelas marés, correntes e vagas.”

Esse ecossistema tem características singulares, dentre elas: o solo lamoso com concentração de matéria orgânica em decomposição; predomina a vegetação halófila (mangue) adaptada às águas salobras; é berçário e habitat de diferentes espécies de animais e tem como função a proteção da linha de costa contra a ação erosiva das marés e dos ventos (Alves *et al.*, 2001).

Em pesquisa realizada por Kilca *et al.* (2010) no estuário do rio Piauí, quatro espécies de mangue foram identificadas predominantemente: *Rhizophora mangle* (mangue-vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue-branco), *Avicennia germinans* (mangue-preto) e *Avicennia schaueriana* (mangue siriúba). Salienta-se que a conservação dessa vegetação é importante para que se mantenha o equilíbrio ecológico do ambiente e, dessa maneira, seja garantida a reprodução das diversas espécies que fazem parte da base alimentar e é fonte de renda de comunidades ribeirinhas que praticam a pesca e a coleta de crustáceos e moluscos (Figura 15<sup>25</sup>).

Figura 15- Mangue de botão (*Conocarpus erectus*) - (A) e mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) - (B) no estuário do rio Piauí-2024



Fonte: registro de campo, 2024.

<sup>25</sup> A classificação nominal desses dois tipos de mangues foi dada por um pescador entrevistado.

Além da floresta de mangue, nas áreas adjacentes, há ocorrência de formação de vegetação pioneira<sup>26</sup> de restinga e campos salinos. No relatório técnico de EIA RIMA (I) -DER, SE (2008) sobre a área estuarina do rio Piauí, entre os municípios de Estância e Indiaroba, verificou-se a presença de 57 espécies vegetais em 27 famílias, em que foram identificadas 43 herbáceas, 8 arbóreas, 3 arbustivas e 2 lianas. Conforme o mesmo documento, na época do levantamento, o estado de conservação da vegetação de mangue se enquadrava como relativamente intacto e pouco comprometido, já a floresta de restinga “pode ser considerada como ameaçado ou muito comprometido” (EIA RIMA (I) DER, 2008, p.104).

O referido estudo de impacto ambiental também apurou a fauna local. Entre os vários animais identificados, especificaram-se alguns da ictiofauna, como o *Centropomus pectinatus* (Robalo), *Caranx latus* (Xaréu), *Lutjanus jocu* (Vermelha), *Oligoplites saurus* (Solteira) e *Mugil curema* (Tainha), figura 16.

Figura 16 - Peixes capturados no estuário do rio Piauí: tainha (A) e robalo (B) - 2024

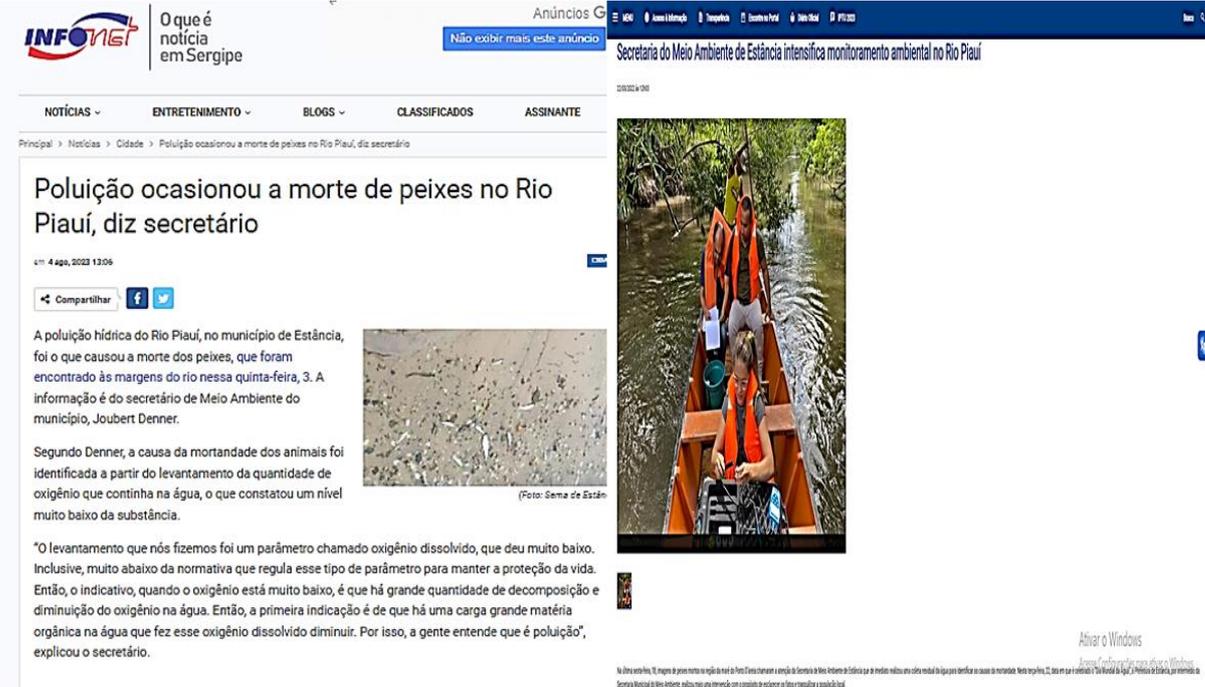


Fonte: registro de campo, 2024.

<sup>26</sup> Formações Pioneiras: Estão relacionadas às áreas pedologicamente instáveis, submetidas aos processos de acumulação fluvial, lacustre, marinha e fluviomarinha. Estas áreas são cobertas por uma vegetação de primeira ocupação de caráter edáfico, formada por plantas adaptadas às condições ecológicas locais. Entre as pioneiras, estão incluídas a vegetação da restinga, a vegetação do mangue e dos campos salinos e as comunidades aluviais (Embrapa, 2021, n.p.).

No que se refere à atividade pesqueira, há uma redução da produtividade, conforme os depoimentos dos pescadores do Porto D'Areia. De forma uníssona, enfatizaram que é necessário ir mais longe para pescar, uma vez que é quase impossível capturar peixes nas águas do rio nas proximidades da comunidade. Além disso, citaram a recorrente mortandade de peixes. Também, verificou-se que a imprensa sergipana, em diferentes anos, noticiou mortes de peixes na área estuarina do rio Piauí, figura 17.

Figura 17 - Notícias de mortes de peixes no rio Piauí, Estância-Sergipe.



**Poluição ocasionou a morte de peixes no Rio Piauí, diz secretário**

4 ago, 2023 13:06

A poluição hídrica do Rio Piauí, no município de Estância, foi o que causou a morte dos peixes, que foram encontrado às margens do rio nessa quinta-feira, 3. A informação é do secretário de Meio Ambiente do município, Joubert Denner.

Segundo Denner, a causa da mortandade dos animais foi identificada a partir do levantamento da quantidade de oxigênio que continha na água, o que constatou um nível muito baixo da substância.

"O levantamento que nós fizemos foi um parâmetro chamado oxigênio dissolvido, que deu muito baixo. Inclusive, muito abaixo da normativa que regula esse tipo de parâmetro para manter a proteção da vida. Então, o indicativo, quando o oxigênio está muito baixo, é que há grande quantidade de decomposição e diminuição do oxigênio na água. Então, a primeira indicação é de que há uma carga grande matéria orgânica na água que fez esse oxigênio dissolvido diminuir. Por isso, a gente entende que é poluição", explicou o secretário.

*(Foto: Sema de Estância)*

*(Foto: Sema de Estância)*

**Peixes são encontrados mortos no Rio Piauí, em Estância**

Dezenas de peixes foram encontrados mortos no Rio Piauí, em Estância, nos últimos dias. Entre as espécies estão sardinhas e bagres de diversos tamanhos.

O DEMMA - Departamento Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Estância/SE, recebeu a denúncia relacionada a mortandade de pequenos cardumes de peixes encontrados no bairro Porto D'Areia e foi até o local na última sexta-feira, 16.

**Confira o comunicado do responsável pelo DEMMA, Edvaldo Ribeiro:**

A equipe técnica do DEMMA foi in loco e realizou os laudos técnicos provenientes desse ocorrido.

Informamos a todos os munícipes que os após a equipe realizar a vistoria in loco e embarcada, pode-se notar que os peixes encontrados mortos às margens do rio Piauí são provenientes da região denominada "Boca do Qui" área próxima à fazendas de gado na região. Os primeiros laudos foram realizados e constataram através do PH da água o baixo nível de oxigênio, onde afeta diretamente os pequenos peixes na água.

Estaremos nessa nota que outros pontos no percurso do rio Piauí tais quais próximo as indústrias também foram examinados e não foram encontrados peixes e o baixo teor de oxigênio, sendo assim o fator criminal não ser decorrido e oriundo no município. Estaremos de plantão para esclarecer qualquer dúvida.

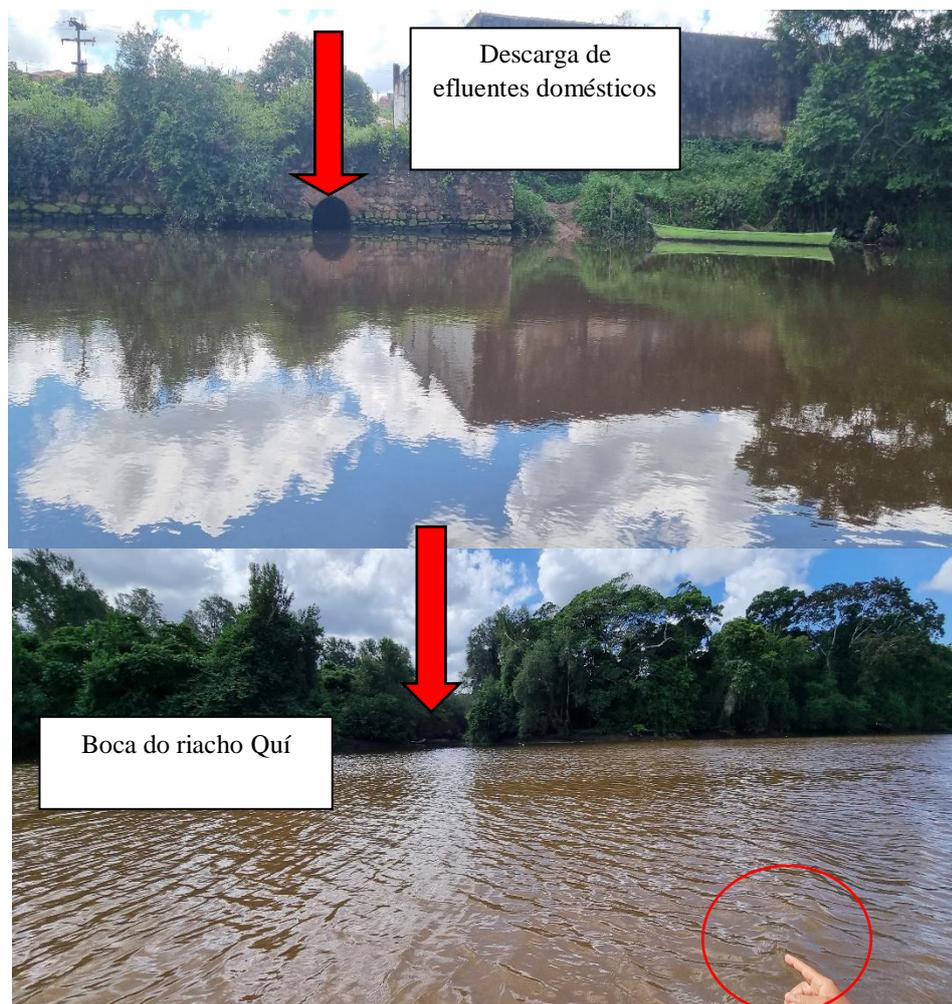
Fonte: Kliksergipe (2016), Prefeitura de Estância (2022) e Infonet (2023)

Os estudos realizados nas águas revelaram que a oxigenação estava reduzida em todas as ocorrências, condição que provocou a mortandade de peixes. No entanto, não foram identificadas as causas concretas que provocaram as baixas do oxigênio, conforme as informações emitidas pela Secretaria de Meio Ambiente de Estância aos meios de comunicação.

De acordo com Gama (2020), a baixa oxigenação de um ambiente aquático pode estar relacionada a perturbações térmicas, que elevam a temperatura da água e reduzem o oxigênio dissolvido. Além disso, essa redução pode estar associada ao aumento da concentração de matéria orgânica no meio aquático, pois a decomposição da matéria orgânica requer uma maior demanda bioquímica de oxigênio, o que, por sua vez, diminui a presença desse elemento químico na água.

Na identificação de potenciais focos de poluição hídrica, em visita de campo, foram indicados por membros da comunidade pontos de descargas de esgoto doméstico e de efluentes industriais da cidade de Estância no rio (Figura 18).

Figura 18 - Locais de descargas de efluentes da cidade de Estância-2023.



Fonte: registro de campo, 2023.

Os pescadores indicaram a porção do rio que está em acentuado processo de degradação ambiental<sup>27</sup>. Esse trecho estende-se desde a confluência do riacho Quí com o rio Piauí até a área próxima à antiga Fábrica Santa Cruz, onde as águas do rio são denominadas de "maré do porto". Em depoimento, enfatizaram o forte odor de laranja apodrecida nas proximidades do riacho Quí e a presença de limo (proliferação de algas), o que indica, respectivamente, a contaminação por resíduos oriundos de indústrias alimentícias do município de Estância e a eutrofização<sup>28</sup> de trechos do rio e de seus afluentes. Ressalta-se que a poluição não se restringe à área mais crítica do rio, apontada pelos pescadores, mas também se alastra por outras extensões do curso fluvial, devido ao movimento das águas em direção à jusante.

A atual condição de degradação do rio é percebida com indignação pelos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia, que destacaram a pouca eficiência dos órgãos ambientais do estado de Sergipe e do próprio município de Estância em autuar e punir os agentes responsáveis pela deterioração da maré, como se pode verificar nos depoimentos transcritos:

Se assim bem posso dizer, o rio 'tá' morrendo. Vai chegar uma época que nós vamos morrer de fome aqui, velho! Não tem mais peixe, não nesse trecho aqui. Amanhã a gente vai pescar sem saber onde vai botar a rede, não 'tá' bom não! (Pescador- A, 2023).

'Oiê!' Teve uma época aqui que o caranguejo 'tava' dando urubu no mangue, de um produto que botaram; os caranguejos 'morreu todo'; 'passou' mais de cinco anos sem caranguejo no mangue (Pescador- B, 2023).

Ah! Tem muito tempo que não vejo uma fiscalização do meio ambiente. Eles fecham os olhos para as empresas 'grande'. Se for pequeno, é multa, toma a rede, mas com quem tem dinheiro, não faz nada (Pescador-C, 2023).

Já 'foi feita' muitas denúncias, mas cadê? Nada! Bota na rádio e nada (Pescador -A, 2023).

Nas situações descritas, observa-se que, apesar do amplo arcabouço legal do estado brasileiro que garante a proteção e conservação do meio ambiente (Lei n.º 12.651/2012, Lei n.º 11.428/2006 e Lei n.º 8.980/2022), assim como das ferramentas para punir crimes ambientais (Lei n.º 9.605/1998 e Decreto n.º 6514/2008), os interesses financeiros privados prevalecem

<sup>27</sup> Nesse trecho, ocorrem frequentemente mortes de peixes, crustáceos e moluscos.

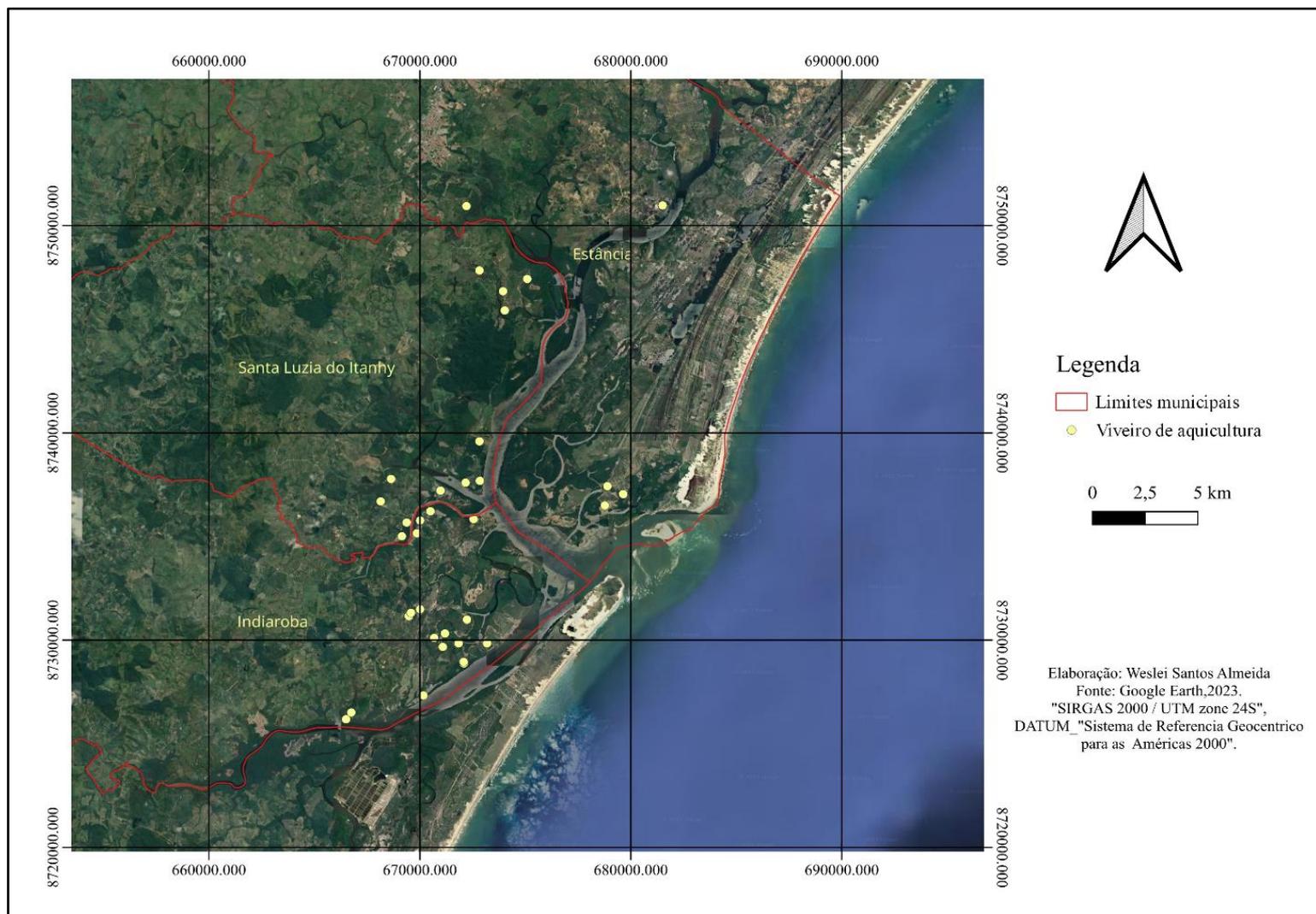
<sup>28</sup> Eutrofização é a modificação do ambiente aquático provocada pelo aumento de nutrientes, que acelera a multiplicação de organismos naturais do ambiente, como algas, cianobactérias e macrófitas aquáticas. Esse processo provoca a captura de oxigênio da água que resulta no declínio do O<sub>2</sub> dissolvido no corpo hídrico (Mathiesen, 2017).

sobre as necessidades desse povo tradicional. Além disso, verificou-se uma letargia por parte do poder público em conter o avanço dos danos ambientais nesse amplo estuário.

Além das descargas de efluentes oriundos da cidade, outras atividades antrópicas provocam a deterioração do ambiente de pesca. Dessa maneira, Lima (2012), em pesquisa realizada na bacia inferior do rio Piauí, destacou que a área é intensamente afetada pelo uso do solo para pastagens e por práticas agrícolas degradantes. De acordo com esse autor, a utilização de fertilizantes solúveis (nitratos e fosfatos) nas lavouras é comum, esses que “são rapidamente "varridos" do solo pela chuva, que segue seu curso natural para canais e rios, e as consequências disso são poluição e eutrofização das águas” (Lima, 2012, p.117).

A expansão da aquicultura (criação de camarão) na bacia inferior do rio Piauí também tem contribuído para a intensificação da degradação desse ambiente (Figura 19).

Figura 19 - Viveiros de aquicultura na área estuarina do rio Piauí - 2023



Fonte: organizado pelo autor, 2023.

Pôde-se identificar, a partir da análise de imagem de satélite, que os municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy têm considerável número de viveiros aquícolas instalados principalmente nas margens do rio Indiaroba e Guararema, afluentes do rio Piauí. Destaca-se que a instalação desses empreendimentos reduz a área de mangue e limita os locais de pesca. Segundo a publicação do Observatório de Sergipe (2020), esse tipo de criação, mesmo seguindo os parâmetros preventivos para minimizar os impactos no ambiente, ainda causa degradação do ecossistema.

Dentre os danos causados pelas atividades aquícolas (carcinicultura e piscicultura), destacam-se: o despejo de efluentes com matéria orgânica, que promove o processo eutrofização; introdução no ambiente de espécies exóticas, contaminação por drogas medicamentosas e hormônios utilizadas nos criadouros, a redução do habitat das espécies nativas, dentre outros (Barbieri *et al.*, 2014; Souza *et al.*, 2022).

A referida bacia hidrográfica tem sido impactada negativamente pela especulação imobiliária que avança no litoral sul. Esse mercado de imóveis é voltado para a construção de habitações de luxo e tem como prática o aterramento de áreas de manguezal (Barbosa; Oliveira; Silva; Souza; Dos Santos, 2019). De maneira semelhante, Santos, Araújo e Souza (2021, p.170) concluíram que “os resorts, condomínios de luxo, empreendimentos e viveiros de carcinicultura hoje ocupam áreas que antes foram territórios de mangues e de pesca/mariscagem de muitas comunidades tradicionais que sobrevivem do pescado, reduzido consideravelmente nas últimas décadas”. Nesse sentido, Carvalho e Fontes (2006) apontam também as principais atividades antropogênicas que degradam o referido sistema estuarino:

Os manguezais desse sistema estuarino estão sujeitos a tensores naturais e antrópicos com consequências imediatas para a zona costeira. Dentre os principais tensores destaca-se o desmatamento dos bosques de mangue e a sua conversão para agricultura, infraestrutura habitacional, viveiros para aquíicultura (piscicultura e carcinicultura), estradas etc., que causam mudanças no padrão hidrodinâmico do manguezal, com diminuição da produtividade e qualidade de vida da população dependente deste ecossistema (Carvalho; Fontes, 2006, p. 10).

Um fato que parece recente é a ocorrência da pesca predatória praticada por pescadores esportivos, que utilizam artefatos explosivos para “facilitar” a pescaria-episódio citado por um pescador da comunidade. Esse tipo de técnica é bastante prejudicial, uma vez que mata todos os tipos de espécies da fauna aquática sem distinção de tamanhos, idade ou se está ou não na

fase de reprodução<sup>29</sup>. Tal prática tem como consequência a contaminação das águas devido à decomposição dos organismos mortos e provoca o declínio da produtividade por matar os alevinos e larvas de várias espécies que seriam capturados na fase adulta.

Destarte, a porção estuarina do rio Piauí tem sofrido contínua e gradativa fragilização ambiental, que tem como consequência a redução da produtividade pesqueira. Vale ressaltar que, apesar da existência de uma densa floresta de mangue no estuário, as ações degradantes das atividades antropogênicas têm se intensificado nos últimos anos e provocado danos, principalmente, à fauna aquática. Verificou-se que continuamente e em intervalo menor de tempo<sup>30</sup> têm acontecido episódios de mortandade de peixes, crustáceos e moluscos.

Constata-se que a atividade pesqueira no rio Piauí está sob ameaça, o que pode resultar no lançamento das comunidades que dependem da pesca, inclusive a do Porto D'Areia, a uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Para que tal prognóstico não ocorra, é preciso que as autoridades públicas e os órgãos responsáveis pelo meio ambiente ajam de maneira enérgica, a fim de conter o avassalador processo de degradação ambiental que ocorre na área estuarina e implementem projetos de recuperação das áreas afetadas.

#### **4.2. Tecendo resistência: aspectos socioambientais da comunidade quilombola Porto D'Areia**

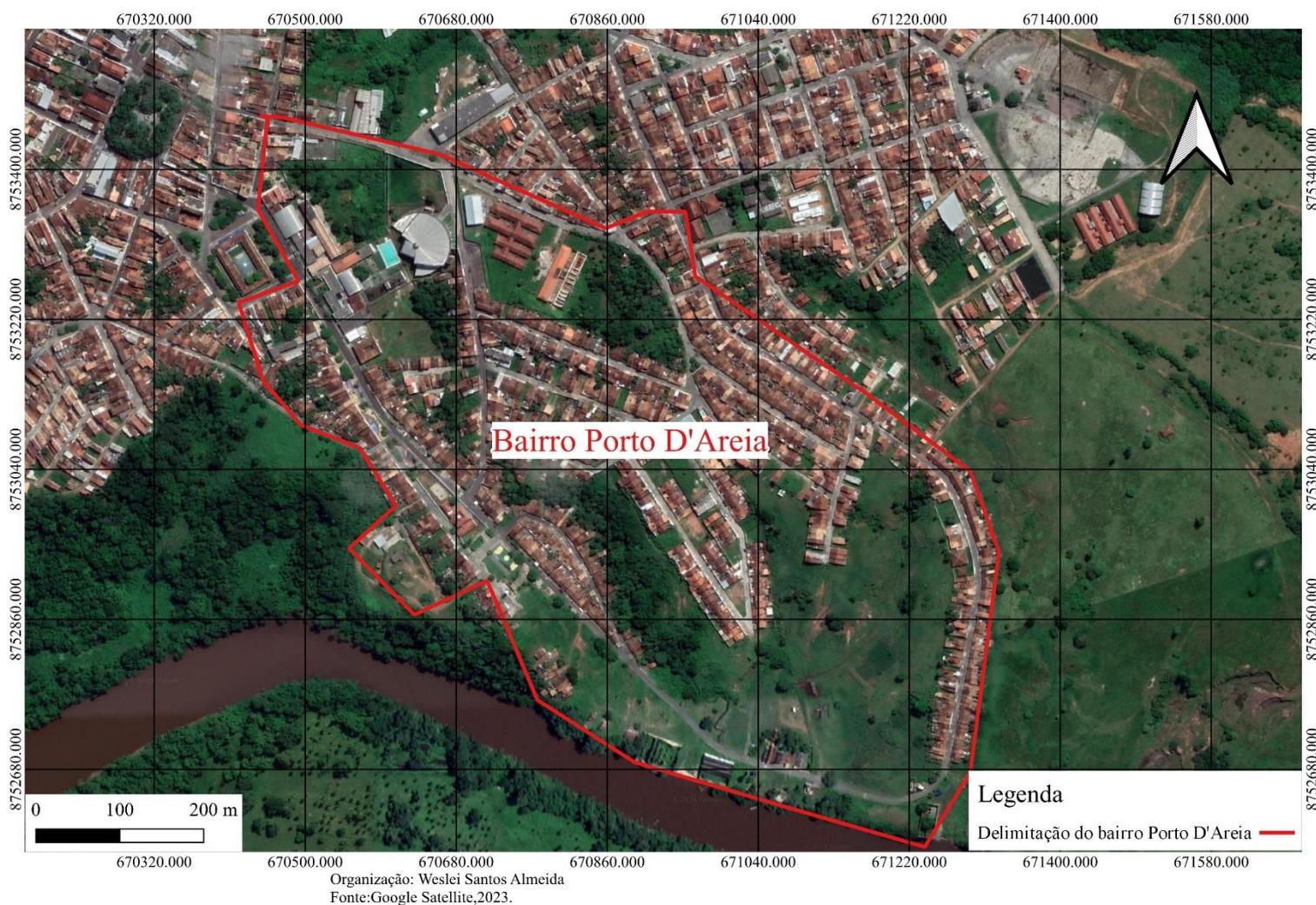
A comunidade quilombola em que se realizou a pesquisa está situada no bairro Porto D'Areia. Frisa-se que a comunidade é bastante antiga e, de acordo com Oliveira (2021), a área que compreende o bairro foi uma das primeiras povoações do município de Estância (Figura 20).

---

<sup>29</sup> A lei 7653/1988 proíbe a pesca com o uso de explosivos e deve ser imputada uma pena de 2 a 5 anos de reclusão a quem comete tal crime.

<sup>30</sup> Foi informado que a mortandade de peixes ocorreu de agosto até o final de outubro de 2023. A principal queixa dos pescadores/marisqueiras era a contaminação do rio por efluentes industriais.

Figura 20 - Bairro Porto D'Areia - 2024



Fonte: Organizado pelo autor a partir da interpretação da descrição da lei municipal nº 2141/2020, 2024.

A área demarcada (Figura 20) que corresponde ao bairro foi oficializada em 2020, a partir da Lei municipal n.º 2141/2020. A mencionada legislação destaca como marco inicial do bairro “o encontro das ruas Lourival Batista e Joaquim de Souza” (Estância, 2020, p. n); essa última, no trecho da SMTT, muda de nome para rua do Pompeu. Dentre as ruas que também demarcam os limites do bairro estão o entroncamento da 1ª Travessa José Marcelino com a rua Lourival Batista e a avenida Nova do Porto<sup>31</sup> até atingir o final da via, que passa ser chamada de Elízio Matos (Figura 21).

<sup>31</sup> A Avenida Nova do Porto é continuidade do mesmo seguimento de reta da rua Pompeu.

Figura 21 - Entroncamento das ruas Lourival Batista e Joaquim de Souza (A), rua Pompeu (B), Av. Nova do Porto (C) e 1ª Travessa José Marcelino (D) - 2024



Fonte: registro de campo, 2024.

A localidade é composta por poucas ruas, mas apresenta uma riqueza histórica, sociocultural e natural de expressiva representatividade para o povo estanciano, como as ruínas dos antigos trapiches, as manifestações culturais (batucada e festa dos fogueteiros), o rio Piauí e os conhecimentos técnicos tradicionais (a pesca artesanal e a fabricação de fogos de artifício). A comunidade quilombola é certificada como tal pela Fundação Cultural Palmares, desde 2012. Conforme as informações da Associação Quilombola, para dar início ao processo de aquilombamento do Porto D'Areia foi necessário seguir os ritos legais:

O processo de luta para tornar essa comunidade em remanescente de quilombo iniciou em 2011. Foi preciso fazer um trabalho de tomada de consciência da população sobre

a ancestralidade quilombola. Tivemos que seguir os procedimentos estabelecidos em lei, como: a constituição de uma associação e de uma diretoria própria quilombola; realizar reunião para o autorreconhecimento com elaboração de ata e recolhimento de assinaturas dos participantes; e a elaboração de um relatório que continha a história e informações socioculturais da comunidade. Após isso, foi aberto um processo para o reconhecimento junto a Fundação Palmares, que concedeu à gente a certificação de remanescente de comunidade quilombola em 2012. Ainda há um longo processo burocrático para estabelecer o território oficialmente e conceder as terras por definitivo ao nosso povo (Líder comunitário quilombola, 2023).

No que concerne à área reivindicada pela comunidade quilombola, constatou-se que ela extrapola os limites do bairro Porto D'Areia. Segundo o líder comunitário, o território se estende de um local chamado de Areinhas até o riacho Quí, que abrange terras privadas e da União<sup>32</sup>. Nesse sentido, tem-se a parte urbana e rural da comunidade, essa que tem uma forte ligação com a natureza, principalmente relacionada à atividade pesqueira. Ressalta-se que, apesar dessa população estar situada no perímetro urbano de Estância, a forma de viver ainda conserva traços do rural que também se expressa na paisagem do bairro (Figuras 22 e 23).

Figura 22 - Curral no Porto D'Areia-2024.



Fonte: registro de campo, 2024.

---

<sup>32</sup> Até o momento em que foi realizada a pesquisa, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território (RTID) estava em elaboração; não havia definição de extensão de hectares ou mapeamento oficial.

Figura 23 - Margem esquerda do rio Piauí no Porto D'Areia-2022



Fonte: registro de campo,2022.

No Porto D'Areia, as paisagens urbana e rural contrastam-se e explicitam as diferentes temporalidades desse lugar. Isto posto, há nesse espaço construções de diferentes momentos históricos que podem ser explorados turisticamente, como: o trapiche Crédito Comercial e o trapiche Novo, ambos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em 2015; o Cruzeiro que marca a passagem do século XIX para o XX; a capela de São Pedro e mais recente o novo Cristo (Figura 24).

Figura 24- Ruínas dos antigos trapiches (A), Cruzeiro (B), capela São Pedro (C) e o Cristo (D) - 2024





Fonte: registro de campo, 2024.

As edificações fazem parte da história e da memória do povo do Porto, que reconhece como elementos que identificam a comunidade. Segundo os entrevistados, o porto era um local de muita movimentação de pessoas, de comércio e área de lazer da população estanciana. Destacaram, também, a necessidade de revitalizar o lugar; assim expuseram suas expectativas e sonhos de projetos para dinamizar a economia local, como o retorno da feirinha à margem do rio e uma rota turística para aproveitar as potencialidades históricas, socioculturais e naturais

da comunidade e, dessa forma, gerar oportunidades de emprego para a população jovem do quilombo. Pode-se verificar pelos depoimentos como era a dinâmica socioeconômica da área portuária:

Estamos brigando para o porto antigo voltar para o hoje. Aqui era porto de turismo, o turismo era aqui. Eu me lembro quando eu era pequenininha, a gente morava na beira da maré, aí nesse porto tinha morros de areia, a gente brincava aí, era muito bonito a beira do porto. Você chegava lá e colocava uma esteira e dormia (Pescadora-D, 2023).

Quando eu tinha uns 10 anos, eu vinha de canoa mais meu pai, a feira era na beira da maré, a gente trazia melancia, abóbora e tudo para vender aí. Eu vinha com o meu pai, ele fazia prato e panela de barro e vendia na feirinha. Ele também pescava, vivia disso (Pescadora-marisqueira- E, 2023).

No projeto para alavancar o turismo na localidade, em 2015, o governo municipal inaugurou o complexo turístico Porto D'Areia, obra que contou com uma nova estátua do Cristo e a construção dos monumentos em homenagem ao barco de fogo e à pisa pólvora. Na época, foram investidos 3 milhões de reais, segundo o site de notícias do estado de Sergipe (2015). Contudo, percebe-se que o espaço está subutilizado, já apresenta deterioração estrutural devido à ação do intemperismo e vandalismo e necessita de maior atenção do poder público local (Figura 25).

Figura 25 - Monumentos em processo de deterioração-2024.





Fonte: registro de campo, 2024.

Verificou-se que os monumentos em alusão à batucada (A) e ao barco de fogo (D) estavam danificados, com partes da estrutura original retirada. No complexo turístico do Cristo, os cabos de metal que adornam a escadaria estavam rompidos devido à ferrugem (B e C), os bancos de madeira necessitavam de pintura e algumas partes do piso apresentavam rachaduras e afundamentos.

A degradação também atinge os elementos naturais<sup>33</sup> que têm representatividade para a comunidade quilombola, como o rio Piauí, o riacho do Jambre, as fontes de águas e as Pedras do Caboclo<sup>34</sup>. Os pesquisados ressentem-se pelo estado de deterioração desses ambientes, como se pode verificar nos depoimentos:

Aqui nessa beira de rio entrava navio; agora não dá, tá raso. A boca do riacho era larga e as canoas entravam nele, hoje está estreito. Era muito barco, era muito bonito. A mercadoria que vinha de Terra Caída e Pontal vinha por aqui; não existia caminho de lá pra cá (Pescadora-marisqueira- E, 2023).

Existiam várias fontes e o riacho que a gente lavava roupas. Quando faltava água na cidade, o povo vinha pegar aqui na fonte do Jambre. Hoje está tudo destruído (Marisqueira- G, 2023).

O rio Piauí tem um sério problema de poluição; esgoto que vem pelo rio Piauitinga e pelo Jambre. Ainda tem a poluição das indústrias que chegam pelo riacho do Quí (Pescador- H, 2023).

Pôde-se inferir, a partir dos depoimentos, que o trecho do rio, situado no porto, está assoreado e poluído. Os pescadores e marisqueiras que vivem há mais tempo na comunidade ainda destacaram que a fonte do Jambre tinha água cristalina e de boa qualidade; no entanto, no tempo presente, não são encontradas tais características, pois verificou-se *in loco* o despejo de esgotos domésticos sem tratamento e o odor fétido das águas do riacho. A liderança quilombola lamentou a situação do curso d'água, que outrora serviu à comunidade, e ainda ressaltou que ao desaguar no rio Piauí contribui ainda mais para contaminação desse que é fonte de renda para várias famílias que vivem no Porto D'Areia (Figura 26).

---

<sup>33</sup> Esses recursos remontam a um passado em que não havia acesso fácil às estradas, nem ao serviço de abastecimento de água e que é registro da pré-história. Até hoje, o rio Piauí é fonte de renda para a população do Porto.

<sup>34</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já reconheceu as pedras como parte do sítio arqueológico que remonta ao passado do território quilombola. No Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) é descrito como “Sítio lítico/Oficina lítica, apresentando dois blocos com sulcos de amolação, utilizados na fabricação de material lítico polido. Foi ressignificado pelas populações próximas e, atualmente, serve como lugar de culto para praticantes de diversas religiões.” (CNSA, 2015, p.1),

Figura 26 - Despejo de esgoto no riacho Jambre, bairro Porto D'Areia – 2024



Fonte: registro de campo, 2024.

De acordo com informações contidas no site do Instituto Água e Saneamento (IAS, 2020), somente 9,99% do esgotamento sanitário da área urbana de Estância é coletado para tratamento. Tal fato tem relação com a contaminação do riacho, que recebe também o esgoto de outros bairros. Nesse sentido, segundo Tucci (2008), muitas cidades brasileiras não têm tratamento de esgoto e despejam os efluentes em sistemas de drenagens pluviais que escoam para os cursos fluviais.

Em relação ao abastecimento de água, 99,71% da população da cidade é abastecida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (IBGE, 2022) e o referido bairro é atendido em 100%, conforme as informações da comunidade. O fornecimento é regular e dificilmente há falta de água.

Já no tocante à coleta de lixo, 100% da população estanciana cidadina é atendida por este serviço (IBGE, 2022) e há coleta seletiva (IAS, 2020). Nesse aspecto, no Porto D'Areia, o recolhimento dos resíduos domésticos ocorre três vezes por semana; porém, a coleta seletiva não ocorre na localidade. Ressalta-se que durante as observações de campo não foram identificados depósitos irregulares de resíduos sólidos ou orgânicos.

Como se pôde constatar, o principal problema ambiental da comunidade é a contaminação dos corpos hídricos por esgoto não tratado do próprio bairro e da cidade de Estância. Ressalta-se que os quilombolas do Porto D'Areia não ficam inertes aos problemas ambientais que os atingem diretamente; ao contrário, mobilizam-se e cobram dos órgãos competentes que solucionem a questão da poluição, principalmente a que provoca a mortandade de peixes, crustáceos e moluscos (Figura 27).

Figura 27 - Reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas de Sergipe no Ministério Público de Sergipe - 2023



Fonte: Associação quilombola, 2023.

A atuação da comunidade quilombola em defesa do rio Piauí é evidente e demonstra a resistência desse povo frente às ameaças ao rio, e que põe em risco a sobrevivência dos pescadores e marisqueiras. Um desses momentos de luta ocorreu no dia 18 de outubro de 2023, no qual o líder comunitário quilombola participou de uma reunião dos Comitês das bacias hidrográficas de Sergipe e destacou os conflitos ambientais que existem na área estuarina do rio Piauí. Esse relatou às autoridades que os peixes e os crustáceos estavam morrendo em decorrência da poluição. Criticou ainda a pouca atuação dos membros do comitê da bacia hidrográfica do rio Piauí para solucionar tais problemas (Associação Quilombola, 2023).

As batalhas da comunidade não se limitam apenas às preocupações ambientais, como afirmado pela liderança quilombola. De acordo com ela, os enfrentamentos abrangem diversas áreas e, em meio a essas lutas, destacam-se algumas conquistas, como a criação da Escola

Estadual Quilombola Gilberto Amado. De acordo com o líder, a atual escola quilombola estava em iminência de encerrar para sempre suas atividades educacionais, devido ao baixo índice de matrícula, e os filhos da população do quilombo teriam que ir estudar em outros locais. Diante de tal situação, a comunidade mobilizou-se e conseguiu tornar o estabelecimento de ensino em quilombola e assim impedir o fechamento (Figura 28).

Figura 28 - Fachada da Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado - 2024



Fonte: registro de campo, 2024.

Além da Escola quilombola, o Colégio Estadual Gumercindo Bessa também recebe jovens do Porto D'Areia e um dos projetos futuros é tentar tornar, também, essa instituição em quilombola e assim garantir uma educação que valorize os modos de criar, fazer e viver desse povo tradicional.

Pode-se dizer que as palavras que melhor descrevem essa comunidade são “luta” e “resistência”, por enfrentar diversas situações desafiadoras, como a busca por soluções para o déficit habitacional<sup>35</sup>, a garantia da permanência das crianças na escola para evitar a marginalização, e a batalha pela conservação do rio Piauí, que historicamente é vital para a sobrevivência da população do Porto D'Areia.

<sup>35</sup> Segundo informação da Associação do Quilombo, há um déficit de mais de 300 casas na comunidade e ainda foi informado que há residências que abrigam de 3 a 4 famílias.

### **4.3. Pescar e mariscar: o desvelamento do trabalho dos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia**

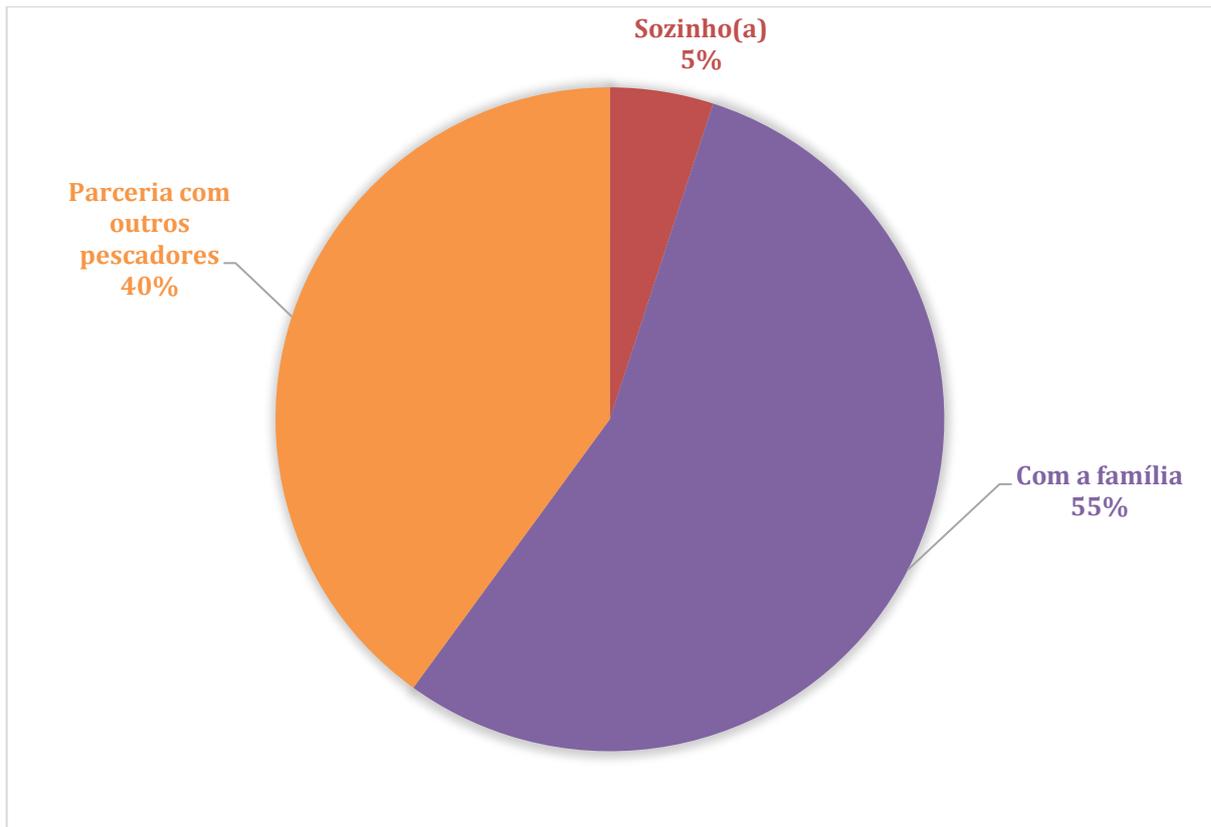
A prática da pesca no Porto D'Areia enquadra-se na pesca artesanal, tendo em vista as descrições da literatura. Essa categoria de pesca é caracterizada pelo trabalho essencialmente familiar, de baixos rendimentos, que se baseia na liberdade e autonomia do trabalho, com ferramentas de trabalho próprias e o conhecimento adquirido a partir dos ensinamentos dos pescadores e marisqueiras experientes aos mais jovens (Diegues, 2004; Ramalho, 2008; Rios *et al.*, 2011).

Dado o caráter tradicional da pesca artesanal, observou-se que, majoritariamente, dos 20 entrevistados, iniciaram suas primeiras experiências na pesca durante a pré-adolescência e adolescência; destes, catorze indivíduos aprenderam o ofício com os pais e parentes. Além desses, outros três relataram ter desenvolvido a habilidade de pescar com outros pescadores e marisqueiras, enquanto três mencionaram ter aprendido a pescar, na idade adulta, após se casarem com pessoas envolvidas com a atividade pesqueira.

Desse modo, tal característica de inserção na pesca, desde a juventude, é identificada em estudos anteriores, como constatado em pesquisa realizada por Garcia *et al.* (p.97, 2007), que afirmam: “As práticas artesanais são aprendidas no convívio familiar e no contato direto com a natureza e são utilizadas por pescadores e suas famílias para a subsistência.” Esse fato é corroborado por Rios *et al.* (2008), ao observarem que a prática da mariscagem é exercida por mulheres e crianças em âmbito familiar.

De igual maneira, como documentado em diversos estudos, constatou-se, entre os entrevistados, que o trabalho na pesca é predominantemente de caráter familiar, com o envolvimento de cônjuges, irmãos, primos, tios ou avós. Contudo, vale ressaltar que o trabalho em parceria também ocorre de maneira significativa, como ilustrado na figura 29.

Figura 29 - Organização social do trabalho na pesca - 2023



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Nas diferentes formas de organizações sociais do trabalho, conforme destacado na figura 29, também foram investigadas as práticas de partilha após as pescarias ou das coletas de mariscos, quando realizadas em grupo ou em parceria. Identificou-se que, na pesca de peixes, a divisão é predominantemente igualitária, embora exista também a prática do quinhão, no qual o pescador que recebe um percentual maior de peixes é o responsável por custear a manutenção dos danos causados à rede durante a pescaria. Já na mariscagem, mesmo quando realizada em grupo, cada marisqueira ou catador fica com a quantidade que conseguiu capturar.

Conforme verificado entre os entrevistados, não há nenhuma relação de dependência ou figura de patronato nas parcerias. O que de fato se observou foi a autonomia e a liberdade no trabalho, além de um entendimento de que o recurso explorado pertence a todos e deve ser usufruído racionalmente para garanti-lo à posteridade.

Em relação à especialidade de captura e à autodefinição do ofício, 15 % se identificaram como coletores de mariscos e os outros 85% se declararam pescadores, sem distinção de gênero. De modo geral, para os entrevistados, não há uma diferença significativa entre ser pescador de peixes, catador ou marisqueira; todos são pescadores, sem diferenciação por gênero ou

especialização de captura. Desse modo, nas entrevistas, não se percebeu haver supervalorização do trabalho masculino em detrimento do feminino.

No âmbito da regulamentação da atividade pesqueira, foram analisadas algumas questões, tais como a inscrição dos pescadores no Registro Geral de Pesca, o recebimento ao seguro defeso, a carga horária de trabalho e as medidas de segurança durante a execução das atividades.

Dos entrevistados, 70% declaram ter RGP e 30% não. A pesquisa revelou que os pescadores e marisqueiras, em sua grande maioria, consideram importante ter o registro geral de pesca, pois, quando estão legalmente registrados, conseguem o seguro de defeso e, quando completarem 60 anos, poderão se aposentar. Este dado é um fator positivo, uma vez que também possibilita a permanência dos pescadores na atividade e assegura o afastamento remunerado em caso de doença; bem como impede que sejam lançados em situação de vulnerabilidade financeira, quando estiverem impossibilitados de pescar.

No que se refere ao número de pessoas que recebem seguro defeso, identificou-se que dos participantes que têm o registro geral de pesca, 25% afirmaram que estavam sem receber o seguro, por diferentes motivações, tais como: recebimento temporário de seguro saúde; os que não sabiam o porquê não recebiam; e outro alegou que recentemente teve a concessão de benefício do filho diagnosticado com deficiência intelectual.

Em relação ao tempo dedicado à execução da atividade, verificou-se que existe uma variação de horas trabalhadas que está relacionada ao tipo de pescado comumente capturado, à disposição do pescador em ficar mais ou menos tempo na pescaria e às condições favoráveis ou não de captura, como enfatizado em alguns depoimentos:

O tempo depende de cada pescador e da maré. Quando ela começa a encher, a gente volta para casa. Tem gente que vai de madrugada e só volta de tarde; eu não faço isso (Pescador-I, 2023).

Vou de madrugada, às quatro da manhã, e volto às oito, mas depende do dia (Pescador-J, 2023).

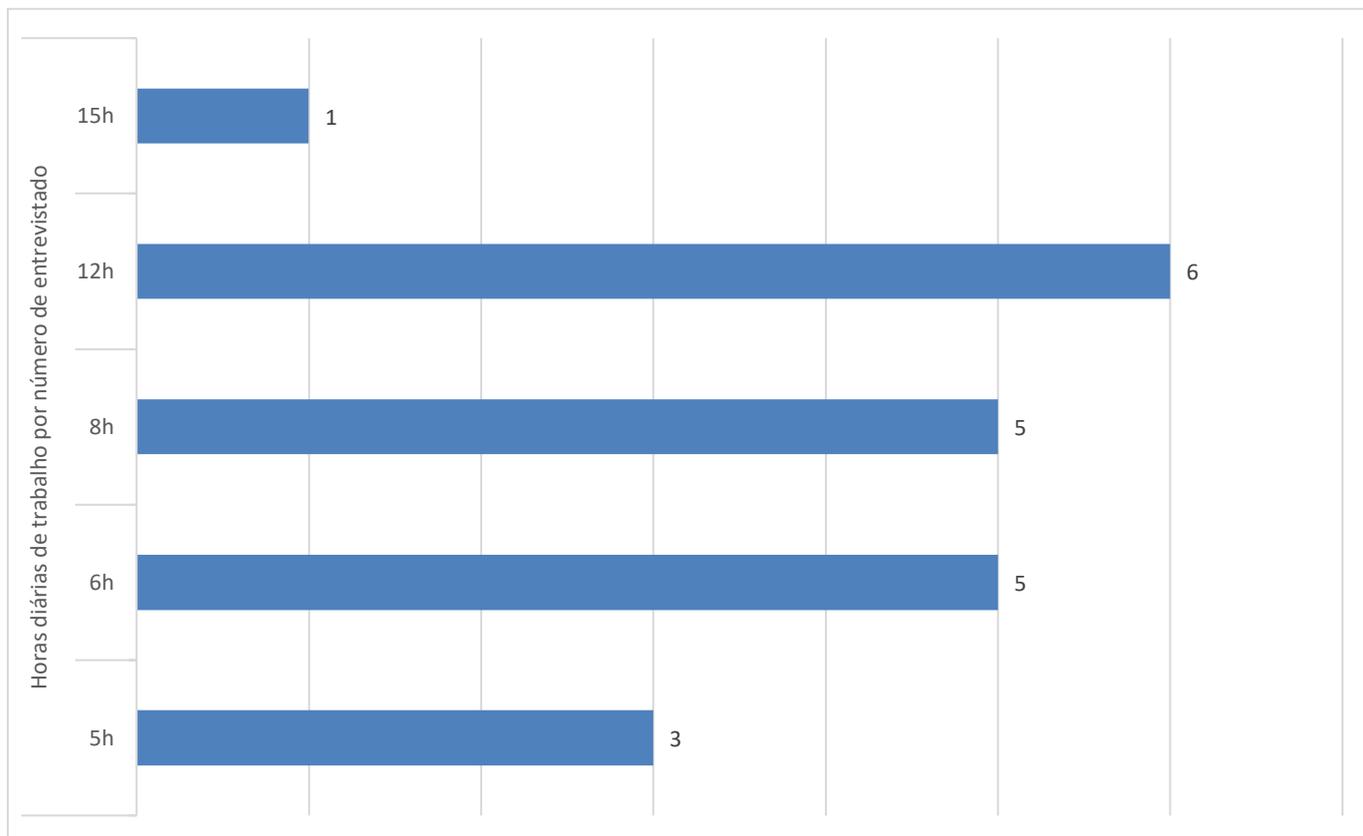
Vou de quinze em quinze, quando a maré tá melhor, e passo seis ou sete dias lá embaixo pescando. Eu só trabalho pela noite de seis até uma hora da madrugada, mas quando a pescaria 'tá' boa a gente vai até de manhã (Pescador-L, 2023).

'Desce' eu e meu marido. Passo um dia, dois ou três lá nos caranguejos, no barraco (Pescadora- marisqueira- M, 2023).

Como se pôde constatar a partir das falas, o tempo de trabalho não obedece uma carga horária rígida, pois os pescadores são responsáveis pelos próprios horários. No levantamento,

identificaram-se as seguintes disposições de horas trabalhadas, quando estão em atividade (Figura 30):

Figura 30 - Duração de horas diárias de trabalho por entrevistado - 2023



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A média de horas diárias de trabalho, entre os entrevistados, foi de 8h. Salienta-se que há aqueles que vão diariamente para a maré, outros que vão em dias alternados ou a cada 15 dias. Entre esses, há os pescadores e marisqueiras que passam a semana em pescaria e ficam abrigados em casebres localizados às margens do rio, em terras do município de Estância e Santa Luzia do Itanhy. Segundo o relato dos pescadores, esses locais foram cedidos pelos proprietários das fazendas para que pudessem construir seus barracos (Figura 31,32 e 33).

Figura 31 - Luzinha, local de apoio de pescadores em terras de Santa Luzia do Itanhy - 2023



Fonte: registro de campo, 2023.

Figura 32 - Capivara, local de apoio de pescadores em Estância -2023



Fonte: registro de campo, 2023.

Figura 33 - Caranguejos, local de apoio de pescadores em Estância - 2023.



Fonte: registro de campo, 2023.

Esses locais são de uso comunitário e de livre ocupação dos pescadores estuarinos de diversas comunidades que margeiam o rio Piauí. Durante as visitas, não foi notado competitividade ou conflitos por território entre os pescadores; pelo contrário, percebeu-se um senso de colaboração mútua e um trato cordial entre eles. Vale ressaltar que esses espaços são utilizados tanto para o trabalho como para o repouso.

Nessas localidades não há energia elétrica nem água encanada. Para iluminar o ambiente, utilizam candeeiro ou lanternas; a água utilizada é condicionada em vasilhames e transportada até o local<sup>36</sup>. Os casebres são construídos com madeira, o teto com telhas de fibra e lonas plásticas. Observou-se que somente duas eram de alvenaria. Os sanitários ficam do lado de fora dos barracos, em casinhas de madeira (o material fisiológico fica depositado em um buraco escavado no solo).

As habitações são equipadas com camas, redes, fogão, mesa, armários e entre outros utensílios domésticos necessários para permanecerem vários dias acampados. Famílias inteiras passam a semana em pescaria e alojadas nos casebres; também constatou-se a presença de crianças nesses lugares. Quanto aos riscos e perigos em relação à ocupação dessas construções improvisadas, considerou um dos pescadores que até aquele momento nunca tinha havido

---

<sup>36</sup> Os pescadores e as marisqueiras quando vão à pesca, de modo geral, levam consigo combustível, água para beber, alimentos, os equipamentos de pesca e caixa térmica com gelo para depositar os pescados.

acidente; porém, quando chove, algumas ficam alagadas. A precariedade de algumas construções põe questionamentos em relação à saúde desses trabalhadores e à salubridade desses ambientes, bem como em relação ao armazenamento e conservação dos alimentos consumidos, por estarem expostos a animais peçonhentos, e em relação à segurança da infraestrutura das edificações.

Pôde-se constatar que a atuação dos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia abrange uma vasta área do estuário do rio Piauí. Salienta-se que o labor na pesca é bastante exaustivo devido à exposição à radiação solar, à força exercida para lançar e puxar as redes e ao deslocamento de aproximadamente 1h30 até o local mais favorável à pescaria.

Como em outras atividades profissionais, os pescadores e marisqueiras estão expostos a situações de risco, como exposição prolongada à radiação solar, riscos em se ferirem em conchas de animais e em tronco de mangues pontiagudos, exposição a contaminações por agentes biológicos, afogamento ou desenvolvimento de doenças devido à recorrente imersão nas águas (Pena; Gomez, 2014). Nesse aspecto, buscou-se identificar se os pescadores e marisqueiras utilizavam algum equipamento de proteção durante a execução da atividade. Assim sendo, 50% afirmou utilizar algum equipamento de proteção individual e 50% não.

Dentre os itens indicados como equipamentos de proteção individual foram destacados: a bota, camisas de proteção contra a radiação ultravioleta, chapéus, repelente, colete salva-vidas, lanternas, tênis, calça e luvas. No entanto, nem todos os pescadores e marisqueiras utilizam esses equipamentos, visto que depende principalmente do tipo de pesca ou que horário exerce a atividade. Os pescadores que trabalham durante a noite afirmaram usar lanterna, boias sinalizadoras e repelente, sendo que apenas um afirmou usar colete salva-vidas por considerar um mecanismo de segurança em caso de acidentes. Já os demais que a praticam pelo dia, utilizam roupas para proteger as partes do corpo contra possíveis cortes e arranhões e para se protegerem da radiação solar.

Entre aqueles que afirmaram não utilizar nenhum equipamento de proteção, justificaram considerá-los desnecessários, baseando-se no fato de passarem a maior parte do tempo na embarcação, terem habilidades de natação e dificuldade de locomoção quando utilizam calçados e roupas pesadas. Dessa forma, percebe-se uma divergência na questão da segurança, com uma parte dos entrevistados que demonstram preocupação e consciência dos riscos a que estão expostos, enquanto outra parcela parece menos atenta à questão.

Vale apontar que foram relatados alguns acidentes de trabalho como perfurações e arranhões nos pés e pernas, além de quedas. Destaca-se que um dos entrevistados encontrava-se afastado da atividade devido a um acidente ocorrido enquanto pescava. Nesse contexto, é fundamental ressaltar que a segurança no trabalho é uma questão premente e necessita de uma análise minuciosa sobre essa temática, pois a ausência de cuidados na execução da atividade pesqueira pode acarretar sérias consequências à saúde desses trabalhadores.

Depois da maré, o ciclo de trabalho não se fecha, pois, ao retornar para casa, é o momento de separar o peixe e tratar os mariscos, consertar a rede e vender o pescado. A pesca é marcada pelo tempo na água e o tempo em terra, ambos ambientes são espaços de reprodução da arte pesqueira. Alguns aspectos identificados junto à população pesquisada, encontra-se de maneira semelhante à identificada em estudo realizado por Kuhk (2009, p.158), que afirma: “É na terra que acontece a compra dos seus petrechos de pesca e a venda do seu pescado [...], entre outras atividades. Portanto, terra e água constituem-se como territórios indissociáveis na pesca artesanal”. Dessa forma, tanto o rio Piauí quanto o Porto D’Areia são espaços de reprodução da cultura pesqueira, que se interconectam com a dinâmica socioeconômica de Estância a partir do abastecimento do mercado pesqueiro local e dos restaurantes da cidade.

#### 4.4 Ambiente, produção, comercialização e renda

As feiras livres e mercados do município de Estância são abastecidos com pescados do estuário do rio Piauí. De acordo com os pescadores e marisqueiras, alguns peixes, crustáceos e moluscos são capturados durante o ano inteiro; há algumas espécies que são sazonais e outras que só ocorrem em determinadas condições ambientais (Quadro 2).

Quadro 2 - Peixes, crustáceos e moluscos capturados no estuário do rio Piauí.

<b>Nomes populares</b>	<b>Nomes científicos</b>	<b>Período do ano e condições ambientais de melhor pesca</b>	<b>Importância econômica</b>
1. Robalo galha-amarela	Centropomus pectinatus.	Inverno- capturada em água com sedimentos suspensos.	Alta
2. Tainhas	Mugil curvidens Mugil rubrioculus	Da primavera a verão- de outubro até fevereiro.	Alta
3. Curimã	Mugil liza	Da primavera a verão- com ênfase em novembro.	Alta

4. Vermelha	<i>Lutjanus alexandre</i>	O ano inteiro-capturadas em águas claras com poucos sedimentos.	Alta
5. Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>	Não foi determinado o período.	Moderada
6. Bagre-capadinho	<i>Cathorops spixii</i>	O ano inteiro	Moderada
7. Pescada-branca	<i>Cynoscion leiarchus</i>	Não foi determinado o período.	Alta
8. Pescada-mole	<i>Macrodon ancylodon</i>	Não foi determinado o período.	Alta
9. Pescada-amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	Não foi determinado o período.	Alta
10. Sardinha	<i>Opisthonema oglinum</i>	Verão e outono	Moderada
11. Xaréu	<i>Caranx hippos.</i>	Verão	Alta
12. Carapeba	<i>Eugerres brasiliensis</i>	O ano inteiro-capturada em águas claras com poucos sedimentos.	Alta
13. Catana	<i>Trichiurus lepturus</i>	Não foi determinado o período.	Baixa
14. Arraias	<i>Hypanus guttatus;</i> <i>Hypanus americanus;</i> <i>Hypanus guttatus.</i>	O ano inteiro	Moderada
15. Mirucaia	<i>Bairdiella ronchus</i>	Não foi determinado o período.	Baixa
16. Aratu-vermelho	<i>Goniopsis cruentata</i>	O ano inteiro	Alta
17. Caranguejo-uçá	<i>Ucides cordatus</i>	Capturado no período fora do defeso. <sup>37</sup>	Alta

<sup>37</sup> O período de defeso ocorre de janeiro a março, em três ciclos, um em cada mês de cinco dias durante a lua nova.

18. Guaiamum	Cardisoma guanhumi	O ano inteiro	Alta
19. Sururu	Mytella charruana	No verão	Alto
20. Maçunin	Anomalocardia flexuosa	Na maré grande, em dias de Lua cheia.	Moderada
21. Siris	Callinectes ornatos;  Callinectes bocourti;  Callinectes danae.	O ano inteiro	Moderada
22. Camarões	Macrobrachium acanthurus  Litopenaeus schmitti  Farfantepenaeus subtilis  Xiphopenaeus kroyeri	Capturado no período fora do defeso. <sup>38</sup>	Alta
23. Ostra	Crassostrea rhizophorae	Não foi determinado o período.	Alta
24. Solteira	Oligoplites saliens	Não foi determinado o período.	Baixa
25. Agulhão	Strongylura marina	O ano inteiro	Baixa

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Conforme apresentado no quadro, foram citados vinte e cinco tipos de pescados capturados pelos pescadores e marisqueiras no estuário do rio Piauí. Além disso, foi possível identificar os períodos mais favoráveis para a captura de espécies específicas, sendo que o volume de pesca está intimamente relacionado aos ciclos naturais, tais como fases lunares, variações das marés (vazante e cheia), estações do ano, períodos de reprodução e sazonalidade das espécies. Esses padrões foram delineados nos depoimentos coletados.

<sup>38</sup> Em Sergipe, o defeso do camarão é realizado em dois períodos: de abril a maio e de dezembro a janeiro. (Santo, 2010).

O robalo, a gente pega mais no inverno, com a água mais suja; a vermelha e a carapeba, é mais água limpa. Quando tem um lugar que cai um mangue e acumula comida ali, faz um pesqueiro; aí é bom pegar peixe (Pescador-N, 2023).

Não é bom pescar de noite na lua cheia porque o peixe não malha; ele vê a rede (Pescador- L, 2023).

O tempo bom de colocar a rede é na preamar; a maré para de encher e de correr para começar a secar (Pescador- O, 2023).

A pesca de rede é boa quando tem quebra de maré; na lua minguante ou na lua cheia porque a água corre menos. (Pescador-N, 2003).

A época boa de tainha é verão, tempo quente, de outubro até fevereiro (Pescador-N, 2023).

Não é bom pescar em época de chuva; essa época é a que pesco menos (Marisqueira-M, 2023).

A pesca é incerta; você coloca a rede aqui, e o peixe tá mais na frente. Às vezes, o peixe tá bem perto, e você se afasta e joga a rede em outro lugar. É, tem dia que a maré dá, e tem outro que não (Pescador-G,2023).

Reconhecer os ciclos do ambiente estuário é algo complexo. Tal fato foi expresso nos relatos por vários entrevistados, que destacaram que nem todos os pescadores conseguem entender amplamente a dinâmica natural do manguezal. Sobre a influência da Lua, no movimento da maré e na pesca, os pescadores que realizam a captura com redes de malhas demonstram ter um domínio refinado dos ciclos lunares e das interferências do satélite natural na pescaria. Esses destacam, predominantemente, que a lua cheia é a melhor para pescar, sobretudo porque há três ou quatro quebras de maré. O fenômeno da quebra da maré, conforme os pescadores, é quando as águas diminuem a velocidade do fluxo e favorecem a estabilidade da rede, que facilita pegar os peixes. Contudo, para alguns pescadores, na fase da lua cheia, durante a noite, devido à luminosidade, é ruim porque o peixe não malha<sup>39</sup>.

Foi relatado, também, que independentemente da fase lunar, há momentos oportunos da enchente e vazante da maré para lançar as redes. Segundo um pescador, o melhor momento é no intervalo de tempo em que as águas ficam relativamente estáticas entre a vazante e a cheia (ou de maneira inversa), já que a rede não é arrastada pelas águas. Frisa-se que é um período curto de tempo e esse fenômeno é classificado como estofo de maré (Ribeiro; Valadão, 2021).

Como se pôde constatar, os pescadores e as marisqueiras são dotados de saberes ambientais adquiridos tradicionalmente e a partir de suas próprias experiências no trabalho da

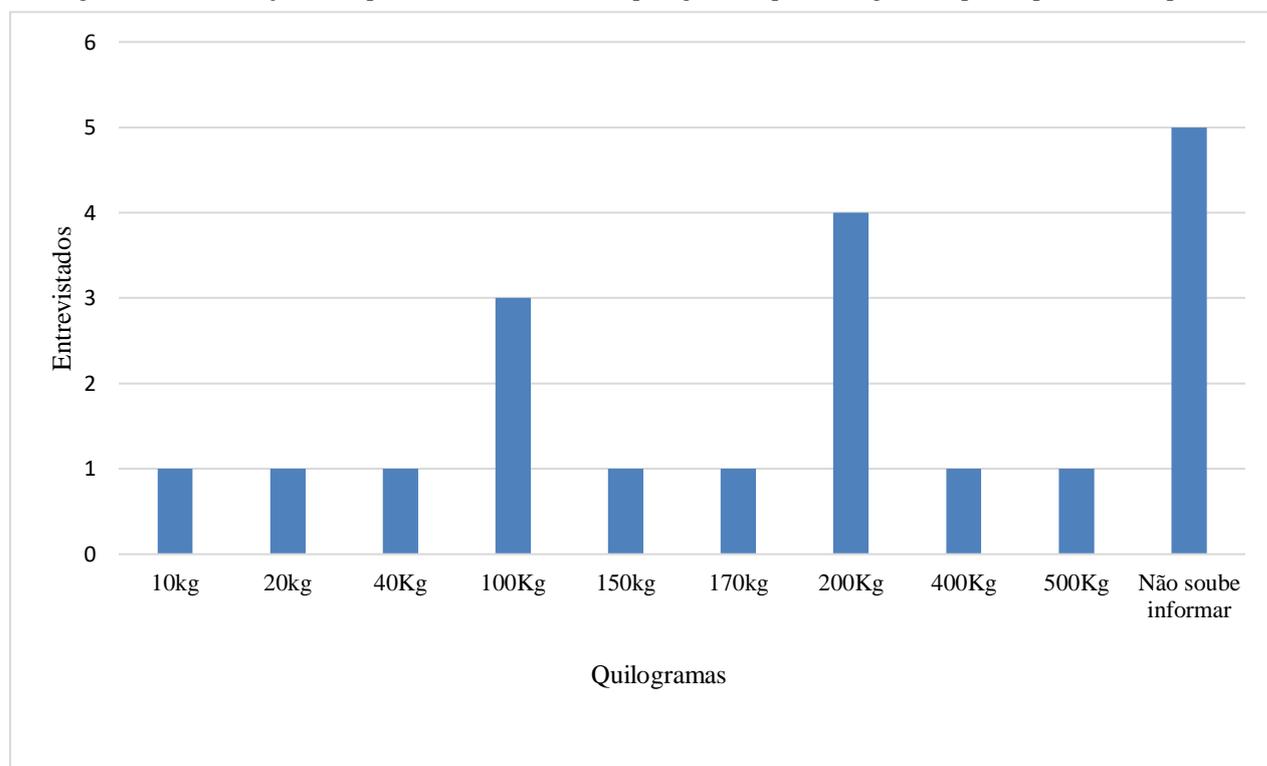
---

<sup>39</sup> A expressão “malhar o peixe” significa o aprisionamento do pescado na rede.

pesca. Também verificou-se que as diferentes dinâmicas naturais contribuem para o maior ou menor sucesso da captura de determinados tipos de pescados, alguns com ocorrência durante o ano todo e outros mais pontuais. Em relação à quantidade de pescados capturados, foi praticamente unânime a alegação de que há uma redução significativa da produção, tendo em vista, sobretudo, a contaminação do ambiente por efluentes industriais e domésticos que provocam a mortandade de peixe e mariscos.

Dessa maneira, a perceptível queda na produtividade expressa-se também, como foi citado por vários entrevistados, no prolongamento do tempo de espera para realizar a captura, assim como na dificuldade de ocorrer um barrote<sup>40</sup> em intervalo entre as pescas. Apesar de alegarem a redução no volume das pescarias, marisqueiras e pescadores não determinaram precisamente a quantidade capturada, seja por dia ou por mês. Alguns afirmaram não terem o controle de quanto pescam, enquanto outros estimaram a quantidade que conseguem pescar por mês, conforme demonstrado no gráfico (Figura 34).

Figura 34 - Informações dos pescadores da média de quilogramas que conseguem capturar por mês nas pescarias.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Ao considerar os valores em quilogramas estimados, obteve-se o resultado que por mês, individualmente, tem-se uma média 162 kg de pescados extraído da maré<sup>41</sup>. Então, infere-se

<sup>40</sup> Barrote: expressão utilizada pelos pescadores quando a pesca é abundante.

<sup>41</sup> O quilo médio mensal de captura de pescados estimado foi obtido com base nas respostas dos entrevistados.

que a pesca praticada pelos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia é de pequena escala, que presume uma pesca de baixo impacto ambiental. Além dessa variável, as práticas de manejo dos recursos pesqueiros sinalizam para uma responsabilidade ambiental de cunho sustentável, pois os pescadores reconhecem a importância e respeitam as épocas de defeso; realizam a soltura de animais pegos ainda em fase de crescimento; têm a preocupação de conservar o ambiente para a geração futura e para a continuidade da atividade pesqueira; como também identificam as práticas que são prejudiciais ao ambiente, como é possível verificar nos depoimentos coletados:

Tem um menino aí que vou pescar com ele; a gente pesca à noite. Ele tem uma rede de arraia. Pega arraia grande; as pequenas, a gente solta (Pescador- N, 2023).

A pesca batendo com um cepo, que chega até o fundo do rio pra espantar o peixe pra rede é proibida (Pescador-G, 2023).

Tem pescador por aí que usa veneno 'nos riacho' para pegar camarão, isso mata também 'os peixe' (Pescador-N, 2023).

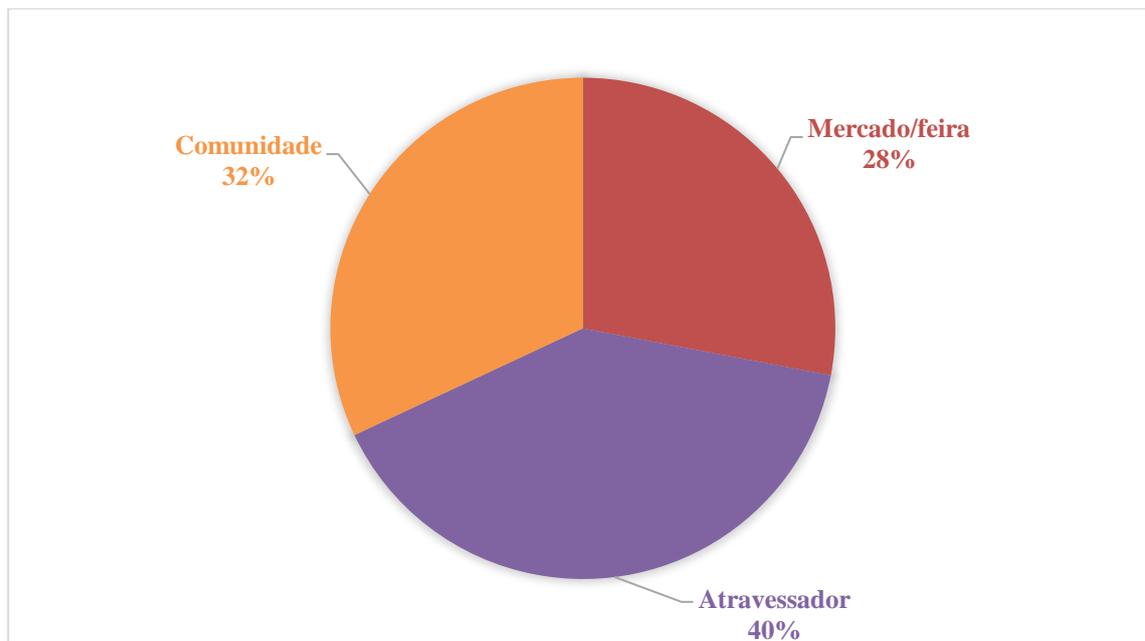
Nós, 'pescador antigo', pesca com nossa sabedoria que Deus deu; mas tem um pessoal novo de Mangue Seco e Indiaroba, que pesca de lancha, usam bomba para pescar. Isso mata as 'lavinha' do peixe que meu filho ou seu podia pescar. 'Tô' vendo que vai acabar com tudo (Pescador-C, 2023).

A nossa é rede de arrasto; a rede pega todo tipo de peixe, grande e pequeno. Quando o peixe não é de venda, como capadinho, mirucaia e catana; quando vem muito, a gente reúne a comunidade e distribui (Pescador- C, 2023).

Com base no exposto, ficou evidente que os pescadores quilombolas do Porto D'Areia demonstram uma preocupação com a conservação dos recursos pesqueiros. Eles não apenas reconhecem suas responsabilidades para equilíbrio do ecossistema, mas também identificam tanto as ameaças internas, relacionadas às práticas da própria atividade, quanto as externas. Esse entendimento ressalta o comprometimento dos pescadores na conservação do ambiente fluviomarinho que lhes é vital.

É prática comum dos pescadores da rede grande distribuir peixes de baixo valor comercial à comunidade. Tal ação não só demonstra solidariedade, mas também contribui para evitar desperdícios e a contaminação das prováveis áreas de descarte, como o rio ou terrenos baldios. Em relação à comercialização de pescados, identificaram-se três modalidades de venda, conforme demonstrado no gráfico (Figura 35):

Figura 35 - Formas de venda dos pescados-2023



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Como se pode verificar, sobressai-se, isoladamente, a venda por meio de atravessador, responsável pela aquisição dos pescados para posterior revenda no mercado ou em estabelecimentos comerciais. Por outro lado, as outras formas de comercialização, conjuntamente, superam em termos percentuais à venda por meio de intermediários. Desse modo, conforme evidenciado na figura 35, 60% dos pescados são vendidos diretamente ao consumidor final. Nessa forma de venda, as transações comerciais ocorrem por meio de encomendas, nas feiras livres, diretamente nos mercados locais ou as pessoas vão até a comunidade comprar os produtos.

Os produtos da pesca são vendidos *in natura* ou com algum tipo de beneficiamento, como no caso do sururu, aratu, a ostra, o maçunim e a sardinha. Em relação aos produtos beneficiados, os pescadores e marisqueiras realizam uma série de etapas antes da venda, incluindo o cozimento, descasque ou quebra, remoção das vísceras, embalagem, pesagem (Figura 36).

Figura 36 - Sururu pronto para a venda-2024



Fonte: registro de campo, 2024.

Ademais, outros pescados também são preparados antes da venda, como peixes que passam por um processo de secagem ao sol e os guaiamuns cevados, para<sup>42</sup> serem vendidos. Dessa forma, como apresentado anteriormente, o labor dos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia não se extingue com a pescaria, mas tem uma continuidade em terras, quer seja na venda, no beneficiamento de pescados, quer seja na confecção ou reparos de instrumentos de pesca (Figura 37 e 38).

---

<sup>42</sup> Cevar: é o processo de alimentar o guaiamum com a finalidade de engordá-lo.

Figura 37 - Guaiamuns em engorda - 2024



Fonte: registro de campo, 2024.

Figura 38 - Peixes na secagem ao sol-2023



Fonte: registro de campo, 2024.

Outrossim, reitera-se que a pesca ainda é meio de sustento de muitas famílias dessa comunidade quilombola urbana. Essa realidade evidencia a resistência de um povo que, ao longo de gerações, tem garantido sua sobrevivência por meio da pesca e transmitido os conhecimentos ancestrais aos seus descendentes. Contudo, conforme relatado em depoimentos, os jovens têm mostrado pouco interesse pela pesca como ofício. Assim, quanto aos possíveis motivos do abandono da atividade, alegaram: as opções variadas de profissões, a natureza árdua do trabalho e o recebimento de bolsa família, que oferecem remuneração mensal semelhante aos ganhos obtidos com a atividade pesqueira.

No tocante aos rendimentos obtidos com a pesca, os valores mensais são baixos. Isso obriga a 45% dos pescadores e marisqueiras entrevistados realizarem atividades temporárias para complementar a renda. Deste modo, destacaram as atividades extras realizadas por eles, como: atividades artesanais de costura, de pedreiro ou servente de pedreiro, pintura, serviços de transporte de cargas em carroça e outros serviços gerais não formais. Essa característica de atividades complementares à pesca não é uma realidade específica dos pescadores do Porto D'Areia, pois outras pesquisas já registraram esse padrão, tais como a realizada por Soares (2015) com pescadores da Baía de Guanabara e Cajado (2014), que analisou a pesca artesanal combinada com outras atividades econômicas.

Os ganhos com as pescarias apresentam variações mensais, conforme informações fornecidas. Os valores oscilam entre R\$ 200 e um pouco mais de R\$ 300, em média. Os rendimentos também variam conforme a época do ano; o melhor período de venda é a Quaresma e o com grande expressividade durante a Semana Santa, conforme relato de alguns entrevistados.

Na dimensão socioeconômica, a comunidade do Porto D'Areia necessita de intervenções de políticas públicas de assistência social e projetos de capacitação que ampliem as opções de geração de renda para as famílias. No setor pesqueiro, poder-se-ia promover ações de orientações financeiras, monitoramento de produtividade ou fomentar a formação de cooperativa. Ao implementar essas medidas, tornaria viável a organização da comunidade pesqueira, otimizaria as vendas e agregaria valor aos produtos, o que poderia resultar em ganhos significativos para os pescadores.

De acordo com o exposto, infere-se que a população pesquisada depende substancialmente da manutenção do ecossistema estuarino do rio Piauí, pois nos depoimentos expressavam que o rio é o meio de sobrevivência, é fonte de geração de renda e deve ser conservado. Constatou-se que a pesca dos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia com o manguezal é coordenada e consciente, uma vez que as pescarias não correm de maneira

aleatória, mas ao contrário, é calculada de tal modo que sabem qual o melhor momento de lançar as redes, constroem engenhosamente os próprios instrumentos de trabalho e sabem quais técnicas são adequadas para obter sucesso na pescaria sem degradar o ambiente. Assim, a seguir será abordado sobre as tecnologias sociais produzidas e utilizadas pelos pescadores do Porto D'Areia, bem como as técnicas de pescarias empregadas.

#### **4.5 Entre redes e remos: a arte da pesca artesanal no Porto D'Areia**

Na pesca artesanal são utilizadas diversas ferramentas para a execução do trabalho, que variam conforme o tipo de pescado capturado. A diversidade de instrumentos e as técnicas de pescas utilizadas pelos pescadores e marisqueiras do Porto D'Areia, além de evidenciarem um saber tradicional acumulado ao longo do tempo e transmitido de uma geração a outra, demonstram a capacidade técnica e a engenhosidade dessa população.

Segundo a análise de Castro e Rodrigues (2020), o ambiente de trabalho dos pescadores artesanais é impregnado de conhecimentos tradicionais voltados para o desenvolvimento de tecnologias sociais e técnicas estreitamente ligadas à interação entre sociedade e natureza. Nessa perspectiva, esta pesquisa revelou que, entre os pescadores e marisqueiras entrevistados, as habilidades foram adquiridas no cotidiano da atividade pesqueira a partir da observação, do interesse de aprender e do talento nato particular.

Deste modo, dentre os instrumentos e materiais empregados nessa atividade extrativista, identificou-se o uso de embarcações (canoas), o remo, o motor de rabeta, sinaleiras, lanterna, caixas térmicas com gelo, palha de ouricuri (*Syagrus coronata*), diferentes tipos de redes, a ratoeira, a varinha para pegar aratu, o jereré, o covo, facão e machadinhas.

As embarcações utilizadas são de pequeno porte e de madeira (Figura 39), movidas a motor de rabeta, porém o remo ainda é utilizado para posicionar a embarcação no momento do embarque e desembarque, na colocação de rede e quando é necessário fazer um deslocamento de curta distância. Assim, percebe-se que as tecnologias recentes são utilizadas simultaneamente com as mais antigas, sem haver o menosprezo ou abandono do tradicional.

As ferramentas de trabalho são adquiridas com o rendimento oriundo das pescarias (economizado) ou por meios de empréstimos, quando têm um alto valor, como embarcações e o motor. No ano de 2012, a comunidade pesqueira foi contemplada com o Projeto de Combate

à Pobreza Rural (Prosperar), do governo do estado de Sergipe, que concedeu barcos de madeira motorizados e outros equipamentos de pesca (Sergipe, 2013).

Figura 39 - Embarcações no Porto D'Areia - 2024



Fonte: registro de campo, 2024.

O motor de rabeta é abastecido com combustível fóssil (gasolina) e facilita o deslocamento pelo rio. Estrategicamente, é fixado na parte traseira da canoa, este equipamento é operado por um pescador posicionado na popa<sup>44</sup>, encarregado de ligar o motor e manipular a manivela que controla a direção da embarcação (Figura 40). É importante ressaltar que os pescadores que frequentemente percorrem essas extensas vias fluviais desenvolvem um notável mapeamento mental, permitindo-lhes identificar com precisão os trechos mais profundos, rasos e áreas de maior correnteza.

---

<sup>44</sup> A popa é a parte traseira da canoa.

Figura 40 - Motor de rabeta (A), remo de 2,5 metros (B) e pescador em operação de motor (C) -2023



Fonte: registro de campo, 2023.

O remo, conforme ilustrado na figura 40, possui geralmente entre 2 e 2,5 metros de comprimento. Apesar do tamanho, os remos são leves por serem construídos com a madeira do próprio mangue. A funcionalidade do remo está atrelada à diferença métrica; o menor é utilizado para mover a embarcação e o maior também tem serventia para a postura de rede<sup>45</sup>, como bem explicaram dois pescadores. Outro apetrecho de pesca bastante utilizado é a rede, esse tem diversos tipos de malhas, técnicas de pescarias e nomes variados (Figura 41).

<sup>45</sup> Na colocação de rede de pesca é necessário desligar o motor; em vista disso, é imprescindível a utilização do remo.

Figura 41 - Tipos de redes de pesca.





Fonte: registro de campo, 2023.

O instrumento A é denominado de rede grande. Para a utilização é preciso ter uma embarcação de 8 ou 9 metros de comprimento e são necessárias 7 pessoas na execução da tarefa. Na execução dessa atividade são delegadas funções aos tripulantes: o que conduz o barco a motor, dois que soltam a rede e os outros ajudam a puxá-la. A pesca com esse tipo de rede é realizada em águas profundas e captura peixes de diversos tamanhos, conforme relato do entrevistado.

De acordo com os depoimentos, no passado existiam 7 redes grandes, hoje há somente uma pessoa que opera com esse tipo de petrecho. Sendo assim, alguns fatores podem ser considerados para o abandono desse tipo de utensílio, tais como o gradativo envelhecimento da população de pescadores, pois é uma pescaria que exige muita força; como também o alto custo do tecido para manutenção da rede.<sup>46</sup>

O apetrecho B é a tarrafa, utilizada para capturar peixes pequenos. Para utilizar esse petrecho, basta somente um pescador para manuseá-la. A tarrafa é um tipo de rede em formato cônico, com pesos na base circular e uma corda na extremidade do cone. Quando essa ferramenta é lançada pelo pescador, abre-se no ar e se fecha na água, permitindo o

---

<sup>46</sup> De acordo com um pescador que trabalha com redes grandes, seis metros de tecido custam em média dois mil reais.

aprisionamento de pescados. O lançamento da tarrafa é “uma técnica que exige muita destreza e equilíbrio, sendo realizada apenas por pescadores experientes” (Serrão; Imbiriba; Santos; Zacardi, 2022, p.70).

A ferramenta C é dominada de rede raieira, por ser apropriada para a captura de arraia; é também conhecida por rede de malha 200. Além dessa, existem diferentes tipos de redes que, embora não possuam denominações específicas, são categorizadas de acordo com os espaçamentos de suas malhas. Por exemplo, a rede de malha 25 é comumente utilizada na captura de sardinha, enquanto a de malha 30 é destinada à pesca de tainha. Por sua vez, a malha 70 é empregada na pesca de peixes maiores, como robalos, carapebas, bagres, entre outras espécies.

A redinha, como é denominada pelos pescadores, é constituída por uma rede presa em dois paus (madeira de mangue) em que na parte superior há boias de isopor em formato esférico e na inferior ficam os chumbos (material de metal que tem a finalidade de dar peso a rede). Pode-se dizer que é uma pescaria de fácil realização, pois pode ser executada por qualquer pessoa iniciante na atividade, pois a técnica é simples e não exige muita força, conforme está destacado na sequência (Figura 42).

Figura 42 - Técnica de pesca com redinha - 2024





Fonte: registro de campo, 2024.

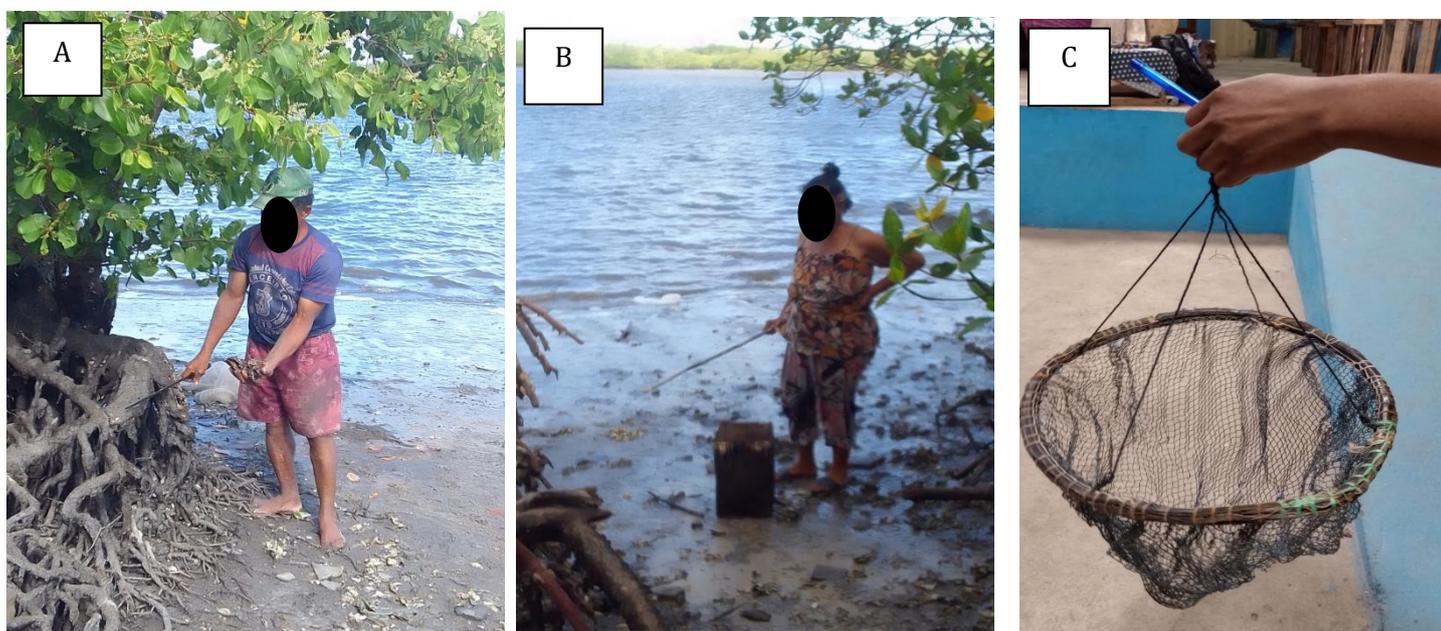
A captura do pescado é realizada no rio próximo à margem e necessita de dois pescadores, um que fica na parte rasa e outro em local mais profundo; ambos se deslocam em uma única direção, paralelamente, e arrastam a rede rente ao leito do rio. Após percorrer um determinado trecho da margem, o (a) pescador (a) da parte mais funda desloca-se em 180° graus até a porção mais rasa em direção à margem, onde a rede é erguida na posição horizontal. Em seguida, dá-se início a mariscagem<sup>47</sup>. Nessa etapa, o pescador que foi para o raso recolhe a rede em sua direção, a deixa cair no leito e se aproxima gradativamente do companheiro que recolhe o pescado aprisionado.

<sup>47</sup> Mariscar é o mesmo que capturar os pescados com o petrecho ou retirá-los da armadilha.

Identificou-se que a utilização de redes é bastante comum em diversas táticas de pesca, citadas pelos entrevistados, tais como a pesca de caceia, caracol e gamboa. Alguns pescadores preferem pescar à noite; neste caso, utilizam lâmpadas-boias para identificar o local onde estão instaladas as redes, a fim de evitar que sejam cortadas pelos motores das embarcações que transitam pelo rio; para não serem colocadas redes umas próximas das outras e impedir o enroscamento entre elas; e prevenir acidentes causados pela instalação dessas.

Constatou-se que as técnicas e as ferramentas de pesca são diversas, umas são simples e outras sofisticadas, mas todas exigem dos pescadores e marisqueiras um conhecimento do ambiente e do comportamento dos animais, o que requer observação e raciocínio, visto que é necessário saber os hábitos alimentares das espécies, a melhor época do ano para pescar determinado tipo de peixe e qual a melhor maneira de capturá-los (Figura 43).

Figura 43 - Captura de ostra (A), coleta de aratu (B) e jereré (C)-2023



Fonte: registros de campo, 2023.

Na figura A, o pescador utiliza um facão para extração de ostras no gaitero (raiz ‘ou tronco) do mangue. Alguns pescadores e marisqueiras relataram fazer uso de uma machadinha na retirada do molusco. A estratégia B mostra a captura do aratu com varinha, que se constitui de uma linha de pesca (náilon) amarrada a uma haste de madeira, onde há uma isca que atrai o crustáceo, que é fígado<sup>48</sup> e colocado no latão (recipiente onde são mantidos os crustáceos).

<sup>48</sup>Para atrair o aratu, além da isca, é necessário emitir som, seja batendo uma latinha ou utilizando um equipamento de rádio. Isso faz com que o crustáceo se desloque em direção à fonte emissora, facilitando assim a captura.

O jereré, apresentado na figura C, tem como função a captura de siri ou camarão. Para capturá-los, é necessário pô-lo na água com uma isca dentro; o arco e a rede ficam submersos e somente é possível ver com a boia de isopor que indica onde está a armadilha. Após 5 ou 10 minutos, verifica-se se mariscou.

Além da habilidade de pescar, algumas marisqueiras e pescadores produzem as próprias ferramentas de trabalho, das mais simples, como a varinha de pegar aratu, até as mais complexas, como a de confeccionar redes. Nesse aspecto, a produção de redes e jereré é campo de domínio de poucos, porque exige um conhecimento métrico, geométrico e uma precisão calculada antecipadamente, para não haver erro no material produzido e para garantir a eficácia na pescaria (Figura 44).

Figura 44 - Confeção de redes e jereré -2024



Fonte: registros de campo, 2024.

Na produção das redes e jererés, utilizam-se uma agulha apropriada, comprada no mercado local ou confeccionada pelos próprios pescadores, e uma bitola<sup>49</sup> de medida para definir o tamanho da malha<sup>50</sup> do artefato de pesca. A técnica de costurar a rede no cordão com

<sup>49</sup>Os artesãos de rede usam uma medida padrão para o entalhamento e para determinar a malha do pano.

<sup>50</sup> Espaço padrão de uma rede determinada pelo tipo de pescado que objetiva capturar.

a chumbaria e as boias é denominada de entralhamento. Entre os 20 entrevistados, 6 declararam produzir suas ferramentas de trabalho<sup>51</sup>; dentre essas, 3 dominam a técnica da produção de redes. Ressalta-se que há artesãos que adquirem a rede pronta e apenas fazem a montagem, enquanto há aqueles que executam todas as etapas, desde a confecção da rede (pano) até a finalização.

Como citado anteriormente, alguns petrechos são mais simples e alguns deles são produzidos a partir do reaproveitamento de materiais que seriam descartados no ambiente, como latas, garrafas pets, pedaços de PVC e outros (Figura 45).

Figura 45 - Covo produzido com garrafas pets para capturar camarão (A) e uma ratoeira de PVC para pegar guaiamum (B) - 2024



Fonte: registro de campo, 2024.

O covo é um artefato confeccionado para pegar camarão; é uma adaptação do tradicional produzido com talas de madeira. Essa armadilha tem uma abertura afunilada que permite a entrada e o aprisionamento dos pescados. A estratégia para atraí-los é colocar uma isca (coco, pão, mandioca, entre outros), submergir nas águas dos riachos e esperar mariscar.

Já a ratoeira é um petrecho que pode ser confeccionado com latas ou resto de cano de PVC. Esse pode ter o formato cilíndrico ou paralelepípedo (retangular) e contém uma tampa

<sup>51</sup> Alguns produzem armadilhas de pegar camarão com garrafas PET, outros produzem a ratoeira para aprisionar guaiamum e outros a varinha de pegar aratu.

fixada com arames, que têm nela presilhadas uma haste de madeira e um elástico que dão o mecanismo de alçapão que aprisiona o guaiamum<sup>52</sup> atraído pela isca (casca de frutas).

As tecnologias produzidas e compradas pelos pescadores podem ser consideradas de baixo impacto ambiental, por dependerem das condições da maré para assegurar uma pesca satisfatória, como os próprios pescadores relataram. Além disso, verificou-se que o volume de captura por meio desses equipamentos é baixo. Deste modo, infere-se que a relação dos pescadores e marisqueiras com a natureza do manguezal indica práticas de pescarias em sintonia com a capacidade de produção da maré.

Conforme observado, as técnicas e equipamentos empregados derivam da tradição e da transmissão de conhecimento de uma geração para outra. Mesmo com adaptações locais específicas e a incorporação de instrumentos mais recentes, as características fundamentais da pesca artesanal são preservadas. No Porto D'Areia, os pescadores e marisqueiras quilombolas conseguem manter a continuidade da cultura pesqueira, resistem às ameaças externas que pairam sobre a atividade. Esta perpetuação dá-se por meio da prática cotidiana das pescarias, da fabricação de ferramentas e da comercialização dos pescados.

Lutar para manter a prática da pesca é um ato de resistência para preservar o que faz parte da cultura dessa comunidade. Na defesa do que lhes é essencial à vida é que se estabelece a relação dos pescadores com o rio e com a base física em que estão assentados. Os pescadores e marisqueiras demonstram ter orgulho de seu ofício, que é parte integrante da identidade cultural do quilombo Porto D'Areia. Nessa relação simbiótica, existe um senso de pertencimento à comunidade, ao mesmo tempo, em que ela pertence aos indivíduos, algo que foi claramente expresso em muitas falas, esse sentimento remete ao citado por Santos (1999). A história local, a natureza, a dinâmica sociocultural, o trabalho na pesca e a identidade quilombola são elementos interconectados e indissociáveis para esse povo tradicional.

Foi nessa perspectiva de integração que se promoveu um projeto de caráter didático pedagógico de produção de histórias em quadrinhos, as quais abordaram os aspectos socioambientais do Porto D'Areia. Dessa forma, a devolutiva à comunidade, alvo da pesquisa, deu-se por meio da educação com a participação de estudantes, instituições de ensino e a comunidade pesqueira quilombola.

---

<sup>52</sup> Essa espécie de crustáceo vive nas terras firmes que margeiam o manguezal e o pescador deixa as arapucas armadas próximas às tocas e posteriormente vão conferir se houve captura.

## CAPÍTULO V

**HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA EDUCATIVA:  
INTEGRAÇÃO, PESQUISA E DIÁLOGO NA COMUNIDADE PESQUEIRA  
QUILOMBOLA PORTO D'AREIA**

Fonte: registros de campo, 2023.

## 5.1 Histórias em quadrinhos como recurso didático-pedagógico: da leitura à criação autoral

O processo de ensino e aprendizagem é bastante complexo, pois requer a disponibilidade de querer ensinar e aprender. Apesar de existirem diversas metodologias e recursos didáticos para facilitar a aprendizagem, parece que o ato de ensinar ainda se depara com muitos desafios, principalmente quando aquilo que é explicado não atinge o principal objetivo: proporcionar aprendizagem.

Frente aos obstáculos, diversas estratégias didático-pedagógicas são elaboradas pelos professores com intuito de garantir uma aprendizagem efetiva e significativa. Os recursos didáticos para alcançar tal finalidade são os mais diversos, como livros, filmes, textos, músicas, mapas e histórias em quadrinhos.

Dentre os recursos mencionados, a análise deste texto concentra-se nas contribuições das histórias em quadrinhos para o ensino e a educação. As histórias em quadrinhos, popularmente conhecidas como HQs, são frequentemente apreciadas como forma de entretenimento por públicos de diversas faixas etárias. Além disso, elas podem desempenhar um papel fundamental nas escolas, servindo como material didático que auxilia no processo de alfabetização de crianças; pode ser utilizada em análises de textos e para discutir determinadas temáticas abordadas nas HQs.

A história em quadrinhos (HQs), como se conhece na atualidade, teve origem no final do século XIX e o seu uso combinado da linguagem verbal e não verbal (escrita e imagem) facilita o entendimento da narrativa. Dessa forma, as HQs são ferramentas comunicativas poderosas, pois o uso de imagens contextualizadas são atraentes aos mais diversos públicos (Neves, 2012).

Nesse sentido, Santos (2001) destaca que o emprego de imagens e de texto favorece a interação do leitor com a história, fato que contribui para o sucesso do quadrinho em diferentes abordagens. “Temas da atualidade ou de natureza histórica, ética ou científica podem ser discutidos a partir da leitura de uma determinada História em quadrinhos” (Santos, 2001, p.49). Essas narrativas gráficas podem ser usadas de maneira interdisciplinar, com diferentes enfoques e com objetivo educativo, formal e não formal (Rela; Armiliato, 2015).

Caldeira e Santos (2022) afirmam que as narrativas visuais são populares e imprescindíveis às práticas educativas e à divulgação de conhecimentos científicos. Ressaltam

que é necessário produzir materiais cuja linguagem seja acessível à população de diferentes idades e de diversos níveis de instrução escolar. Para esses autores, os personagens escolhidos para compor a trama de um quadrinho devem estar associados a elementos de gosto popular, a fim de que a mensagem transmitida atinja seus objetivos.

A proposta de utilizar histórias em quadrinhos (HQs) como recurso didático ganha destaque se produzida pelos próprios estudantes, o que contribui substancialmente para o processo de ensino e aprendizagem. A confecção de HQs deve ser orientada para valorizar as leituras de mundo e os conhecimentos que os discentes possuem das próprias realidades (Martins; Araújo, 2022).

A importância do quadrinho no âmbito escolar não se restringe à leitura, porque pode ser utilizado como instrumento de construção de narrativas autorais e na elaboração de desenhos que representam o cotidiano sociocultural dos educandos (Fóohs; Corrêa; Toledo, 2020). Ao se referir à produção de HQ por estudantes, Medeiros e Santos (2019) dizem: “Eles se destacaram como participantes ativos, tendo em vista a construção de suas HQs, demonstrando, assim, autonomia na produção do conhecimento, [...]” (Medeiros; Santos, 2019, p.10). Neste sentido, para Caruso e Silveira (2009):

[...] o aluno só deve criar suas tirinhas depois de aprender e refletir sobre um determinado conceito. Ele não pode ser visto apenas como o desenhista que, mecanicamente, dará vida a uma ideia do professor. Sua criação deve ser fruto de um processo interativo, reflexivo e questionador. Não há uma receita de 'como' ele aprenderá e criará. Pode ser com aulas informais, a partir de discussões em grupos, com base em alguma leitura supervisionada, ou o aluno pode trazer uma ideia para discutir com o monitor ou professor/orientador. Até mesmo as escolhas dos temas são compartilhadas (Caruso; Silveira, 2009, p.2017).

Esses mesmos autores ainda argumentam que a produção de HQs na escola permite que os discentes contextualizem as realidades que estão inseridos e contribuem para o desenvolvimento da cidadania, por abordar temas mais urgentes de âmbito local ou geral. “Pode-se perceber que atividades como esta contribuem para a formação de cidadãos mais reflexivos, conscientes, críticos e ativos na busca por soluções para questões urgentes em nossa sociedade, sendo este um dos principais objetivos de uma educação de qualidade” (Souza; Miranda; Coelho, 2020, p.235).

Em consonância com outros autores já citados, Morais e Araújo (2022) dizem que a HQ é um recurso didático-pedagógico que possibilita abordar temas relevantes à realidade, que podem representar diferentes contextos, lugares e contribuem para a disseminação de conhecimentos. Os respectivos autores entendem que a história em quadrinhos estimula a

leitura, a interpretação e a escrita; a imaginação, a criatividade e a arte; a reconstituição de memória e da realidade vivenciada no cotidiano. “Desse modo, é possível afirmar que as histórias em quadrinhos podem ser amplamente utilizadas no ensino escolar e acadêmico como recurso pedagógico” (Morais; Araújo, 2022, p.10).

Diante do exposto, fica evidente que as histórias em quadrinhos (HQs), como recurso didático-pedagógico, auxiliam na promoção do ensino e da educação, por proporcionar uma abordagem interdisciplinar e estimular diversas habilidades nos estudantes. A versatilidade das HQs estende-se da leitura à criação autoral, que promove a participação ativa dos discentes no processo de construção do conhecimento.

## **5.2. Projeto de ensino e educação em ciências ambientais: uma integração de saberes na produção de HQs**

A aplicação do projeto para a confecção de HQs<sup>53</sup>, que tratou sobre os aspectos socioambientais quilombo do Porto D’Areia, contou com a interação entre o Colégio Estadual Gumercindo Bessa, o Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância) e a comunidade em que foi realizada a pesquisa. A proposta inicial era produzir um material didático-pedagógico em formato de histórias em quadrinhos para ser utilizado pelas escolas do Porto D’Areia. No entanto, a produção e entrega sem a participação da população local e sem o envolvimento de estudantes não seria relevante e, provavelmente, não traria um resultado educacional significativo e abrangente.

Em vista disso, foi preciso elaborar um projeto de ensino que atendesse a necessidade de instrumentalizar os estudantes com conhecimentos que dessem suporte para a elaboração das histórias quadrinhos, bem como despertasse a criticidade para questões socioambientais locais e a criatividade na produção de texto. Por conseguinte, para alcançar essas intencionalidades, foram estabelecidos um objetivo geral e quatro específicos (Quadro 3).

---

<sup>53</sup> O produto educacional decorrente desse projeto são histórias em quadrinhos que têm como referência a realidade socioambiental do Porto D’Areia.

Quadro 3 - Objetivos do projeto

<b>Objetivo geral:</b> Propiciar aos estudantes uma educação de caráter amplo, que permita a identificação das interações socioambientais local e o desenvolvimento da criatividade, leitura e escrita.
<b>Objetivos específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• contribuir no processo educativo, por meio de práticas pedagógicas que instigam a reflexão crítica acerca da relação sociedade-natureza a partir das especificidades locais;</li> <li>• estimular a leitura, a escrita e a criatividade dos discentes;</li> <li>• promover a interação entre escola e comunidade;</li> <li>• difundir o conhecimento local por intermédio da produção de um material paradidático em formato de HQs.</li> </ul>

Fonte: organizado pelo autor, 2024.

A ação didática-pedagógica foi estruturada em 6 etapas que contemplaram leituras de textos, visitas de campo, rodas de conversas com os pescadores, oficinas de confecção HQs ofertadas pelo Instituto Federal de Sergipe, divulgação dos resultados da aplicação do projeto e exposição das histórias em quadrinhos produzidas para a comunidade escolar e para a população do Porto D'Areia (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura das etapas da produção de HQs

<b>ESTRUTURA DAS ETAPAS DE PRODUÇÃO</b>	<b>Atividade</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Recursos</b>
<b>ETAPA I-CATALOGAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS</b>	Levantamento de tirinhas e quadrinhos que tratam de conteúdos diversos.	Pesquisa de HQs; Roda de diálogo entre os estudantes.	Computador, Data show, vídeo do YouTube, lápis e caneta.
<b>ETAPA II — MEU LUGAR</b>	Visita de campo e realização de registros fotográficos.	Visita de campo orientada.	Celular, caneta e papel.
<b>ETAPA III — MOMENTO DA COMUNIDADE</b>	Partilha de conhecimentos e experiências na pesca artesanal.	Roda de conversa com a participação de estudantes, pescadores e marisqueiras.	Caixa de som e Data show.
<b>ETAPA IV — OFICINA DE HISTÓRIA EM QUADRINHOS</b>	Oficina de elaboração de HQs.	Atividade prática.	Papel, lápis, caneta, lápis coloridos e computador.
<b>ETAPA V — CONFECÇÃO DE HQs</b>	Elaboração das histórias, criação dos personagens e seus diálogos, e uso de programas informacionais para a construção das HQs.	Atividade prática.	Papel, lápis, caneta, lápis coloridos e computador.

<b>ETAPA VI — DIVULGAÇÃO DAS HQS</b>	Momento de apresentação do produto para comunidade escolar, para o IFS e para a comunidade do Porto D'Areia.	Exposição oral.	Computador, data show e caixa de som.
--------------------------------------	--	-----------------	---------------------------------------

Fonte: organizado pelo autor, 2023.

Além dessas etapas, foi necessário preparar um planejamento com o intuito de organizar as atividades de maneira lógica, progressiva e minuciosamente detalhada (Quadro 5).

Quando 5 – Planejamento detalhado da execução do projeto de produção de HQs

<b>PLANEJAMENTO</b>
<b>MOMENTO INICIAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação do projeto;</li> <li>● Inscrição dos alunos interessados na confecção dos quadrinhos;</li> <li>● Formação das equipes de trabalho;</li> <li>● Definição da atividade a ser executada para o encontro seguinte.</li> </ul> <p><b>ORIENTAÇÃO DIDÁTICA</b></p> <p>Deverá ser um momento de sensibilização e convite aos estudantes para participar da confecção das histórias em quadrinhos. Nesse início, serão expostos os objetivos do projeto e as contribuições que trarão para a escola, bem como para o processo de desenvolvimento intelectual individual e coletivo.</p>
<b>ETAPA I</b>
<p><b>1º MOMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Pesquisa sobre histórias em quadrinhos na internet;</li> <li>● Identificação da história geral, a mensagem transmitida e os personagens dos quadrinhos pesquisados (atividade escrita);</li> <li>● Diálogo acerca das histórias em quadrinhos lidas pelos estudantes.</li> </ul> <p><b>2º MOMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Exposição dos elementos que constituem as HQs (enredo da história, personagens, cenários, os tipos de balões de diálogos e o uso de onomatopeia).</li> </ul> <p><b>ORIENTAÇÃO DIDÁTICA</b></p> <p>Deve-se realizar a pesquisa de HQs que tratam de conteúdos diversos para verificar e analisar como são construídas as narrativas, bem como identificar os elementos-chave que compõem esse tipo de gênero. Dessa maneira, cada equipe deve trazer para o diálogo coletivo a história geral, a mensagem transmitida, a descrição do cenário e os personagens dos quadrinhos catalogados.</p>
<b>ETAPA II</b>

**1º MOMENTO**

- Visita de campo orientada;
- Registros fotográficos e anotações das observações realizadas em campo;

**2º MOMENTO**

- Discussão sobre os elementos percebidos na paisagem e os que serão inseridos no quadrinho.

**ORIENTAÇÃO DIDÁTICA**

A visita de campo será guiada pelo líder comunitário quilombola, que deverá desvelar para os discentes os aspectos históricos, socioculturais e ambientais do bairro Porto D'Areia. Após a finalização do primeiro momento desta etapa, o pesquisador deverá instigar os estudantes a falarem de suas impressões acerca dos conhecimentos adquiridos na visitação e das ideias embrionárias de suas histórias em quadrinhos.

**ETAPA III****1º MOMENTO**

- Será promovida uma roda de conversa com os pescadores e marisqueiras, para que esses possam compartilhar as vivências e experiências na pesca artesanal.

**2º MOMENTO**

- Com o intermédio do pesquisador, os estudantes deverão pensar e propor temáticas para serem abordadas nas HQs.

**ORIENTAÇÃO DIDÁTICA**

Antes da realização desse momento, os discentes deverão inteirar-se das principais características da pesca artesanal e elaborar perguntas para serem aplicadas aos pescadores para dinamizar a roda de conversa.

**ETAPA IV****1º MOMENTO**

- Execução da oficina da produção de HQs no IFS (Campus Estância), sob a orientação da professora Márcia Maria de Jesus Santos e aplicada pelos discentes do curso técnico de Edificação.

**ORIENTAÇÃO DIDÁTICA:**

Os discentes alvos da aplicação da oficina deverão ir para o IFS com suas propostas iniciais de histórias e personagens que comporão seus quadrinhos, para discutirem a viabilidade e aperfeiçoamento das produções.

<b>ETAPA V</b>
<p>1º MOMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>●Elaboração definitiva dos enredos das histórias e definição dos personagens.</li> </ul> <p>2º MOMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>●Construção dos diálogos dos personagens a partir do enredo elaborado e a definição dos cenários dos quadros.</li> </ul> <p>3º MOMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>●Utilização do Pixton e Canva para transferir as histórias em quadrinhos construídas manualmente para o modelo digital.</li> </ul> <p><b>ORIENTAÇÃO DIDÁTICA</b></p> <p>Em todos os momentos desta etapa, é essencial promover diálogos contínuos entre os estudantes e o pesquisador, além de realizar análises minuciosas, efetuar adaptações e fazer correções nos textos.</p>
<b>ETAPA VI</b>
<p>1º MOMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>●Montagem de painel para a divulgação dos resultados da ação pedagógica e exposição do que foi produzido.</li> </ul> <p>2º MOMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>●Divulgação do resultado do projeto, exposição do material produzido para a comunidade quilombola e para o Colégio Estadual Gumercindo Bessa.</li> <li>●Devolutiva da execução do projeto para o IFS e exposição do que foi produzido.</li> </ul> <p><b>ORIENTAÇÃO DIDÁTICA</b></p> <p>Essa etapa deve ser apresentada pelos estudantes do CEGB e pelo pesquisador envolvido.</p>

Fonte: adaptado de SANTOS, 2018.

A escolha desse formato de ação pedagógica tornou o processo de confecção atrativo para os discentes, envolveu-os de maneira lúdica e aproximou-os do espaço de vivência. Isso ficou evidente no empenho dos estudantes em participar das etapas do projeto e nas produções que exploram temáticas socioambientais.

### **5.3 Comunidade quilombola, ambiente e educação: a experiência da produção de HQs com os discentes do CEGB**

A execução do projeto contou com a participação de 25 discentes, distribuídos em 5 equipes. Esses tiveram acesso a informações e textos que tratavam sobre os aspectos socioeconômicos, históricos e ambientais do local. Vale ressaltar que os estudantes demonstraram um interesse particular pelos conhecimentos detidos pela população tradicional, especialmente aqueles que ainda não estavam registrados em livros e artigos. Pode-se dizer que foi uma experiência que aguçou a curiosidade dos discentes para a própria comunidade e que

possibilitou que os conhecimentos sobre o lugar fossem transmitidos por pessoas que trabalham na pesca e vivem no quilombo Porto D'Areia.

Antes de iniciarem as oficinas e a confecção das histórias em quadrinhos, foram apresentados aos discentes<sup>54</sup>:

- ✓ O que era uma história em quadrinhos;
- ✓ Quando e quem criou a primeira história em quadrinhos;
- ✓ Os tipos existentes de HQs, como as charges, os cartuns, as tirinhas e os mangais.

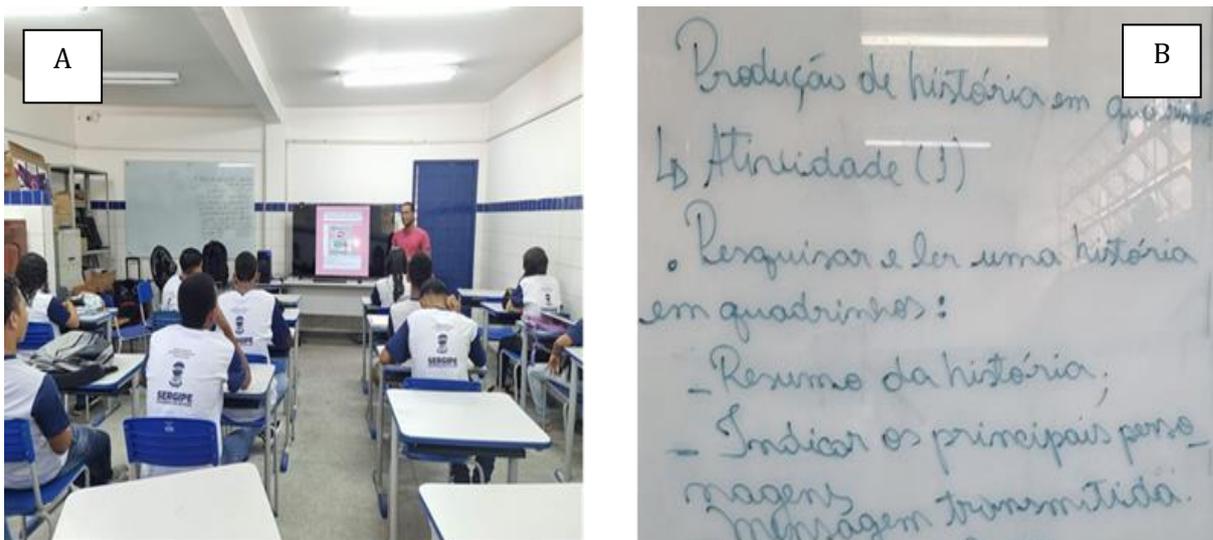
Nessa fase inicial, explicou-se para os discentes que uma história em quadrinhos poderia ter como objetivo proporcionar entretenimento e informar ou promover reflexões sobre diversos aspectos da sociedade. Foi enfatizada a importância de possuir conhecimento sobre os temas que seriam abordados nas HQs elaboradas por eles. Após essas orientações, os estudantes foram instruídos a pesquisar, ler e analisar uma história em quadrinhos.

Concluída essa tarefa, deu-se início uma discussão sobre as obras lidas. Os diálogos revelaram-se bastante enriquecedores, uma vez que alguns estudantes conseguiram adotar uma abordagem crítica em relação a temas como a inclusão de pessoas com necessidades especiais, a conservação do meio ambiente e a justiça social. Essa etapa desempenhou um papel fundamental ao permitir que os estudantes, participantes do projeto, percebessem a vasta gama de temas que poderiam ser explorados nas histórias em quadrinhos. Ficou evidente que, simultaneamente à função de entretenimento, essas narrativas tinham a capacidade de provocar críticas, estimular reflexões e oferecer informações sobre assuntos específicos (Figura 46 e 47).

---

<sup>54</sup> A estruturação dessa primeira etapa foi orientada pela docente e pelos discentes do IFS (Campus Estância).

Figura 46 - Apresentação geral do gênero história em quadrinhos (A) e atividade proposta (B) - 2023



Fonte: registro do autor, 2023.

Figura 47- Algumas HQs pesquisadas, lidas e analisadas pelos estudantes -2023



Fonte: material pesquisado na internet pelos discentes, 2023.

A segunda etapa teve como objetivo realizar uma visita de campo sob a orientação do líder comunitário quilombola, que possibilitou aos discentes conhecer de maneira sistemática a história do lugar onde vivem e como se deu o processo de reconhecimento do Porto D'Areia como remanescente de quilombo. As explanações do líder comunitário foram bastante elucidativas. Este iniciou o diálogo com as seguintes indagações: O que é um quilombo? O que é uma população remanescente de quilombo? Por que esta comunidade foi reconhecida como território quilombola? A partir dos questionamentos, fez uma contextualização do processo de escravização dos povos africanos, das lutas de resistência e da abolição da escravatura a partir da Lei n.º 3.353/1888 (Lei Áurea). Além disso, enfatizou o subsequente fenômeno de exclusão social que se seguiu ao fim da escravidão e como essa população fixou-se em determinadas localidades (Figura 48).

Figura 48 - Líder quilombola em apresentação inicial sobre o quilombo Porto D'Areia-2023



Fonte: registro de campo, 2023.

O líder quilombola explicou aos estudantes que o quilombo é espaço de luta e exemplificou:

O governo do estado queria fechar essa escola porque não tinham cem alunos. Essa escola é de luta! Para não fechar, juntou os servidores da educação, os pais dos alunos e a Associação. A gente brigou com o governo do estado; fomos para o Ministério Público Federal, fomos para todo canto e até aos direitos humanos. E a gente

conseguiu manter a escola aberta na força da luta (Líder comunitário quilombola, 2023).

Esse ano queria acabar com a festa dos fogueteiros. Sabe por que não acabou e vai ter? Porque nós chamamos a festa todinha para a Associação Quilombola. Aí! Respeitando os aspectos da festa, respeitando a legislação e respeitando o Estatuto da Igualdade Racial<sup>55</sup> e a gente vai ter festa dos fogueteiros (Líder comunitário quilombola, 2023).

Informou também que o rio Piauí foi responsável, no passado, pela dinâmica socioeconômica da cidade de Estância e que, na atualidade, é substancialmente fundamental para a geração de renda de muitas famílias que trabalham com a pesca. Salientou que o povo ribeirinho, o povo quilombola e as comunidades tradicionais, de modo geral, mantêm a cultura, preservam a natureza e valorizam os saberes ancestrais.

Figura 49 - Apresentação aos discentes do Memorial a Céu Aberto de Estância-2023



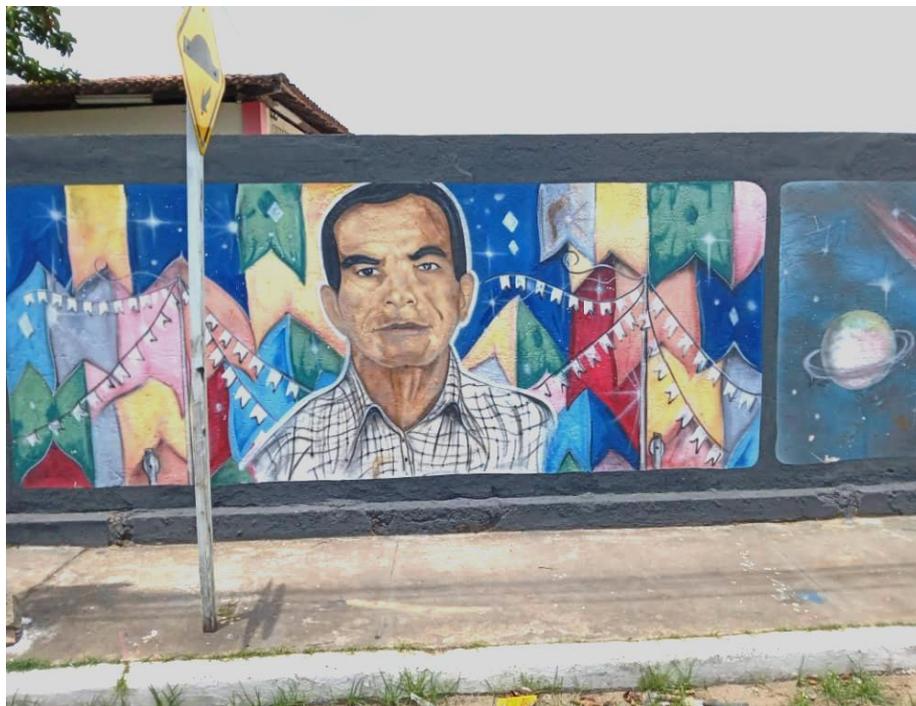
Fonte: registro de campo, 2023.

Foi apresentado aos discentes o Memorial a Céu Aberto de Estância, que representa as manifestações culturais da comunidade, como a batucada, o piso pólvora e o monumento do Barco de Fogo (Figura, 49). No itinerário da visita, foram citadas as personalidades ilustres da comunidade, como o Chico Surdo (o inventor do barco de fogo), Dona Carlota (fogueteira),

<sup>55</sup> Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Dona Bezué (parteira) e outras que estavam grafadas no muro da Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado (Figura 50 e 51).

Figura 50 - Representação do Chico Surdo, criador do barco de fogo-2023



Fonte: registro de campo, 2023.

Figura 51 - Representação da Dona Bezué, antiga parteira - 2023.



Fonte: registro de campo, 2023.

A partir das falas do líder do quilombo, percebeu-se haver um sincero respeito, por parte da comunidade, pelos ancestrais que contribuíram substancialmente para a perpetuação da cultura local e prestaram serviços que beneficiaram a população do Porto D'Areia. Ademais, constatou-se que há apreço pelas pessoas idosas que fazem parte do quilombo, essas são consideradas verdadeiras guardiãs da cultura. Um exemplo é Dona Caçula, centenária, apresentada aos estudantes durante a visita. Deste modo, demonstra-se respeito pelas pessoas, valorização das tradições e a expressiva preocupação da comunidade para a preservação de sua história e identidade.

Ao término do percurso, o líder do quilombo destacou que a luta da comunidade está em diferentes frentes e algumas delas são: salvaguardar a cultura, proteger os recursos naturais e garantir a demarcação e titulação das terras. A defesa do território e de tudo que há nele foi uma das falas mais enfáticas do representante, que compartilhou a urgência da titulação para que seja concedido o direito à moradia e impedir a dispersão da população quilombola para outras localidades. A partir dessas narrativas, os discentes puderam entender a dimensão de algumas problemáticas do Porto D'Areia. Essas informações contribuíram essencialmente na elaboração de algumas histórias em quadrinhos, que nitidamente abordaram sobre a identidade e a resistência quilombola, bem como deram ênfase aos aspectos socioculturais do local.

Na terceira etapa, foi organizada uma roda de conversa com os pescadores e marisqueiras quilombolas que compartilharam informações e as vivências na atividade pesqueira. Assim, os discentes puderam fazer perguntas acerca do reconhecimento dos movimentos da maré, sobre os instrumentos de pesca, sobre quais as principais dificuldades na execução da atividade e das condições pretéritas e atuais da pescaria no rio Piauí (Figura 52).

Figura 52 - Roda de conversa com os pescadores e marisqueiras na sede da Associação Quilombola - 2023



Fonte: registro de campo, 2023.

Para a execução dessa etapa, foi solicitado aos estudantes que realizassem pesquisas sobre a pesca artesanal em sites. Esses foram devidamente orientados a buscarem como se dava a relação dos pescadores com a natureza, quais os nomes e as utilidades de alguns petrechos de pesca e como ocorria a transmissão do conhecimento adquirido. Após o levantamento de informações, cada equipe elaborou duas perguntas, com o intuito de dinamizar a roda de conversas, como já mencionado.

Os pescadores e as marisqueiras apresentaram-se, informaram quais eram as suas especialidades na pescaria, disseram como aprenderam a pescar e o tempo de exercício na atividade. Também apresentaram aos discentes a tarrafa, a rede de malha e o jereré. Foi explicado também que cada pescador tem uma habilidade e nem todos dominam tudo, pois há aqueles que sabem entralhar a rede, outros reconhecem com precisão as quebras da maré ou a melhor fase da Lua para pescar, como explicitado nas declarações:

Eu sou pescadora, pesco de tudo, pesco de redinha, pesco de jereré, pego sururu e ainda vendo na feira o que pego (Pescadora-D, 2023).

Meu marido sabe entralhar. Entralhar é pegar a rede e costurar na boia e no chumbo. Nem todo mundo sabe fazer isso, tem que medir certinho parra rede sair certa (Pescadora-marisqueira-E, 2023).

Tem gente que pesca por maré e tem outros que não, pesca em qualquer maré (Pesadora- E, 2023).

Sei fazer jereré, mas cada um faz do seu jeito. Eu faço o pano já fechado e tem gente que faz aberto para depois fechar. Não é difícil, não. Minha especialidade é a pesca de siri (pescador-G, 2023).

Pesco desde novo, comecei na rede grande. Naquela época, para trabalhar tinha que ter força e se não tivesse era mandado pra casa, é serviço pesado (Pescador).

Os pescadores manifestaram a preocupação com a degradação do ambiente do rio e relataram as dificuldades que têm enfrentado devido à redução da piscosidade. Isso suscitou, em uma das equipes de estudantes, a necessidade de abordar a temática natureza e as questões ambientais do Porto D'Areia.

Portanto, essa etapa foi essencial para que os estudantes pudessem entender como ocorre a interação entre sociedade e natureza na pesca artesanal. Ainda foram inteirados de que o rio passa por um processo de degradação ambiental que resulta na morte de peixes e na diminuição da produção pesqueira, e que isso colocava em risco o sustento das famílias que dependem da pesca para a geração de renda.

Na quarta etapa, promoveu-se a oficina de histórias em quadrinhos no Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância)-IFS. Nessa iniciativa, uma equipe de estudantes do curso de Edificações, em colaboração com a docente de Geografia, desenvolveu o projeto de extensão intitulado “Educaquadrinhos: Educação Ambiental e Resistência Quilombola”. Este projeto, por sua vez, foi responsável por viabilizar a realização da mencionada oficina.

Durante a atividade, os discentes do instituto, inicialmente, apresentaram os passos para a criação de uma história<sup>56</sup>, como deveriam definir os personagens, quais pontos tinham que ser observados para o êxito das obras e deram instruções de quais recursos tecnológicos poderiam auxiliar na criação do quadrinho, como o Pixton e o Canva.

Os discentes que participaram da oficina tiveram a oportunidade de compartilhar com os oficinheiros as ideias que tinham em mente para a composição das histórias. Após esse momento, foram ao laboratório de informática para manusear os referidos programas para entenderem como funcionam (Figura 53).

---

<sup>56</sup> Antes da realização da oficina, os estudantes do instituto, previamente, deram algumas instruções via WhatsApp para os discentes do Colégio Estadual Gumercindo Bessa, para que fossem para a oficina com um rascunho das histórias que pretendiam construir.

Figura 53 - Oficina de produção de HQs no IFS - 2023.



Fonte: registro do autor, 2023.

O resultado da oficina foi bastante positivo, pois se pôde constatar que os discentes assimilaram o processo de elaboração das HQs e utilizaram adequadamente as informações transmitidas pelos estudantes do IFS. Em suma, possibilitou o desenvolvimento de habilidades, como criar uma narrativa a partir dos elementos essenciais que compõem uma história em quadrinhos, como enredo, personagens e diálogos; expor ideias e ouvir opiniões sobre as suas produções, que enriqueceu as propostas iniciais e ampliaram a visão criativa de cada participante; trabalhar de maneira colaborativa, que promoveu um ambiente de aprendizado mútuo.

Na quinta etapa, deu-se efetivamente início à construção das HQs, que foram elaboradas a partir de quatro temáticas<sup>57</sup>, definidas mediante discussão entre os envolvidos no projeto:

- A natureza e as questões ambientais do Porto D'Areia;
- O rio Piauí e a pesca artesanal;
- O antigo e novo Porto D'Areia;
- Comunidade remanescente de quilombo.

O procedimento utilizado na confecção do produto ocorreu da seguinte maneira<sup>58</sup>:

1º. Escrita do enredo: nessa fase, os discentes deram continuidade às pesquisas em sites e livros sobre aspectos socioambientais do Porto D'Areia, que conjuntamente com as informações colhidas nas etapas anteriores puderam escrever as histórias. Os grupos definiram os nomes e os papéis dos personagens, além de pensarem nos espaços em que seriam desenvolvidas as narrativas.

2º. Elaboração dos diálogos: os discentes foram orientados a escreverem as falas dos personagens por cena disposta em quadrinhos. Aqueles que tinham a habilidade do desenho manual fizeram rascunhos dos personagens e os possíveis cenários em que ocorreriam as tramas.

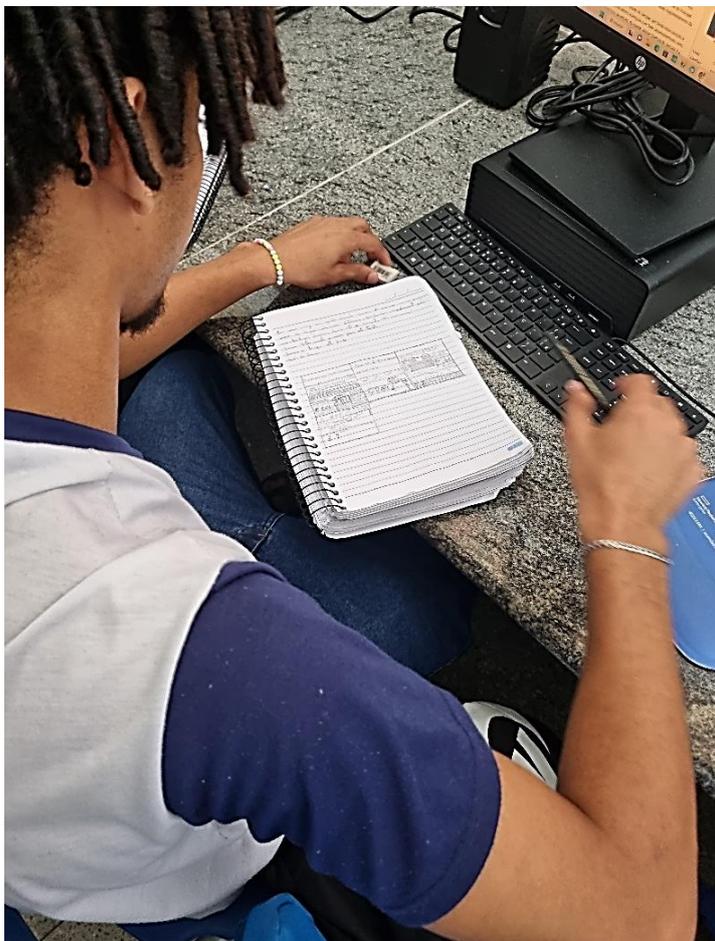
3º. Processo de digitalização: utilizou-se o programa Pixton, que tem uma interface digital de fácil manuseio e que favoreceu a montagem dos HQs. Alguns discentes utilizaram fotografias da própria comunidade como cenário; já outros usaram os recursos disponíveis na ferramenta informacional (Figuras 54 e 55).

---

<sup>57</sup> As referidas temáticas foram elaboradas a partir das informações colhidas na própria comunidade e por meio das leituras que fundamentaram os estudantes.

<sup>58</sup> As HQs foram produzidas inicialmente à mão, em papel, e posteriormente transferidas para a forma digital.

Figura 54 - Estudantes na realização da escrita de enredo e definição dos personagens - 2023.



Fonte: registro do autor, 2023.

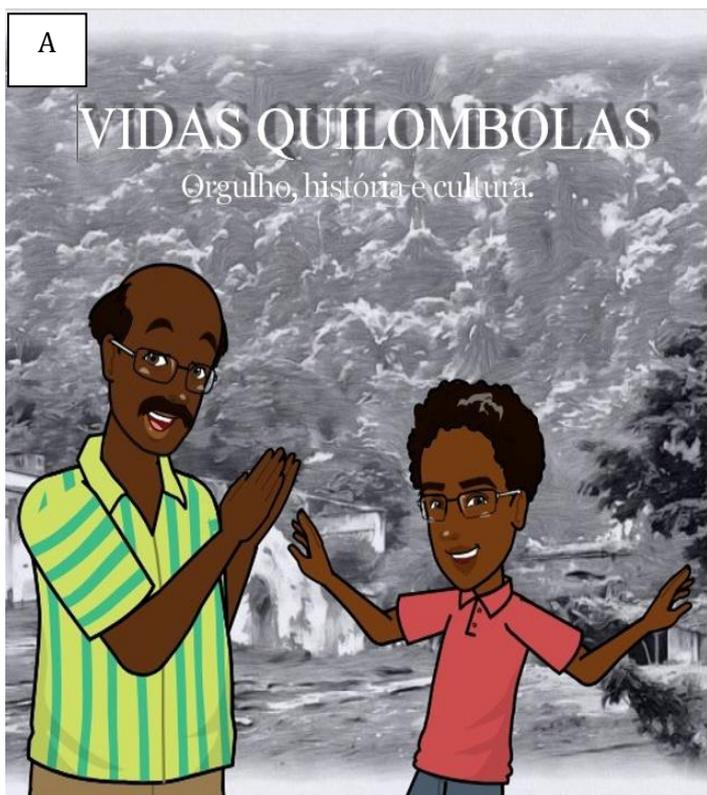
Figura 55 - Pesquisador em diálogo com os discentes sobre as HQs- 2023.



Fonte: registro do autor, 2023.

Esses momentos foram marcados por diversos desafios que exigiram bastante diálogo, reflexões e tomada de decisões cuidadosas, para garantir um material educacionalmente significativo. No decorrer do percurso criativo, os textos passaram por revisões, foram feitas sugestões de acréscimos e houve a retirada de partes consideradas menos relevantes. Destarte, a elaboração das HQs foi um esforço conjunto dos discentes e do pesquisador, que dialogaram constantemente até constatarem que atingiram um nível de qualidade suficiente para a digitalização do produto e posterior divulgação (Figura 56).

Figura 56 - Produções realizadas com os discentes - 2023



Fonte: material produzido pelos discentes, 2023.

A produção “A” traz no enredo reflexões sobre a escravidão, o racismo e a resistência dos quilombolas. Destaca ainda a importância da disseminação de conhecimento e informações sobre o modo de vida quilombola para desconstruir estereótipos e reduzir o preconceito. Na narrativa gráfica do quadrinho “B”, são evidenciados os problemas de poluição do rio Piauí e as implicações negativas para a pesca. Ao mesmo tempo, transmite a importante mensagem de que é essencial mobilizar a comunidade para promover mudanças na situação retratada na história em quadrinhos. Já o enredo da HQ “C”, os autores deram ênfase aos monumentos e aos aspectos socioculturais do Porto D’Areia. Nesse sentido, a obra exalta a riqueza da cultura local, imprime a mensagem do orgulho que se deve ter ao pertencer à comunidade e ressalta a importância de valorizar as características distintas do lugar.

Como planejado, a última etapa do projeto foi a divulgação dos materiais produzidos à comunidade quilombola, à comunidade escolar do CEGB e do IFS. Após a conclusão das Histórias em Quadrinhos (HQs), os estudantes compartilharam as experiências vivenciadas em todas as fases do projeto e apresentaram suas criações ao público. Para isso, foram preparados dois painéis: um ficou em exposição na Associação Quilombola, enquanto o outro foi exposto no colégio (Figura 57).

Figura 57 - Montagem dos painéis para a exposição das produções -2023



Fonte: registro do autor, 2023.

A primeira mostra do trabalho ocorreu na associação, onde o pesquisador e uma representante dos estudantes dialogaram com a comunidade sobre os benefícios educacionais

que a ação trouxe a alguns estudantes do quilombo e como o material produzido poderia ser utilizado pelas instituições de ensino do Porto D'Areia. Durante a exposição, o material foi distribuído para que as pessoas pudessem ler e analisar o produto. A resposta dos participantes foi bastante positiva, inclusive a do líder quilombola, que expressou a importância do trabalho dos estudantes para a comunidade, especialmente no aspecto educativo.

O outro momento de apresentação aconteceu no CEGB, onde os discentes explanaram acerca da criação dos quadrinhos e destacaram sobre os desafios durante suas produções, bem como mostraram as HQs aos outros estudantes e aos professores que passaram no estande (Figura 58).

Figura 58 - Apresentação das HQs no Colégio Estadual Gumercindo Bessa-2023



Fonte: registro do autor,2023.

A última divulgação ocorreu no IFS (Campus Estância), como devolutiva da oficina oferecida pela instituição. Para essa mostra, os discentes prepararam slides e editaram um vídeo com fotografias registradas por eles e pelo pesquisador (Figura 59).

Figura 59- Apresentação das HQs no IFS (Campus Estância) - 2023



Fonte: ALMEIDA, 2023.

Estavam presentes na exposição a direção, a equipe pedagógica, alguns docentes e estudantes do referido estabelecimento de ensino. A participação dessa comunidade escolar foi fundamental, uma vez que, após as apresentações, houve a abertura dos diálogos. Alguns ouvintes interagiram e contribuíram na discussão a respeito das temáticas abordadas nas HQs, o que gerou uma ampla roda de conversa sobre comunidades quilombolas, o racismo, questões ambientais e a pesca artesanal. Diante disso, percebeu-se que as histórias em quadrinhos não têm apenas um impacto local, mas também uma abrangência que ultrapassa os limites da comunidade. Isso se deve ao fato de que, em algumas histórias, as temáticas não são restritas, principalmente quando se trata de assuntos como racismo e a relação da sociedade com a natureza.

A interação e o compartilhamento de conhecimentos entre estudantes e a comunidade quilombola resultaram em uma experiência educacional altamente enriquecedora, pois permitiu um maior entendimento acerca das questões socioambientais locais, estimulou a criatividade e ampliou a capacidade de leitura e escrita. Ademais, a perceptível receptividade da comunidade e o envolvimento ativo durante as apresentações indicam o êxito do projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou resultados significativos sobre a relação entre sociedade e natureza na pesca artesanal realizada pelos pescadores e marisqueiras quilombolas do Porto D'Areia. Além disso, abordou aspectos socioambientais da comunidade quilombola e a implementação de um projeto didático-pedagógico que envolveu a produção de histórias em quadrinhos.

Esta pesquisa orientou-se a partir de questionamentos e objetivos que foram fundamentais para a adequada condução e obtenção dos resultados. Deste modo, tanto as questões como os objetivos traçados foram respondidos e alcançados, permitindo assim o descortino da realidade local e a constatação de características intrínsecas às comunidades pesqueiras costeiras, como a pesca de caráter artesanal; o trabalho familiar; os rendimentos baixos, os instrumentos de trabalho próprios e as práticas de pesca que tendem à sustentabilidade.

A inserção no quilombo permitiu apreender de que maneira a dinâmica do trabalho e as interações cotidianas moldam a vida dessa comunidade. A pesquisa, além de revelar as especificidades do labor na pescaria, ainda deu visibilidade à luta da comunidade quilombola em defesa de seu território e da conservação dos recursos naturais essenciais à sobrevivência. Ficou evidente também que, semelhante a outros povos tradicionais do Brasil, os quilombolas do Porto D'Areia empenham-se na preservação de suas manifestações culturais e saberes ancestrais, a fim de assegurarem a sua existência no presente e no futuro.

Pôde-se inferir que o trabalho da pesca artesanal dos pescadores e marisqueiras carrega consigo um conhecimento transmitido de geração em geração, passado de pais para filhos. As técnicas empregadas na execução desse ofício são resultados tanto das experiências compartilhadas pela comunidade quanto das vivências individuais adquiridas no cotidiano pesqueiro. No entanto, a atividade, enquanto meio de geração de renda, enfrenta atualmente ameaças significativas devido à degradação do ambiente estuarino, que ocasiona a mortandade de peixes, mariscos e crustáceos. Os principais agentes da deterioração ambiental identificados durante a pesquisa, foram: a expansão da aquicultura, o despejo de efluentes domésticos e industriais, a prática predatória de pescadores esportivos e o contínuo avanço imobiliário sobre as áreas de manguezais. Esses fatores combinados representam riscos ao sustento

proporcionado pela pesca artesanal; enfatiza-se a urgência de medidas governamentais eficazes para a conservação desse ecossistema.

Esta pesquisa não se limitou à coleta e análise de dados, mas também teve um desdobramento educativo, visto que discentes foram inseridos no processo e participaram ativamente na elaboração de histórias em quadrinhos que trataram sobre aspectos socioambientais do bairro. A repercussão do projeto educacional destacou-se pelo envolvimento de estudantes, instituições de ensino e a comunidade. Dessa forma, evidencia a complexidade dessa investigação que envolveu a pesquisa e o ensino nas Ciências Ambientais. A ação didático-pedagógica apresentada no quinto capítulo pode ser replicada e utilizada de maneira disciplinar e interdisciplinar, bem como as HQs confeccionadas pelos discentes terão efeito educativo duradouro, pois o material ficará disponível às instituições de ensino situadas no Porto D'Areia.

Salienta-se que este documento científico fica para a posteridade como potencial referência para estudos subsequentes e como fonte de consulta para professores e estudantes que queiram conhecer de maneira sistemática sobre a referida população pesquisada. Sem pretensão de encerrar uma conclusão, por compreender que sempre há algo a mais para descobrir na ciência e também a aprimorar nas práticas de ensino, deixa-se aqui um registro importante da resistência quilombola, do trabalho na pesca artesanal e da contribuição significativa para a educação dos filhos do quilombo.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2019.

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras, In: FURTADO, LEITÃO & DE MELLO (Orgs.) **Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia**, Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.

ALMEIDA, A.W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, v. 25, p. 63-72, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ctdJN489Lx5j6gQ8HFDf85M/?lang=pt>. Acesso em: 12 out.2023.

ALVES, A. C. "Gente da terra e das águas" : avaliação da pesca e dos resíduos de *Mytella* spp. pelas marisqueiras da Taiçoca de Fora - Nossa Senhora do Socorro/SE. 2016. 92 f. **Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4219>. Acesso em: 05 jan. 2023.

ARMILIATO, V. C.; RELA, E. REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E ENSINO DE HISTÓRIA: A HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 2, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/59751>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, p. 79-92, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/?format=html>. Acesso em: 10 out.2023.

ARRUTI, J. M. Quilombos. **Jangwa Pana**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 102–121, 2009. DOI: 10.21676/16574923.48. Disponível em: <https://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/48>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ARRUTI, J. M. Reintroduzindo o Relatório Histórico-antropológico do Mocambo de Porto da Folha vinte anos depois. **Revista Ambivalências**, v. 4, n. 7, p. 177-253, 2016. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=REINTRODUZINDO+O+RELAT%C3%93RIO+HIST%C3%93RICO%02ANTROPOL%C3%93GICO+DO+MOCAMBO+DE+PORTO+DA++FOLHA+VINTE+ANOS+DEPOIS&btnG=#d=gs\\_cit&t=1696505920140&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AE42JBppwjKIJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=REINTRODUZINDO+O+RELAT%C3%93RIO+HIST%C3%93RICO%02ANTROPOL%C3%93GICO+DO+MOCAMBO+DE+PORTO+DA++FOLHA+VINTE+ANOS+DEPOIS&btnG=#d=gs_cit&t=1696505920140&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AE42JBppwjKIJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR). Acesso em: 05 out.2023

BARBOSA, J. M.; DEDA, M. S.; CARVALHO, M. F.; ARAÚJO, A.R. da R. **Catálogo de pescado de Sergipe e adjacência**. - 1. ed. 2022-- Aracaju: 175p.: il. Disponível em: [https://www.atlasmacrofaunasergipe.com/\\_files/ugd/4aa20f\\_85ff46862a224d928c1e39232ef9979f.pdf](https://www.atlasmacrofaunasergipe.com/_files/ugd/4aa20f_85ff46862a224d928c1e39232ef9979f.pdf). Acesso em: 15 de fev.2023.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: uma século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ**, p. 83-131, 2002.

BRASIL, Portal da Transparências. Seguro Defeso. In: **Controladoria Geral da União**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 ago.2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 10 de dez. 2022.

BRASIL. Lei 10.779/2003, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm)>. Acesso em: 06 mai. 2014.

BRASIL. Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm). Acesso em: 10 de dez. 2022.

BRASIL. LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso em: 20 jul.2023

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília. 2018a. Disponível em: 568  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 18 junho de 2023.

BRUMATTI, P. N.M. Sociedade, cultura e natureza: influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 3, p. 280-297, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115438829006.pdf>. Acesso em: 04 jan.2024.

CAJADO, D. M.; FERNANDES, I. L. C.; SILVA, J. G.; ESMERALDO, G. G. S. L. Compreendendo a pesca artesanal sob a ótica da multifuncionalidade e pluriatividade. Estudo de caso. **Extensão Rural**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 52–74, 2014. DOI: 10.5902/2318179610221. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10221>. Acesso em: 29 dez. 2023.

CALDEIRA, A. J. R.; SANTOS, M. J. Uso da história em quadrinhos como ferramenta de divulgação do conhecimento sobre *Anisakis* spp. e formas de prevenção da anisacuíase, em evento de divulgação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação &**

**Inovação em Saúde**, v. 16, n. 3, p. 686-703, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55720>. Acesso em: 22 abr. 2023

CAMPOS, M. M.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA; A. P. S. N. de. Economia Solidário, Organização Social e Desenvolvimento Comunitário entre Pescadores Artesanais do Litoral Fluminense. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Trabalho e pesca no litoral fluminense. **Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes: EDUENF**, 2019. Disponível: [Trabalho-e-Pesca-no-Litoral-Fluminense.pdf \(uenf.br\)](Trabalho-e-Pesca-no-Litoral-Fluminense.pdf). Acesso: 20 de fev. 2023.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, v. 14, p. 15-33, 2011. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2011000200003>. Acesso: 13 de fev. 2023.

CARNEIRO, E. O quilombo dos Palmares. **Brasiliana**, 1958.

CARUSO, Francisco; SILVEIRA, Cristina. Quadrinhos para a cidadania. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 16, p. 217-236, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000100013>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CARVALHO, I.C. de M; SAMPAIO, G. Hannah Arendt: natureza, história e ação humana. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. **Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006. cap. 13, p. 191-205. ISBN 85-98171-70-0. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao4.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

CARVALHO, M. L. de A. **Quilombo de Mocambo**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CARVALHO, R. M.A.; DA COSTA LIMA, G.F. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **Política & Trabalho**, n. 39, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Roberta-Monique-Amancio-De-Carvalho/publication/306254079\\_COMMUNIDADES\\_QUILOMBOLAS\\_TERRITORIALIDADE\\_E\\_A\\_LEGISLACAO\\_NO\\_BRASIL\\_uma\\_analise\\_historica\\_QUILOMBOLAS\\_COMMUNITIES\\_TERRITORIALITY\\_AND\\_LEGISLATION\\_IN\\_BRAZIL\\_a\\_historical\\_analysis/links/57b4982c08ae19a365faee0b/COMMUNIDADES-QUILOMBOLAS-TERRITORIALIDADE-E-A-LEGISLACAO-NO-BRASIL-uma-analise-historica-QUILOMBOLAS-COMMUNITIES-TERRITORIALITY-AND-LEGISLATION-IN-BRAZIL-a-historical-analysis.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Roberta-Monique-Amancio-De-Carvalho/publication/306254079_COMMUNIDADES_QUILOMBOLAS_TERRITORIALIDADE_E_A_LEGISLACAO_NO_BRASIL_uma_analise_historica_QUILOMBOLAS_COMMUNITIES_TERRITORIALITY_AND_LEGISLATION_IN_BRAZIL_a_historical_analysis/links/57b4982c08ae19a365faee0b/COMMUNIDADES-QUILOMBOLAS-TERRITORIALIDADE-E-A-LEGISLACAO-NO-BRASIL-uma-analise-historica-QUILOMBOLAS-COMMUNITIES-TERRITORIALITY-AND-LEGISLATION-IN-BRAZIL-a-historical-analysis.pdf). Acesso em: 20 ago.2023

CASTRO, E. M. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais (Paper 092). **Papers do NAEA**, v. 7, n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11834>. 04 jan. 2024.

CHAGAS, M. de F. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". **Horizontes Antropológicos**, v. 7, p. 209-235, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/3D9Bzj3M5nqSFnCV6ptSXmS/>. Acesso em : 10 ago. 2023

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim Hortigranjeiro**, Brasília, DF, v. 8, n. 4, abr. 2022. Disponível: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 24 de fev.2023.

CONCEIÇÃO, H. S. A política de regularização dos territórios quilombolas e sua territorialização em Sergipe. **IV ENCONTRO NACIONAL E X FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO: O FIM DO PENSAMENTO CRÍTICO REFLEXIVO? A NEGAÇÃO DO HUMANO E A BANALIZAÇÃO DA TEORIA**, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://engpect.files.wordpress.com/2017/10/gt2-21-a-polc3adtica-de-regularizac3a7c3a3o-dos-territc3b3rios-quilombolas-e-sua-territorializac3a7c3a3o-em-sergipe.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CONY FARIA, L. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 17, p. 99–118, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/342>. Acesso em: 13 set. 2022

CORDEIRO, M. S. S.; NOVAES, R. B.; BARCELLOS, S. B. A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 263–276, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.799. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/799>. Acesso em: 5 fev. 2024.

DA DALT, S.; BRANDÃO, A. A. Comunidades quilombolas e processos de formação de identidades no Brasil contemporâneo. **Revista Univap**, v. 17, n. 29, p. 41-61, 2011. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=comunidades+quilombolas++e+processo+de+forma%C3%A7%C3%A3o&btnG=#d=gs\\_cit&t=1693241434496&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3Ads4m3649JwWJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=comunidades+quilombolas++e+processo+de+forma%C3%A7%C3%A3o&btnG=#d=gs_cit&t=1693241434496&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3Ads4m3649JwWJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR). Acesso em 20 ago.2023.

DA SILVA, A. P. Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Embrapa Pesca e Aquicultura-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/995345>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

DA SILVA, G. S. DA SILVA, V.J. Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 7, n. 2, p. 191-200, 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120>. Acesso em: 20 ago.2023.

DA SILVA, V. L.; DE AGUIAR, O.M. B. Pesca Artesanal e gênero: políticas públicas para o reconhecimento Jurídico do trabalho da mulher pescadora no litoral de Santa Catarina–Brasil. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 9, n. 13, p. 355, 2011. Disponível: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/795>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

DE BARROS, A. C.; BOTELHO, S.; DA SILVA BERNARDO, S. J. Produção de histórias em quadrinhos a partir de narrativas orais na Comunidade Quilombola de Trigueiros–Vicência-PE. **Trem de Letras**, v. 8, n. 1, p. e021015–e021015, 2021. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/1426>. Acesso em: 23 abr. 20223.

DE BRITO, D. A. **Educação, cultura e meio ambiente**: análise da história e cultura corporal na Comunidade de Diogo/BA. Orientador: Maria Cecília de Paula Silva. 2014. 90 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14439>. Acesso em: 3 fev. 2024.

DE CASTRO, O. L. M.; RODRIGUES, D. S. Tecnologias de produção da vida em imagem: sabres de trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 37, p. 261-275, 23 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46288>. Acesso em: 30 de out.2023.

DE GREGORI, M. S.; DE ARAUJO, L.E. B. Povos e Territórios Tradicionais no Brasil Sob a Perspectiva dos Direitos da Sociobiodiversidade. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 2, n. 1, p. 125-147, 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view./970>. Acesso em: 09 out. 2023.

DE JESUS, E. P. S.; SANTOS, A. A.; NILIN, J. Avaliação da qualidade ambiental de estuários dos rios Sergipe, Poxim, Sal e Real por meio de ensaios ecotoxicológicos. Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/100/ENREHSE0072-1-20190316-213100.pdf>. Acesso 11 nov.2023.

DE MORAES, N. R.; BRUMATTI, L.M.; LIMA, A. R.; CAMPOS, A. C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 518–539, 2017. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p518. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3666>. Acesso em: 4 fev. 2024.

DE OLIVEIRA GOES, L.; CORDEIRO, R. de L. M. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 3, p. 778-796, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/10270>. Acesso: 12 dez.2023.

DE SOUZA, B. B.; DE JESUS, J. B.; CALDAS, F. L. S. ; SANTOS , M. M. Mapeamento espaço-temporal da carcinicultura no litoral do estado de Sergipe, Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90, p. 179–192, 2022. DOI: 10.14393/RCG239061168. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/61168>. Acesso em: 5 jan. 2024.

DE SOUZA, D. G.; MIRANDA, J.C.; COELHO, L. M. Histórias em quadrinhos como ferramenta de Educação Ambiental. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 7, n. 2, p. 219-238, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3304>. Acesso em: 6 maio. 2023.

DE SOUZA, S. C.; BRANDÃO, A.A. P. **Política de titulação de terras quilombolas**. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/politica-de-titulacao-de-terras-quilombolas.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

DIAS, Martin; ZAMBONI, Ademilson; CANTON, Letícia. **Auditoria da pesca: Brasil 2021**. - 2. ed. -- Brasília, DF: Oceana Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.oceana.org/wp-content/uploads/sites/23/Auditoria-da-Pesca-2021.pdf>. Acesso em: 04 de jan. 2023.

DIEGUES, A. C. As populações tradicionais no Brasil: uma perspectiva histórica de sua formação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, RINALDO Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os**

**saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/750>. Acesso em: 04 de fev. 2023.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades:** leituras em antropologia marítima e pesqueira. NUPAUB-USP São Paulo, 2004.

DIEGUES, A. C. S. **Conhecimento e manejo tradicionais:** ciência e biodiversidade. São Paulo: NUPAUB, 2000. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cienciabio.pdf>. Acesso em: 29 de nov.2022.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando diálogos ausentes na lei 10.639/031. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 05–28, 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/187>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DOS SANTOS LACERDA, R.; DA SILVA, G. M. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. **Sustainability in Debate**, v. 9, n. 1, p. 107-120, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7928>. Acesso em: 28 ago.2023.

DOS SANTOS LACERDA, R.; SILVA, G. M. da. Reterritorialização, conflitos, ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 239–254, 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/50>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DOS SANTOS TELES, M. F.; DE SOUZA MANDARINO, A.C.; GOMBERG, E. A FUNASA e as visões de mobilização social dos moradores de Mocambo, Sergipe. **Saúde Coletiva**, v. 7, n. 38, p. 43-49, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/842/84212375003.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DOS SANTOS, M. T.; DOS SANTOS LACERDA, R. Quilombo, Cultura Negra e Cultura Popular Sergipana. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**, [s. l.], v. 2, ed. 51, p. 363-385., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/16466/12799>. Acesso em: 27 out. 2023.

ECHER, I. C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20**, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23470>. Acesso: 25 abr. 2023.

ELIAS, M. L. G. G. R.; SARTORI, V.; DE ALMEIDA, I. C. Entrevistas semiestruturada na captura, construção e compartilhamento do conhecimento em projetos de extensão universitária. In: **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação–ciki**. 2021. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/1116> . Acesso: 19 de ago.2022.

ESTÁGIOS SUCESSIONAIS NO ESTUÁRIO DO RIO PIAUÍ, SERGIPE-BRASIL. **PESQUISAS : BOTÂNICA**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 61, p. 171-189, 2010. Disponível em:<https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/botanica/volumes/061/03.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

ESTÂNCIA. Lei nº 2 141, de 21 de dezembro de 2020. Estabelece a delimitação dos bairros de Estancia-se e cria dois novos bairros, Centro e Pedro Barreto Siqueira. Disponível em: [Leis](#)

e [Decretos – Câmara Municipal de Estância \(camaradeestancia.se.gov.br\)](http://decretos.camaradeestancia.se.gov.br). Acesso: 19 de ago.2022.

FAO. **Situação Mundial da Pesca e da Aquicultura** 2020: sustentabilidade em ação. Roma: ONU, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.4060/ca9229en>. Acesso: 10 de dez.2022.

FEITOSA, F. R. S.; CASTILHO, C. J. M. de; FACCIOLI, G. G.; DOS SANTOS LACERDA, R. Panorama dos quilombos sergipanos: condições de vida e vulnerabilidades. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA: NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS**, NURBA, v. 7, n. 1, p. 90-116., 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/13040/19109>. Acesso em: 26 out. 2023.

FIGUEIREDO, L. M. Populações tradicionais e meio ambiente: espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação. **Recuperado de <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/83430>**, 2013. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/documentos/trabalhos-cientificos/CAPTULO1populacoestradicionalisemeioambienteespacosterritoriaispecialmente protegidoscomduplaafetacao.pdf>. Acesso: 8 ago.2023.

FIGUEIREDO, M. M.; PROST, C. A mariscagem e as mulheres na Baía do Iguape-BA. **Seminários Espaços Costeiros**, v. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteios/article/view/14669/10024>. Acesso: 6 abr. 2023.

FONTANA, F.; ROSA, M.P. Técnicas e instrumentos de constituição de dados: observação, questionário, entrevista e grupo focal. In: MAGALHÃES, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2ª. ed. Ponta Grossa-PR: Atenas, 2023. cap. 3, p. 178-206. ISBN 9786525813790. 340p.

FOOHS, M. M.; CORREA, G.; TOLEDO, E. E. Histórias em quadrinhos na educação brasileira: uma revisão sistemática de literatura. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/30228>. Acesso em: 23 abr.2023.

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 139-152, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/#>. Acesso em: 6 abr.2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos**. Disponível em: <https://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-15-06-2021.pdf>. Acesso em: 15 ago.2023.

GAMA, C de S. Estudo acerca da mortalidade de peixes no AHE Ferreira Gomes, rio Araguari, Ferreira Gomes, AP. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 3, n. 2, p. 129-136, 2020. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/471>. Acesso em: 11 out.2023

GARCIA, N. M., YUNIS, M. A. M., CHAVES, P. F., DOS SANTOS, L. O. Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. **Psic. da**

- Ed., São Paulo, 25, 2º sem. de 2007, pp. 93-112. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43219>. Acesso: 10 dez. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4. ed. -São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. Editora contexto, 2006.
- GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 7ª ed. - Rio de Janeiro: IBGE. 1987.
- INCRA. **Andamento da titulação quilombola**. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Andamento\\_datitulao\\_quilombola\\_11.08.2023.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Andamento_datitulao_quilombola_11.08.2023.pdf). Acesso em: 20 ago.2023.
- INCRA. Regularização de território quilombola: pergunta e respostas. **Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Coordenação Geral de Regulamentação de Território Quilombola**, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 15 ago.2023.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: Quilombolas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 125 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Municípios e Saneamento: Estancia-Se.2020. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/se/estancia>. Acesso em: 23 de nov. 2022.
- KUHN, E. R. A. **Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17801>. Acesso: 12 out. 2023.
- LABERGE, Jacques. As naturezas do pescador. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, p. 39-58, 2000.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica** – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- LARA, S. H. O Território dos Palmares: cartografia, história e política. **Afro-Ásia**, n. 64, p. 12-50, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77070146001/77070146001.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.
- LEÃO, A. R.; LEITE, A. P. P.; FUMI, M. Manguezal e as unidades de conservação. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Atlas dos Manguezais do Brasil** – Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018. Disponível em: [https://ava.icmbio.gov.br/mod\\_data/content/atl](https://ava.icmbio.gov.br/mod_data/content/atl). Acesso: 08 jan.2023.
- LEFF, E. Ecologia política e saber ambiental. In: LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza Tradução de Luís Carlos Cabral. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.p.279-343.
- LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 965-977, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?fo>. Acesso: 28 ago.2023.
- LIMA, E. dos S. **Ordem e desordens socioambientais na bacia inferior do rio Piauí, em Sergipe**. Orientador: Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. 2012. 158 p. Dissertação

(Mestrado) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5634>. Acesso em: 13 out. 2023.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MARTINS, R. G. de A. ; ARAUJO, G. C. de . Histórias em quadrinhos como linguagem para representar a realidade camponesa via perspectiva histórico-cultural. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 6, p. 866–882, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2937. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2937>. Acesso em: 6 maio. 2023.

MEDEIROS, H. K.G. de. **O gênero histórias em quadrinhos como recurso na aula de língua portuguesa**. 2019. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras)-Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2261#:~:text=URI%3A-https%3A//repository.ufrpe.br/handle/123456789/2261,-Aparece%20nas%20cole%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 22 abr.2023.

MINAYO, M. C. de S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Trabalhando com a diversidade metodológica: Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003 p.444. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d5t55/pdf/goldenberg-9788575412510-09.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos: pedra do caboclo, Estância-Sergipe. 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_detalhes.php?25082](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?25082). Acesso em: 08 de nov. de 2022.

MORAES, E. M. B. Evolução epistemológica do conceito natureza - DOI 10.5216/bgg.v19i2.15365. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 75–98, 2011. DOI: 10.5216/bgg.v19i2.15365. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/15365>. Acesso em: 13 set. 2022.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. - 5ª Ed. - Teresina: EdUESPI, 2021.

NANNI, H. C.; NANNI, S. M.; SEGNINI, R. C. A importância dos manguezais para o equilíbrio ambiental. **II simpósio internacional de ciências integradas Da UNAERP campus Guarujá**, 2005. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/904-a-importancia-dos-manguezais-para-o-equilibrio-ambiental/file>. Acesso em: 16 out. 2023.

NASCIMENTO, J. S. .; ALFONSO, L. P. . RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS: POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA . **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, v. 2, n. 8, p. 74–95, 2021. Disponível em:

<https://homologacao.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/13426>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NEVES, S. da C. **A história em quadrinhos como recurso didático em sala de aula**. 2012. 30 f., il. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) —Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Palmas-TO, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/5588>. Acesso em: 25 abr. 2023.

OLIVEIRA, A. G. de. **Estância Secular**. Aracaju: J.Andrade, 2021. 344 p. ISBN 9786589836360.

OLIVEIRA, T. R.A; COSTA, J. De J.; DE ALMEIDA, G. L. Pesca artesanal, políticas públicas e a pandemia de COVID-19: desafios para as comunidades costeiras de Sergipe. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 15952-15970, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/24774>. Acesso em: 17 de jan. 2023.

PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; DA ROCHA, E. C.; SILVA JÚNIOR, J. A. DA; FREITAS, D. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, p. 384-411, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/15174522-018004221>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/WtDMmCV3jQB8mT6tmpnzKc/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PENA, P. G. L.; GOMEZ, C. M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4689-4698, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gpPmdF6MdkDRxF8kXpnDkNN/?lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PENNA-FIRME, R.; BRONDÍZIO, E. S. Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na mata atlântica, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 139-158, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/kJZpnwZrdpBrbYmPFVwxrNK/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago.2023.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 22, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewArticle/16054>. Acesso em: 18 out. 2023.

PIMENTEL, M. A. S.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.122692. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122692>. Acesso em: 4 fev. 2024.

PINTO, M. F.; DA SILVA MOURÃO, J.; DA NÓBREGA ALVES, R. R. Arte de pesca e conservação dos recursos pesqueiros em duas comunidade de pescadores artesanais no Brasil. **ETNOBIOLOGÍA**, v. 19, n. 3, p. 29-50, 2021. Disponível em: [ARTES-DE-PESCA-E-CONSERVACAO-DOS-RECURSOS-PESQUEIROS-EM-DUAS-COMUNIDADES-DE-PESCADORES-ARTESANAIS-NO-BRASIL.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/351111111-ARTES-DE-PESCA-E-CONSERVACAO-DOS-RECURSOS-PESQUEIROS-EM-DUAS-COMUNIDADES-DE-PESCADORES-ARTESANAIS-NO-BRASIL.pdf). Acesso em: 10 de fev. 2023.

PINTO, M. F.; MOURÃO, J. da S.; ALVES, R. R da N. Artes de pesca e conservação dos recursos pesqueiros em duas comunidades de pescadores artesanais no Brasil. **Etnobiología**, v. 19, p. 29-50, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose->

Mourao/publication/357092102\_ARTES\_DE\_PESCA\_E\_CONSERVACAO\_DOS\_RECURSOS\_PESQUEIROS\_EM\_DUAS\_COMUNIDADES\_DE\_PESCADORES\_ARTESANAIS\_NO\_BRASIL/links/61bdc57afd2cbd7200ab46c7/ARTES-DE-PESCA-E-CONSERVACAO-DOS-RECURSOS-PESQUEIROS-EM-DUAS-COMUNIDADES-DE-PESCADORES-ARTESANAIS-NO-BRASIL.pdf. Acesso: 09 out.2023.

PINTO, S. de S.; MEZZOMO, F. A. A formação da comunidade quilombola no estado do Paraná: experiência do quilombo Sutil. **Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT: VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica: 22 a 26 de outubro de 2012.** Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar. Campo Mourão, PR: FECILCAM/NUPEM, 2012. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_vii\\_epct/PDF/CIENCIAS\\_HUMANAS/Historia/07\\_sspintoartigoCompleto.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_HUMANAS/Historia/07_sspintoartigoCompleto.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

QUEIROZ, D.T.; VALL, J.; SOUZA, Â. M. A.; VIEIRA, N. F. C. - Trabalhando com a diversidade metodológica: Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. **R. Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, p. 276-283, 2007. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d5t55/pdf/goldenberg-9788575412510-09.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

REIS, J. J. A presença negra: encontros e conflitos. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **IBGE, Brasil**, v. 500, 2000. Disponível em: <https://celp.fflch.usp.br/sites/celp.fflch.usp.br/files/Brasil%20500%20anos%20de%20povoamento.pdf>.

REZENDE, W. A produção de história em quadrinhos para o ensino de matemática: o relato de uma experiência na iniciação à docência **Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516)**, v. 16, n. 2, p. 353-367, 2016. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/4668>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RIBEIRO NETO, O. B.; LIRA, E. R. O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – **TO. PRODUÇÃO ACADÊMICA, [S. l.]**, v. 2, n. 2, p. 36–56, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3121>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RIBEIRO, J. A. G.; CAVASSAN, O. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. **GÓNDOLA, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias**, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2013. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5149>. Acesso: 10 set. 2022.

RIBEIRO, S. R.; VALADÃO, R. C. Efeitos marinho e fluvial na dinâmica dos ambientes inundáveis do Estuário Superior do Rio Pará, Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 22, n. 4, 2021. Disponível em: <https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/2017>. Acesso em: 2 fev. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN 8522421110. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod\\_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf). Acesso em: 30 jan. 2024.

RIOS, A. de O.; REGO, R. de C. F.; PENA, P. G. L. Doenças em trabalhadores da pesca. **Rev. baiana saúde pública**, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/?lang=pt&q=au:%22Rego,%20Rita%20de%20C%20A%20Issia%20Franco%22>. Acesso em: 11 out. 2023

SANTA FÉ, Ú. M. G.; DA ROCHA ARAUJO, A. R. Seletividade e eficiência das artes de pesca utilizadas na captura de *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763), Sergipe, Brasil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, v. 1, n. 1, p. 29-44, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/ActaFish/article/view/1669>. Acesso em: 1 jan.2024.

SANTOS, A. P. dos; NEVES, A. R. C. Quadrinhos, cultura e sociedade contribuições das narrativas sequenciais para formação do leitor. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8667789>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SANTOS, L. H. **Os meandros da pesca artesanal e a Escola Municipal Barquinho Amarelo no povoado São Braz/SE**. Orientador: Rosana de Oliveira Santos Batista. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, São Cristóvão-Se, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9598>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SANTOS, M. C. F. Ordenamento da pesca de camarões no nordeste do Brasil. **Boletim Técnico Científico do CEPENE**, v. 18, n. 1, p. 91-94, 2010. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol18/art08-v18.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SANTOS, R. E. dos. Aplicações da História em Quadrinhos. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 22, p. 46-51, 2001. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i22p46-51. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36995>. Acesso em: 6 maio. 2023.

SANTOS, S. S. C. dos; ARAÚJO, E. D. de; SOUZA, R. M. Análise dos Tensores Antropogênicos dos Mangues no Complexo Estuarino Real-Piauí-Fundo, sul de Sergipe, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1690-1706, 2021. DOI <https://doi.org/10.26848/rbgf.v14.3.p1690-1706>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe>. Acesso em: 14 out. 2023.

SARCAR, S. Preservação da natureza e conservação da biodiversidade – mantendo objetivos divergentes distintos. **BioScience**, v. 49, n. 5, pág. 405-412, 1999. Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article/49/5/405/227369?login=false>. Acesso: 29 set. de 2022.

SCALCO, R. F.; GONTIJO, B. M. A relação das comunidades quilombolas com a natureza: uma análise dos casos de territórios quilombolas sobrepostos a unidade de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Anais**, p. 1-9, 2020. Disponível em: <http://ww.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3610/3460>. Acesso em: 20 ago.2023.

SEMARH, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Elaboração dos planos das bacias rios Japarutuba, Piauí e Sergipe**: relatório de resumo executivo da bacia hidrográfica do rio Piauí. 2015. Disponível em: <https://silo.tips/download/relatorio-de-resumo-executivo-bacia-hidrografica-do-rio-piaui>. Acesso em: 26 de fev.2023.

SERGIPE, Ministério Público. **Fiscalização preventiva integrada**, 2022. Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/fpi/index.php/2022/08/16/fpi-se-comunidades-quilombolas-sofrem-com-falta-de-saneamento-basico-e-abastecimento-regular-de-agua-em-sergipe/>. Acesso em: 05 out. 2023.

SERGIPE, SECRETARIA DE ESTADO GERAL DO GOVERNO. Perfil da Pecuária Sergipana. **Observatório de Sergipe**, Sergipe, 2020. Disponível em: <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=BKDuf0n4X0TE5az6g1LXdJsuLRuUjT2j>. Acesso em: 16 out. 2023.

SERGIPE, Sergipe. Comunidades quilombolas são atendidas pelo projeto Prosperar. **Notícias de Sergipe**, [S. l.], p. 1-1, 24 abr. 2013. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/comunidades-quilombolas-sao-atendidas-pelo-projeto-prosperar>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, B.R. da; SILVA, R. D. da; ALENCAR, J.J.; REIS, H.; SILVA, L. A. da. História de pescador: O uso do Quadrinho no jornalismo popular da revista *Mixtura*. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Prêmio Expocom 2014**, [s. l.], p. 1-7, 2014. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2014/expocom/EX41-0463-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOARES, D. G. Justiça ambiental e os pescadores na Baía de Guanabara: uma proposta de nuances sociológicas. In: KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal**. Vitória: EDUFES, 2015. cap. 2, p. 51-84. ISBN 978-85-7772-276-1. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/9d2b3217-f65b-40db-ba99-9cb599a742f4/content>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOUZA, J. B. A. de; MORETTI, E. C. Formação e resistência das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 38–61, 2019. DOI: 10.30612/el.v10i20.10207. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/10207>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SOUZA, K. L. A. de. Caracterização das redes de emalhar no estado de Sergipe, Brasil. São Cristóvão, SE, 2015. **Monografia (Bacharelado em Engenharia de Pesca e Aquicultura)** - Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7405>. Acesso: 8 mai. 2023.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M.T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-596x2017000100021&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-596x2017000100021&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 de fev. 2023.

SOUZA, M. F. Landim de; COUTO, R. C. Guerreiro. Caracterização Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí (SE). In: SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio F. M. **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus, Ba: Editus, 2002. cap. 10, p. 193-218. ISBN 85-7455-053-1. Disponível em: [http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/conceitos\\_de\\_bacias.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/conceitos_de_bacias.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

SPALDING, M. D.; LEAL, M. **O Estado dos Manguezais pelo Mundo** 2021. Global Mangrove Alliance, 2021. Disponível: <https://www.mangrovealliance.org/wp-content/uploads/2022/02/The-State-of-the-Worlds-Mangroves-Portuguese.pdf>. Acesso em: 8 de jan. de 2023.

SPAREMBERGER, R. F. L.; COLAÇO, T. L. Direito e identidade das comunidades tradicionais-do direito do autor ao direito à cultura. 2011. **Liinc em Revista**, v.7, n.2, setembro, 2011, Rio de Janeiro, p.681 – 700. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/2477>. 12 out. 2023.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **Revista de administração contemporânea**, v. 10, p. 137-156, 2006. Disponível em:

[https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Rmm9GlXj810J:scholar.google.com/+hermano+roberto+thiry+cherques+o+primeiro+estruturalismo&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Rmm9GlXj810J:scholar.google.com/+hermano+roberto+thiry+cherques+o+primeiro+estruturalismo&hl=pt-BR&as_sdt=0,5).

Acesso em: 16 de jan. 2023.

TOLEDO, V. M. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. **Encyclopedia of Biodiversity**, p. 451-463, 2001. Disponível em:

[https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20\(1\).pdf](https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20(1).pdf). Acesso em 10 de dez. 2022

TORALES, A. P. B.; NASCIMENTO, A. I. C.; TEODORO, M. L. de F.; VARGAS, M. M.; OLIVEIRA, C. C. da C. Características Familiares de Quilombolas no Nordeste Brasileiro. **Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal: Ensaios Cienc., Cienc. Biol. Agrar. Saúde., [s. l.]**, v. 19, n. 3, p. 101-109., 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/260/26042169002.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

TUCCI, C. E. M. **Águas urbanas. Dossiê Água**. Estud. av. 22 (63) • 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200007>. Acesso em: 23 de nov. 2022.

VALE, C. C. do; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. A Zona Costeira do Brasil e os manguezais. *In*: ATLAS dos Manguezais do Brasil. Brasília: **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, 2018. cap. 3, p. 37-56. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atlas-1/atlas\\_dos\\_manguezais\\_do\\_brasil.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atlas-1/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

XIMENES, L. F. Produção de pescado no Brasil e no Nordeste brasileiro. Fortaleza: **Banco do Nordeste do Brasil**, ano 5, n.150. jan.de 2021. (Caderno Setorial ETENE, n.150). Disponível:<https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/649>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

## APÊNDICES

**APÊNDICE-A**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE**  
**NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



**WESLEI SANTOS ALMEIDA**

**PORTO D'AREIA EM FOCO: AMBIENTE, PESCA ARTESANAL, QUILOMBO E**  
**RESISTÊNCIA EM HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

**São Cristóvão-SE**

**2024**

**WESLEI SANTOS ALMEIDA**

**PORTO D'AREIA EM FOCO: AMBIENTE, PESCA ARTESANAL, QUILOMBO E  
RESISTÊNCIA EM HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

Produto técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) pela Universidade Federal de Sergipe, como parte do requisito para obtenção do título de mestre em Ensino de Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ambiente e Sociedade

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Maria de Jesus Santos

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Katinei Santos Costa

**São Cristóvão SE**

**2024**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste produto técnico educacional. Em especial, aos estudantes do Colégio Estadual Gumercindo Bessa, cuja dedicação e criatividade foram fundamentais para o sucesso deste projeto. Agradeço, também, à diretora Margarida Maria de Jesus Santos e a toda a direção do colégio pelo constante apoio e incentivo. Assim como ao professor Damião Oliveira, cuja intermediação com a Secretaria Municipal de Educação de Estância conseguiu o transporte para levar os estudantes à oficina de HQs.

Estendo meu agradecimento especialmente à professora Márcia Maria de Jesus Santos que, com os estudantes do Instituto Federal de Sergipe (Campus Estância) do curso de Edificações ofertaram a oficina de HQs. Ao líder quilombola, pescadores e demais colaboradores envolvidos na pesquisa, meu terno obrigado pelo valioso conhecimento compartilhado. Tenho a plena consciência de que o resultado alcançado é consequência da colaboração e empenho coletivo. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este projeto.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Esquema de interconexões na confecção do produto-2023.....	170
Figura 2- Estudante em pesquisa-2023 .....	171
Figura 3-Visita de campo conduzida pelo líder quilombola-2023.....	171
Figura 4 - Roda de conversa com os pescadores-2023 .....	172
Figura 5- Estudante do curso de Edificações em aplicação da oficina de HQS-2023.....	172
Figura 6 - Instrumental para a elaboração das HQs-2023.....	173
Figura 7 - Digitalização dos quadrinhos-2023.....	174
Figura 8 - Elaboração dos diálogos dos personagens-2023 .....	174
Figura 9- Rascunho de personagens e cenários-2023 .....	174
Figura 10 - Apresentação das produções para a comunidade escolar-2023 .....	175

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>168</b>
<b>1 Objetivo .....</b>	<b>169</b>
1.1 Público-alvo.....	169
1.2 Faixa etária .....	169
1.3 Habilidades desenvolvidas a partir deste produto: .....	169
<b>2 Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>170</b>
<b>Considerações sobre o produto.....</b>	<b>176</b>
<b>Referências.....</b>	<b>177</b>
<b>Produtos confeccionados.....</b>	<b>178</b>

## APRESENTAÇÃO

Este produto técnico é um material com finalidade didática-pedagógica em formato de histórias em quadrinhos que carrega consigo uma leveza de abordagem de elementos que remetem ao Porto D'Areia, sem necessariamente ser fundamentalmente realista por ser utilizada muita imaginação para a construção das histórias. De fato, a intenção foi produzir um material criativo a partir da abstração e interpretação da realidade imediata, que fosse agradável, especialmente, ao público infantojuvenil.

Foram confeccionadas cinco histórias em quadrinhos, cada uma trata de maneira singular de aspectos sociais e ambientais da comunidade em que se desenvolveu a pesquisa. É um recurso didático que ficará disponível para os professores da educação básica, principalmente para os que ensinam do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio do Porto D'Areia.

É um material ilustrado que utiliza imagens que atraem o leitor para a história, elaborado cuidadosamente por estudantes da referida comunidade que cursam o ensino médio no Colégio Estadual Gumercindo Bessa e os pesquisadores do PROFCIAMB envolvidos neste projeto<sup>59</sup>. Assim, este produto é um recurso didático, é uma expressão da capacidade criativa e do comprometimento dos estudantes que se envolveram com entusiasmo na confecção das HQs.

---

<sup>59</sup> As equipes executoras das HQs foram supervisionadas e orientadas pelo professor mestrando Weslei Santos Almeida e pelas professoras orientadoras da pesquisa, doutora Márcia Maria de Jesus Santos e doutora Katinei Santos Costa.

## INTRODUÇÃO

Este produto técnico educacional é constituído por histórias em quadrinhos (HQs) em formato digital (PDF) produzidas por estudantes do Colégio Estadual Gumercindo Bessa. Esse material será disponibilizado aos professores e estudantes das escolas da comunidade Porto D'Areia para poderem ser utilizados com finalidades didáticas-pedagógicas, bem como ficará disponível a toda comunidade no portal de dissertações e teses da Universidade Federal de Sergipe. As histórias em quadrinhos abordam assuntos como resistência quilombolas, escravidão, ancestralidade e a relação da população pesquisada com o rio Piauí, bem como os aspectos socioambientais da comunidade Porto D'Areia.

Este produto foi idealizado a partir de diversos diálogos entre as orientadoras e o mestrando, que tinham a preocupação de que o material estivesse adequadamente atrelado à pesquisa e que atendesse à necessidade educacional da comunidade escolar. Pelas experiências em sala de aula e por perceber que havia uma ausência de materiais que abordassem sobre o contexto socioambiental local, foi definido que seria produzido um produto paradidático com elementos resultantes do desdobramento da pesquisa, em formato de HQs. Considerou-se pertinente incluir os estudantes na pesquisa, com a intenção de ampliar o impacto educativo e não só entregar um produto pronto. Deste modo, planejou-se uma sequência pedagógica na qual discentes realizaram pesquisas e leituras de textos; visita de campo conduzida pelo líder quilombola; roda de conversa com pescadores; oficina de produção de histórias em quadrinhos, promovida pelo Instituto Federal de Sergipe e apresentaram o processo de confecção dos materiais produzidos por eles.

As produções são criativas e com uma linguagem de fácil compreensão para os mais diversos públicos. Nas diferentes temáticas trabalhadas nas HQs, considerou-se o perceptível entrelaçamento de elementos socioambientais que constituem a comunidade pesquisada. O material paradidático digital pode ser utilizado na sala de aula ou em espaços não formais de educação, com aplicabilidade para o desenvolvimento de leitura e para discutir temáticas sobre o racismo, comunidades quilombolas, que abordam a relação entre sociedade e natureza. Espera-se que esse recurso contribua significativamente no processo educativo e de aprendizagem de crianças e adolescentes do Porto D'Areia.

## 1 OBJETIVO

Contribuir de maneira significativa para o processo educativo e de aprendizagem de crianças e adolescentes da comunidade quilombola do Porto D'Areia por meio do uso deste recurso didático.

### 1.1 Público-alvo

O material é destinado aos estudantes e professores do nível básico das escolas locais, mas tem abrangência de aplicação em realidades de outras comunidades quilombolas e de pescadores. Para além dos limites da pesquisa atrelada ao produto, o processo de produção deste pode ser replicado e aplicado em diferentes temáticas por professores e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e níveis de educação.

### 1.2 Faixa etária

A partir de 12 anos.

### 1.3 Habilidades desenvolvidas a partir deste produto:

- Ampliar a capacidade de leitura e compreensão de textos: o uso das HQs promove a habilidade de leitura, interpretação e compreensão textual. A linguagem visual aliada ao texto contribui para o desenvolvimento da habilidade de entender narrativas simples e complexas.
- Reconhecer o repertório sociocultural e as interações socioambientais local: as temáticas abordadas nas HQs, como resistência quilombola, escravidão, ancestralidade, a relação com o rio Piauí e a pesca artesanal, proporcionam a oportunidade de desenvolver a consciência sociocultural e o entendimento das interações socioambientais da própria comunidade.

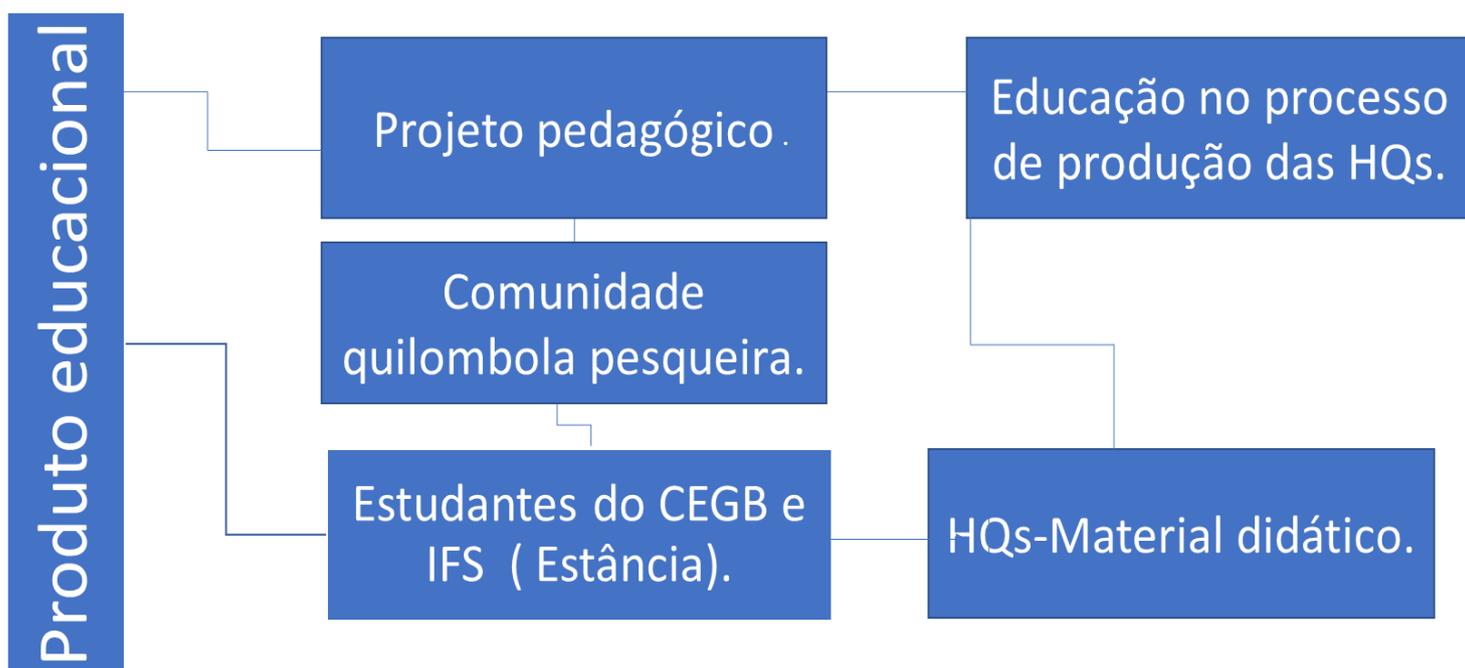
Conteúdos que podem ser trabalhados:

- Escravidão e racismo;
- Identidade e resistência quilombola;
- Relações entre sociedade e natureza;
- Cultura pesqueira e conservação ambiental.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A produção das HQs ocorreu com a aplicação de um projeto pedagógico que munuiu os estudantes com conhecimentos necessários para a elaboração do produto, que permitiu realizar a leitura crítica do espaço de vivência, bem como correlacionar contextos históricos e atuais em escalas geográficas diferentes, do local ao nacional (Figura 1).

Figura 8-Esquema de interconexões na confecção do produto-2023

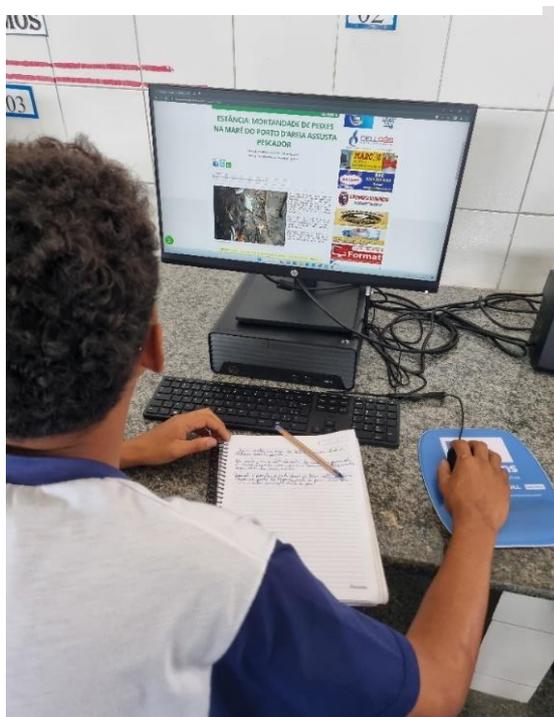


Fonte: organizado pelo autor,2023.

As etapas do processo transcorreram conforme está descrito brevemente, seguindo uma sequência lógica, organizada, cuidadosamente planejadas e executadas.

1ª etapa: pesquisa de HQs e de textos sobre o Porto D'Areia na internet (Figura 2).

Figura 9- Estudante em pesquisa-2023



Fonte: registro do autor, 2023.

2ª etapa: visita de campo (Figura 3).

Figura 10-Visita de campo conduzida pelo líder quilombola-2023



Fonte: registro do autor, 2023.

3ª etapa: partilha de conhecimentos e experiências na pesca artesanal (Figura 4).

Figura 11 - Roda de conversa com os pescadores-2023



Fonte: registro do autor, 2023.

4ª etapa: Oficina de elaboração de HQs (Figura 5).

Figura 12- Estudante do curso de Edificações em aplicação da oficina de HQs-2023

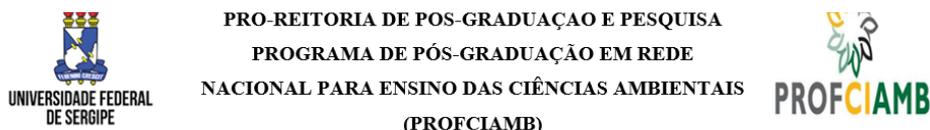


Fonte: registro do autor, 2023.

### 5ª etapa: elaboração das HQs pelos estudantes do CEGB

As histórias em quadrinhos foram elaboradas sistematicamente e seguiram criteriosamente etapas que foram imprescindíveis para suas construções, como a elaboração do enredo, caracterização psicológica e das funções dos personagens, construção dos diálogos, rascunho dos cenários e digitalização dos HQs (Figura 6, 7, 8, 9).

Figura 13 - Instrumental para a elaboração das HQs-2023



#### INSTRUMENTAL PARA AUXILIAR NA PRODUÇÃO DAS HQS

Escreva sua história em quadrinhos a partir dos aspectos socioambientais do Porto D'Areia.

Tema:

Título da história:

---



---

Indicações de personagens			
Quantos personagens? _____			
Nomes dos personagens? _____			
Qual a característica social e psicológica de cada personagem? (Descreva).			
Desenhe os cenários nos quadros			
Quadro 1	Quadro 2	Quadro 3	Quadro 4

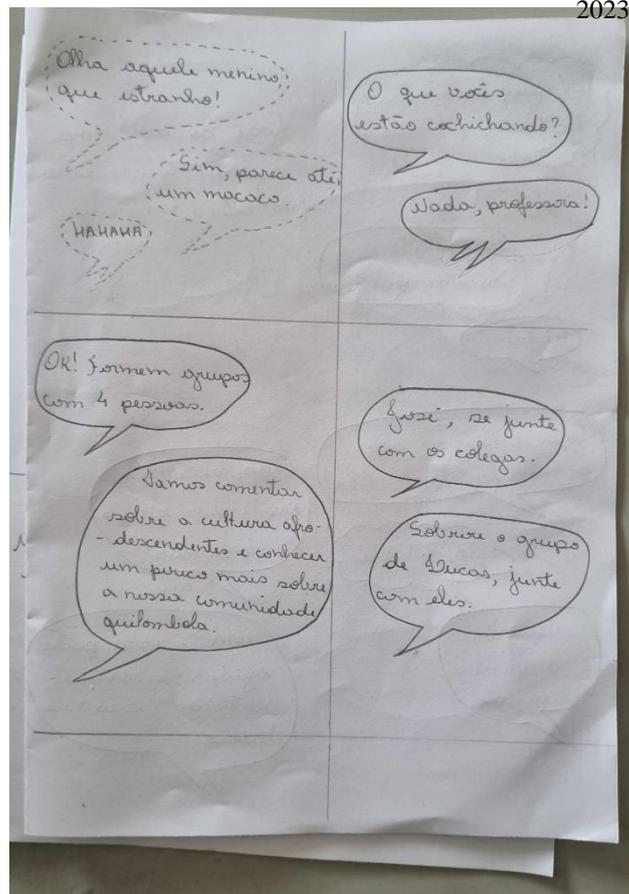
Fonte: adaptado de MARTINS e ARAÚJO, 2022.

Figura 16- Rascunho de personagens e cenários-2023



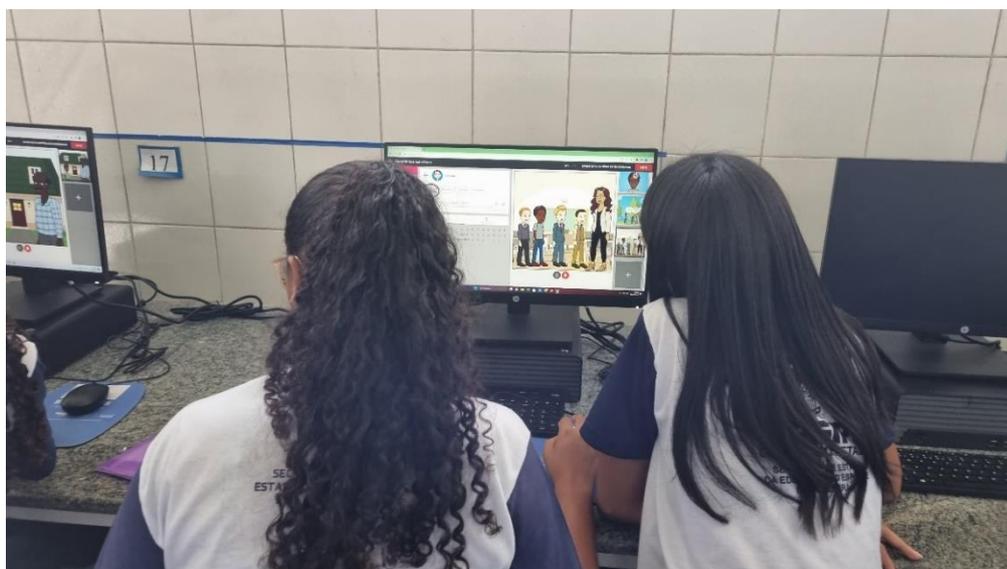
Fonte: registro do autor, 2023.

Figura 15 - Elaboração dos diálogos dos personagens-2023



Fonte: registro do autor, 2023.

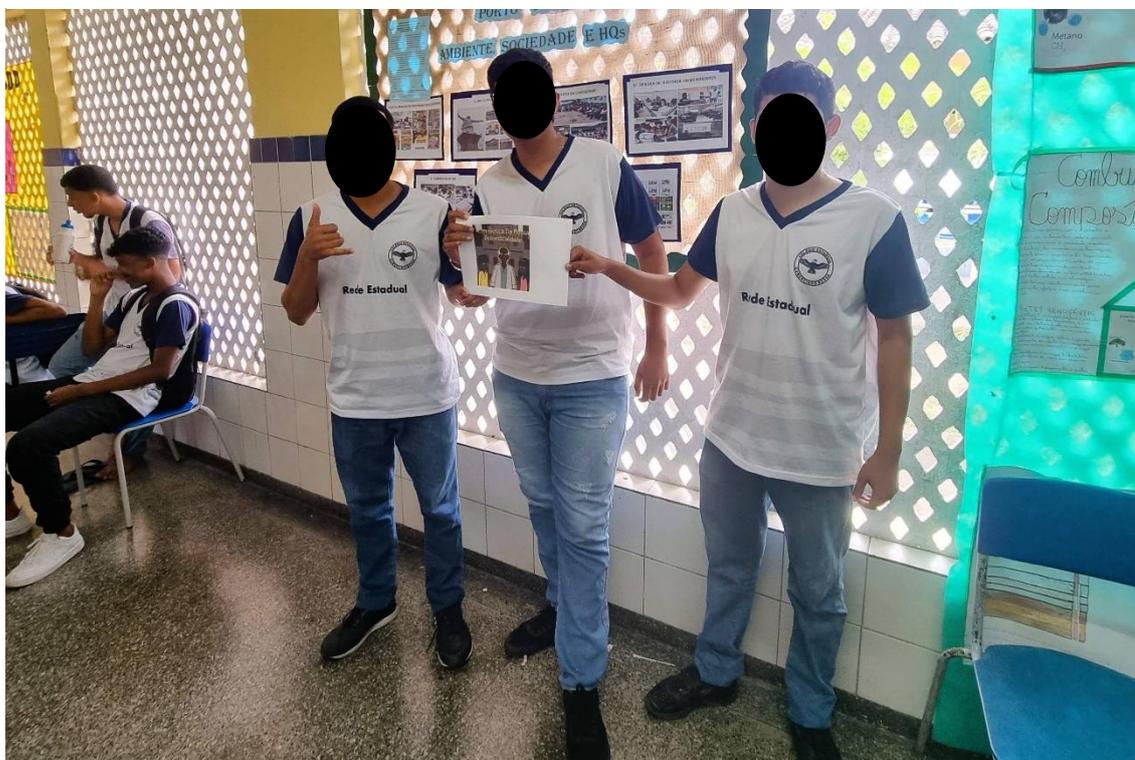
Figura 14 - Digitalização dos quadrinhos-2023



Fonte: registro do autor, 2023.

## 6ª etapa: divulgação do material produzido

Figura 17 - Apresentação das produções para a comunidade escolar-2023



Fonte: registro do autor, 2023.

### Materiais utilizados:

Para a confecção das histórias em quadrinhos, utilizou-se:

- Dispositivos celulares, para registrar fotografias da comunidade;
- Lápis e papel;
- Computador.

Além desses materiais, foram utilizados programas online gratuitos para a digitalização das HQs, o Pixton e Canva.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO**

O desenvolvimento do produto técnico educacional, como as histórias em quadrinhos produzidas pelos estudantes do Colégio Estadual Gumercindo Bessa, conforme descrito anteriormente, promoveu uma mobilização intelectual dos discentes diante do desafio de criar HQs utilizando-se de aspectos da própria comunidade. A articulação entre a produção de conteúdo pedagógico e a pesquisa proporcionou aos discentes uma experiência de aprendizagem ativa, que os permitiu identificar as conjecturas socioambientais pretéritas e do presente do Porto D'Areia, ratificou-se o mencionado por De Barros e Botelho (2021).

Ao desenvolver todas as etapas da produção das HQs, ficou evidente a conexão com diversas competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes, como preconizado na Base Nacional Comum Curricular (2018). Desde a pesquisa de material bibliográfico até a expressão criativa na elaboração das histórias em quadrinhos, os discentes foram desafiados a desenvolver habilidades e competências, como trabalhar em equipe, reconhecer as interações socioambientais locais e dominar as ferramentas digitais.

Desta forma, percebeu-se que temas sociais e ambientais abordados de maneira conjunta enriquecem o aprendizado, proporcionam aos estudantes uma compreensão de sua comunidade e da história do mundo ao seu redor, corroborou-se com o já mencionado por Caruso e Silveira (2009). O uso de tecnologias da informação na confecção das HQs, em certa medida, os preparam para os desafios da sociedade contemporânea, onde a tecnologia e o trabalho em equipe desempenham papéis fundamentais. Notou-se, assim, que iniciativas educacionais como essa contribuem e fortalecem o papel ativo dos estudantes na construção de conhecimento, como constatado por Santos (2001) e por Armiliato e Rela (2015). Ao fomentar a criatividade, a pesquisa e a uma educação de caráter socioambiental, este produto técnico educacional é um recurso pedagógico valioso para ser utilizado pelos professores com os estudantes e para a construção de uma educação mais significativa e relevante.

## REFERÊNCIAS

- ARMILIATO, V. C.; RELA, Eliana. REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E ENSINO DE HISTÓRIA: A HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 2, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/59751>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília. 2018a. Disponível em: 568 [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 18 junho de 2023.
- CARUSO, F.; SILVEIRA, C. Quadrinhos para a cidadania. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 16, p. 217-236, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000100013>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- DE BARROS, A.C.; BOTELHO, S.; DA SILVA BERNARDO, S.J. Produção de histórias em quadrinhos a partir de narrativas orais na Comunidade Quilombola de Trigueiros–Vicência-PE. **Trem de Letras**, v. 8, n. 1, p. e021015-e021015, 2021. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/1426>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- MARTINS, R. G. de A.; ARAUJO, G. C. de. Histórias em quadrinhos como linguagem para representar a realidade camponesa via perspectiva histórico-cultural. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 6, p. 866–882, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2937. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2937>. Acesso em: 6 maio. 2023.
- SANTOS, R. E. dos. Aplicações da História em Quadrinhos. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 22, p. 46-51, 2001. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i22p46-51. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36995>. Acesso em: 6 maio.2023.

**PRODUTOS CONFECCIONADOS**

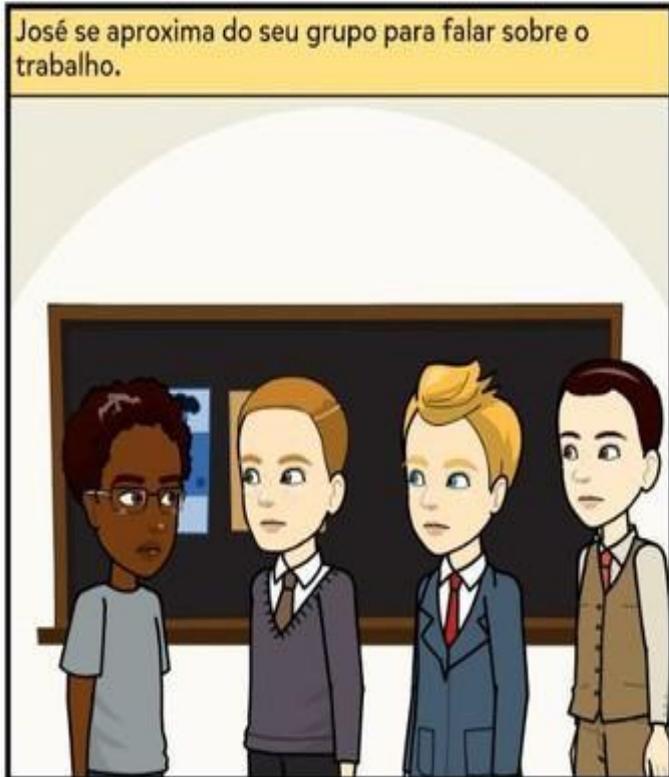
# VIDAS QUILOMBOLAS

Orgulho, história e cultura



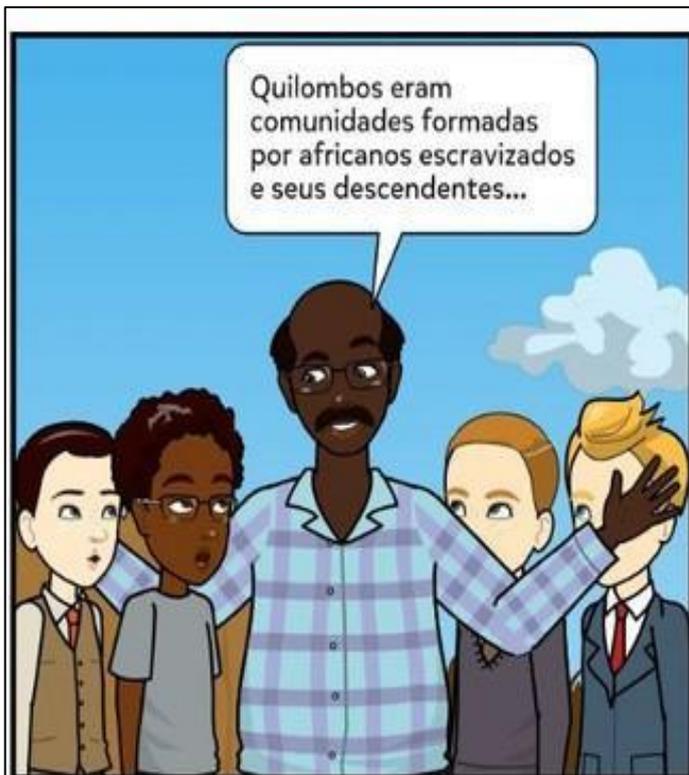












Nesses lugares, eles podiam viver sem serem controlados, longe do sofrimento da escravidão, eram livres....



Resumidamente, os quilombos eram locais que serviam de refúgio para os escravos que escapavam dos cativeiros.



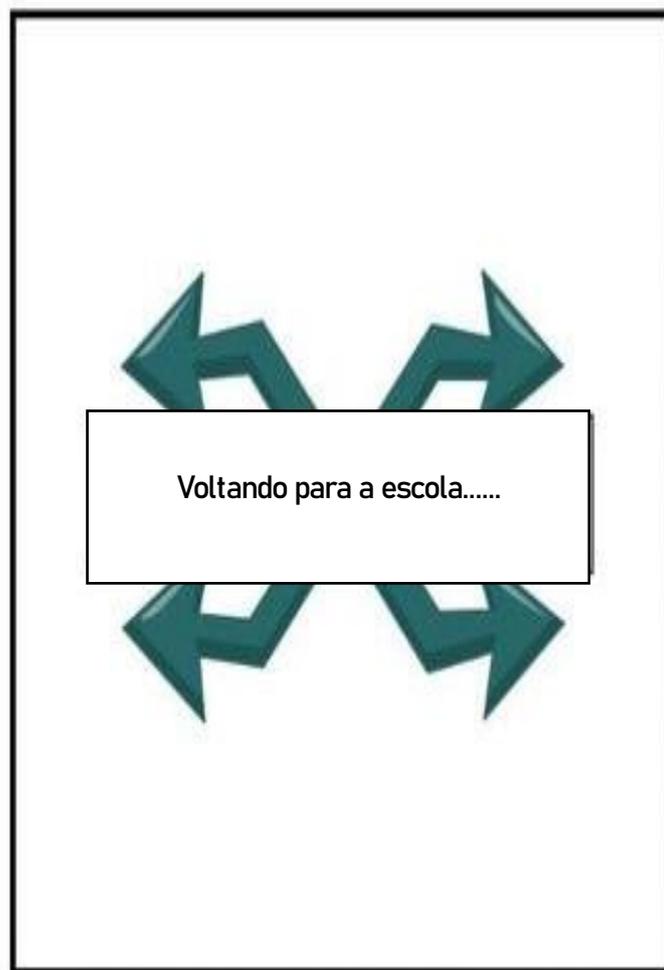
Mas, não pensem que nos quilombos apenas viviam africanos que fugiam da escravidão, esses lugares, também, abrigavam indígenas e brancos livres.



Olha, nunca soube desse fato!







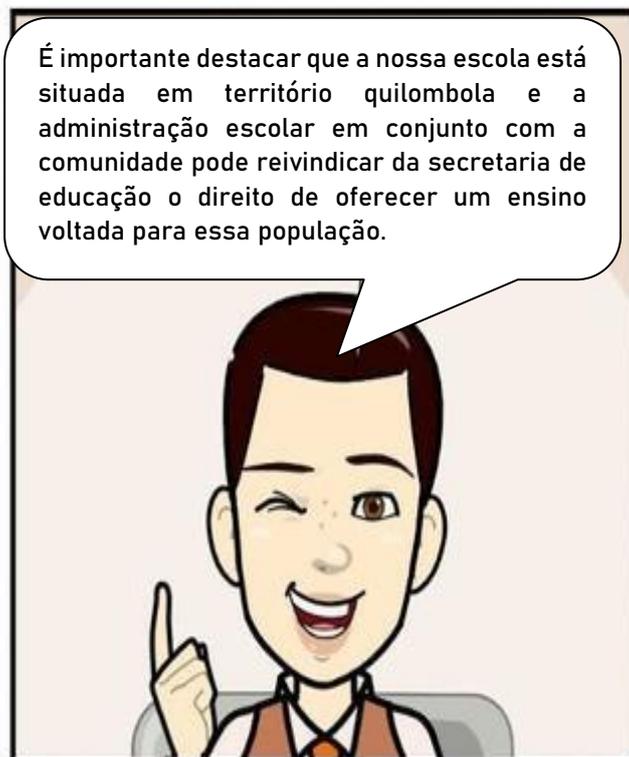






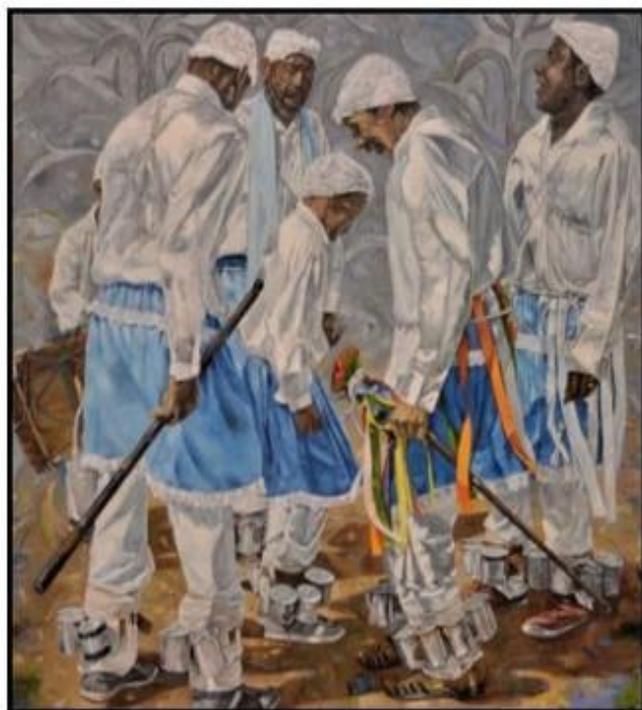












## **Autores**

Alana Victória Santos Araújo

Ana Júlia Anchieta de Jesus

Iévany Vitória Andrade Souza

Katinei Santos Costa

Letícia Vieira dos Santos

Márcia Maria de Jesus Santos

Pâmela Nascimento de Jesus

Silvânia Paiva Santos

Weslei Santos Almeida

## **Apoio**



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO  
BAIRRO PORTO D' AREIA, ESTÂNCIA-SERGIPE.**

# Viagem no tempo



Em um mundo onde a tecnologia está bem avançada...



Iremos acompanhar o nosso protagonista em sua aventura.

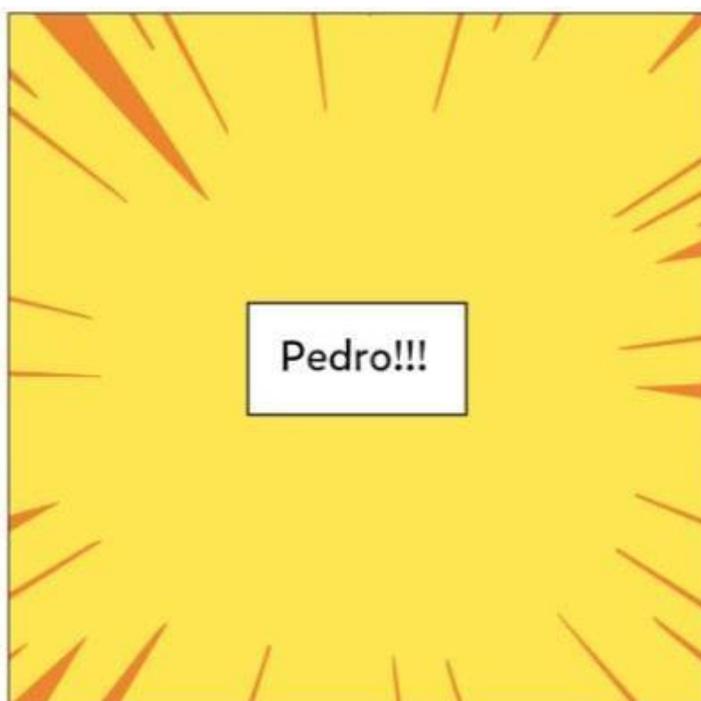


Seu nome é Pedro e tem 16 anos.



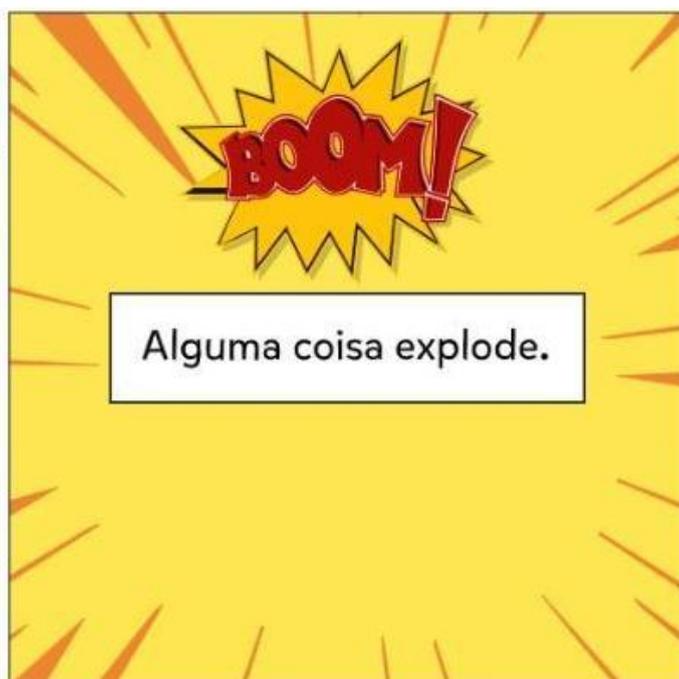
Pedro é um adolescente como qualquer outro, mas ele tem muito interesse nas ciências da natureza.











Pedro sai correndo para a garagem rapidamente para socorrer o seu avô.



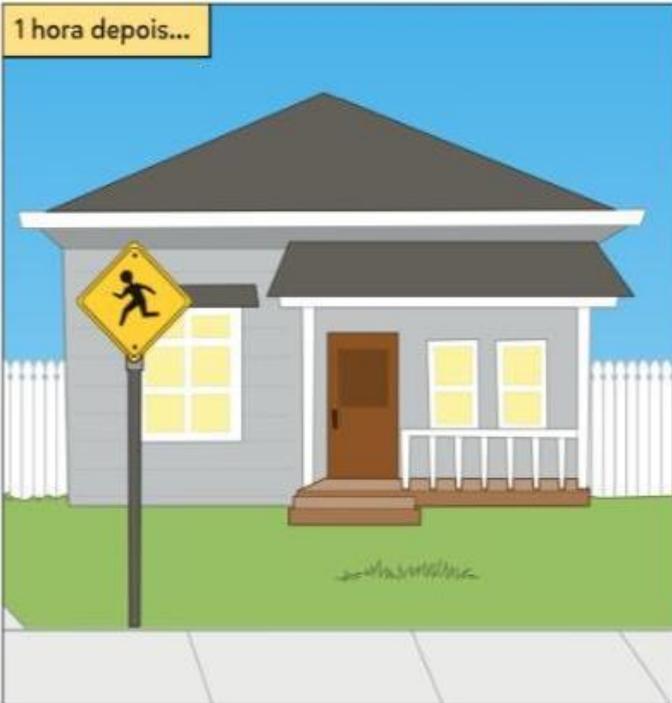




No dia seguinte...



1 hora depois...





Olaff encontra um relógio em uma caixa.







Uma voz estridente emerge do grande matagal...



Pedro fala enquanto se levanta.



Pedro se espanta pela roupa que aquele rapaz utilizava.



Era um estilo de vestimenta utilizado há muito tempo.



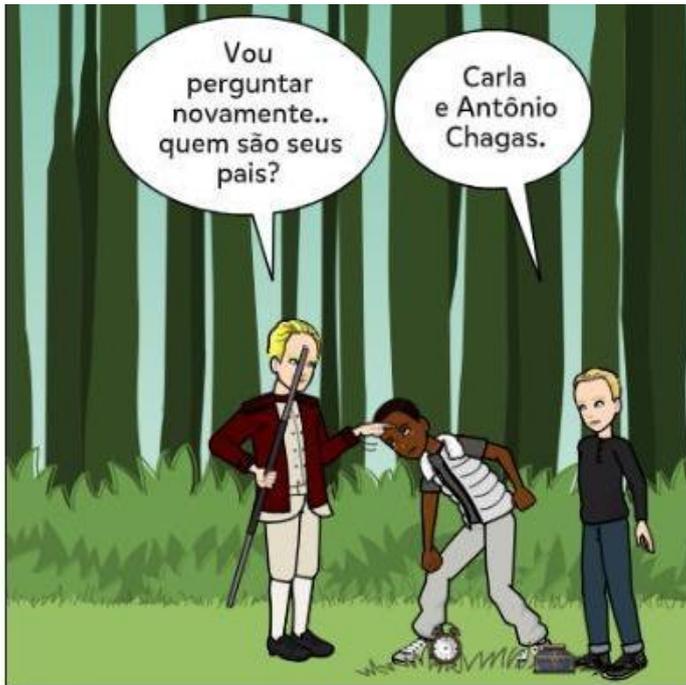


O desconhecido não gostou de que Pedro tomasse a iniciativa de falar. Então...



O desconhecido deu-lhe uma paulada.

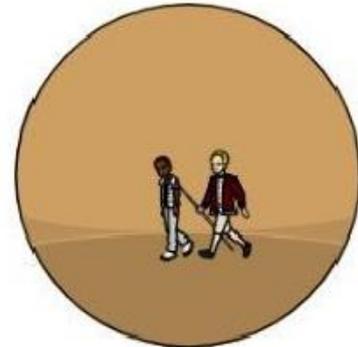




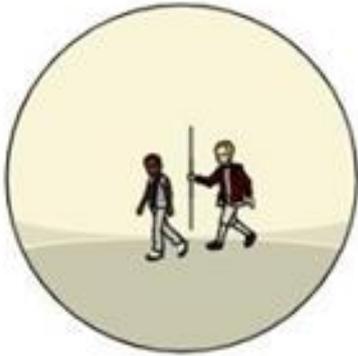
Pedro não quis contradizer o desconhecido, para não apanhar novamente.



Pedro já tinha uma ideia do que estava acontecendo; eles voltaram ao passado.



Pedro conseguiu ver três pessoas amarradas, ao longe.



Pedro percebeu que o desconhecido era um vendedor de escravos.



Muitas pessoas ficaram curiosas ao verem as roupas de Pedro.



Chega um homem que parecia bem rico e exibido.



O proprietário de terras comprou Pedro e mais dois escravos. Eles estão indo em direção à fazenda.



Era uma casa de dois andares, bonita, que tinha um lugar para pescar.



Ao entrar na fazenda, Pedro escutou uma linda voz cantando perto do casarão.



Na janela do casarão dava para ver de onde vinha a bela voz. Era uma linda mulher, com cabelos cacheados e pele branca como algodão.



Pedro e os outros dois escravos foram levados para uma cabana que ficava atrás da casa.



Da porta, saiu um homem forte e alto.



A partir de hoje vocês irão trabalhar na pesca!



Esse é Jorge; ele será responsável por dar as suas tarefas.



O proprietário sai em seguida.

Os outros dois vão tratar os peixes e você, garoto de roupa estranha, vem comigo pescar!



Local de pescaria



Antes de Pedro embarcar, percebeu que estava sendo observado...



Era a linda moça da janela.



Bom dia, senhora! Por que está aqui? Sabe que os senhores não gostam.





Até que ela esbarra com o Olaff.



Com sua licença, você, por acaso, é amigo de um escravo que tem umas roupas esquisitas?

Pedro?  
Sim. Você sabe onde ele está?



Sim, ele está na minha fazenda.

Você pode nos ajudar, por favor?



Olaff fala tudo para a garota; ela não acreditou no início, mas concordou em ajudar.



Pedro chega de sua primeira pesca.



Aquela linda garota estava a sua espera.



A moça pegou um papel em sua bolsa.



No papel estava escrito.. " Amanhã à noite vamos dar o fora daqui!"





Na noite seguinte, Pedro sai silenciosamente da barraca.



Por azar de Pedro, Jorge estava de guarda e o viu correndo.



Tiros consecutivos por trás de Pedro...



Pedro conseguiu se encontrar com Olaff



De 1700 para 2030.





## Autores

Geovana Santos Santana  
Katinei Santos Costa  
Márcia Maria de Jesus Santos  
Thayson Santos Ramos  
Weslei Santos Almeida

## Apoio



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS REMANESCENTES DE QUILOMBO  
DO BAIRRO PORTO D' AREIA, ESTÂNCIA-SERGIPE

# Vamos cuidar do nosso rio Piauí!

Bairro Porto D'Areia  
Natureza e pesca



Sejam bem-vindos ao bairro Porto D' Areia!



Adoro viver aqui, João.

Sim, é um lugar incrível.



João e Ana resolveram ir pescar.

Vamos pescar?

Vamos!



João e Ana foram em direção ao rio.



Os dois chegaram no rio e lançaram a vara de pescar.

Vamos  
pegar  
peixe, é?

Vamos  
sim...



Eles se depararam com a poluição.

O que  
é isso?

Lixo, o  
rio está  
poluído.



João observou ao seu redor e percebeu que as fábricas também estavam poluindo o rio.

Aquelas fábricas estão  
poluindo nosso rio!



Os peixes  
estão em  
apuros!

Isso está  
acabando  
com a vida  
no rio.





Pensativo, João voltou para casa.



João chegou em casa e foi dormir preocupado com a situação do rio.



João acordou com uma ideia.



João conversou com o líder da associação quilombola a respeito da poluição do rio e solicitou uma reunião com a comunidade.



A comunidade se reuniu para limpar o rio.



A água do rio é turva devido aos sedimentos escuros.



Um fazendeiro lamentou a situação de deterioração do rio e disse...

Essa poluição aqui é culpa nossa também!



As chuvas levam para dentro do rio a poluição da redondeza.



A comunidade se manifestou e exigiu das autoridades públicas uma ação para acabar com a poluição.

Exigimos responsabilidades!



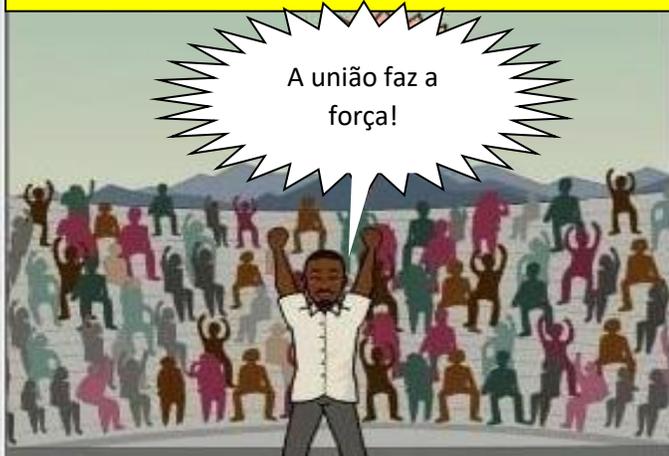
A ação da comunidade surtiu efeito.

Que bom, o rio está limpo!



Eles celebraram a recuperação do rio.

A união faz a força!



Os rios são as veias de vida da Terra; é nosso dever preservá-los, não apenas para nós, mas também para as futuras gerações.



## Autores

Carlos Correia Santos  
 José Daniel Santos Filho  
 Katinei Santos Costa  
 Kelvin Ryan Moraes de Albuquerque  
 Kleverton Douglas Vieira Dias  
 Luan Vinicius Fernandes Santana  
 Luís Henrique Freitas Messias  
 Maikon Gabriel de Oliveira Santos  
 Márcia Maria de Jesus Santos  
 Nadson Oliveira Teixeira  
 Weslei Santos Almeida

Algumas imagens foram extraídas da conta do Instagram oficial da comunidade quilombola Porto D'Areia, @oportodareia.

## Apoio

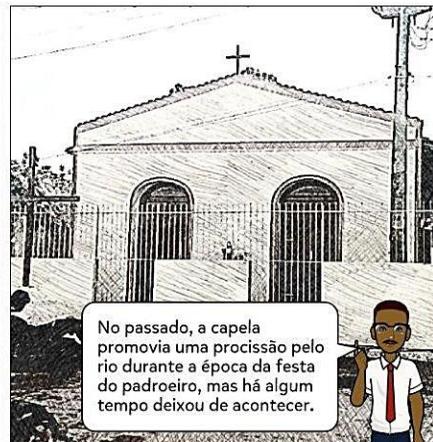
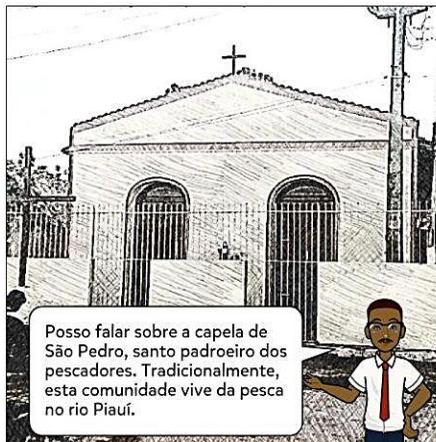


ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO  
 BAIRRO PORTO D' AREIA, ESTÂNCIA-SERGIPE





Pedro acaba de chegar na casa da sua amiga.





## Autores

Antônio Carlos Lisboa Martins Júnior  
 Clara Vitória Pereira Santos  
 Gustavo de Oliva Araújo  
 Katinei Santos Costa  
 Márcia Maria de Jesus Santos  
 Riquelme Santana Santos  
 Vanessa Cristina Pereira dos Santos  
 Wesley Santos Almeida

**Todos os direitos reservados aos autores das imagens utilizadas nesta produção:**

<https://sergipereporte.com.br>

<https://al.se.leg.br/11-de-junho-tradicao-junina-marca-o-dia-do-barco-de-fogo/>

<https://infonet.com.br/blogs/estancia-se-tradicao-dos-festejos-juninos-esta-de-volta/>

<https://camaradeestancia.se.gov.br/2021/12/23/estancia-festeja-no-dia-22-de-dezembro-o-dia-das-batucadas/>

### Sites de consulta de informações

<https://www.ipatrimonio.org/estancia-barco-de-fogo/#!/map=38329&loc=-11.27265500000013,-37.429732000000016,17>

<https://portal.unit.br/blog/noticias/dia-do-barco-de-fogo-e-celebrado-neste-11-de-junho/#:~:text=O%20artif%C3%ADcio%20pirot%C3%A9cnico%20navega%20na,tradi%C3%A7%C3%A3o%20movimentando%20o%20turismo%20local.&text=No%20dia%2011%20de%20junho,do%20munic%C3%ADpio%20sergipano%20de%20Est%C3%A2ncia>

<https://al.se.leg.br/11-de-junho-tradicao-junina-marca-o-dia-do-barco-de-fogo/>

<https://www.se.gov.br/noticias/governo/estancia-do-rastro-de-fogo-ao-batuque-das-pisadas.>

Algumas imagens foram extraídas da conta do Instagram oficial da comunidade quilombola Porto D'Areia, @oportodareia.

## Apoio



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO BAIRRO  
PORTO D' AREIA, ESTÂNCIA-SERGIPE

# Em Busca Da Nossa Ancestralidade



Um dia, Adila e Lulu chegaram com curiosidade para saberem a história do passado da sua família. Vendo seu avô Barak na varanda da casa, perguntaram:

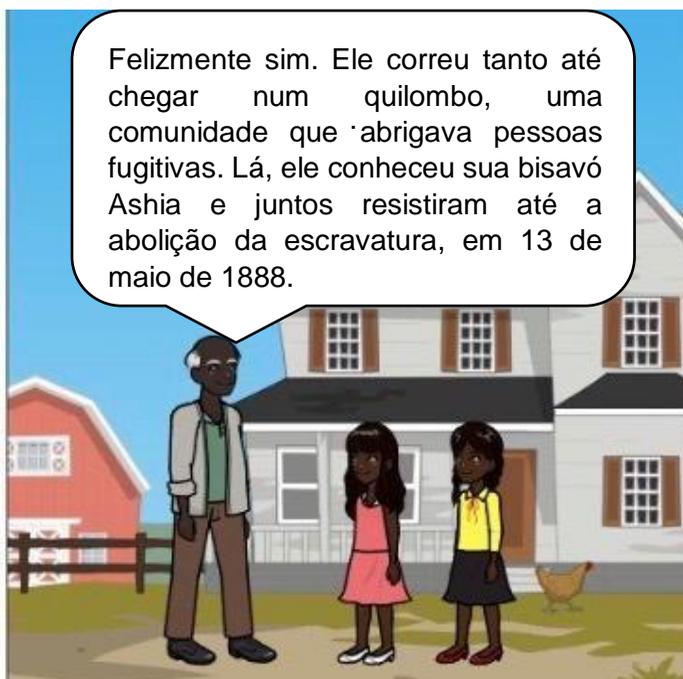


Nossa família teve origem lá na África; seu bisavô Zaki foi um grande guerreiro. Lamentavelmente, ele foi escravizado, os colonizadores chegaram a dominar cerca de 90% do território africano e também controlaram, junto com os africanos, as rotas de comércio de escravos.



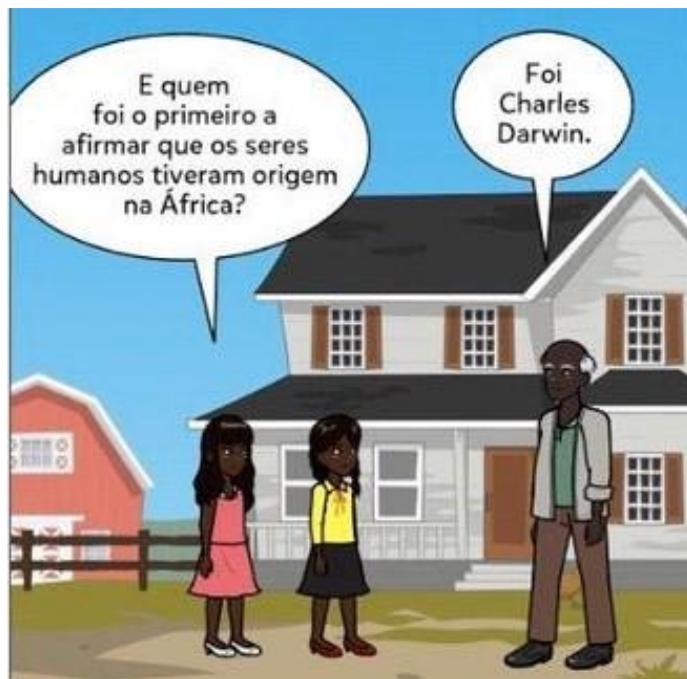
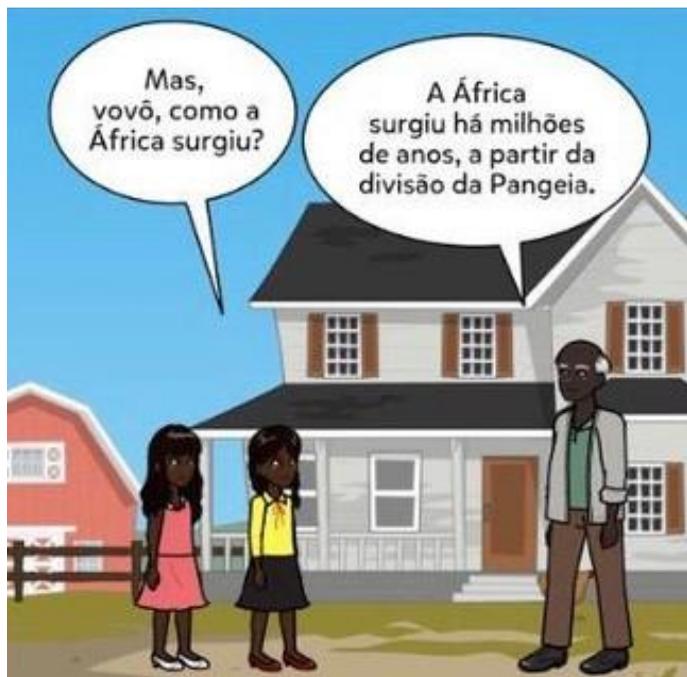
Ele foi capturado e vendido como escravo para um senhor de engenho. Após aguentar muito sofrimento, seu bisavô resolveu fugir da fazenda. Ele correu incansavelmente para escapar dos Capitães do mato, que eram responsáveis por caçar escravos fugitivos.

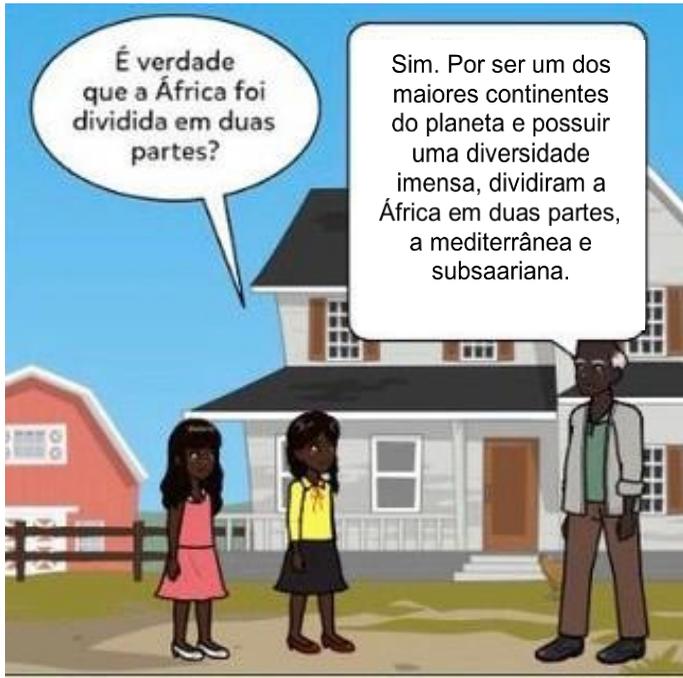


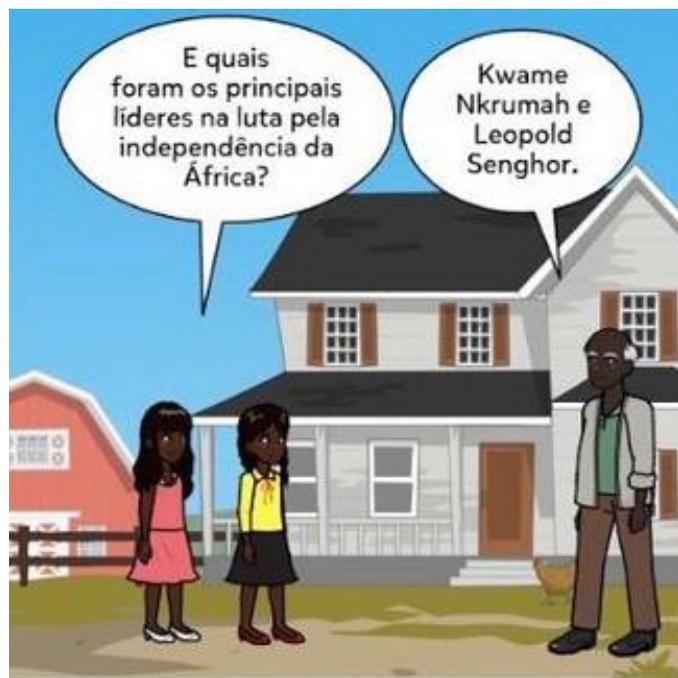


As meninas, após saberem a origem da história da sua família, fizeram várias perguntas para seu avô.











## Autores

Adriano Siqueira Ribeiro  
Carlos Emanuel Santana de Jesus  
Fábio Henrique Rosa Santos  
Henrique Ribeiro da Cruz  
Katinei Santos Costa  
Márcia Maria de Jesus Santos  
Weslei Santos Almeida

## Apoio



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO BAIRRO  
PORTO D' AREIA, ESTÂNCIA-SERGIPE

## APÊNDICE-B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE**  
**NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PESCADORES E MARISQUEIRAS

A-DADOS PESSOAIS

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Naturalidade: \_\_\_\_\_
3. Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
4. Escolaridade: ( ) fundamental ( ) médio ( ) superior ( ) pós-graduação
5. Estado civil: \_\_\_\_\_
- 6- Local de moradia: \_\_\_\_\_

B- IDENTIDADE SOCIOCULTURAL

7. Como o(a) Sr/ Sr<sup>a</sup> se denomina:  
 Pescador(a)  Marisqueira  Catador (a)  quilombola  
 Pescador e quilombola

C- TRABALHO E REGULAÇÃO NA ATIVIDADE PESQUEIRA

8. O Sr/Sr<sup>a</sup> está registrado(a) no Registro Geral de Pescador (RPG)?  
 Sim  Não. Por quê?

---



---



---



---

9. Em qual colônia o(a) senhor(a) está registrado (a)?

---



---

---



---

10. Recebe o seguro defeso?

( ) Sim. Referente a qual período do ano? \_\_\_\_\_

( ) Não. Por quê?

---

11. Há quanto tempo trabalha na pesca?

---

12. Trabalha em outro tipo de atividade além da pesca?

( ) \*Sim. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não.

12.1. Na pesca, quantos dias trabalha por semana? \_\_\_\_\_

12.2. Quantas horas por dia? \_\_\_\_\_

12.3. Quanto arrecada mensalmente? \_\_\_\_\_

13. Usa algum equipamento de proteção na atividade pesqueira?

( ) Sim. Qual (is)?

---



---



---



---

( ) Não. Por que não utiliza?

---



---



---



---

#### D -SABERES TRADICIONAIS DA ARTE DE PESCA

14. Quem ensinou a arte da pesca (pais, tios, avós ou amigos)? Pode explicar como iniciou na atividade pesqueira?

---



---



---



---



---

15. Os jovens (filhos dos pescadores) têm demonstrado interesse na atividade pesqueira?

( ) Sim.

( ) Não. Qual (is) o (s) motivo (s) do desinteresse?

---



---



---

16. Como são estabelecidos os pontos de pesca e/ou captura?

---



---



---

17. As ferramentas necessárias à atividade pesqueira são compradas ou produzidas pelo Sr./Sr.<sup>a</sup>?

( ) Produzidas. Quem ensinou?

---



---

( ) Compradas

18. Quais são produzidas\* e quais são compradas?

---



---



---



---

#### E- CAPTURA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

19. O que o(a) senhor(a) pesca ou coleta? \_\_\_\_\_

a) Quais os tipos de peixes ou mariscos mais encontrados?

---



---

b) Quantidade mensal coletada: \_\_\_\_\_

c) Época do ano (mês ou meses) para cada espécie:

---



---



---

---



---



---

d) Instrumentos de pesca utilizada na captura:

---



---



---

e) Como é feita a venda do pescado?

( ) Mercado e feiras livres ( ) Atravessador ( ) Comunidade ( ) Cooperativa

20. A embarcação: ( ) própria ( ) alugada ( ) arrendamento ( ) outras: \_\_\_\_\_

21. De modo geral, pesca sozinho, com as pessoas da família (filhos) ou com outros pescadores?

---



---



---



---

22. Como dividem a pescaria quando estão em grupo?

---



---



---



---

#### F-CICLO NATURAL DO RIO E A ATIVIDADE PESQUEIRA

23. Quais a fase da lua é melhor para pescar? \*

( ) Lua cheia ( ) Lua crescente ( ) Lua minguante ( ) Lua nova

Por que é melhor pescar nessa fase da lua?

---



---



---



---

24. Quais as maiores ameaças para o rio Piauí?

- desmatamento do mangue
- poluição de fábricas
- esgoto e lixo das residências
- desrespeitos do período do defeso
- Outros: \_\_\_\_\_

25. Percebe alguma mudança na quantidade de pescado que era pego antigamente e hoje?

- Sim. Como era antes e como é agora? \_\_\_\_\_
- Não.



Quantos personagens? \_\_\_\_\_

Nomes dos personagens? \_\_\_\_\_

Qual a característica social e psicológica de cada personagem? (Descreva).

Desenhe os cenários nos quadros

Quadro 1

Quadro 2

Quadro 3

Quadro 4

Quadro 1- Indique os personagens que estarão no quadro.	Quadro 2- Indique os personagens que estarão no quando.	Quadro 3- Indique os personagens que estarão no quando.	Quadro 4- Indique os personagens que estarão no quando.
<b>Construa os diálogos dos personagens</b>			
Quadro 1- diálogo	Quadro 2- diálogo	Quadro 3- diálogo	Quadro 4- diálogo

Fonte: adaptado de MARTINS e ARAÚJO, 2022.

## APÊNDICE-D



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE**  
**NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



 UFS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS	 Plataforma Brasil								
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>										
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>										
<b>Título da Pesquisa:</b> O RIO PIAUÍ E A PRÁTICA DA PESCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BAIRRO PORTO D'AREIA NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA-SERGIPE.										
<b>Pesquisador:</b> WESLEI SANTOS ALMEIDA										
<b>Área Temática:</b>										
<b>Versão:</b> 3										
<b>CAAE:</b> 71623623.0.0000.5546										
<b>Instituição Proponente:</b> FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE										
<b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio										
<b>DADOS DO PARECER</b>										
<b>Número do Parecer:</b> 6.594.690										
<b>Apresentação do Projeto:</b> APRESENTAÇÃO DO PROJETO:										
As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_ 2148765.pdf) postado em 08/10/2023.										
<b>Introdução</b>										
A presente pesquisa será realizada no quilombo urbano do Porto D'Areia, no município de Estância-Sergipe, que pratica a pesca artesanal na área estuarina do rio Piauí. A localidade é historicamente habitada por remanescentes de quilombo (GOMES, 2017). No passado, entre o século XVIII até a terceira década do XX, o porto era o ponto principal de embarque e desembarque de mercadorias e de pessoas, era o nó que conectava o dinâmico povoamento estanciano com as outras cidades de Sergipe e do Brasil (OLIVEIRA, 2021), atualmente é o local de partida e chegada dos pescadores que vivem no bairro. A comunidade quilombola está situada à margem esquerda do rio e na porção sudeste do perímetro urbano (figura 1). Na orla do curso fluvial, é possível encontrar redes de pesca estendidas debaixo das árvores, pescadores que fazem reparos nas ferramentas de trabalho e embarcações de pequeno porte atracadas no porto, fato que indica a considerável dinâmica pesqueira do local. Isto posto, a dissertação versará sobre o trabalho da pesca artesanal no tocante à relação sociedade-natureza, ao evidenciar os saberes e práticas de										
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="border: none;">Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº</td> <td style="border: none;">CEP: 49.060-110</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">Bairro: Sanatório</td> <td style="border: none;">Município: ARACAJU</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">UF: SE</td> <td style="border: none;">E-mail: cep@academico.ufs.br</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">Telefone: (79)3194-7208</td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>			Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110	Bairro: Sanatório	Município: ARACAJU	UF: SE	E-mail: cep@academico.ufs.br	Telefone: (79)3194-7208	
Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110									
Bairro: Sanatório	Município: ARACAJU									
UF: SE	E-mail: cep@academico.ufs.br									
Telefone: (79)3194-7208										
Página 01 de 08										



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SERGIPE - UFS



Continuação do Parecer: 6.594.690

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do Protocolo de Pesquisa.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa inicial.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2148765.pdf	24/11/2023 23:53:26		Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	24/11/2023 23:52:45	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projetodetalhado.docx	24/11/2023 23:49:57	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	TERMOIMAGEMESTUDANTES.docx	08/10/2023 00:46:28	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE2.docx	08/10/2023 00:27:39	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	Termoconfidencialidade.pdf	08/10/2023 00:23:28	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	Termocompromisso.pdf	08/10/2023 00:20:46	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPESCADORES.docx	08/10/2023 00:18:56	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLEPAIS.docx	08/10/2023 00:16:24	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cep@academico.ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SERGIPE - UFS



Continuação do Parecer: 6.594.690

Ausência	TECLEPAIS.docx	08/10/2023 00:16:24	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZA_O_PARA_USO_DE_IMAGEM_E_DEPOIMENTO.docx	24/07/2023 23:25:39	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeanuencia.pdf	24/07/2023 23:24:42	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	24/07/2023 23:12:22	WESLEI SANTOS ALMEIDA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ARACAJU, 20 de Dezembro de 2023

Assinado por:  
**ROBELIUS DE BORTOLI**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº  
Bairro: Sanatório CEP: 49.060-110  
UF: SE Município: ARACAJU E-mail: cap@academico.ufs.br  
Telefone: (79)3194-7208

## APÊNDICE-E



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE**  
**NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PESCADORES**  
**E MARISQUEIRAS**

**O rio Piauí e a prática da pesca na comunidade quilombola do bairro Porto D'Areia no município de Estância-Sergipe.**

Pesquisador Responsável: <b>Weslei Santos Almeida</b>
---

Local onde será realizada a pesquisa: <b>bairro Porto D' Areia, Estância-Sergipe</b>
--

Por este termo, eu **Weslei Santos Almeida**, acadêmico, sob o número de matrícula 202211007223, de nível mestrado, do curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais — PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe, convido você a colaborar, como voluntário (a), desta pesquisa cujo público alvo é o pescador (a) e/ou marisqueira maior de 18 anos, em que a pesca é principal fonte de renda. Sua participação é importante à pesquisa, mas não deve participar contra a sua vontade. Esta objetiva **analisar o trabalho da pesca artesanal na relação sociedade-natureza no rio Piauí, a partir do contexto dos pescadores e marisqueiras quilombolas do bairro Porto D'Areia, Estância (SE).**

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa. A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, pode-se entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (79) \*\*\*\*\* ou [wesleialmeida81@gmail.com](mailto:wesleialmeida81@gmail.com), com a orientadora, Dra. Márcia Maria de Jesus Santos, no e-mail [marmjsantos@gmail.com](mailto:marmjsantos@gmail.com) e com a coorientadora Dra. Katinei Santos Costa (e-mail, [katineicosta@gmail.com](mailto:katineicosta@gmail.com)).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: [cep@academico.ufs.br](mailto:cep@academico.ufs.br) .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente o pesquisador responsável terá conhecimento de sua identidade e me comprometo em mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: [http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha\\_Direitos\\_Participantes\\_de\\_Pesquisa\\_2020.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf)

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

### **O QUE VOCÊ PRECISA SABER:**

- ✓ **DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:** sua contribuição nesta pesquisa consistirá em compartilhar informações e experiências na atividade pesqueira a partir da concessão de entrevista.
- ✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** atendendo às Resoluções 466/2012 e 510/2016 CNS, sintetiza-se aqui o risco mínimo devido à aplicação desta pesquisa: o presente estudo pode gerar desconforto psicológico diante da exposição do entrevistado à presença do pesquisador e orientadores. Para reduzir tal risco, na entrevista não serão realizados questionamentos indevidos ou perguntas com riscos previstos. Para proteger a privacidade no processo de coleta, análise e publicação dos dados, não serão mencionados os nomes dos pesquisados. Dessa forma, quando for necessária transcrição de falas, as pessoas serão identificadas por letras do alfabeto e números, garantindo o sigilo das identidades.
- ✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** os benefícios desta pesquisa se dará coletivamente, pois irá oferecer à população do Porto D'Areia informações sistematizadas sobre a própria realidade e os resultados decorrentes do estudo poderão compor possíveis relatórios em prol da melhoria da comunidade pesqueira-quilombola e da conservação do rio Piauí. Além disso, será produzido um material paradidático em formato de história em quadrinhos (HQ), para ser utilizado nas escolas da comunidade, assim permitir que os filhos do quilombo se vejam representados no produto confeccionado e que reconheçam os elementos socioambientais que fazem parte do Porto D'Areia.
- ✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** o participante da pesquisa terá a identidade em sigilo, o nome será substituído por letras do alfabeto com numeração específica e as fotos serão desfocadas ou registradas de maneira não que não o exponha. As gravações de voz e as imagens ficarão em posse exclusiva do pesquisador e serão utilizados em publicações científicas de forma que garanta a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante.
- ✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** o participante tem o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados da pesquisa.
- ✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** você não terá custos para participar desta pesquisa; se você tiver gastos com transporte e alimentação, eles serão reembolsados pelo pesquisador. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

- ✓ **DANOS E INDENIZAÇÕES:** Se porventura houver danos em decorrência da realização desta pesquisa cabe na forma da lei pedir indenização por vias judiciais do Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954.

### **Consentimento do participante**

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

**Nome do (a) participante:**

\_\_\_\_\_

**Assinatura:**

\_\_\_\_\_

**Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)**

<p>Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)</p>
---

**Assinatura de testemunha (quando participante não alfabetizado):**

\_\_\_\_\_

Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_

### **Declaração do pesquisador**

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável:

\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_

## APÊNDICE-F



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE**  
**NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS OU**  
**RESPONSÁVEIS PELO ESTUDANTE**

Olá! Faço parte de um grupo de pesquisadores! Meu nome é Weslei Santos Almeida e estou realizando uma pesquisa na comunidade do Porto D' Areia. Estou aqui para conversar com você e o adulto que te acompanha.

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário **do projeto de elaboração de história em quadrinhos (HQs)** que faz parte da pesquisa intitulada “ **O rio Piauí e a prática da pesca na comunidade quilombola do bairro Porto D'Areia no município de Estância-Sergipe**”. Este documento serve para você ficar sabendo de tudo sobre o projeto e o que vai acontecer nele. Não esqueça, qualquer dúvida é só perguntar para o pesquisador ou seu responsável.

Sua contribuição é importante, porém, você não deve participar se não quiser. Seus responsáveis também precisarão autorizar! Iremos conversar com ele (a) e explicar, vocês dois terão que concordar.

A qualquer momento, antes ou durante o projeto, você poderá desistir de participar, caso tome essa decisão não será prejudicado de nenhuma forma.

Antes de decidir, é importante que entenda porque este projeto está sendo realizado e como será desenvolvido. Esse será executado no **Colégio Estadual Gumercindo Bessa em seis etapas que envolverão pesquisas de textos, diálogos, visitas de campo, oficinas e confecção de história em quadrinhos.**

Os objetivos do projeto é **aprender sobre as características sociais e ambientais do Porto D'Areia, bem como desenvolver a criatividade, a leitura e a escrita.**

**Quem pode participar?** Estudantes do Colégio Estadual Gumercindo Bessa que são do bairro Porto D' Areia e os demais discentes do ensino médio que tenham interesse. Para participar você nem seus pais precisam pagar nada. Se quiser participar, saiba que fará pesquisa e leitura de textos, uma visita orientada pela comunidade do Porto D' Areia, participará de roda de conversa com alguns pescadores da comunidade e de oficinas para a produção de HQ.

**Quais são os riscos ao participar?** O risco provável é você ficar com medo ou vergonha de falar nas rodas de diálogo e na partilha das experiências sobre a produção da história em quadrinhos.

**Mas não se preocupe! Vamos tomar bastante cuidado.** Para reduzir ou contornar tal risco, você terá a livre escolha de falar ou não. As suas dúvidas, de seus pais ou responsáveis e da equipe pedagógica acerca do projeto serão esclarecidas devidamente.

**Participar desta pesquisa pode ser bom, pois** permitirá conhecer melhor a comunidade do Porto D' Areia. Você vai ampliar sua capacidade de compreensão, interpretação e produção de texto. Além do mais, se tornará autor de uma história em quadrinho e o que for produzido por você será utilizado nas escolas da comunidade.

**Sobre a privacidade e confidencialidade?** As imagens ficarão em posse exclusiva do pesquisador e serão utilizadas em publicações científicas de forma que garanta a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante.

E aí, quer participar? Faça um x na sua opção.



Sim ( )



Não ( )

↳ Se você marcou sim, por favor assine aqui:

### Declaração do participante

Eu, \_\_\_\_\_, aceito a participar do projeto. Entendi as informações importantes da pesquisa, sei que posso desistir de participar a qualquer momento e que isto não irá causar nenhum outro problema. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo a minha identidade. O pesquisador conversou comigo e tiraram minhas dúvidas.

**Nome do (a) participante:**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do responsável pelo menor adolescente:**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)**

<p>Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)</p>
---

\_\_\_\_\_  
**Assinatura de testemunha (quando participante não alfabetizado):**

Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_\_

### Acesso à informação

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, pode-se entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (79) \*\*\*\*\*ou [wesleialmeida81@gmail.com](mailto:wesleialmeida81@gmail.com), com a orientadora, Dra. Márcia Maria de Jesus Santos, no e-mail [marmjsantos@gmail.com](mailto:marmjsantos@gmail.com) e com a coorientadora Dra. Katinei Santos Costa (e-mail, [katineicosta@gmail.com](mailto:katineicosta@gmail.com)). Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: [cep@academico.ufs.br](mailto:cep@academico.ufs.br). Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

**Declaração do pesquisador**

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o assentimento deste participante para a participação neste projeto. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

**Nome do pesquisador:**

---

**Assinatura:**

---

Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

## APÊNDICE-G



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE**  
**NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS (PROFCIAMB)**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS OU**  
**RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES**

**O rio Piauí e a prática da pesca na comunidade quilombola do bairro Porto D'Areia no**  
**município de Estância-Sergipe.**

Pesquisador Responsável: **Weslei Santos Almeida**

Local onde será realizada o projeto: **Colégio Estadual Gumercindo Bessa, bairro Porto D' Areia, Estância-Sergipe**

Por este termo, eu **Weslei Santos Almeida**, acadêmico, sob o número de matrícula 202211007223, de nível mestrado, do curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais — PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe, convido o menor que você é responsável a participar **do projeto de elaboração de história em quadrinhos (HQs)** que faz parte da pesquisa intitulada “**O rio Piauí e a prática da pesca na comunidade quilombola do bairro Porto D'Areia no município de Estância-Sergipe**”, sob orientação da professora Dra. **Márcia Maria de Jesus Santos** e coorientação da professora Dra. **Katinei Santos Costa**, que envolverá à elaboração de material educativo em formato de história em quadrinhos (HQ). Tem-se por **objetivo geral: propiciar aos estudantes uma educação ambiental de caráter amplo que permita a identificação das interações socioambientais do Porto D' Areia e o desenvolvimento da criatividade, leitura e escrita.**

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos do projeto. A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar ou desistir da participação de seu filho sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre o projeto, pode-se entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (79) \*\*\*\*\* ou [wesleialmeida81@gmail.com](mailto:wesleialmeida81@gmail.com), com a orientadora, Dra. Márcia Maria de Jesus Santos no e-mail [marmjsantos@gmail.com](mailto:marmjsantos@gmail.com) e com a coorientadora Dra. Katinei Santos Costa (e-mail, [katineicosta@gmail.com](mailto:katineicosta@gmail.com)).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do projeto, dos direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N Bairro: Sanatório – Aracaju CEP:

49.060-110 – SE. Contato por e-mail: [cep@academico.ufs.br](mailto:cep@academico.ufs.br) .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (nome do estudante jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente o pesquisador responsável terá conhecimento da identidade do estudante e me comprometo em mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: [http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha\\_Direitos\\_Participantes\\_de\\_Pesquisa\\_2020.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf)

Caso você concorde e aceite que o estudante participe do projeto, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

### **O QUE VOCÊ PRECISA SABER:**

- ✓ **DE QUE FORMA IRÁ PARTICIPAR DESTE PROJETO:** irá elaborar uma história em quadrinho que trata de aspectos socioambientais do Porto D' Areia. Para tanto será necessário realizar pesquisas de textos, diálogos, visitas de campo, oficinas de história em quadrinhos.
- ✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** pode haver desconforto psicológico como medo e vergonha devido à exposição nas rodas de diálogo e na partilha das experiências sobre a produção da história em quadrinhos. Para reduzir ou contornar tal risco, o estudante terá a livre escolha se quer falar ou não.
- ✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** permitirá os estudantes conhecer melhor a comunidade do Porto D' Areia em que se refere aos aspectos socioambientais e ampliar a capacidade de compreensão, interpretação e produção de texto. Além do mais, o material que for produzido pelo estudante será utilizado nas escolas da comunidade, em um contexto mais amplo, no município de Estância.
- ✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** o participante do projeto terá a identidade em sigilo, as imagens ficarão em posse exclusiva do pesquisador e serão utilizadas em publicações científicas de forma que garanta a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante.
- ✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:** o participante tem o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados do projeto.
- ✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** não haverá custos para participar do projeto; se tiver gastos com transporte e alimentação, eles serão reembolsados pelo pesquisador. O projeto também não envolve compensações financeiras, ou seja, não poderá receber pagamento para participar.
- ✓ **DANOS E INDENIZAÇÕES:** se porventura houver danos em decorrência da realização deste projeto cabe na forma da lei pedir indenização por vias judiciais do Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954.

### **Consentimento do participante**

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para

mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas. Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

**Nome do (a) estudante participante (adolescente):**

\_\_\_\_\_

**Assinatura do responsável pelo estudante:**

\_\_\_\_\_

**Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)**

Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)
---

**Assinatura de testemunha (quando participante não alfabetizado):**

\_\_\_\_\_

**Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_\_**

### **Declaração do pesquisador**

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável:

\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_\_**

## APÊNDICE-H

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE  
 NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS  
 AMBIENTAIS (PROFCIAMB)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E  
 DEPOIMENTO

Eu \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador **Weslei Santos Almeida** do projeto de pesquisa intitulado de: **O rio Piauí e a prática da pesca na comunidade quilombola do bairro Porto D'Areia no município de Estância-Sergipe**. A realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável se compromete em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Entrevistado \_\_\_\_\_

Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)
--

**Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)**

**Assinatura de testemunha (quando participante não alfabetizado):**

\_\_\_\_\_

Pesquisador responsável pela entrevista: \_\_\_\_\_

Estância/SE \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_